

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Perigoso é não correr perigo

**experiências de viajantes clandestinos
em navios de carga no Atlântico Sul**

**Tese de Doutorado: Pilar Uriarte Bálsamo
Orientadora: Claudia Fonseca**

**Porto Alegre
Abril de 2009**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Perigoso é não correr perigo

**Experiências de viajantes clandestinos em navios de carga no
Atlântico Sul**

Pilar Uriarte Bálsamo

Orientadora:
Prof. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Porto Alegre, abril de 2009

Perigoso é não correr perigo. Experiências de viajantes clandestinos em navios de carga no Atlântico Sul

Pilar Uriarte Bálsamo

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca – Orientadora

Prof. Dra. Antonádia Borges

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos

Prof. Dra. Denise Fagundes Jardim

27 de abril de 2009

Al abuelo Bálsamo,
que me contaba historias de verdad.

Agradecimentos

O doutorado é um processo longo, que vai muito além da escrita de uma tese. Durante os quatro anos em que cursei créditos, fiz pesquisa de campo e escrevi a qualificação, artigos e a tese, transitei por muitos lugares e conheci muitas pessoas. A pesquisa etnográfica foi realizada em dois continentes e três línguas, mas envolveu pessoas em muitos lugares que eu não cheguei a visitar. Sem sua participação, a pesquisa, tal como foi realizada, não teria sido possível, e a tese não existiria como tal. Tentarei, da forma mais resumida possível, agradecer a todos.

A tese, tal como ela existe hoje – e a pesquisa em que se baseia – não poderia ter sido realizada, e seria outra muito diferente, se não fosse pela ajuda fundamental de algumas pessoas que fizeram possível minha viagem à África. Meus avós, abuelo Toto y abuela Nelly, me ajudaram com os custos da passagem Montevidéu-Lagos-Accra. Outras pessoas deram ajudas decisivas, generosas e desinteressadas sem sequer me conhecer muito bem: Sauro solucionou um problema fundamental, comprando a passagem de avião entre Lagos e Accra, que não podia ser emitida fora da África ou de Londres. Andrea Lobo e a família Resende Fleischer, com coordenação da Soraya, tramitaram meu visto para Gana em Brasília. Utilizando todos os meios de comunicação, desde os mais tradicionais aos mais modernos, todos eles deram prova da importância das redes de amizade nos projetos de mobilidade, e do muito importante que é ter bons amigos, que tenham bons amigos.

Cesar foi o verdadeiro inventor dessa história articulando ideias e realidades, e sempre dando conselhos ao vivo em Caracas, Porto Alegre ou Montevidéu, ou através de um computador em qualquer parte do mundo (seu lugar preferido). Na Venezuela, onde tudo começou, Carolina foi uma inigualável colega de campo e lazer, combinando com particular responsabilidade trabalho e diversão. Junto com Julio me receberam na sua casa em Cumaná. Jubirí e Dionísio, pais de Cesar, me receberam em Caracas. Eles e toda a turma de amigos me mostraram a melhor cara possível desse país. Por último, Miguel e Milena, o resto da equipe (que todavía les debo una cerveza en algún bar por ahí).

Em Buenos Aires, Tony e Gaby me deram alojamento e compartilharam comigo seu cotidiano, oferecendo companhia, cigarros mate e algumas aulas de tango. O embaixador da Nigéria para a Argentina disponibilizou seu tempo para

ouvir e tentar entender meus interesses de pesquisa, me aconselhando sobre como lidar com burocracia, prazos, taxas e documentação. Em contraste com outras pessoas que encontrei nesse tipo de instâncias oficiais na América Latina e na África Ocidental, sua disposição facilitou de forma significativa meu trabalho.

Em Kumasi, Mr. Bonny e sua família, fundamentalmente Evelyn, e os professores e alunos de *Christ Our Hope School*, me receberam em casa e na escola durante todo o período de trabalho voluntário. Eles me guiaram nos primeiros momentos na África, os mais desorientados da minha vida. Lawson, Didi e Gunadish, coordenadores do World Wide Kids e Gisella, Rick, Maite, Cristina, Julia, Bianca e Gemma, voluntários do projeto, me acompanharam durante todo esse tempo. Em particular Maite, Cristina y Bianca, mis heramanas españolas, que reían pensaban y sentian igual que yo, pero con un acento extraño. Em Mowire, Peter e Miriam de *Triumph School and Care & Development Center*, suas filhas e boarder students, alunos e professores da escola. Em Ejura, onde tenho as lembranças mais felizes da África Ocidental, Nitish, Didi e Dim, meus vizinhos e meu *landlord* e sua família, que me acordavam todo dia às quatro da manhã, vinham ver quando limpava o chão do meu quarto e brigavam comigo para carregar minha água. Meus jovens vizinhos, que vinham conversar e também tiveram que carregar água. Em Lomé, Volta Region e Accra, a família Lawson e o Ananda Marga Center me deram acolhida durante as idas e vindas da pesquisa.

Aos organizadores e participantes da “1st International Conference on Afro-Hispanic Studies Across the Disciplines”, realizada em Accra em agosto de 2007, na qual tive a oportunidade de assistir e apresentar meu trabalho.

Durante o XI Curso Fábrica de Idéias 2009, em Salvador, tive um espaço único para discutir temas relativos a meu trabalho em particular e as condições de produção de conhecimento. Agradeço a todos meus colegas, professores e organizadores do curso que me brindaram essa oportunidade. Adailton, Juan Pablo, Juan Guillermo, Julia, Lázaro, Monica, Saleh, Stella, Sandro, Sandrão, Raquel, Eufemia e Priscilla foram muito significativos nesse processo. No marco do curso, mas muito além dele, Julia, Sandro e Saleh me ajudaram a recuperar a dimensão humana e política, e a focar a perspectiva crítica do meu trabalho, que parecia perdida entre tanto deslocamento, geográfico, simbólico e afetivo.

Em Porto Alegre, Soraya, Daniel, Miriam, Leticia e Rosana, muito antes que a

pesquisa começara, me alentaram e me fizeram acreditar no meu projeto de doutorado. Meus colegas da turma de doutorado 2005-2009 acompanharam todo longo caminho: Rosana, Pedro, Laura, Cristina, Marcos, Roberto e Luciana; junto com eles também estiveram meus colegas e ex-colegas do NACI, Débora, Simone, Laura, Patrice, Nara, Dulce, Alex, Cristian, Fanny, Ana Paula, Fernanda, e as coordenadoras, Denise e Claudia. Aline, Soraya, Liz e a turma dos estudos de gênero também são parte muito importante das reflexões que guiam a tese. Preciso agradecer a Pedro e Mica, meus dois guarda-costas, por serem pessoas tão grandes e tão cheias de coisas para dar. Meus colegas de apartamento e vizinhos Luciane, Clovis, Nadia, Michelle y Edegar estiveram comigo durante todo o tempo que morei em Porto Alegre, discutindo os mais diversos tópicos. Verónica, sempre do outro lado do computador, leu, corrigiu, traduziu e discutiu muitos dos tópicos dessa tese sem perder nunca o rigor intelectual. Letícia foi a melhor colega de inglês que já tive. Mica são amigos que não entram em nenhuma das outras categorias, mas que estiveram sempre muito presentes. Minha família em Gravataí: Ana Luiza, Cecília, Lula, Cibél, Jaque, Ernesto, e Tia Mota. Rodrigo e Daniel me deram alojamento durante o período em que precisei voltar a Porto Alegre e não tinha onde ficar, são dois amigos dos que chegam para ficar. Por último, Machado, sei que tenho muitas coisas para agradecer para além da assistência técnica on-line 24 horas, mas não consigo escrever nenhuma nesse momento.

Em Montevideu muitas pessoas fizeram parte das diferentes etapas do doutorado, me ajudaram e aguentaram durante durante o período de redação, em muitos casos sem nem entender o que estava se passando. Meus irmãos e pais: Liber, Magdalena, Damián, Gonzalo e Cristina. Natalia, Álvaro e agora Salvador, em muitos lugares e em diferentes papéis me acompanharam desde antes do começo do doutorado; é impossível fazer uma lista de todas as coisas por que poderia agradecer. Minha comadre, meu compadre e meu afilhado, Natalia, Tato e Ernesto, pela generosidade com que me ouviram falar sempre as mesmas coisas. Ana Laura, que sempre esteve ao meu lado dizendo exatamente aquilo que deveria ser dito; Patrícia, que suportou a histeria da finalização dessa tese com paciência e sabedoria; Carina e Verónica, que estiveram sempre por perto. Carlos, amigo, colega e meu interlocutor em Montevideu. Álvaro foi meu diretor de câmeras e designer gráfico “en jefe” y Carlos Serra, fizeram o vídeo para levar a Lagos, e. Patrícia Azzinaro, minha professora de inglês em Montevideu, que me fez falar inglês e me ajudou com

inúmeros problemas práticos logo antes da viagem. Ao Adriano meu corretor de português “especial” e a Laura que traduziu meu resumo.

A CNPq, que prestou auxílio a esta pesquisa com 36 meses bolsa de doutorado, sem a qual eu não poderia ter me dedicado de forma exclusiva ao doutorado durante esse período.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Todos eles são responsáveis por se ter criado um espaço de estudo, reflexão e criatividade. Foi para mim um privilégio compartilhar os seis anos da minha formação de pós-graduação dentro do programa.

À minha orientadora, Claudia, pelo compromisso, generosidade e alegria com que me orientou durante seis anos, no meu mestrado e no doutorado. Ela me mostrou, e com ela tentei aprender, as atividades fundamentais da antropologia: fazer etnografia, ler tudo o que for preciso em perspectiva crítica, mas sempre aprendendo, e escrever sem me esquecer do leitor. Preciso agradecer pela confiança com que me orientou durante todo o período do doutorado mesmo quando parecia um pouco sem rumo. Com muita paciência me mostrou que a antropologia faz sentido e me permitiu achar o meu próprio sentido para esse fazer.

Aos integrantes de organizações e instituições que trabalham na área de migrações e refúgio que participaram da pesquisa. Aos jovens sobre cujas experiências se baseia este trabalho, seus familiares e amigos.

Resumo

A presente tese trata sobre migrações irregulares entre a África Ocidental e a América do Sul. Trata-se de jovens em contextos urbanos que abordam navios de carga de forma clandestina nos principais portos dos centros comerciais da região. Eles partem sem um destino certo e sua viagem pode ter diferentes desenvolvimentos. Às vezes são devolvidos à terra mesmo antes da partida; outras, são achados pela tripulação durante a viagem, ou já no lugar de destino pelas autoridades do porto. Nesses casos, podem ser deportados ao país de origem ou qualquer outro da África, ou permanecer no lugar de chegada como refugiados ou migrantes. Também se registram casos em que os passageiros clandestinos são lançados ao mar à deriva, onde podem ser resgatados por outras embarcações. O trabalho se baseia na etnografia realizada na América do Sul – em Venezuela, Uruguai e Argentina – e na África Ocidental – Nigéria e Gana. Analisa-se esse tipo de migrações em relação a dinâmicas demográficas mais amplas, nos dois polos do percurso migratório. De uma perspectiva transnacional, se vinculam esses locais com outros possíveis destinos futuros onde imaginam dar continuidade ao processo migratório. Esses destinos se relacionam às formas em que os migrantes descrevem sua experiência de deslocamento como a possibilidade de continuar sempre em movimento. No local de origem se analisam as formas em que os jovens constroem seus projetos migratórios, em relação às variáveis de gênero e idade, que são determinantes para entender a posição que eles ocupam na comunidade. No local de destino, se analisam os processos de integração a partir das definições cotidianas e jurídicas em que eles se inscrevem e que lhes são atribuídas pela sociedade englobante. Dentro dessas categorias, as diferenças de cor, lidas como diferenças raciais, têm um lugar particular, como uma das formas mais violentas de classificação às quais se vêm expostos. Observam-se os processos migratórios em perspectiva, vinculando a experiência desses jovens com os conceitos de diásporas nacionais e diáspora negra.

Palavras-chave: **Migrações, Transnacionalismo, África Ocidental, Juventude**

Abstract

This dissertation aims to study irregular migrations between Western Africa and South America. It analyzes young people in urban contexts who covertly approach cargo ships in the main trade ports of the Western Africa region. They depart without pre-defined destinations and their trip can result in unforeseen consequences. Sometimes they are returned home before they depart. Sometimes ship crews find them during the trip and sometimes local authorities find them at the final destination. Once they are identified, they can be deported to their home country or to any other African country, or they can stay at the destination country as refugees or migrants. There are also some cases of clandestine passengers who are left adrift at sea, where they can possibly be rescued by other watercrafts. This dissertation, based on an ethnographic research with a number of such migrants, was carried out in South America (Venezuela, Uruguay, and Argentina) and in Western Africa (Nigeria and Ghana). Their “irregular” form of migration is analyzed considering a wide range of demographic dynamics on both the origin and destination side of the migratory journey. The transnational perspective is useful for understanding the social environment in which these young people operate. They understand and describe their displacement experience as a perpetual search for another migratory opportunity. First, the characteristics of these young people’s migratory projects are analyzed in relation to gender and age cohorts, which are determinant of their societal position in their original communities. Second, the migrants’ social and legal integration are analyzed through the migrants’ perception of themselves in the host society and the host society’s perception of the migrants. Racial and ethnic differences, being one of the most violent forms of “categorization” faced by the migrants, play a significant role in these perceptions. These migratory processes are observed through the use of comparative lenses, linking the experience of these young people with the social concepts of the National and African Diaspora.

***Key words:* Migrations, Transnationalism, Western Africa, Youth.**

Resumen

La presente tesis versa sobre migraciones irregulares entre África Occidental y América del Sur. Se trata de jóvenes en contextos urbanos que abordan los navíos de forma clandestina en los principales centros comerciales de la región. En diferentes situaciones, ellos parten sin un destino cierto y su viaje puede tener diferentes desarrollos. Algunas veces son devueltos a tierra incluso antes de la partida, otras encontrados por la tripulación durante el viaje o ya en el lugar de destino por las autoridades del puerto. En esos casos pueden ser deportados al país de origen, a cualquier otro país en África o permanecer en el país de destino, con refugiados o migrantes. También se registran casos en que los pasajeros clandestinos son lanzados al mar a la deriva donde son rescatados por otras embarcaciones. El trabajo se basa en la etnografía realizada en América del Sur – Venezuela, Uruguay y Argentina – y en África Occidental – Nigeria y Ghana. Se analiza este fenómeno específico en relación con dinámicas demográficas más amplias en los dos polos de trayecto migratorio. Desde una perspectiva transnacional, se vinculan esos dos lugares con otros destinos donde los migrantes imaginan dar continuidad al proceso, relacionados a las formas en que describen su experiencia, como una actitud de estar siempre en movimiento. En el lugar de partida se analizan las formas en que los jóvenes construyen el proyecto de migrar, en relación con las variables de género y edad, que son determinantes para entender la posición que ocupan en la comunidad. En el lugar de destino se analizan los procesos de integración a partir de las definiciones informales y jurídicas en que ellos mismos se inscriben y que les son atribuidas por la sociedad englobante. Dentro de esas categorías, las diferencias de color, leídas como diferencias raciales, tienen un lugar particular, ya que son vividas como una de las situaciones más violentas a las que se ven expuestos. Se observan los procesos migratorios en perspectiva, vinculando la experiencia de estos jóvenes con los conceptos de diásporas nacionales y diáspora negra.

Palabras clave: **Migraciones, Transnacionalismo, África Occidental, Juventud**

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	VI
<i>Resumo</i>	X
<i>Abstract</i>	XI
<i>Resumen</i>	XII
<i>Sumário</i>	XIII
<i>Índice de figuras</i>	XVI
<i>Lista de abreviaturas e siglas</i>	XVII

INTRODUÇÃO

TRAVESSIAS TRANSOCEÂNICAS E MODERNIDADE	18
Náufragos e polizones em perspectiva	21
A organização da tese.....	24

CAPÍTULO 1

AOS DOIS LADOS DO OCEANO: ANOTAÇÕES METODOLÓGICAS	28
1.1 Continental e regional: o local da pesquisa	32
1.1.1 Línguas em campo	41
1.1.2 Pesquisa, dados etnográficos e experiências de vida.....	45
1.2 O LUGAR DE ENUNCIÇÃO: IDENTIDADES INDISSOCIÁVEIS	48
1.2.1 Comunicação virtual, pesquisa na internet e outros meios de comunicação	48
1.2.2 Valores e usos da narrativa	53
1.3 Becoming Obruni	58
1.3.1 Negociando identidades	61
1.3.2 Mobilidade em diferentes contextos	64
1.3.3 O antropólogo deslocado	68

CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS POPULACIONAIS E DIÁSPORA NEGRA	73
2.1 Um continente em movimento, muitos mundos em movimento	75
2.1.1 Dinâmicas demográficas, comércio e regime colonial	79
2.1.2 Sobreposição de fronteiras	84
2.1.3 Migrações transcontinentais na atualidade	90
2.2 Definições de diáspora	95
2.2.1 Diáspora nigeriana ao redor do globo.....	100
2.2.2 Diferenças nacionais em um contexto racializado	102
2.3 Africanos e afrodescendentes: a construção social da cor	104
2.3.1 A significação da origem	106
2.3.2 A descoberta do racismo.....	110

CAPÍTULO 3

MIGRAÇÕES SUL-SUL	116
3.1 Dinâmicas migratórias na América Latina	116
3.1.1 Na sociedade de destino: processos e âmbitos de integração.....	125
3.1.1 A chegada e o primeiro estabelecimento de redes.....	126
3.1.2 Moradia e emprego	129
3.2 Destinos da travessia: escolha, determinação e acidente	131
3.2.1 Avaliações do local de chegada em relação às motivações da partida	133
3.2.2 Europa e os destinos imaginados	137
3.2.3 Fé e determinação	141
3.3 Transnacionalismo e transmigrantes	144
3.3.1 A migração como <i>estilo de vida</i>	147
3.3.2 Percursos em escala, padrões combinados	150

CAPÍTULO 4

MIGRAÇÕES E REFÚGIO: DEFINIÇÕES LEGAIS, NEGOCIAÇÕES LOCAIS	155
4.1 Restrições à circulação e ao estabelecimento de categorias	158
4.1.1 Nacionais versus não-nacionais; documentados versus indocumentados.....	159
4.1.2 A definição social do imigrante	162
4.2 O regime internacional de refúgio	165
4.2.1 A evolução da noção de refugiado: de herói a vítima	169
4.2.2 Refúgio e migração no contexto latino-americano.....	173
4.2.3 Nos liminares do sistema: polizones e naufragos	176
4.3 A definição local das categorias	181
4.3.1 Identidade, autenticidade e definições sociais	181
4.3.2 “Clarificando” conceitos: refugiados e migrantes desde a visão dos operadores...	185
4.3.3 Refúgio e refugiados, as diferenças dentro da categoria	189
4.4 Documentação e legitimidade social	193

CAPÍTULO 5

ÁFRICA: ENTRE O CONTINENTE E O BAIRRO	199
5.1 Definindo unidades de análise, estabelecendo unidades de sentido	201
5.1.1 Africanismo e colonialismo.....	202
5.1.2 Afrocentrismo e a “invenção” da África.....	207
5.1.3 Promessas nacionalistas, desesperança urbana e migrações.....	212
5.2 Lagos: entre o Ghetto e o mundo	215
5.2.1 Impressões sobre uma megacidade africana.....	219
5.2.2 Getting in Apapa	225
5.2.3 Jovens urbanos: o gueto como tropos de identificação	232
5.3 Locais da modernidade - modernidades locais	236

5.3.1 Participação na sociedade global	237
5.3.2 Etnia, classe e prestígio social em contextos urbanos.....	239

CAPÍTULO 6

GÊNERO, IDADE: VARIÁVEIS NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS MIGRATÓRIOS 245

6.1 Gênero e migrações: olhando para as mulheres	246
6.1.1 Migração e carreiras profissionais entre as mulheres Igbo	248
6.1.2 Migrações internacionais e trabalho sexual feminino na cidade de Edo	250
6.2 Contextualizando um fenômeno masculino	252
6.2.1 Definições acadêmicas e definições locais	255
6.2.2 Representações de gênero e espaços de identificação	260
6.3 Infância e Juventude: conceitos locais e padrões regionais	266
6.3.1 O respeito pelos mais velhos	267
6.3.2 Responsabilidades domésticas	269
6.4 Migrações juvenis: conjugando a região e o mundo	274
6.4.1 Viagens clandestinas de avião, inexperiência e tentativas de migrar.....	276
6.4.2 Etapas do ciclo de vida à luz das experiências migratórias	279

CAPÍTULO 7

A TRAVESSIA DIVIDINDO DUAS ETAPAS DE VIDA 284

7.1 Ritos de passagem em sociedades complexas.....	289
7.1.1 Projetos individuais ou coletivos?	290
7.1.2 Aspectos individuais e sociais da passagem	296
7.2 Liminaridade e perigo	298
7.2.1 A preparação da viagem.....	299
7.2.2 Caminhos regulares vs. alternativas informais.....	303
7.2.3 Risco como elemento constitutivo	305
7.3 Experiências de vida e reconfiguração de destinos	307
7.3.1 <i>Survivors</i> , aventureiros e refugiados.....	309
7.3.2 " <i>Nadie es refugiado porque quiere</i> "	313
7.4 A apropriação crítica das categorias.....	315

CONSIDERAÇÕES FINAIS

MORANDO NO MUNDO TRANSNACIONAL 317

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 322

Índice de figuras

Mapa 1	31
Costa norte da Venezuela	
Mapa 2	33
Rio da Prata, Buenos Aires, Montevideu e Maldonado	
Mapa 3	36
África Ocidental: Abidjan, Accra, Kumasi, Ejura, Lomé, Lagos	
Mapa 4	38
África Ocidental	
Mapa 5	199
África Ocidental, regiões climáticas	
Mapa 6	222
Lagos	
Tabela 1	39
Migrantes de África Ocidental em América Latina entrevistados na pesquisa por ordem de aparição no texto	
Tabela 2	79
Indicadores do total acumulado da migração internacional por grandes regiões 1960-2000	
Tabela 3	216
Tendência dos níveis de pobreza (1980-1996) (%)	
Tabela 4	219
Incidência da pobreza em Nigéria. 1985-1992 (%)	
Tabela 5	243
Porcentagem de mulheres migrantes no total de migrantes internacionais por regiões 1960-2000	
Gráfico 1	116
Porcentagem de população imigrante segundo precedência na América Latina e no Caribe 1970 – 2000.	
Gráfico 2	147
Penetração da Internet na África	

Lista de abreviaturas e siglas

ACNUR	Alto Comissionado das Nações Unidas para os Refugiados
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CEPARE	<i>Centro Para los Refugiados</i>
ECOWAS	<i>Economic Community of West African States</i> / Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
IMO / OIM	<i>International Migration Organization</i> - Organização Internacional das Migrações
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censo</i>
MSN	<i>Windows Live Messenger</i>
OUA	<i>Organization of African Unity</i> / Organização da Unidade Africana
OEA	Organização de Estados Americanos
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
SEDHU	<i>Servicio Ecuménico para la Dignidad Humana</i>

Introdução

Travessias transoceânicas e modernidade

Os navios também nos reportam à Middle Passage, à micropolítica semilembada do tráfico de escravos e sua relação tanto com a industrialização quanto com a modernização. Subir a bordo, por assim dizer, oferece um meio para reconceituar a relação ortodoxa entre a modernidade e o que é tomado como sua pré-história. Fornece um sentido diferente de onde se poderia pensar o início da modernidade em si mesma nas relações constitutivas com estrangeiros, que fundam e, ao mesmo tempo, moderam um sentido autoconsciente de civilização ocidental. Por todas essas razões, o navio é o primeiro dos cronótopos modernos pressupostos por minhas tentativas de repensar a modernidade por meio da história do Atlântico negro e da diáspora africana no hemisfério ocidental.

Pau Gilroy, *O Atlântico Negro*. 2001. Páginas 60/61

O presente trabalho começa com a tentativa de narrar uma história de navios, a história de oito pessoas que em 2001 saíram da Costa do Marfim, embarcados de forma clandestina, e chegaram um mês depois à costa oriental da Venezuela. Esse foi o primeiro dos casos de migrantes irregulares com que tive contato e que, por parecer uma história única e extraordinária, despertou o interesse pessoal, e de alguns amigos, de tentar fazer um documentário sobre ela.

Desse interesse inicial, originado na singularidade das oito histórias, surgiu a possibilidade de abordar o caso como uma narrativa visual, na perspectiva mais geral dos deslocamentos entre África Ocidental e América Latina, e como objeto de análise de uma tese na antropologia social, construindo-se um longo percurso que envolveu vários anos, muitos locais e pessoas.

Diferentemente dos objetivos iniciais do trabalho, o presente texto não trata de navios ou polizones. Ele se refere ao trânsito de pessoas ao redor do planeta por meio de um sistema mundial que, globalizado nas expectativas, ainda está muito longe de sê-lo nas oportunidades com que brinda aos sujeitos que habitam as diferentes regiões do mundo. Refere-se ao fenômeno migratório em escala global e às desigualdades estruturais que os migrantes pretendem confrontar se deslocando entre diferentes países e continentes. Essas grandes questões analíticas tomam carne

na pesquisa etnográfica realizada nos dois lados do oceano Atlântico, entre os quais pessoas, bens e informações circulam, resultando no fenômeno que denominamos migrações transnacionais. Assim, o que denomino *fenômeno*, e que constitui o objeto de análise de minha pesquisa, não é mais do que uma abstração realizada a partir da experiência dessas pessoas construindo suas histórias de vida.

Para muitas delas, os navios de carga, com todo o peso simbólico e histórico que carregam, representam o enlace entre esses dois lugares geográficos e simbólicos – o local de origem e o mundo lá fora – sendo a travessia clandestina dentro desses barcos a única opção viável para se sair do continente. Esses jovens serão chamados aqui de *polizones*, termo tomado do espanhol, que se refere particularmente à forma de viajar do clandestino, sem documentação e/ou sem passagem, escondido em barcos e, por extensão, em outros meios de transporte¹. Essa é a palavra utilizada pelos próprios implicados nas travessias para definir sua situação dentro dos barcos e é também o termo utilizado tecnicamente.

O fato de embarcarem escondidos de forma irregular e a participação de redes de mediadores no acesso aos barcos, que podem configurar redes de tráfico de pessoas, obscurecem o número de jovens que assumem esse tipo de aventura no momento da partida. Também não é possível conhecer esse número no local de destino devido às altas taxas de migrantes indocumentados que não são registrados nas cifras oficiais. O número de pessoas que embarcam nessas travessias, assim como quantas delas conseguem sobreviver ou perdem sua vida nessa tentativa, fica no desconhecimento. A literatura acadêmica apresenta os casos de viajantes clandestinos como um fenômeno em crescimento, mas de difícil quantificação. Esse fenômeno aparece sempre vinculado a dinâmicas migratórias mais amplas.

Apesar de as estatísticas consistentes serem difíceis de achar, é evidente que o tráfico de migrantes ilegais, até o momento um fenômeno pouco frequente, está em crescimento, desde que jovens se envolvem em aventuras temerárias para conseguir chegar à Europa. Agrega-se a incidência esporádica dos assim chamados *polizones* que se engajam em viagens perigosas

¹ Em diante, o termo *polizón/polizones* será utilizado sem sinalização para se referir a essa forma particular de viajar. No inglês o termo pode ser traduzido como *stowaway*. Ao longo de todo o texto, serão incorporadas palavras, frases e títulos nas línguas que atravessaram a pesquisa. Assim como a palavra *polizón*, muitas outras que não têm tradução ou que remetem a um significado muito específico na língua em que formam enunciadas serão mantidas e até combinadas.

escondidos em barcos com destino ao sul da Europa, e recentemente a um lugar tão longe como a Ásia Oriental. Também existem agentes inescrupulosos que exploram esses jovens com promessas de passagens para a Itália, a Espanha e a França através de Dakar ou Las Palmas² (Adepoju, 2006: 10).

As experiências migratórias de jovens, que deram início ao presente trabalho, serão aqui utilizadas para costurar a diversidade de situações em que pessoas ficam, vão e regressam entre a África Ocidental e a América do Sul e compor um panorama analítico dessas dinâmicas migratórias e suas relações com outros fenômenos migratórios em cada um dos locais, de partida e de chegada. A migração não é uma decisão individual e isolada, mas tem a ver com variáveis de gênero, geração e classe, e forma parte de uma realidade em que os projetos migratórios são uma constante (Black, 2004).

O objetivo deste trabalho não é relevar de forma exaustiva a totalidade do fenômeno migratório entre a África Ocidental e a América do Sul (o que, afinal, seria impossível), mas compor uma visão profunda de um tipo específico de fluxo migratório: deslocamento na direção sul – sul, que envolve dinâmicas complexas tanto no lugar de origem quanto no lugar de destino. Por se tratar de uma pesquisa de orientação etnográfica, me proponho a entender esse fenômeno a partir da relação das estruturas econômicas e sociais que determinam as dinâmicas migratórias com as histórias concretas de pessoas que as protagonizam, sua experiência, as formas com que conduzem e são conduzidas nesses deslocamentos e sua visão em relação ao processo.

No encontro de processos que levam as pessoas a circular na região da África Ocidental e fora do continente e das dinâmicas que colocam algumas regiões da América do Sul como polos de atração e expulsão de população, as histórias de migrantes nem sempre respondem a percursos lineares, escolhas definidas e trânsitos regulares. Em diferentes medidas, esses percursos se constroem numa linha tênue entre o acaso, a escolha e o acidente.

² Although firm statistics are difficult to find, it is now evident that trafficking in illegal migrant, until now a rare phenomenon, is on the increase as young persons are now involved in daredevil ventures to gain entry into Europe. In addition the sporadic incidences of so-called stowaways who engage in life-threatening ventures hidden on board ships to Southern Europe, and recently to far as Asia, there are also exploit unscrupulous agents who also exploit youth with promises of passages to Italy, Spain and France via, for instance, Dakar and Las Palmas.

Desde as histórias de polizones, ícones do risco e da falta de condução sobre as determinantes do seu próprio destino, até as daqueles migrantes que chegam por outros meios e com objetivos diferentes, com o destino marcado numa passagem e um passaporte carimbado, todas as pessoas que fazem parte desta pesquisa são apresentadas como sujeitos portadores de *agência* [*agency* (Orneter, 1994)]. Isto significa se afastar das teorias migratórias clássicas, que abordam a migração a partir dos fatores de *atração* no local de destino e *expulsão* no local de origem, para entender as *esferas de decisão do ato de migrar* sem negar o lugar para as *incoerências e aparentes tendências* que a decisão e os percursos migratórios trazem intrinsecamente consigo (Jardim, 2007: 12).

Mesmo se caracterizado por situações que podem ser consideradas extremas para um ser humano – conflitos bélicos, carência de recursos básicos para a sobrevivência –, o contexto de partida será avaliado a partir das possibilidades de ação dessas pessoas, com menor ou maior grau de liberdade, mas sempre como sujeitos ativos dentro dessas condições e não simplesmente vítimas delas.

Nos dois extremos do processo migratório, o contexto da decisão de partida e a situação de chegada, este trabalho focaliza a forma particular que essas pessoas têm de habitar e perceber o mundo; o que inclui a ideia de deslocamento contínuo, ocupação múltipla dos espaços e intensa comunicação através da tecnologia. Essas concepções são apresentadas como mais uma expressão do processo de *des-(re)territorialização* das identidades (Appadurai, 1994) e de *transnacionalização* das cidadanias (Glick Schiller e Fouron, 1997; Ong, 2003). No entanto, elas apresentam um lado pouco conhecido desses processos. O fenômeno migratório que estamos analisando mostra a contracara da globalização, não somente porque evidencia a imensa desigualdade que a caracteriza, mas também porque se contrapõe diretamente às imagens de imediatismo, previsão e fundamentalmente segurança com que em muitos casos tenta se explicar o atual período histórico.

Náufragos e polizones em perspectiva

Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, deve traçar a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Somente assim será possível criar o tempo-espaço necessário para conhecer e valorizar a inexaurível experiência social. Em outras palavras, somente isso fará

possível prevenir a massiva perda de experiências que sofremos hoje. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências³ (Sousa Santos, 2004).

O processo em que essas histórias particulares foram construídas analiticamente para se constituir primeiro em um problema de pesquisa, e posteriormente no texto de uma tese, foi longo e, por momentos, difícil. Olhando em perspectiva, posso dizer que a dificuldade fundamental que esse percurso confrontou esteve no forte impacto que a experiência dos migrantes clandestinos produziu quando tomei conhecimento delas. O relato que eles realizaram das situações vividas me chocou profundamente e essa impressão perpassou durante muito tempo minhas tentativas de colocar em perspectiva essas experiências, assim como as tentativas de narrar as histórias a outras pessoas, indo além do anedótico.

Uma e outra vez, ao tentar explicar o assunto do qual tratava meu trabalho, tanto no âmbito acadêmico quanto no cotidiano, encontrei dificuldade para posicioná-lo em algum lugar entre os dois extremos do particular e do geral. Se começasse pela história dos polizones, as explicações sobre como isso se sucedia, qual a situação dessas pessoas, as formas pelas quais tinha entrado em contato com o tema e a forma em que conduzi minha pesquisa esgotariam o tempo. Ao inverso, se começasse pela descrição geral do trabalho, migrações sul-sul, ou migrações entre África Ocidental e América Latina, contextualizado nas grandes preocupações teóricas sobre o fenômeno migratório em nível mundial, se perderia em grande parte a riqueza das experiências individuais, que eu considerava fundamentais por contestar muitas das ideias estabelecidas sobre migrações, quase sempre abordadas da perspectiva sul-norte e com um viés marcadamente economicista.

Outra dificuldade se apresentava devido à clara conexão simbólica entre o fenômeno presente e o comércio de escravos durante os séculos XVIII e XIX. Sendo o referente histórico mais forte o de deslocamentos de população africana para a América, as conexões posteriores estabelecidas pela diáspora automaticamente

³ I propose a Cosmopolitan rationality that, in this phase of transition, must trace the inverse trajectory: to expand the present and contract the future. Only thus will it be possible to create the time-space needed to know and valorize the inexhaustible social experience under way in our world today. In other words, only thus will it be possible to avoid the massive waste of experience we suffer today. To expand the present, I propose a sociology of absences; to contract the future, a sociology of emergences.

carregavam de significações a definição do tema. De um lado essa assimilação resultava interessante, ao trazer à luz as conexões históricas de fenômenos atuais com estruturas políticas e econômicas do passado. Essas relações se continuam na dependência econômica dos países do terceiro mundo e na forma em que os interesses econômicos transnacionais condicionaram e condicionam os deslocamentos de população. Mas esse ganho tinha a desvantagem de remeter a um passado “pré-moderno”, colocando as histórias de migrantes fora do nosso presente, como se aquelas pessoas com quem convivemos não fizessem parte do mesmo período histórico, e sim a ressaibos de um passado felizmente superado por nós, mas não ainda por outros.

Na visão linear da história da humanidade, os estágios de evolução humana se superpõem sempre numa acumulação positiva. Essa linha acumulativa, com uma direção e significados unívocos, tem adquirido diferentes nomes ao longo dos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, globalização (Sousa Santos, 2004). As possibilidades e o leque de experiências admitidas no presente se reduzem, abrindo dois grandes espaços ou temporalidades onde colocar o que não é concebido como contemporâneo à nossa existência: o passado e o futuro. De um lado, o futuro se abre como um lugar de possibilidades infinitas e incondicionais, sem conexão aparente com as condições reais de existência do presente. Do outro, são colocadas no passado todas as formas de desigualdade estrutural e violência simbólica intrínsecas aos sistemas econômicos e políticos mundializados, como forma de fazê-las invisíveis ou de exorcizá-las.

Neste caso, a não-existência assume a forma de um resíduo, que tem assumido muitas definições nos passados duzentos anos, ao começo primitivo, seguido de perto pelo tradicional, pré-moderno, simples, obsoleto, subdesenvolvido⁴ (Sousa Santos, 2004).

A presente tese se desenvolve na tentativa de superar as dificuldades iniciais que a definição do objeto de análise me apresentara, construídas a partir da oposição de categorias. As histórias de polizones não estão isoladas, mas têm a ver com sociedades e contextos históricos em que a migração é uma variável social

⁴ In this case, nonexistence assumes the form of residuum, which in turn assumed many designations for the past two hundred years, the first being the primitive, closely followed by the traditional, the premodern, the simple, the obsolete, the underdeveloped.

fundamental na construção de projetos de vida individuais e coletivos (Black, 2004). Essas histórias têm muito a dizer sobre a experiência das pessoas nos dois locais, de saída e chegada, mas também, de forma mais geral, sobre o mundo que habitamos, em que rapidamente tendemos a desconsiderar as variáveis de espaço e tempo, como superadas pela tecnologia.

Como tentarei mostrar ao longo deste trabalho, a importância do fenômeno migratório que estamos analisando não responde ao número (mesmo que este seja cada vez maior) de pessoas que o compõem, mas ao fato de se incorporar a dinâmicas migratórias globais, apresentando algumas de suas características menos evidentes. Limitar a significação desse fenômeno à sua importância numérica não somente impediria o estabelecimento das conexões entre diversos fluxos migratórios relacionados, mas também a abordagem do fenômeno que tentamos estudar em toda sua profundidade. Parte dessa profundidade está ligada à forma em que vivências das pessoas que protagonizam esses percursos estão envolvidas numa concepção de mundo globalizado que conecta suas trajetórias às de muitos outros migrantes em diferentes partes da África, Europa e América do Norte.

Por esse motivo, escolhi o texto de Gilroy para dar início ao meu trabalho. Nele a imagem do navio é explicada como metáfora para entender as relações entre micropolítica e sistema global, entre ocidental e não civilizado, entre próprio e estranho, remetendo a um processo histórico que dá origem à modernidade. Dois séculos depois, a ainda pungente imagem dos navios atravessando o oceano, transportando mercadorias e seres humanos, será o pontapé inicial para nos aproximar da diversidade de experiências que essas pessoas atravessam.

A organização da tese

A tese está composta por uma introdução, sete capítulos e as conclusões. O capítulo um, *Aos dois lados do oceano: anotações metodológicas*, concentra as reflexões metodológicas em relação à pesquisa etnográfica e algumas das orientações teóricas que deram marco a essas escolhas. Realiza-se uma descrição sistemática dos locais de pesquisa, línguas, meios e metodologias utilizados para sua realização. Neste capítulo tento me situar enquanto pesquisadora, abordando algumas características pessoais que determinaram meu relacionamento com os informantes ao longo da pesquisa nos diferentes contextos. Apresento algumas reflexões em

relação às diferentes situações que tive de confrontar, assim como as transformações pessoais que a realização da pesquisa envolveu.

O capítulo dois, *Movimentos de população e diáspora negra*, aborda as dinâmicas migratórias na África Ocidental, através de diferentes períodos históricos. Conectam-se os fluxos entre os dois locais, África Ocidental e América do Sul, a partir do conceito de diáspora, definido e analisado de forma crítica à luz da experiência dos migrantes africanos em três contextos nacionais diferentes, Venezuela, Argentina e Uruguai. A partir da noção de diáspora será abordada a forma em que esses jovens vivenciam as diferenças de cor, vinculadas à experiência de se ser estrangeiro e ao relacionamento entre comunidades de migrantes organizadas em torno de categorias nacionais. Aborda-se a experiência desses jovens da perspectiva das diferenças raciais, focalizando o racismo como uma das situações mais radicais e inesperadas para eles. Na maioria dos casos, esses jovens experimentam pela primeira vez a integração em sociedades majoritariamente brancas, se confrontando de forma repentina com diversas manifestações de estranhamento e discriminação da parte de quem os recebe. Essa experiência leva a uma reelaboração substantiva da forma em que constroem sua identidade e as relações com o mundo ao redor.

No capítulo três, *Migrações Sul – Sul*, o processo de integração é abordado a partir de três eixos. O primeiro deles começa com uma aproximação teórica às dinâmicas demográficas e aos deslocamentos de pessoas na América Latina, levando em consideração as mudanças nos tipos de fluxos migratórios recebidos nos diferentes períodos históricos. A partir disso se analisam as formas em que os migrantes africanos processam sua integração na nova sociedade, os primeiros momentos após a chegada e alguns âmbitos que se mostraram importantes a partir da pesquisa de campo: emprego e moradia. Na segunda parte se apresentam as definições dadas por esses jovens à sua experiência migratória e ao local de destino, tentando entender como eles são definidos, em função das expectativas antes de partir e as avaliações do lugar de chegada. Por último analiso alguns dos percursos realizados pelos jovens em questão a partir de insumos teóricos em relação à teoria migratória e o conceito de transmigrantes, tentando entender a forma em que eles constroem formas particulares de habitar no mundo, a partir da ideia de estar sempre em movimento.

No capítulo 4, *Migrações e refúgio: definições legais, negociações locais* analiso as diferentes categorias jurídicas por meio das quais esses jovens processam sua integração nas novas sociedades: *migrantes, refugiados, polizones, náufragos, etc.* Analisa-se a evolução do conceito de refugiado e as diferentes significações dadas a este em função do período histórico e das características projetadas sobre os solicitantes de refúgio provenientes de diferentes situações e regiões do globo. A situação dos náufragos e polizones solicitantes de refúgio é analisada a partir da pesquisa etnográfica, focalizando a forma em que se produzem as negociações dos processos de solicitação de residência, seja por meio da condição de refúgio ou de migrantes econômicos. Abordam-se os diferentes significados outorgados pelos jovens migrantes a essas definições, assim como da parte dos agentes vinculados aos organismos públicos, instâncias administrativas e serviços de assistência.

O capítulo cinco, *África: entre o continente e o bairro*, começa com uma discussão teórica em relação às unidades de análise e unidades de sentido sobre as quais se constrói o trabalho. Trabalham-se as ideias de africanismo e afrocentrismo, tentando transpor essas grandes reflexões teóricas à análise das experiências migratórias que constituem a base do capítulo. Nas outras duas partes, analiso a localização geográfica, social e simbólica desses jovens que se lançam às travessias clandestinas. Realiza-se uma aproximação à cidade de Lagos a partir de minhas percepções subjetivas e de dados estatísticos, contextualizados em dados gerais do país – Nigéria. A partir da percepção e avaliação que os próprios jovens fazem de sua realidade, serão trabalhadas as ideias de *ghetto* e *modernidade*, vinculadas às suas posições na sociedade englobante, na sociedade nigeriana e em uma cidade com características muito particulares.

No capítulo seis, *Gênero e idade: variáveis na construção de projetos migratórios*, vincula-se esse tipo específico de migrações com o espaço social desses jovens, analisando elementos de gênero e geração. Proponho que a viagem de navio é um elemento fundamental na conformação identitária deles e representa um ritual de passagem. Também se analisam alguns aspectos específicos da preparação da viagem e os conhecimentos necessários para se realizar esse tipo de aventuras. Desde uma perspectiva teórica se analisam as definições de gênero e etapas do ciclo de vida, como construções sociais e históricas que devem ser contextualizadas, dando atenção às formas em que os períodos de vida são construídos no local de origem. A partir de

dados etnográficos se incorporam as responsabilidades individuais familiares e coletivas desde muito cedo entre as atividades das crianças, e os valores de respeito aos mais velhos. É analisada a forma em que esses elementos mudam da infância para a juventude e dos contextos rurais aos urbanos. A partir disso, abordo os percursos migratórios dos jovens, comparando as diferenças colocadas no local de destino entre menores e adultos em relação a uma maior fluidez dessas categorias nas trajetórias migratórias desses jovens no local de origem.

No capítulo sete, *A travessia dividindo duas etapas de vida*, serão abordados elementos específicos do planejamento e realização da viagem transoceânica de forma clandestina em navios de carga. A travessia será estudada enquanto rito de passagem, por meio do qual os jovens procuram sua incorporação ao mundo adulto. Por um lado, permite demonstrar alguns dos valores que eles associam à masculinidade e ao lugar de homens na sociedade. Coragem, temeridade, capacidade de realizar empreendimentos. Por outro, lhes abre as portas a um espaço social que não visualizam na sociedade de origem: a possibilidade de obter um emprego reconhecido socialmente e a participação de circuitos culturais e de consumo. A ênfase do capítulo será colocada nos duros momentos vividos durante a travessia, analisados através dos conceitos de liminaridade e perigo, propostos por Van Gennep e Turner.

Por último, nas considerações finais, *Morando no mundo transnacional*, se abordam esses processos migratórios em perspectiva, tentando entender o lugar da travessia transoceânica nesses projetos migratórios, as formas em que determinam – ou não – duas etapas de vida e como esses projetos se reconfiguram na perspectiva do local de destino, sempre apontando a uma ocupação dos espaços que vai além das fronteiras nacionais e dos trajetos lineares.

CAPÍTULO 1

Aos dois lados do oceano: anotações metodológicas

Ao apresentar de diversos modos o problema do “lugar” e do antropólogo não ocidental, tanto Talal Asad (1982) como Arjun Appadurai (1988b) têm assinalado que, para socavar a assimetria na prática antropológica, deveria ser muito maior o número de antropólogos que estudaram as sociedades ocidentais. Este número seria sem dúvida um passo na direção correta, na medida em que subverte a noção predominante de que o sujeito não ocidental pode falar somente dentro dos termos de sua própria cultura. Além disso, privilegia em algum grau a possibilidade de pôr em relação diversos espaços culturais. Ao mesmo tempo, pareceria fixar e repetir as fronteiras territoriais estabelecidas na época colonial, dentro das quais se dá impulso ao movimento do pós-colonial: centro/periferia (de um modo especial, o centro do governo neocolonial e a periferia da origem). Os antropólogos europeus e norte-americanos seguem indo onde gostam, enquanto que o pós-colonial fica em casa ou bem vai ao ocidente. Alguém pode se perguntar se não poderia existir uma problemática mais interessante no caso de que o intelectual pós-colonial de Papua Guiné, em lugar de ir à Filadélfia, se dirigisse a Bumbai ou a Kingston ou a Accra⁵ (Scott apud Clifford, 1999: 105).

A forma tradicional de se fazer antropologia partia do trabalho etnográfico intensivo em um local específico, onde fenômenos concretos são contextualizados em estruturas de maior escala a partir de uma conexão com as grandes estruturas do sistema capitalista. Essa concepção tem mudado gradativamente para outras formas

⁵ Al plantear de diversos modos el problema del “lugar” y del antropólogo no occidental, tanto Talal Asad (1982) como Arjun Appadurai (1988b) han señalado que, para socavar la asimetría en la práctica antropológica, debería ser mucho mayor el número de antropólogos que estudiaran las sociedades occidentales. Este sería sin duda un paso en la dirección correcta, en la medida en que subvierte la noción predominante de que el sujeto no occidental puede hablar sólo dentro de los términos de su propia cultura. Además, privilegia en algún grado la posibilidad de poner en relación diversos espacios culturales. Al mismo tiempo, parecería fijar y repetir las fronteras territoriales establecidas en la época colonial, dentro de las cuales se da impulso al movimiento de lo poscolonial: centro/periferia (de un modo especial, el centro del gobierno neocolonial y la periferia del origen). Los antropólogos europeos y norteamericanos siguen yendo adonde les place, mientras que el poscolonial se queda encasa o bien va al Occidente. Uno se pregunta si no podría existir una problemática más interesante en el caso de que el intelectual poscolonial de Papúa Guinea, en lugar de ir a Filadelfia, se dirigiera a Bombay o a Kingston o a Accra.

de abordar os fenômenos sociais e compreender a metodologia etnográfica, menos atravessada por oposições ou dicotomias entre a esfera do cotidiano e as grandes estruturas que organizam as sociedades e por diferenciações entre âmbitos locais e globais.

Muitos dos temas de pesquisa na antropologia contemporânea se localizam em tempos e espaços difusos e, portanto, escapam às convenções sobre o trabalho etnográfico entendido como *o trabalho de campo exótico, realizado ao longo de um período contínuo de pelo menos um ano* (Clifford, 1999: 75). Surge assim o que Marcus vem a denominar *multi-sited ethnography* (Marcus, 1995: 97), que será traduzida aqui por *etnografia multilocalizada*. Essa metodologia está menos caracterizada pelo fato de ser realizada em vários espaços e tempos do que por se preocupar com o trânsito de significados, objetos e identidades através desses diferentes locais.

Essa etnografia móbil toma trajetórias inesperadas para traçar uma formação cultural em e através de múltiplos locais de atividade que desestabilizam a distinção, por exemplo, entre o mundo cotidiano e o sistema pela qual muitas etnografias têm sido concebidas. Deste modo, a construção etnográfica do cotidiano de sujeitos localizados de forma múltipla é também a construção etnográfica do sistema em si mesmo, através das associações e conexões que este sugere entre os sítios⁶ (Marcus, 1995: 96/97).

Trabalhando com o processo migratório, a pesquisa necessariamente envolve atividades em diferentes locais; porém, a proposta metodológica da etnografia multilocalizada não se refere ao trabalho em diferentes locais, mas à procura por entender as conexões entre os espaços habitados por esses jovens. A pesquisa foi desenvolvida em alguns desses âmbitos abordando o processo de entender as formas em que bens culturais e simbólicos circulam, junto com pessoas e bens materiais, outros espaços de significação são incluídos na etnografia.

O “campo” na antropologia sociocultural tem sido constituído por uma “gama historicamente específica de distâncias,

⁶ This mobile ethnography takes unexpected trajectories in tracing a cultural formation across and within multiple sites of activity that destabilize the distinction, for example, between lifeworld and system, by which much ethnography has been conceived. Just as this mode investigates and ethnographically constructs the lifeworlds of variously situated subjects, it also ethnographically constructs aspects of the system itself through the associations and connections it suggests among sites.

fronteiras e modos de viajar” (Clifford, 1990: 64). Esses elementos estão mudando na medida em que a geografia da distância e da diferença muda nas situações pós-coloniais/neocoloniais, na medida em que as relações de poder da pesquisa se reconfiguram, na medida em que se desenvolvem novas tecnologias de transporte e comunicação, e na medida em que os “nativos” são reconhecidos por suas experiências mundanas específicas e suas histórias de residência e viagem⁷ (Clifford, 1999: 79).

A definição de uma área de pesquisa específica como migrações sul-sul necessariamente traz consigo a definição do outro complementar que é o norte. Entendido como primeiro mundo, países desenvolvidos ou industrializados, ou mesmo “Europa”, a ideia de um lugar melhor, com mais oportunidades e possibilidades de superação pessoal (Prinz, 2005) conforma uma geografia simbólica que também está incluída na análise. Assim, o trabalho, sempre localizado em um espaço e tempo concretos, não se restringe a essa ocupação, mas leva em consideração as conexões que uma experiência de vida concreta tem com outros locais, tempos e significados, que estão conectados através de elementos como a música, o estilo de vestimenta e outras formas de consumo e circulação de bens.

O estudo das migrações tem a ver com o estudo dos fluxos, não somente de pessoas, mas de bens simbólicos e materiais.

Nas últimas décadas, várias metáforas têm sido usadas para descrever o fenômeno. Uma comparação muito bem conhecida é com a água. Temos sido prevenidos de que um “tsunami” de imigrantes poderia passar sobre nós. Contínuas “ondas” de imigrantes supostamente ameaçariam quebrar nossos “diques”⁸ (Herman, 2006: 192).

A migração é um processo de deslocamento geral, não somente geográfico, mas social, simbólico e cultural. O migrante é um sujeito em trânsito permanente

⁷ El “campo” en la antropología socio cultural ha estado constituido por una “gama hitoricamente específica de distancias, fronteras y modos de viaje” (Clifford, 1990: 64). Estos elementos están cambiando, a medida que a la geografía de las distancias y la diferencia cambia en las situaciones poscoloniales/neocoloniales, a medida que las relaciones de poder de la investigación se reconfiguran, a medida que se despliegan las nuevas tecnologías de transporte y comunicación, y a medida que los “nativos” son reconocidos por sus experiencias mundanas específicas y sus historias de residencia y de viaje.

⁸ Over the past few decades various metaphors have been used to describe the phenomenon. One well-known comparison is with water. We have been warned that a “tsunami” of immigrants would “flood” over us. Ongoing “waves” of immigration were supposedly threatening to break through our “dykes”.

entre dois lugares e duas situações, partida e destino, e nunca completamente em um deles (Sayad, 1998; Oso, 2004). Mas, se a migração se refere a dinamismo e mudança, o trabalho etnográfico é uma atividade essencialmente localizada. As dimensões de espaço e tempo são duas variáveis fundamentais no processo de pesquisa onde os dados são construídos. O conhecimento desenvolvido a partir desses dados não pode ser isolado de suas condições, já que são elas que dão corpo e significado àquilo que está sendo trabalhado. O contexto da pesquisa deve, portanto, ser sempre explicitado, e de forma muito mais clara quando estudamos processos migratórios, que representam em si mesmos o trânsito no espaço e no tempo. Abordar as migrações implica para o pesquisador se deslocar intelectual e afetivamente entre lugares e situações diversas. Sair do *aqui* e *agora* onde o trabalho etnográfico está sendo realizado, viajando, a partir do relato, para outros tempos e lugares que convivem na experiência migratória dos sujeitos.

Trabalhando sobre as migrações entre Argélia e França, Sayad (1998), um dos pensadores clássicos a tratar sobre migrações, nos avisa da necessidade de abordar o processo migratório em sua globalidade, tomando distância de um tipo de análise que só aborda o contexto de chegada, percebendo as migrações – mais precisamente os migrantes – como um “problema social”, e que tem como principal objetivo compreender o fenômeno para lhe dar uma “solução”. O autor – ele mesmo um migrante – chama a atenção para o processo a partir do contexto onde ele se gesta, tentando entender qual o papel da viagem na sociedade de origem, as expectativas daqueles que partem e daqueles que ficam, mas veem regressar periodicamente “os franceses”. Somente dessa forma é possível entender as situações que essas pessoas atravessam na sociedade de destino e a forma como significam suas trajetórias e constroem suas relações com ambas as comunidades, de origem e de destino.

Levar a sério a advertência metodológica de Sayad em contextos transnacionais significa explorar muito mais do que uma partida e uma chegada. Abordando processos de diáspora e transmigrações, descobrimos que os lugares e tempos que o percurso migratório abrange se multiplicam. A ocupação de espaços geográficos e simbólicos não se limita ao local de partida e chegada, mas se dispersa ao longo do planeta. Tentando entender o processo migratório na sua globalidade, a etnografia foi desenvolvida em diversos pontos espalhados nos dois continentes, assim como através da internet. A multiplicidade do fenômeno que abordarei se

reflete na variedade de locais, tempos, línguas, situações e pessoas envolvidos na pesquisa. O processo intelectual e afetivo até ordenar essas experiências vividas foi longo e, por momentos, complexo. Mas, para além das implicações metodológicas da entrada em campo, o deslocamento produzido em função da realização da pesquisa viria a mudar não somente o enfoque do meu trabalho, mas muito mais profundamente minhas percepções sobre o mundo como eu o conhecia até esse momento.

1.1 Continental e regional: o local da pesquisa

Na América do Sul o trabalho de campo foi feito em três países, Argentina, Venezuela e Uruguai, em diferentes etapas. A pesquisa na Venezuela foi a primeira a ser realizada e foi motivada não pelo doutorado, mas em função de um projeto de documentário a ser realizado por uma equipe composta por cinco pessoas: duas antropólogas, dois diretores cinematográficos e um coordenador, trabalhando na área de migrações e direitos humanos para uma organização não-governamental⁹. Essa etapa do trabalho foi feita em conjunto, e não nos moldes tradicionais do antropólogo solitário e isolado em campo. No marco do levantamento etnográfico para a realização do roteiro surgiu a possibilidade de continuar a pesquisa em um formato mais acadêmico.

Mapa 1 - Costa norte da Venezuela

No quadro: Caracas Península de Paria, Irapa e Soro.

Fonte: www.googlemaps.com



⁹ María Carolina Hidalgo, venezuelana; Miguel Angel López, venezuelano; Milena Plata, colombiana; e César Marín, venezuelano, respectivamente.

Essa primeira pesquisa de campo ocorreu na costa oriental do país, nas cidades de Cumaná e Irapa, no povoado de Soro e na capital, Caracas, durante o primeiro semestre de 2005. Ao longo desse período fomos atrás de histórias de oito naufragos provenientes da Costa do Marfim, que chegaram à Venezuela em janeiro de 2001. Contatamos seis deles, com os quais realizamos pelo menos uma entrevista formal e outros muitos encontros informais em locais de trabalho e em diferentes passeios pela cidade. Trata-se de um grupo heterogêneo, de variadas origens e níveis socioeducativos, e que começara a viagem por diferentes motivos. Apesar de todos terem saído do mesmo porto, somente dois deles eram originários da Costa do Marfim. Os outros tinham origens diversas, dois do Congo e os outros de Nigéria, Serra Leoa, Togo e Gana. Todos os estrangeiros encontravam-se no país de partida há mais de dois anos e não tinham família ou vínculos próximos construídos na Costa do Marfim.

Entrevistamos as pessoas que receberam os naufragos e que de diferentes formas participaram do processo de inserção na realidade venezuelana. Essas pessoas compreendem autoridades e funcionários dos serviços médicos onde os migrantes foram atendidos depois do resgate, autoridades do governo e prefeitura que atuavam nesse momento, assim como diferentes pessoas envolvidas de maneira mais ou menos formal nas redes sociais desses jovens, tanto no momento da chegada quanto na atualidade. Foram entrevistadas também pessoas vinculadas a âmbitos institucionais e à sociedade civil que participaram na regularização de sua situação jurídica através da tramitação do Estatuto dos Refugiados no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A pesquisa também deu relevo aos históricos clínicos do hospital onde os imigrantes foram ingressados, assim como aos registros de imprensa do momento em que eles foram encontrados.

Em Buenos Aires entramos em contato com pessoas provenientes de Mali e Nigéria. Diferentemente do que ocorria nos outros grupos entrevistados, algumas dessas pessoas chegaram à América Latina por avião, com vistos de trânsito ou de turista, geralmente através do Brasil, via São Paulo ou Rio de Janeiro. A maioria deles leva aproximadamente dez anos no continente, sendo o fluxo migratório mais antigo constatado. Também foram entrevistadas pessoas vinculadas a organizações sociais e

do *Comité de Eligibilidad para los Refugiados (CEPARE)*, e participei de diferentes instâncias de discussão a respeito do tema de migrações e refúgio no “1º. Congreso Argentino de Estudios sobre Migraciones Internacionales, Políticas Migratorias y de Asilo” realizado em abril de 2006 em Buenos Aires, do qual participaram tanto acadêmicos quanto agentes vinculados ao sistema de proteção e às instâncias do estado encarregadas de administrar os fluxos migratórios. À diferença de Caracas, a proximidade entre Montevidéu e Buenos Aires permitiu realizar várias visitas à cidade, facilitando encontros com os informantes e um melhor mapeamento da rede.

No Uruguai, a pesquisa teve lugar nas cidades de Montevidéu, capital, e Maldonado, cidade contígua a Punta del Este, principal balneário internacional do país. O primeiro dos casos com que tive contato foi o de quatro jovens nigerianos que foram encontrados no dia 24 de maio de 2005, em águas territoriais uruguaias por uma embarcação e reportados à marinha. Foram abandonados numa balsa pelo capitão de um navio, de bandeira turca, que saíra do porto de Lagos, Nigéria. Após o aviso, eles foram resgatados por um helicóptero no meio de uma forte tormenta. Outros três casos de polizones que chegaram em duas pessoas diretamente ao porto e foram achados por agentes da marinha uruguaia foram contatados. Nesses casos, o contato inicial se estabeleceu a partir do conhecimento dos primeiros jovens a chegar, que, tendo contatos com as organizações que acolhem os migrantes, os procuraram e posteriormente me apresentaram. O trabalho etnográfico, nesse país, se realizou durante um período de tempo prolongado em encontros mais espaçados nas cidades de Montevidéu e Maldonado, aonde foram levados logo após o resgate e onde moram atualmente.

Mapa 2 - Rio da Prata, Buenos Aires, Montevidéu e Maldonado

fonte: www.googlemaps.com



Outros casos de polizones que não puderam ser contatados foram trabalhados a partir da imprensa e dos relatos dos jovens entrevistados sobre suas relações com pessoas na mesma situação que eles. Também foram entrevistadas outras pessoas vinculadas às redes sociais desses jovens, assim como foram realizadas entrevistas formais com instituições e diferentes organismos vinculados a instituições e organizações de assistência jurídica e social aos migrantes e refugiados, fundamentalmente na cidade de Montevideu. Acompanhando o processo de regularização da documentação de alguns desses jovens, pude realizar uma etnografia das instâncias burocráticas para a legalização de estrangeiros. Foram realizadas entrevistas formais com diferentes agentes vinculados a instâncias administrativas e políticas, governamentais ou da sociedade civil, no que se refere a ajuda, acolhimento, regulamentação de residências e obtenção de documentos de viagem (passaportes e vistos).

Em cada local, a pesquisa adquiriu características diferentes, pelo formato dado ao período de trabalho de campo e pelas particularidades do lugar e da população com que trabalhamos. Nos três casos foi realizado um contato inicial com organizações não-governamentais vinculadas a imigrantes e refugiados, mas, em parte como uma estratégia de pesquisa e em parte por uma imposição do campo, o contato com os migrantes não se estabeleceu através desses vínculos e sim através do seguimento dos contatos que os próprios migrantes foram fornecendo.

O sigilo imposto às informações manejadas pelas organizações vinculadas ao tema determinou que a grande maioria dos dados fosse obtida através dos próprios migrantes. Por outro lado, esse tipo de contato evitou uma identificação direta entre a pesquisa e os funcionários ou pessoas diretamente vinculadas ao ACNUR e outras ONGs, com as quais o contato não é necessariamente harmônico.

Mas se o seguimento de redes permitiu uma maior liberdade para enquadrar meu lugar de pesquisadora em relação aos sujeitos da pesquisa, também a condicionou em outros sentidos. Um deles foi o fato de determinar a nacionalidade dos sujeitos pesquisados em cada país. As redes de sociabilidade e comércio entre os migrantes provenientes da África Ocidental estão fortemente construídas em função de elementos nacionais. Podemos dizer que existe uma identidade comum de

“africanos” em oposição aos nacionais e outros grupos de migrantes, latino-americanos, asiáticos e aos “afrodescendentes”. Essa identidade é expressa fundamentalmente em relação à cor que os unifica e posiciona de forma particular na sociedade, mas ela não apaga as fortes identificações nacionais – muitas vezes calcadas numa língua distinta – sobre as quais são construídas as redes na sociedade de destino¹⁰. A metodologia condicionou a origem dos informantes na medida em que, uma vez ingressada em uma dessas redes, resulta difícil se estender com pessoas de outras nacionalidades. Mesmo no caso do grupo proveniente da Costa do Marfim, composto por pessoas de diferentes nacionalidades, as tradições comuns ou uma determinada forma de ser são mencionadas como uma maneira de explicar uma identificação ou um maior grau de amizade entre os conacionais.

Por último, é importante chamar a atenção para outro âmbito de pesquisa, muito mais fluido e difícil de ser definido. Refiro-me às muitas instâncias com pessoas não diretamente vinculadas ao objeto ou ao desenvolvimento da pesquisa, com quem tive oportunidade de conversar em diversos âmbitos informais, sobre suas percepções da migração em geral, ou especificamente do tema sobre o qual eu estava trabalhando.

Seja devido ao “exotismo” do meu objeto de pesquisa, seja em relação à minha alteridade inserida no campo, as instâncias de conversa em relação à pesquisa permitiram ter acesso a muitas das representações geradas em torno ao “problema” das migrações, as expectativas e valorações sobre os diferentes locais, África, Europa, América (referindo-se de forma alternativa e às vezes confusa tanto à América do Norte quanto à América do Sul). Frente à necessidade de abordar essas representações sociais mais gerais sobre o fenômeno migratório, trabalharei com o diário de campo de muitas dessas situações, assim como com matérias jornalísticas e outras fontes.

¹⁰ Ver capítulo 2.

Na África Ocidental o trabalho de campo foi realizado durante seis meses, de maio a novembro de 2007. Foram visitados três países na região. Gana foi o primeiro lugar a que cheguei e onde permaneci a maior parte do tempo da pesquisa. A decisão de permanecer nesse país, e não na Nigéria, onde os interesses de pesquisa eram mais diretos, foi tomada em função de elementos de segurança e viabilidade do trabalho.

Mapa 3 - África Ocidental: Abidjan, Accra, Kumasi, Ejura, Lomé, Lagos

Fonte: www.googlemaps.com



Gana conta com uma rede melhor estabelecida de organizações de trabalho voluntário e instâncias de cooperação, e, portanto, um contato mais fluido com pessoas do exterior não necessariamente vinculadas a negócios. Foram essas redes que me permitiram a primeira aproximação com a África. O trabalho como professora voluntária durante dois meses em uma escola em Kumasi, através de uma dessas organizações, World Wide Kids, me permitiu ter um primeiro lugar onde me hospedar e estabelecer os primeiros contatos e amizades, até me acostumar às formas de vida e dinâmicas cotidianas. Por se tratar de um país de menor tamanho, com uma situação de paz mais assentada e com menos interesses econômicos associados a capitais estrangeiros, a circulação por diferentes âmbitos, cidades de diferentes tamanhos, aldeias e regiões rurais, resultou mais fácil. Por um período de três meses morei em Ejura, um povoado rural no centro de Gana. Tive oportunidade de me aproximar do ambiente rural, observando a presença do fenômeno migratório em diferentes contextos.

Na Nigéria, algumas das características do país me impediram de realizar trabalho de campo fora de Lagos. Entre elas é possível mencionar problemas de segurança, fundamentalmente nas vias de trânsito entre as diferentes cidades, que necessariamente deve ser realizado por terra, e o alto custo de vida para a população não local (branca). Mesmo fora do circuito internacional, onde se movimentam estrangeiros ou locais com um alto poder de consumo, minha condição de branca colocava uma taxa extra em quase tudo, alimentos, transporte, hospedagem, telecomunicações, entre outros. O período de permanência na Nigéria, que tinha sido planejado para três meses, foi encurtado em função dessas dificuldades. Contudo, apesar de ter sido menor, em torno de um mês, parte importante do trabalho etnográfico em que se baseia esta tese foi realizada lá, a partir do contato com familiares e amigos de migrantes já entrevistados no Uruguai e localizados em Lagos.

Também visitei o Togo por duas semanas, não com objetivos de campo especificamente, mas para a renovação do meu visto. Durante essas duas semanas permaneci em Lomé, capital do país. Essa viagem foi realizada em companhia de William, um dos meus informantes-chave em Kumasi, originário de Lomé, que me ajudou com o francês, língua oficial do país, o conhecimento da cidade e me apresentou alguns de seus familiares e amigos lá.

Durante o período de pesquisa na África Ocidental, o contato com a migração foi direto, na medida em que minha cor branca, diretamente associada ao fato de ser estrangeira e à origem em um país rico, era vinculada às possibilidades de migrar. Minha condição de estrangeira se fez presente ao longo de toda a etapa de pesquisa, e mesmo que em alguns momentos tenha representado um pesado estigma a carregar, ela me deu acesso automático a uma série de significados sobre a geografia simbólica dessas pessoas e a forma como cor, origem, posição econômica e prestígio social se associam. A maneira com que essas características se vinculam à ideia migratória e à possibilidade de deslocamento que minha presença despertava foram um constante fonte de informação muito valiosa.

Em cada um dos lugares onde a pesquisa foi desenvolvida, trabalhei com os próprios migrantes, com pessoas que já passaram por um processo migratório e retornaram, pessoas que se encontram na fase de planejamento da viagem e com

aqueles que em cada local são considerados como imigrantes. Também trabalhei com pessoas que, apesar de estarem envolvidas no processo migratório, não participam do deslocamento. Trata-se das redes familiares e de amizade, às quais esses migrantes pertencem, que, portanto, participam dessa realidade em diversas dimensões.

África Ocidental

fonte:
<http://en.wikipedia.org/wiki/File:LocationWesternAfrica.png>
map.gif



Países de África Ocidental

fonte:
<http://ochaonline.un.org/ocha2008/images/west-africa-map.gif>



Ao longo do texto serão apresentadas as histórias de muitas das pessoas entrevistadas, migrantes, familiares e amigos nas redes desses migrantes e pessoas vinculadas a organizações e instancias governamentais vinculadas ao trabalho com migrantes e refugiados. Como forma de facilitar a leitura se apresenta a continuação uma tabela com o local os dados dos migrantes entrevistados ao longo da pesquisa que são citados na tese.

Tabela 1 - Migrantes de África Ocidental em América Latina entrevistados por ordem de aparição no texto

(Obs.: Todos os nomes são fictícios)

Nome	Idade no momento da chegada	Nacionalidade	Data e local de partida	Data e local de chegada	Permanência no país no momento de ser entrevistado
Clark	21	Nigéria	Lagos – dezembro, 2006	Montevideu, Uruguai – janeiro, 2007	3 meses
Samuel	26	Nigéria	Lagos – dezembro, 2006	Montevideu, Uruguai – janeiro, 2007	3 meses
Sonny	25	Nigéria	Lagos – maio, 2005	Maldonado, Uruguai – maio, 2005	1 ano
Abul	19	Mali	Marrocos – 2003	Buenos Aires, Argentina - 2003	4 anos
Simon	19	Nigéria	Lagos – maio, 2005	Maldonado, Uruguai – maio, 2005	1 ano
Marcus	20	Nigéria	Lagos – maio, 2005	Maldonado, Uruguai – maio, 2005	1 ano
Wenzel	24	Nigéria	Lagos – maio, 2005	Maldonado, Uruguai – maio, 2005	1 ano
Sebastian	25	Costa do Marfim	Abidjan - janeiro, 2001	Soro, Venezuela – janeiro, 2001	4 anos
James	32	Togo	Abidjan - janeiro, 2001	Soro, Venezuela – janeiro, 2001	4 anos
Cliff	28	Congo	Abidjan - janeiro, 2001	Soro, Venezuela – janeiro, 2001	4 anos
Franz	17	Costa do Marfim	Abidjan - janeiro, 2001	Soro, Venezuela – janeiro, 2001	4 anos
Abul	27	Mali	Mauritânia – 1999	Buenos Aires, Argentina – 1999	7 anos
Gugga	30	Mali	Tunísia – 1996	Buenos Aires, Argentina -	10 anos
François	29	Mali	Tunísia – 1997	Buenos Aires, Argentina - 1997	9 anos
Mohamed	27	Mali	Tunísia – 1995	Buenos Aires, Argentina – 1995	11 anos
Elias	24	Mali	Tunísia – 1996	Buenos Aires, Argentina – 1996	10 anos
Cliff	28	Congo	Abidjan - janeiro, 2001	Soro, Venezuela – janeiro, 2001	4 anos
Leonard	27	Costa do Marfim	Abidjan - janeiro, 2001	Soro, Venezuela – janeiro, 2001	4 anos
Obwenga	25	Nigéria	Mauritânia - 1976	Buenos Aires – 1976	30 anos

1.1.1 Línguas em campo

As duas principais línguas em que foi conduzido o trabalho foram o inglês e o espanhol. O espanhol, falado em todos os locais de destino das pessoas pesquisadas, é minha língua nativa. Portanto, foi utilizada durante todo o período de pesquisa na América Latina, exceto em situações particulares, nas quais foi utilizado o inglês, fundamentalmente nos casos de entrevistas com migrantes que tivessem pouco tempo no lugar de destino.

Os dados de campo mostraram uma facilidade enorme dos migrantes para adquirir a língua do local de destino, alguns deles assistindo a aulas de espanhol, outros simplesmente na prática cotidiana¹¹. Nas entrevistas que realizei com jovens nigerianos que chegavam a Montevideu, um de seus principais pontos de interesse em relação a mim foi aprender e entender o espanhol, vocabulário, gramática, etc.

Em um quarto de pensão na parte velha da cidade moram há um mês Clark e Samuel. Os dois chegaram a Montevideu como polizones num barco de bandeira maltesa e foram encontrados no porto por pessoal da marinha uruguaia. Enviados ao Ministério do Interior, e posteriormente ao SEDHU (Servicio Ecumênico para la Dignidad Humana), onde começaram a tramitar o estatuto de refugiado. Os jovens se instalaram na casa de pensão com ajuda da organização, que lhes dará um auxílio econômico durante os seis primeiros meses, além de aulas de espanhol e alguns contatos para procurar emprego.

Meu encontro com eles é mediado por Sonny, um dos migrantes nigerianos do primeiro grupo de polizones que contatei no Uruguai, que acha interessante nos apresentar, já que, como me explica, pode ser bom conversar com eles para minha viagem a Lagos (que será em três semanas) e para eles conhecerem um pouco melhor as pessoas aqui.

Quando chegamos, os dois jovens parecem felizes de encontrar Sonny, que nos apresenta e começa a traduzir nossa conversa. Eles ainda não falam espanhol e parecem ter tido pouco trânsito pela cidade, Clark conta divertido que foi ao mercado e conseguiu comprar as coisas de que precisava, conseguindo se comunicar com os balconistas.

Samuel, de 27 anos, bem mais sério e formal que Clark, puxa um caderno com os exercícios de espanhol e começa a me fazer perguntas, pedindo traduções para o inglês. Clark olha para nós enquanto conversamos sobre o gênero dos artigos e os objetos, e Sonny reclama pelo fato de eu nunca ter falado inglês com ele. Disse que ele achava que eu não sabia falar. Eu me justifico, dizendo que isso é para ele treinar seu espanhol e Samuel concorda, entendendo minha discussão

¹¹ O aprendizado da nova língua é altamente valorizado por esses jovens, representando uma forma de adaptação à nova situação assim como um dos benefícios obtidos a partir do deslocamento. O manejar várias línguas é tido como um capital importante para melhorar as possibilidades de circulação em diferentes países. A importância outorgada às línguas pode ser observada na utilização combinada delas para a composição de músicas, geralmente em estilo hip-hop, por parte desses jovens.

com Sonny. Enquanto isso, Clark bate na cabeça, repetindo “espanhol, entre na minha cabeça”, com um sotaque que ainda precisa melhorar bastante.

(Diário de campo, Montevideu, Abril de 2007)

Na África Ocidental o inglês foi utilizado como língua franca em quase todas as situações de pesquisa, mas não pode ser considerada a língua nativa das pessoas envolvidas nela. O inglês falado em Gana e na Nigéria difere bastante daquele ensinado nas academias como as que eu frequentei me preparando para a viagem, mas minha competência na língua foi melhorando – da incompreensão total à comunicação – com a imersão no cotidiano. Junto com o francês, são línguas oficiais da maioria dos países da região, herança do período colonial, mas as pessoas podem ou não manejá-las, na medida em que estejam mais ou menos em contato com as instituições do estado onde o uso é compulsório, como, por exemplo, na escola (apesar de que o ensino de uma ou várias línguas nacionais é incorporado ao currículo). Em Gana, o uso do inglês está longe de ser espontâneo, ao ponto de que muitos dos muros principais das escolas estão pintados com a legenda “Speak English”.

Uma situação similar me descreve Abul, um jovem de 26 anos que entrevistei em Buenos Aires, originário de Mali, onde a língua franca é o bambara (ou malenque), mas a língua oficial é o francês. Enquanto que para falar com pessoas de outro países, o francês torna-se, pela sua vez, a língua franca.

Porque eu não entendo nada da língua de Senegal, wolof não entendo, mas a gente se comunica entre nós, Mali, Senegal, Níger, Costa do Marfim, Congo, nos comunicamos com francês. Eu falo bambara, que normalmente é conhecido como malenque, entendo um pouco de sarampole (?), que é a língua de minha mãe, e um pouco de árabe. Meus pais falam um pouco de francês. Em Mali todo mundo fala malenque, mas a língua oficial é o francês.

Faz sete anos desde que a democracia voltou. Existe uma lei oficial que as pessoas estão obrigadas. As crianças na escola aprendem bambara duas horas por dia. Porque eu não sei escrever bambara. Sei falar, mas não sei escrever, eu escrevo francês. Mas agora tem uma obrigação de que as crianças aprendam a escrever também.

(Entrevista com Abul, Buenos Aires, janeiro de 2006. Depoimento original em espanhol)

Assim, o domínio da língua que as pessoas têm varia dependendo da idade, nível de educação e contexto social de cada um. A idade é uma variável importante, as crianças por estarem na escola utilizam com mais frequência e fluidez o inglês. O contexto étnico em que as pessoas se encontram também tem muita importância. Na

região central de Gana, por exemplo, onde o twi (língua nacional) é amplamente falado e a composição étnica da população é majoritariamente ashanti, o uso do inglês é bem menor do que na capital, Accra, onde há uma confluência de diferentes línguas, uma presença do estado significativamente maior e um acesso mais frequente aos meios de comunicação como rádio ou TV (que transmitem tanto em twi como em inglês). Contudo, nesses cenários de maior diversidade étnica, ou em casos particulares de pessoas provenientes de outras regiões culturais, o twi concorre fortemente com o inglês, em situações onde é necessário recorrer a uma língua diferente da língua nativa. Em regiões rurais de Gana, onde convivem populações de diferentes tradições linguísticas e religiosas, o uso do twi como língua franca é muito mais comum do que o do inglês. Esse foi o caso de Ejura, onde o uso do inglês é bem menos frequente do que em Kumasi:

Nos mercados da avenida principal, onde eu compro os produtos importados, e grande parte das coisas que preciso para sobreviver, os atendentes, geralmente os donos e seus familiares, falavam inglês comigo, mas nos mercados tradicionais, de frutas ou verduras, onde trabalham fundamentalmente mulheres, só logro me comunicar por sinais.

(Diário de campo, Ejura, setembro de 2007)

Nessa situação, a maioria das entrevistas foi feita com tradução. Para isso contei com a ajuda de Nilton e Daisy, meus vizinhos no quarto do lado do “compound” onde eu morava. Eles eram um casal originário de países francófonos, Congo e Burkina Faso respectivamente, e se comunicam entre eles em francês, apesar de que os dois tinham um bom domínio do twi, língua com que se comunicavam no povoado, e do inglês, que utilizavam para falar comigo. Assim, falando de forma fluida praticamente todas as línguas do lugar, eles podiam falar com todos, e foram para mim os tradutores ideais. Contudo a necessidade de tradução foi um elemento determinante no momento de fazer as entrevistas, ou mesmo nas situações mais corriqueiras, às vezes fragmentando ou desarticulando a conversa. Em muitos casos, os problemas de língua se juntavam à timidez de meus interlocutores (fundamentalmente no caso das mulheres) ou o medo que provocava a situação de entrevista

Marcamos a entrevista na quarta de manhã com Daisy. Vamos até a casa na zona de trás da loja, onde tem muitas casas, todas velhas. A senhora que vamos entrevistar tem 27 anos, está sentada num banco comprido na parte de fora da habitação de madeira que deve ser a cozinha coletiva.

Ela tem o cabelo amarrado com uma rede e veste um tecido tradicional,

enrolado ao redor do corpo, desde embaixo dos braços até um pouco acima do joelho. Nos pés veste chinelos. Daisy e eu nos sentamos no banco. Todas as mulheres e crianças ao redor começam a rir, comentar e apontar para mim, com certa curiosidade debochada, como sempre que chego em algum lugar. Daisy toma seu tempo e fala devagar. Explica em twi que estou fazendo um trabalho para uma universidade e que preciso falar com pessoas que tenham familiares ou amigos no exterior.

A senhora pensa e fala com as outras, depois de trocar algumas palavras, ela, bastante tímida, olha para mim e fala “You know what? I’ m not ready”.

Marcamos para a próxima sexta, em qualquer horário do dia.

(Diário de campo, Ejura, setembro de 2007)

Mas se em regiões rurais a língua franca tende a ser uma língua local, minha experiência de campo mostrou que para os âmbitos urbanos a utilização do inglês em contextos cotidianos tende a ser maior. No caso de Lagos, onde a diversidade linguística é ainda maior e não existe uma língua que possa ser considerada como dominante sobre as outras, o inglês e o *broken English*, versão local do inglês, são um pouco mais frequentes. Contudo, também com o inglês em alguns casos experimentei dificuldades de comunicação, entre as quais as principais foram o sotaque e a forma de organização das frases. Durante esse período de pesquisa de campo, fui sempre acompanhada por William, coordenador do projeto de voluntários da escola em Kumasi, que me acompanhou em parte da estadia em Lomé e todo o tempo em Lagos. Para a maioria das pessoas ao meu redor, e para mim, sua presença se justificava em questões de segurança na circulação por diferentes espaços, e nesse sentido, as mediações linguísticas necessárias se realizaram mais informalmente.

Em contextos onde a diversidade linguística é maior, as pontes para a comunicação tendem a ser estabelecidas desde todas as partes, apelando a um ou vários códigos para explicar ideias e geralmente incorporando gestos, sinais, desenhos e longos rodeios até achar as palavras. A curiosidade geral que outras línguas provocam entre as pessoas faz com que – exceto na situação de escola – as línguas não sejam vistas como conhecimentos acadêmicos e acabados, mas como códigos a serem apreendidos em situações em que seja possível acessá-los.

Eu mesma passei por muitas situações onde amigos ou professores da escola tentaram me ensinar o twi (língua à qual tive a maior exposição) sem nenhum resultado produtivo. Da minha perspectiva, o erro estava na estratégia pedagógica, pela qual eu repetia frases das quais sabia a tradução, mas onde não podia identificar sons, palavras, muito menos funções (verbo, substantivo, etc.), e que esquecia quase

no mesmo momento em que parava de repeti-las. Essa estratégia, porém, resultou muito útil para as crianças na hora de apreender frases de cortesia, dias da semana e outras coisas em espanhol, durante as aulas que me foram atribuídas durante meu período de trabalho voluntário.

1.1.2 Pesquisa, dados etnográficos e experiências de vida

Na antropologia, as fronteiras entre as vivências pessoais e a experiência etnográfica nunca são claras. Elas não podem nem devem ser definidas de forma exata, já que no trabalho de campo a etnografia se produz a partir da experiência subjetiva. Mas, em muitos casos, as experiências vividas “em campo” extrapolam os objetivos da pesquisa, da tese e do próprio projeto antropológico. Quanto maior é o deslocamento – não geográfico, mas social, cultural e simbólico –, maiores são as implicações pessoais que “viver no campo” traz para o pesquisador.

A imersão em campo, tal como a antropologia clássica nos ensinou, provê uma visão mais próxima e mais holística das formas como “os nativos” pensam, vivem e sentem (Malinowski, 2001). Do outro lado, a antropologia pós-moderna, que hoje também pode ser considerada clássica, mostrou como essas visões, sentimentos e pensamentos, que tentamos representar, não podem ser separados da experiência do pesquisador em campo. Assim, ao trazer a dimensão subjetiva dessa vivência, aprendemos não somente sobre os outros, mas muito mais sobre nós mesmos. Trazer para o texto os necessários elementos da experiência subjetiva coloca alguns riscos. Um deles é o de se esquecer do seu caráter intrinsecamente *inter*-subjetivo, colocando o pesquisador e sua experiência de estranhamento no centro do conhecimento a ser produzido. Dessa forma, o eixo do trabalho e seu fio condutor estão colocados em problemas teóricos e analíticos do lado do pesquisador, e não do lado dos pesquisados (Fonseca, 1999).

Durante o período de trabalho de campo na África Ocidental, fundamentalmente em Gana, minha vida foi ocupada por atividades que não estavam diretamente vinculadas à pesquisa de campo, mas que com diferentes intensidades fazem parte dessa situação de “imersão no mundo dos nativos”. Durante os dois primeiros meses trabalhei como professora voluntária em uma escola, dando aulas de espanhol e provendo apoio fora da aula a crianças com algumas dificuldades para acompanhar o grupo. Durante esse período, a maior parte do meu tempo foi ocupada

por esse tipo de atividades, dentro e fora da escola, já que quase todo dia alunos e vizinhos vinham me visitar depois do horário de aula; sabendo que em casa encontrariam sempre canetas coloridas, papel e água na geladeira, e alguns dias frutas, balas ou bolachinhas.

Terminado o período no qual eu planejava dar aulas, continuei vinculada à escola e ao projeto de voluntários, ajudando na comunicação via internet, recepção e período de adaptação de voluntários de outras duas escolas de Kumasi participantes do projeto, que, como eu, vinham dar aula com a mesma ansiedade e desconhecimento do que iriam encontrar. Acabei fazendo amizade com alguns deles, e combinando algumas excursões de turismo a reservas, locais históricos e praias. Durante essas excursões aprendi muitas coisas que me serviram para entender melhor o lugar onde eu estava, assim como aproveitei para comer pizza nos poucos locais turísticos que serviam “comida de *obrunis*”.

Vendo crianças, professores e pais trabalharem na escola, aprendi muito sobre as formas em que as relações pessoais se articulam em hierarquias de idade e gênero e sobre as formas em que são estabelecidos as responsabilidades e direitos de cada um, assim como sobre disciplina, formas de castigo e recompensa utilizadas dentro do processo de aprendizagem, dentro e fora da escola. Entendi algumas coisas sobre as expectativas em relação às formas como as pessoas devem se comportar e se apresentar em sociedade, mas também aprendi muito sobre a vontade de superação das dificuldades, o valor dado às tradições e os valores espirituais e religiosos, que são transmitidos às crianças.

Compartilhando trabalho, lazer, alimentos e o quarto com outros voluntários, dividindo ideias e percepções sobre a experiência na escola e vendo-os interagir com os locais e comigo, tive oportunidade de entender um pouco mais sobre as relações entre “brancos” e “ganenses” e as formas em que diferentes valores, preconceitos e expectativas estão presentes nessas interações. O projeto de voluntários, ao reunir pessoas de diversos lugares, “brancos” de diferentes países da Europa e da América do Norte, e africanos de diversas origens, Gana, Togo, Burkina Faso, Congo, e com trajetórias muito variadas de migrações regionais e transcontinentais, e de diferentes línguas, como o inglês, francês, espanhol, twi, foi um laboratório único para observar de que formas as categorias – “nós” e “outros” – eram operadas de diferentes

maneiras pelos diferentes sujeitos em situações diversas.

Sendo eu a única latino-americana, e trazendo comigo algumas ideias bastante incorporadas até então do que significava primeiro e terceiro mundo e quem correspondia a cada um deles, e de suas correspondências linguísticas, a necessidade de me posicionar nessas categorias também me provocou muitos problemas, na hora de pensar meu próprio posicionamento e as formas como essas pessoas faziam parte das minhas categorias de “nós” e “outros” a cada momento.

Outro dos lugares onde tive uma permanência mais ou menos prolongada foi Ejura, um povoado na região central de Gana. A experiência no âmbito rural foi muito importante para compreender de maneira mais cabal os condicionamentos que o lugar de residência estabelece de forma profunda aos estilos de vida, às atividades e às perspectivas dos sujeitos. Durante esse período morei em um quarto alugado, junto a uma família de camponeses, onde eu era a única pessoa branca. Sem mais ONGs, intermediários ou pessoas tomando conta de mim além de amigos locais, tive que reaprender toda uma série de atividades domésticas que em condições muito diferentes às de casa, no Brasil ou no Uruguai, representaram todo um desafio: como cozinhar com carvão, lavar a louça sem água, lembrar de fechar as portas para que as cabras não entrassem a comer e sujar tudo, conviver com as baratas que moram dentro do vaso no banheiro e outras.

Essas experiências, entre muitas outras, como participar de funerais, cerimônias religiosas, assistir filmes, comprar coisas no mercado ou visitar universidades, viajar em *tro-tro* ou fazer longos percursos de ônibus para distâncias muito curtas, fazem parte de forma global e muito marcante de todo o período de trabalho na África, acompanham e condicionam os processos de pesquisa, reflexão e análise.

1.2 O lugar de enunciação: identidades indissociáveis

1.2.1 Comunicação virtual, pesquisa na internet e outros meios de comunicação

Quando falamos em trabalhar *em* campo ou *ir* ao campo, nos baseamos em imagens mentais de um lugar específico, com um adentro e um afora, ao que se chega mediante práticas de movimento físico.

Essas imagens mentais focam e limitam as definições. Por Exemplo, fazem com que resulte estranho dizer que um antropólogo, quando fala por telefone no seu escritório, esteja fazendo trabalho de campo, mesmo se o que ele faz em realidade é colher dados etnográficos de maneira disciplinada e interativa¹² (Clifford, 1999: 74).

Além das entrevistas e contatos informais realizados, parte importante do contato se estabeleceu em conversas através de diferentes meios de comunicação como telefone e internet. Isso se refere tanto aos migrantes, em diferentes locais da América Latina, quanto às pessoas vinculadas às suas redes, ou planejando a saída, com quem estabeleci contato durante o período de campo na África, que se continuaria após o retorno¹³.

Para a realização da pesquisa na África Ocidental, a internet também foi uma ferramenta muito importante, permitindo estabelecer contatos prévios à etapa de campo em Gana e na Nigéria. Os contatos com a organização de voluntariado por meio da qual cheguei à escola em Kumasi, com o coordenador do projeto nessa escola e com outros voluntários que compartilhavam suas experiências foi fundamental no momento de organizar a viagem. Também o contato em Lagos com o grupo de amigos e, a partir deles, com as famílias dos jovens morando em Montevideu foi estabelecido previamente à minha chegada à cidade através do correio eletrônico. Essa relação continuou durante algum tempo depois do meu retorno a Montevideu e

¹² Cuando hablamos de trabajar *en* el campo, o *ir* al campo, nos basamos en imágenes mentales de un lugar específico, con un adentro y un afuera, al que se llega mediante prácticas de movimiento físico. Estas imágenes mentales enfocan y limitan las definiciones. Por ejemplo, hacen que resulte extraño decir que un antropólogo, cuando habla por teléfono en su oficina, está haciendo trabajo de campo incluso si lo que en realidad hace es recoger datos etnográficos de manera disciplinada e interactiva.

¹³ Sobre o uso dos diferentes meios de comunicação, fundamentalmente a internet, no planejamento das migrações, ver capítulo 6.

se mantém até hoje de forma esporádica.

Internet e telefone são os principais meios utilizados pelos migrantes para entrar em contato com familiares ou amigos no país de origem ou no exterior, mas também são utilizados com diferentes fins: obter informação, difundir produções musicais, estabelecer redes de amigos. O uso da internet como uma forma de estabelecer redes transnacionais, vinculado à diáspora, tem sido estudado também por Peters (2007) no trabalho com adolescentes palestinos de terceira geração em Porto Alegre. A autora mostrou como esse espaço é particularmente valorizado pelos jovens, utilizando redes na web, onde a origem e a composição da diáspora são discutidas de forma jocosa.

Na presente pesquisa, a ativa participação desses jovens na web foi aproveitada para ampliar o tipo de vínculos estabelecidos, aprofundar dados obtidos em encontros anteriores e para marcar novos encontros. Também permitiu dar continuidade ao vínculo entre pesquisadora e informantes, que de outra forma teria sido impossível em função das distâncias entre os lugares de moradia.

A comunicação através da internet não responde às formas tradicionais de fazer antropologia, mas na situação em que esta pesquisa foi desenvolvida, representou uma ferramenta fundamental de trabalho. Facilitou contatos concretos, agilizando as possibilidades de marcar encontros e trocar informações, como enviar fotografias ou música. Além disso, a internet permite o estabelecimento de conversas em um registro muito diferente ao que se estabelece nos encontros pessoais. Sem os referentes habituais que contextualizam o diálogo direto, onde além da palavra existem gestos, entonações e silêncios, a conversa por *msn* poderia parecer menos real, ou mais facilmente truncada; uma relação “representada” e não “espontânea”. Porém, para quem utiliza esse tipo de meio de comunicação de forma frequente e como única opção para o contato com familiares e pessoas próximas, como no caso desses jovens, representa uma forma diferente de comunicação, com suas vantagens e pontos fracos, nem mais nem menos legítima do que outras¹⁴.

¹⁴ Segundo Pelúcio (2007), em alguns casos a possibilidade de manter o anonimato ou a privacidade que a internet possibilita permite uma maior liberdade de expressão para abordar determinados temas. A autora utilizou a participação em comunidades virtuais e a conversa por *msn* como canais mais apropriados para se aproximar da comunidade de *t-lovers*, homens que mantêm relações sexuais com travestis.

A conversa em tempo real através da internet foi um instrumento de proveito. O ritmo mais pausado na conversa permitiu pensar e estruturar as ideias de forma diferente e, fundamentalmente, facilitou o uso de diferentes línguas na comunicação. No começo a comunicação se estabelecia com maior fluidez, na medida em que eu conseguia compreender melhor o inglês escrito do que o inglês falado desses jovens e eles gostavam de ler o espanhol, tendo acesso a um tipo de registro menos comum no seu cotidiano.

Na comunicação através da internet, o uso de cada língua não se deu de forma aleatória, mas esteve muito vinculado ao tema referido. A maioria das conversas começava em espanhol e, na medida em que eram abordados assuntos pessoais, que demandavam de maiores habilidades expressivas, se produzia a mudança para o inglês, às vezes de forma espontânea, às vezes sugerida por mim e geralmente aceita por eles. Em outros casos, o inglês e até o português eram utilizados para as despedidas ou para realizar brincadeiras, dando maior amplitude ao registro da comunicação.

Simon é um dos jovens nigerianos com os quais a comunicação através da internet foi mais contínua, talvez porque em diversos empregos que teve em Maldonado e Montevideu teve acesso à rede, talvez por ser um dos que possuem maior nível educativo (estava cursando primeiro ano de medicina em Lagos no momento de migrar), sendo um dos que adquiriram o espanhol mais rapidamente e escrevem com maior precisão. Durante o período de pesquisa de campo em que eu morava em Porto Alegre, mas visitava periodicamente o Uruguai, a troca de e-mails com fotos ou música registrada nas visitas de campo e a conversa por *msn* foi um meio de comunicação habitual.

Simon: oi Pilar

Pilar: oi

Simon: como estas??

Pilar: bem e vcs? esta frio ai?

Simon dice: sim, e ai???

Pilar: um pouco, esteve chovendo mas agora saiu o sol

Simon: ah, que hora é???

Pilar: a mesma que em Uruguai, 6:13. O que aconteceu, porque não foram para Montevideu no final de semana?

Simon: porque termine de trabalhar muito tarde

Pilar: iam encontrar com Facundo, ou para fazer outras coisas?

Simon: para encontrar com ele e ir no baile. Eu quero ir hoje, mas estou esperando Marcus, ele está com uma amiga.... por enquanto....

Pilar: esta em Maldonado o em la Barra?

Simon: em Maldonado
Pilar: Sonny y Wenzel vão com vocês?
Simon dice: somente Sonny
Pilar: Wenzel não gosta de dançar?
Simon: sim mas ele quer fazer outra coisa aqui, com alguns amigos
Pilar: porque ele estava bravo com Facundo no sábado passado?
Simon dice: porque ele é louco, não sabe o que fala
Pilar: ele não gostou do programa?
Simon: he is crazy ,,,,,,,,,, I don't know what is wrong with him,,,,,,,,, I cant say anything about him.....he is loco
Pilar: but you are friends . . .
Simon: yea, but sometimes i don't understand him
Pilar: I think he's a little sad
Simon: no, just crazy, but he is ok, that is how he used to do
Pilar: he told me that he miss his sister, and that he is worried about his mother's health
Simon: that is his own problem,,,,,,,,,,,,,,,,, I missed my mum too my family, but there is nothing one can do, only talk to them on phone, and that is what we have been doing so,,,,, that is for him, for now we cant go back to Nigeria ,,,, don't worry about him, he is sometimes crazy
Pilar: ok,
Simon: so how is your sister???
[se inicia transmissão por câmera web]
Pilar: you can see her
Simon: yea, I can see her, she is beautiful
Pilar: we don't have light enough
Simon: ok, great
[se encerra a transmissão por câmera web]
Pilar: tomorrow is my brother's birthday, he's in Montevideo
Simon: ohhhh, greetings
Pilar: I'm going to call him, I miss my family too
Simon: yea, great, Pilar i have to go now ok???
Pilar: Ok,
Simon: take care talk to u soon and send my greetings to your sister and wish your brother happy birthday for me ok??? take care, kisses
Pilar: manda um abraço para Marcus, Sonny hoje, e para Wenzel quando encontrar com ele
Simon dice: ok, tchau, beijos

(Conversa com Simon, 13 de maio de 2006, original em espanhol e inglês, o inglês foi mantido para apontar a mudança de línguas)

Por outro lado, esse tipo de comunicação tem a vantagem de permitir um relacionamento casual e mais espontâneo do que os encontros previamente marcados. Utilizado de forma habitual para jogar conversa fora, o encontro na rede viabiliza a manutenção de um vínculo permanente de comunicação sem necessidade de situações de pesquisa específicas. Isso permitiu desenvolver uma noção de cotidianidade que de outras formas seria impossível em função das distâncias.

O alto valor que esses jovens dão aos objetos e ao uso da tecnologia, associado a um estilo particular de vida, aproximou experiências de vida, a deles com a minha.

A utilização de ícones ou desenhos nas conversas pela internet, câmera web e microfone, participação em páginas pessoais e redes de amigos, representaram não somente ferramentas de comunicação, mas tópicos de conversa em si mesmos.

Marcus tira uma foto de mim e pede a Wenzel para ele tirar uma de nós dois. Começamos a falar sobre celulares. Eu mostro o meu, e me pedem para tirar uma foto, mas meu celular não tira fotos. Dos quatro, o único que não tem um aparelho “dos caros” é Sonny. Marcus tem um Samsung de abrir e fechar, com tela colorida e que tira fotos, também o de Simon tira fotos e grava som. Wenzel me conta que comprou um celular de U\$S 400 (!). Pergunto para que um celular tão caro, e ele me diz que era um bom aparelho. O problema é que poucos dias depois ia andando na rua e um cachorro o atacou e quebrou o celular. Foi à polícia, mas eles não fizeram nada. Tira da carteira a denúncia policial e o pedido de orçamento para o conserto do telefone. Diz que quando a atendente da loja viu o aparelho, quase começou a chorar.

(Diário de campo, Maldonado, setembro 2006)

Entre os aparelhos de tecnologia, câmeras fotográficas digitais e telefones celulares tinham centralidade. As diferentes utilidades, estética e qualidade desses aparelhos foram em muitos casos debatidas entre nós, estabelecendo comparações entre as coisas que podem ser compradas na Nigéria e aqui, custos e durabilidade desses produtos. Mas junto com eles, outros elementos como a operadora contratada, os custos e a eficiência de cada uma delas para ligações locais e internacionais também foram apresentados como temas importantes.

Sonny está bravo com Wenzel, porque ele estava com o celular quando sua namorada ligou. Proponho a Sonny que ligue de volta para ela, mas me diz que não tem créditos, que na sexta-feira comprou \$300, mas gastou todos eles. Eu fico assombrada e pergunto como ele fez. Me diz que ligou para a Nigéria. Primeiro tentou falar com sua mãe, mas o celular dela estava com problemas, aí ligou para alguém que deveria estar perto dela, mas não estava. Então gastou o resto do cartão falando com seus amigos.

Pergunto a cada quanto tempo ele liga, e me diz que sempre que sente saudades, às vezes uma vez por mês, às vezes uma vez por semana. Diz que é mais barato ligar do celular que do locutório, no celular paga \$ 15 por minuto e no locutório \$ 45. Com Movistar também pode mandar mensagens de texto à Nigéria ou a qualquer outra parte do mundo. Wenzel me conta que antes tinha um CTI, mas era muito mais caro, então ele também passou para Movistar¹⁵, para ligar para a Nigéria.

(Diário de campo, Maldonado, setembro 2006)

A pesquisa etnográfica foi desenvolvida através de encontros informais devidamente registrados em diário de campo e entrevistas formais, estruturadas, em alguns casos registradas com o gravador digital. Também foram tiradas fotografias e

¹⁵ CTI e Movistar são duas operadoras de telefonia celular do Uruguai.

feitas filmagens com vídeo digital. Em muitos casos, esses recursos foram utilizados como uma ferramenta expressiva a partir das quais os jovens demonstraram seus interesses pessoais, visões de mundo e expectativas em relação às formas como desejam se apresentar e ser percebidos pelos outros, no local de residência, no local de origem ou através da internet.

Durante o tempo em que estamos conversando, a televisão está ligada, sem volume, porque estamos ouvindo música. Quando eu cheguei, estavam assistindo futebol europeu, e depois basquete. Marcus diz que ele gosta é de futebol, que o basquete é bom, mas ele não sabe jogar. Esclarece que no basquete, os negros são os melhores do mundo, e pergunta qual o meu esporte favorito. Eu não sei o que responder e ele ri de mim: “somente estudar”... Pega o gravador e pede para eu lhe mostrar como funciona. Grava: “Oi, eu sou Marcus, quando eu era menino, eu acostumava ir para escola, voltar, tirar o uniforme e ir para o parque jogar futebol” (tudo em inglês, bem claro e devagar). Me pede para ouvir. Todos escutam, comentam e riem. Depois ele pede para apagar a frase.

(Diário de campo, Maldonado, setembro 2006)

Uma das estratégias utilizadas para o contato com as famílias dos migrantes em Lagos foi a realização de um vídeo em que dois dos jovens gravaram mensagens para amigos e familiares, preferencialmente as mães, e que eu era encarregada de levar. O mesmo procedimento foi realizado na direção contrária, em que os amigos na África filmaram diferentes situações e paisagens do bairro e pessoas, descrevendo sua situação atual e mandando diversas mensagens para seus amigos no Uruguai. Além disso, também transporte cartas, música e fotografias de volta para o Uruguai. O material produzido nessas condições, de caráter pessoal, não pode ser difundido com outros fins, e, portanto, não será transcrito ou reproduzido de outras formas na tese ou em outras produções acadêmicas. Porém, essas diversas instâncias permitiram uma aproximação diferente às pessoas envolvidas na pesquisa e à sua experiência, que certamente motivou e inspirou muitas das reflexões presentes neste texto. No caso do material produzido para a realização do documentário – ainda em edição – na Venezuela, serão utilizadas transcrições dos depoimentos de cinco dos jovens entrevistados, devido a que esse material que têm como objetivo a divulgação do fenômeno trabalhado.

1.2.2 Valores e usos da narrativa

Outro dos elementos que resultam importantes analisar se refere aos diferentes usos dados às narrativas coletadas para esta pesquisa. Como foi dito no

começo do texto, algumas das histórias com as quais estamos trabalhando perpassam a qualificação de fatos cotidianos e adquirem a dimensão de notícias nacionais, especialmente quando envolvem situações de resgate e intervenções por parte das forças armadas, como no caso dos quatro náufragos nigerianos que foram resgatados pela marinha de Maldonado utilizando helicópteros, no meio de uma tormenta. A experiência vivida por esses jovens é, de certa forma, um capital que eles possuem, e, portanto, seu relato deve ser cuidado e utilizado de formas determinadas.

Assim como as organizações que trabalham com migrantes e refugiados impõem sigilo sobre as informações que manejam, diferentes formas de segredo ou cuidado com a informação individual e coletiva presente entre esses jovens também funcionam como formas de proteção. Em primeiro lugar, porque diversos trechos dessas histórias envolvem passagem pela ilegalidade, ou no mínimo irregularidade: as formas como entraram no porto e abordaram o barco, com possíveis transações de dinheiro, a situação dentro do navio, as diversas situações de irregularidade no que se refere à documentação e o status jurídico que essas pessoas adquirem chegando à sociedade de destino. Em segundo lugar, as histórias representam um capital simbólico que o fato de “ser famosos” lhes outorga, facilitando alguns caminhos para a socialização e construção de redes através das quais possam acessar um emprego, aluguel, entre outras coisas. Contudo, essa popularidade tem seu lado positivo tanto quanto seu lado negativo. Para bem ou para mal, a consciência de que quem quer ouvir a história tem algum proveito para tirar dela é uma constante.

Pilar: vamos nos encontrar no domingo?

Simon: sim, isso é muito bom, você pode vir?

Pilar: sim

Simon: ótimo então. Uma moça de Pan de Azucar me ligou ontem para saber sobre nossa história, igual que você. Mas ela queria um telefone fixo para me ligar, e eu não tenho.

Pilar: ah, ela precisa de telefone e não de celular

Simon: sim

Pilar: si precisar de alguma coisa, você pode dar meu telefone aqui.

Simon: sim, mas ela quer falar como todos nós, igual que você fez.

Pilar: mas então, não pode ser no celular?... se vocês continuam assim, vão virar famosos!!!

Simon: não, que famoso, no queiro falar de nada com ela também não, nem com ninguém mais. Não quero ser famoso, isso não ajuda em nada, somente quebra as coisas ainda mais.

Pilar: entendo, preferes falar em inglês?

Simon: sim

Pilar: why don't you want to tell your story,

Simon: because it cause more damage

*Simon: its doesn't help, they just wanna hear u say something and they wont do nothing,
i was on a magazine the last time for about 3 months i gat nothing out of that, so am tired of telling story
Pilar: i know,
Simon: i called the organization for help when i got no job
Simon: but the couldn't help, so why keep on telling the story?? i can't anymore.*

(Conversa com Simon, agosto de 2006, original em espanhol e inglês, o inglês foi mantido para apontar a mudança de línguas)

Para o caso dos nigerianos, a possibilidade de “virar famosos” não foi irreal, várias vezes apareceram na TV, em matérias do telejornal ou de outros programas de diversidades. O ciclo “Vidas” dedicou um programa inteiro à história dos jovens, que foi emitido em horário central. Também participaram em comerciais de escolas de inglês transmitidos na TV e colocados em outdoors, e um deles participou de um comercial de TV que procurava a aproximação das forças armadas com a sociedade, contando sua história e como as forças armadas o tinham resgatado. Também são objeto de notícias de jornal periodicamente, que sempre resgatam, de um lado, o inusitado do caso, e do outro, as vantagens do Uruguai como terra para imigrantes.

A presença nos meios de comunicação acrescenta ainda maior visibilidade à que esses jovens já têm em função da cor, vestimenta e postura corporal em uma cidade de aproximadamente 140.000 habitantes. Mas essa visibilidade não é necessariamente um salvo-conduto para acessar todos os ambientes sociais, e frente às formas de racismo¹⁶ respaldadas pela posição econômica, nem mesmo o poder da TV pode interferir.

Voltamos conversando sobre o programa de televisão. Simon me diz que entrevistaram todo mundo, mas muito mais ele, porque é quem fala melhor o espanhol. Foram buscá-lo no trabalho e depois foram a Portezuelo, na praia, onde ele falou sobre como tinha sido a parte do barco e o resgate. Depois foram ao porto, à marinha e depois à casa deles, onde estava o resto esperando. Ali jantaram, dançaram e cantaram. Filmaram todos juntos. Depois queriam ir dançar numa festa, mas “aí uma coisa muito ruim aconteceu”, o dono do local não os deixou entrar, e disse para o pessoal da TV “que comprasse um perfume, porque cheiravam mal”. Simon parece bastante triste e um pouco confuso quando começa a falar sobre isso, mas segundo me diz, quem ficou mais bravo foi Sonny.

(Diário de campo, Maldonado, fevereiro 2006)

Talvez por um maior envolvimento político no momento da partida, talvez pelo fato de residir em um dos países com maior grau de politização da região, ou talvez

¹⁶ Essas situações serão abordadas com maior detalhe no capítulo 2.

por outras razões que não chegamos a conhecer, os jovens na Venezuela que vieram da Costa do Marfim são os que guardavam um maior receio em falar sobre a travessia entre África e América. Assim como a variação nas histórias em relação à origem que esses jovens contam em diferentes situações é uma forma de manipular as imagens projetadas sobre as diferenças de cor entre os nacionais e os migrantes africanos, o silêncio também é outra dessas formas que desde uma posição pouco favorecida esses jovens utilizam para interagir no meio social. Nos diferentes contextos de pesquisa, diferentes formas de silêncio, através da negativa a falar de temas específicos, da recusa a ser entrevistado ou de estratégias de hesitação, estiveram presentes.

Num primeiro momento, o receio desses jovens se manifestava na procura do consenso de todos os membros do grupo em relação a falar conosco ou realizar entrevistas. Depois de alguns dias de negociação, descobrimos que o silêncio recaía sobre o momento da travessia, e fundamentalmente sobre os dados concretos, como o nome do barco ou do capitão, formas de acesso, datas, horários, etc. Outros dados, talvez mais importantes para nós, sobre suas vidas na África antes de partir e depois na Venezuela eram falados sem maiores problemas.

Para além da origem africana, o que outorga uma identidade especial dentro da sociedade venezuelana é a travessia que eles realizaram. A informação sobre ela é um dos capitais mais importantes que esses jovens têm e, portanto, deve ser resguardada e potencializada. Nenhum dos jovens estava disposto a entregar esse capital para a realização de um documento audiovisual sem antes saber o que iriam ter em troca, porém, nós não tínhamos, economicamente falando, muito a oferecer.

Contudo, o valor dessa narração pode se expressar de diversas formas e nem sempre se converte em um valor econômico. Os usos do relato da experiência vão desde a confissão e a busca de cumplicidade até o mais frequente, que é a construção de um tipo de imagem pessoal como “*aventureiro*” e “*survivor*”, imagens das quais os meninos contatados se orgulham. A determinação e resistência que esse tipo de travessias exige são valores diretamente vinculados à masculinidade e juventude, e foram frequentemente exaltados por esses jovens.

As primeiras histórias sobre os oito dias à deriva às quais tivemos acesso foi narrada por Sebastian e produziram-se numa situação em que a originalidade e valentia associadas à aventura estavam sendo postas em questão. Estávamos na

recepção da pensão no centro de Caracas, onde Sebastian trabalha e vive, com sua mulher venezuelana e seu filho de menos de um ano. Estávamos tentando conduzir a entrevista – o que resultava difícil com o contínuo passar das pessoas da pensão –, a história que estávamos procurando não veio em função de nossas perguntas, mas de uma provocação do dono da pensão. Ele era um homem de uns cinquenta anos, que até então tinha ouvido nossa conversa aparentando não dar muita atenção, mas que em determinado momento decidiu interromper para contar uma história que tinha visto na televisão pouco tempo atrás. Tratava-se de outro grupo de náufragos, paraguaios, bolivianos e peruanos que teriam passado por uma aventura maior e mais perigosa, ficando à deriva, sem comida nem água por muito mais dias, mostrando que o relato que nós procurávamos não era tão exclusivo. Para Sebastian, isso representava não somente uma provocação pessoal, mas também uma deslegitimação frente a nós, duas pesquisadoras mulheres que estávamos precisamente atrás da aventura que o dono da pensão desconsiderava. A provocação funcionou, e a partir disso obtivemos uma detalhada descrição de cada uma das dificuldades e angústias por que passaram durante esses oito dias e sete noites à deriva.

Além das motivações pessoais ou coletivas para reter certas situações e narrar outras em determinadas ocasiões, o manejo seletivo da informação representa uma forma de controle e de poder na relação entre pesquisadores e pesquisados e entre eles e a sociedade englobante, na qual ambos os grupos estão inscritos. Em muitos casos, as condições prévias à partida da África envolvem situações de violência pessoal e familiar, seja em função de conflitos políticos ou de insegurança urbana. Na maioria das vezes elas não são referidas explicitamente, mas de forma geral. Esses dados, como a existência de conflitos e o envolvimento familiar neles, que às vezes tem como consequência a morte de pessoas próximas, são tomados neste trabalho tal como foram relatados pelos informantes. Assim como com o resto das situações narradas, o objetivo não é procurar a veracidade ou não dessas informações, mas compreender a forma em que as narrações constroem a história dessas pessoas e são transmitidas aos outros.

Também na Argentina encontramos pessoas que, de diferentes formas, negaram-se a participar da pesquisa, ou que sem se negar explicitamente a participar, procuraram estratégias alternativas. Elias, por exemplo, mostrando-se bastante

tímido e com pouca vontade de ser entrevistado, me passou para Mohamed, explicando que logo naquele momento estaria muito ocupado atendendo os fregueses do “Maxi-Quiosko Mali”, localizado numa região bastante agitada de Buenos Aires. Gugga, que também trabalha num quiosque perto do Abasto, negou-se a falar comigo, dizendo que ele não gostava de participar de pesquisas e que a todos os estudantes que frequentemente passavam pelo negócio sempre respondia a mesma coisa. Ele manteve sua postura de não falar em temas pessoais, mas, enquanto eu esperava Amadou, de forma muito educada Gugga aceitou conversar comigo sobre temas variados, que envolviam a comparação entre Argentina e Uruguai, e me explicar como é seu país, Mali.

1.3 *Becoming Obruni*

Desde sua origem a antropologia tem organizado seu trabalho refletindo sobre o conceito de alteridade. Essa alteridade toma corpo nas diferenças reais e concretas que a olhos vistos apresenta o contato com pessoas procedentes de outras classes sociais, culturas e regiões do planeta, diferentes das do pesquisador. A variedade de costumes, formas de alimentação, cuidado das crianças, crenças e valores produz em todos os seres humanos o questionamento em relação às diferenças e semelhanças. Dentro da tradição ocidental das ciências sociais, de matriz universalista, a antropologia tornou-se a forma legitimada de pensar essas diferenças, a partir de uma história e tradições comuns aos diferentes contextos de produção de conhecimento. Porém, esses contextos – fundamentalmente o contexto nacional – influenciam os processos, dando um valor particular às antropologias realizadas em diferentes lugares (Peirano, 1992).

Os antropólogos podem se vangloriar de partilhar ancestrais com outros cientistas sociais (como Durkheim, Weber e Marx) tanto quanto linhagens comuns, através dos quais iniciam os estudantes, quer estejam no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Austrália, no Japão ou na Índia. (...) Este discurso que é a antropologia assume política e eticamente diferentes estilos, de acordo com o contexto no qual se desenvolve, o que não lhe tira a característica universalista, porque esta é teórica (Peirano, 1992: 13).

Dentro da tradição das ciências sociais, a antropologia, dedicada originariamente ao estudo das sociedades “primitivas” ou “simples”, enfrentava-se

com essa diversidade. Sobre finais da década de 1960, frente aos processos de descolonização da África, e a crescente urbanização das populações rurais, que deixaram os antropólogos sem seu objeto tradicional de pesquisa, o estudo antropológico de nossas sociedades tornou-se cada vez mais legítimo. Da perspectiva contemporânea, a antropologia já não se caracteriza por seu objeto empírico, mas por realizar um tipo particular (porém não exclusivo) de reflexão que utiliza o conceito de alteridade enquanto ferramenta analítica¹⁷. Assim, a alteridade não se desprende de forma natural das diferenças evidentes, mas se constitui na operação intelectual de tornar familiar aquilo que parece estranho, ao mesmo tempo em que se estranha, se toma distância e se desnaturaliza o familiar. Esses dois termos da mesma operação, que não podem ser dissociados, adquirem conotações diferentes, dependendo da posição do pesquisador no campo.

Em pesquisas anteriores, eu tinha trabalhado com o sistema de atendimento a crianças e políticas para a família. Assim, até o momento de começar a pesquisa de doutorado, na minha experiência como antropóloga, os esforços tinham se concentrado no segundo termo dessa equação de alteridade.

Isso mudou radicalmente nesta pesquisa. O trabalho com migrantes africanos na América Latina, e posteriormente com suas redes sociais e, de forma mais geral, com pessoas associadas ao fenômeno migratório na África Ocidental, representou, pela primeira vez, uma forma de alteridade extrema, em que as diferenças se impuseram ante mim, não como uma reflexão ou uma construção teórica, mas como uma realidade de difícil compreensão. Se elementos como gênero, idade, cor, classe condicionam o tipo de relação estabelecida entre pesquisador e pesquisados em qualquer situação, eles nunca tinham se apresentado com tanta força como neste caso.

Um dos primeiros desafios reflexivos que a pesquisa me propôs foi o de pensar comparativamente as formas de mobilidade entre eu e meus informantes. O primeiro dos locais de etnografia deste trabalho foi a Venezuela. Viriam posteriormente Uruguai e Argentina, e no meio disso a possibilidade, real, mesmo que distante, de

¹⁷ Sobre o uso e abuso das categorias de alteridade e diferença, "textualizando" e "culturalizando" a análise, desconhecendo os processos históricos e políticos, ver Said (2003), "A representação do colonizado, os interlocutores da antropologia" In: *Reflexões sobre o exílio*.

fazer campo no lugar de partida desses migrantes, em algum local da África Ocidental. Realizar este tipo de pesquisa está muito longe de ser simples. Mais do que uma “estratégia”, a trajetória de pesquisa se desenvolveu paulatinamente, misturando recursos institucionais e pessoais e ampliando os horizontes gradativamente. Mas se desde dentro da universidade, essas dificuldades podem parecer muito presentes, desde fora a visão é completamente outra. Apesar de no meio acadêmico os financiamentos serem incertos e a mobilidade, limitada por prazos e fatores monetários, em comparação com a experiência dos informantes desta pesquisa, essas condições apareciam como um ideal de mobilidade.

No primeiro contato com meus informantes, momento de realizar a apresentação pessoal, da pesquisa e também da disciplina, essa mobilidade, inscrita na minha trajetória profissional e pessoal, desempenhou um papel importante. Por um lado, permitia certo grau de identificação, na medida em que eu mesma tinha passado por um processo de deslocamento igual ao deles. Essa trajetória também permitia facilmente me distanciar dos locais onde eu estava pesquisando e assim obter discursos mais críticos em relação à sociedade de acolhida, que ou não era diretamente a minha, ou, sendo, eu já teria me distanciado dela.

Essa percepção de meus interlocutores – de que eu gozava de “condições ideais” para realizar planos de mobilidade – se multiplicou por mil ao fazer pesquisa na África. Lá, apresentou dificuldades no relacionamento com meus informantes, na medida em que aqueles que queriam migrar (e eram muitos) esperavam da minha parte uma ajuda para concretizar seus planos. Os pedidos de ajuda variavam, desde a obtenção de informações de todo tipo, algumas que eu manejava e outras, não – como, por exemplo, os requisitos necessários para fazer um visto de ingresso aos Estados Unidos no México, ou o valor das passagens de avião entre Espanha e Brasil – até auxílio com a documentação, como cartas à embaixada uruguaia ou brasileira, referências e números telefônicos de contato para preencher formulários e ajudas econômicas para comprar passagens ou pagar taxas de obtenção da documentação.

Assim, minha aparente liberdade de movimentos, que encontrava justificativa na realização de uma pesquisa, contrastava de forma direta com a experiência das pessoas com quem desenvolvi a pesquisa. De forma constante, minhas vivências e deslocamentos eram contrastados pelos meus informantes através de reclamos de

amizade, ajuda e atenção permanente. Essas situações deixavam manifestas as desigualdades intrínsecas do sistema mundial e a forma como os fluxos de população se deslocam em situações muito diferentes. Essas eram as diferenças que eu estava me propondo a analisar no meu trabalho, mas que resultaram muito mais difíceis de manejar quando encarnadas na minha pessoa. Nesse sentido, a pesquisa representou de forma particularmente aguda um caso de ironia antropológica (Geertz, 2001).

1.3.1 Negociando identidades

Trabalhar com migrantes africanos na América Latina significa trabalhar com jovens do sexo masculino com um fenótipo negro muito escuro. Isso, que em si mesmo não representa nenhuma surpresa, acabou se mostrando de diferentes formas em situações de pesquisa com uma intensidade que eu não esperava. Ao ingressar em campo, eu estava pensando nos conceitos de raça e cor como uma realidade concreta que eu teria de abordar na pesquisa; dados a serem analisados no próprio campo, na medida em que fossem colocados como relevantes para os próprios sujeitos pesquisados. No entanto, como gênero, cor e idade representavam variáveis indissociáveis para eles, também o seriam para mim. Somente depois de várias situações desconcertantes consegui entender até onde essas características estariam implicadas na minha relação com as pessoas na pesquisa.

Na primeira fase do trabalho de campo, na América Latina, duas características se apresentaram como as mais determinantes para definir minha posição como pesquisadora: o fato de eu ser mulher e branca. Junto com elas, outros elementos da minha vida pessoal começaram a aparecer como significativos. O fato de eu também ser uma migrante (estudante uruguaia no Brasil), manejar duas línguas, morar longe da minha família, mas ainda com minha irmã, e ter passado por situações, senão similares, compreensíveis por eles ao me deslocar a outro país, foi um dos pontos sobre os quais se constituiu a relação.

As formas em que essas variáveis se misturaram no campo tiveram desenvolvimentos bem diferentes dos que eu esperava; desenvolvimentos a que, em alguns casos, não sabia como responder, mas dos quais seria necessário dar conta.

Por muito marcada que estivesse pelo gênero, a raça, a casta ou o privilégio de classe, a etnografia necessitava transcender tais localizações a fim de articular um entendimento mais profundo,

cultural. Essa articulação se baseava em técnicas potentes, incluindo pelo menos as seguintes: corresidência extensa; observação sistemática e registro de dados; interlocução efetiva em pelo menos uma língua local; uma mistura específica de aliança, cumplicidade, amizade, respeito, coerção e tolerância irônica que conduz ao “*rapport*”; uma atenção hermenêutica a estruturas e significados profundos ou implícitos¹⁸ (Clifford, 1999: 94).

Em muitos casos as situações que disparam a reflexão metodológica são aquelas que nos colocam em maior desconforto em relação aos nossos informantes. Às vezes os problemas decorrem da própria fluidez com que essa relação se desenvolve, que leva a embaçar as fronteiras entre o vínculo gerado pela pesquisa e a amizade. Outras, em função das expectativas que a própria realização da pesquisa gera, sobredimensionando suas características e as consequências que ela terá nas condições de vida concretas de seus participantes, incluindo possíveis rendimentos econômicos. Em todas as situações, quando os mal-entendidos se produziram por falta ou por excesso de empatia entre pesquisadores e pesquisados, as formas em que cada um performativizava seu papel de gênero e classe e as ideias vinculadas a esses papéis estiveram envolvidas.

Estávamos nos despedindo de uma conversa bastante dura com James, que se negava a falar sobre sua experiência sem que antes definíssemos exatamente qual era o proveito que nós iríamos tirar de seu relato, e qual seria sua parte nisso tudo.

Com uma imagem bastante inflacionada do que significaria nosso trabalho, resultava difícil chegar a um acordo. Ele queria saber o que nós tínhamos para oferecer além das nossas intenções. Nosso ponto de partida e chegada nessa discussão era: “não temos orçamento, nem para nós, nem para vocês”.

Depois de uma longa discussão, metade na rua, metade na pensão de Sebastian, e esgotados os argumentos dos dois lados, James decidiu relaxar e mudar de assunto, então continuamos por mais um tempo a conversar.

Sem falar do período no barco e na balsa, o que compunha a história que queria nos vender, James desenrolou uma longa conversa em relação à sua vida em Togo e Venezuela. Depois de ter falado mal das mulheres em geral, as venezuelanas em particular, e da pouca resistência física dos homens desse país, a conversa se distendeu completamente.

¹⁸ Por muy marcada que estuviera por el género, la raza, la casta o el privilegio de clase, la etnografía necesitaba trascender tales ubicaciones a fin de articular un entendimiento más profundo, *cultural*. Esta articulación se basaba en técnicas potentes, incluyendo por lo menos las siguientes: co-residencia extensa; observación sistemática y registro de datos; interlocución efectiva en, por lo menos una lengua local; una mezcla específica de alianza, complicidad, amistad, respeto, coerción y tolerancia irónica que conduce al “*rapport*”; una atención hermenéutica a estructuras y significados profundos o implícitos.

Já quase no momento em que estávamos indo embora, enquanto trocávamos contatos, James pediu meu número de celular. Eu não tinha e ele pareceu surpreso: “Mas como? Você é muito bonita para não ter celular!”

(Diário de campo, Caracas, maio de 2005)

James não era nem de perto um de nossos “informantes preferidos”. Ele é um dos mais velhos do grupo, e um dos mais rudes. Além disso, representa valores contrários aos dominantes do grupo e às ideias que nesse momento guiavam nossa pesquisa. Ao sair do Togo e da Costa do Marfim, não fugia de perseguições políticas, como a maioria do grupo, mas procurava melhores oportunidades laborais. À diferença do resto, ele não tem nenhuma dificuldade para falar em dinheiro, sem ocultar que tenta tirar o maior proveito de todas as situações. Seu trabalho parece estar no limite difuso da legalidade. Ele é encarregado de um bar e seu dono, além de estar envolvido em diferentes atividades irregulares; já ameaçou outro dos integrantes do grupo, Cliff, se ele chegasse a falar alguma coisa à polícia; segundo comentaram vários dos jovens, incluindo James e o próprio Cliff.

Não é educado nem tímido como o resto, fala mal das mulheres em geral, e particularmente de sua atual namorada, e reconhece ter deixado sua mulher e uma filha esperando por ele no Togo. Segundo explica, tendo a oportunidade de ir para a França ou o Canadá, deixaria aqui sua atual namorada. Para ele, “*as mulheres somente trazem problemas*”. Assim, James confronta toda uma série de valores que orientam a pesquisa e nossa percepção dos sujeitos com quem trabalhamos. Mas, apresentando concepções de gênero contrapostas às nossas, também nos confronta enquanto pessoas.

Saindo da pensão, comentamos a frase de James. “Você é muito bonita para não ter celular...” Carolina e eu ficamos indignadas, muito mais do que César, que em tom de brincadeira concorda momentaneamente com James.

Passado um tempo, o que no começo tomamos como mais um comentário previsível de James se mostra em diferentes níveis, como uma frase cheia de significações.

Pouco tempo atrás, durante a conversa, ele tinha nos explicado que seu antigo celular, que era um aparelho muito bom, lhe foi roubado. Tinha sido dado por seu chefe, mas agora ele teve que comprar um novo, e mesmo que não quisesse gastar muito dinheiro, viu-se na obrigação de comprar um bom, já que não seria bem visto o chefe ter um celular de menor qualidade do que os empregados no bar.

Mas os celulares não somente representam ordenamentos na hierarquia empregatícia; também podem ser associados às expressões pessoais de atenção e afeto. Uma das maiores penas relativas ao roubo do celular é que ele tinha dado

outro igual para sua namorada; agora os dois tinham celulares diferentes.

(Diário de campo, Caracas, maio de 2005)

James não somente estava aproveitando a oportunidade para galantear, mas estava frisando alguns elementos associados entre si através dos quais ele me localizava no seu campo de significações. Nesse contexto, “muito bonita” englobava uma série de características, como o fato de eu ser branca e estrangeira e, decorrente disso, de um determinado nível econômico, do qual era esperado que tivesse um bom celular. Assim, dois elementos aparentemente desconexos como a beleza e a posse de um celular se conectavam numa frase que queria significar muito mais do que seus dois termos. Tanto nesse caso, em que eu era confrontada de forma irônica sobre meu lugar na pesquisa, outras muitas vezes meu lugar foi trazido à conversa pelos informantes.

Mas se as representações associadas aos papéis de gênero e cor tiveram que ser negociadas de diferentes formas para cada situação de pesquisa, meu papel enquanto pesquisadora trabalhando com jovens africanos também foi questionado pelas pessoas do meu entorno, amigos e fundamentalmente familiares. Durante toda minha formação, meus temas de pesquisa nunca desenvolveram tantas reações quanto este. É provável que isso tenha relação com a difusão que o tema das migrações e os casos pesquisados têm na imprensa e na opinião pública. No Uruguai, um país onde a emigração dos jovens se apresenta como uma problemática social, a chegada desses jovens, em situações tão pouco frequentes, provoca a atenção geral. Mas muito mais do que o insólito do meu objeto de pesquisa, foram as preocupações em relação à minha segurança pessoal, me vinculando aos jovens migrantes, o que mais frequentemente era mencionado. Essas referências me lembravam o quanto a figura dessas pessoas, homens, jovens e negros, e a minha proximidade com eles eram inquietantes para as pessoas do meu entorno. Mais uma vez, as vinculações entre gênero, cor e idade apareciam claras, na medida em que faziam dos meus informantes pessoas potencialmente perigosas.

1.3.2 Mobilidade em diferentes contextos

Ao trabalhar com migrantes africanos na América do Sul, polizones, refugiados, comerciantes, estudantes podem ser considerados de diferentes formas como um grupo. Olhando de fora, eles são claramente assimilados a uma categoria,

“africanos”. De dentro, diferentes mecanismos de identificação e diferenciação nacionais, linguísticos e regionais são utilizados por esses migrantes de formas diversas. A imersão em campo, trabalhando com migrantes africanos, ou com entidades vinculadas a eles, logo deixa entrever os matizes entre as diferentes experiências migratórias e as formas em que as identidades nacionais, étnicas e linguísticas se estruturam em redes de amizade e comércio na nova sociedade.

Estudar migrações africanas em sociedades latino-americanas significa estudar situações de alto contraste, em que o lugar de origem representa um elemento de identificação e um diferencial no tipo de integração social. A inserção social dessas pessoas se realiza em contextos muito diversos e com diferentes capitais econômicos, culturais e simbólicos, mas em todos os casos elas atravessam situações comuns, sendo identificadas por essas dificuldades e colocadas em oposição às de outros “grupos” de migrantes. Entre tais dificuldades podemos mencionar o racismo, encarnado na cor de pele radicalmente escura e nas representações fortemente estigmatizadas da origem, que se referem indiferenciadamente à “África” como o território das grandes misérias humanas.

A construção de um objeto de estudo focado em dinâmicas migratórias sul-sul desde o local de destino requer reflexões metodológicas particulares, que se referem fundamentalmente ao perigo de essencialização dos motivos e as formas em que esses fluxos se produzem. É necessário levar em consideração as diferenças dos diversos percursos, assim como das sociedades de destino. Mas essas diferenças não impedem a realização de um trabalho comparativo entre as sociedades de destino, e entre as trajetórias migratórias. Assim, a partir do trabalho com comunidades de migrantes, ou com sujeitos por separado, é possível construir um objeto de estudo com foco nos fluxos migratórios provenientes do ocidente da África e sua integração nas sociedades latino-americanas.

Essa situação muda de forma radicalmente quando invertemos os contextos de pesquisa e pretendemos entender o fenômeno migratório onde ele se gesta. O universo de estudo, praticamente autodefinido no local de destino, se dissolve e esvaece quando pretendemos identificá-lo na partida. Como definir os futuros possíveis migrantes que chegarão à América do Sul, quando, como já foi trabalhado antes, esse não é um destino exatamente planejado?

Como dar unidade a um conjunto diverso de pessoas em situações e momentos dos projetos migratórios diferentes: emigrantes em preparação, migrantes retornados, projetos migratórios cheios de entusiasmo, outros truncados ou enforcados frente a dificuldades práticas, econômicas, burocráticas ou devidas à deportação; narrativas de experiências no exterior de retornados com diferentes graus de êxito; projetos de educação, de melhoras econômicas e de busca de aventura? E, por último, como dar sentido a uma série de experiências pessoais atravessadas em campo “na África”, sem repetir os mesmos lugares comuns de essencialismo e eurocentrismo, em que o objeto de pesquisa é criado em uma operação quase mágica pela presença do pesquisador em campo?

A segunda etapa do trabalho de campo consistiu em certa medida na inversão do processo, dessa vez não da parte dos “sujeitos da pesquisa”, mas da parte da pesquisadora. Essa inversão se deu em termos não somente da direção do percurso e das condições em que a viagem foi realizada, mas dos objetivos. Se a travessia em barco representa um caminho ao desconhecido, o deslocamento da pesquisa de campo à África representava em parte o reconhecimento do lugar de partida dos migrantes, mas que não deixava de se apresentar como o desconhecido e a aventura para mim. Ao mesmo tempo em que o deslocamento da pesquisa tentava compreender de forma mais global o fenômeno estudado, na nova situação de campo esse mesmo fenômeno ampliava-se, atingindo todos os âmbitos da minha presença lá. Enquanto os limites de um objeto pareciam se embaçar, a continuidade do projeto de pesquisa se costurava no encontro das famílias e grupos de amigos dos polizones. Tentava dessa forma confrontar a dispersão de pontos de origem e situações de partida, por um lado, e a enormidade da região e a densidade do fenômeno que se pretendia entender, por outro.

O trabalho de campo foi planejado em duas etapas claramente definidas, a primeira de adaptação e assuntos acadêmicos, a transcorrer em Gana; a segunda propriamente de pesquisa, em Lagos, a partir dos contatos realizados previamente em Montevideu. Paradoxalmente, e apesar de todos os cuidados metodológicos, o impacto que a chegada na África me provocou e as respostas que o entorno dava à minha presença mostraram que não seria tão fácil sortear os problemas teóricos que se me apresentavam na prática. Também não seria possível dividir as atividades de pesquisa de outros âmbitos, rapidamente associados à ideia de migração e às

possibilidades migratórias que eu representaria enquanto potencial amiga.

A impressão mais chocante do impacto inicial na minha chegada ao campo foi a constatação de que a minha presença no cotidiano dos outros, determinada pela minha origem diferente perenemente expressada na radical diferença de cor entre “eles” e eu, criou de uma forma muito mais “mágica” do que eu esperava a unidade da África e um “fora” ao qual eu pertencia.

Saio de casa para comprar qualquer coisa, geralmente água ou velas, e todas as crianças gritam “Obruni, Obruni, where do you go!?” Todas as crianças significa todas, nenhuma delas fica calada, e são muitas... Na rua todos me olham como se fosse um extraterrestre, nos “tro-tro” também, as pessoas ficam olhando, em alguns casos pegam as crianças e ficam me apontando, explicando aos mais jovens: “obruni”.

Na escola, a maioria das crianças está acostumada a ver pessoas brancas, já que recebem voluntários periodicamente, não têm medo e pulam em cima de mim, pedindo balas e presentes. Mas tem uma criança pequena que me chamou particularmente a atenção. Ela chora cada vez que olha para mim. Suas três irmãs mais velhas, três meninas muito espertas e das melhores estudantes, costumam trazer ela para se acostumar comigo, mas ela resiste e chora ainda mais. Os adultos ao ver a situação riem sem parar. Eu insisto em não forçar a criança e tento formas de aproximação alternativa, mas nenhuma delas funciona.

(Diário de campo, Kumasi, maio de 2007)

Minha preocupação passou a ser, nos primeiros momentos da integração, tentar entender os mecanismos pelos quais minha imagem gerava de forma imediata a assimilação a uma identidade e origem geográficas predefinidas, mesmo que difusas na localização no mapa, muito precisas nas valorações que carregavam e sistematicamente associadas à possibilidade de migrar.

No pátio central do hotel de Ejura, onde estou ficando, tem uma festa. As pessoas dançam, comem e bebem ao som da música. Meu quarto fica nos fundos, e não tem forma de sair para a rua sem atravessar a festa. As pessoas dançando estão muito entretidas para se preocupar comigo, mas um senhor, que como eu está olhando a diversão, vem falar comigo. Escondida atrás de suas pernas está sua filha mais nova, que é como ele me apresenta a menina, que não deve ter mais de seis anos. Com orgulho me diz que é a última de sete filhos e diz gostar muito dela. Eu tento falar com a menina, mas, talvez por estar na frente do pai, ela não ri ou me chama de obruni, somente sorri envergonhada. Mesmo gostando muito dela, ou quem sabe por essa mesma razão, o senhor me oferece levar a menina junto comigo “back home”. A menina se esconde ainda mais, e pergunto para ele se não vai sentir a falta, logo da caçula. Certamente, afirma ele, mas dessa forma ela poderá ter uma vida melhor, e já que eu fui tão educada com ele, e agora que nós somos amigos, ele pode confiar em mim para me entregar a filha. Continuamos a conversar um pouco mais sobre “meu país” e eu me desculpo, dizendo que tenho coisas a fazer. Vou embora pensando no susto da criança, e na “inconveniência” da piada. Mesmo que eu não acredite em que ele fosse me

dar a criança se eu pedisse, esse não é o tipo de piada que no meu contexto familiar os pais utilizariam para salientar o carinho que eles têm por seus filhos.

(Diário de campo, Ejura, setembro de 2007)

Muitas outras vezes iria me encontrar com pessoas que me pediriam para levá-las comigo “*back home*”, sem sequer saber qual seria esse meu lar. Pressuposto como Europa ou América do Norte, e mesmo descobrindo surpresas não ser nenhum dos dois, muitas das pessoas com quem conversei responderam que qualquer outro lugar seria melhor do que ali. Essas associações geográficas e simbólicas iriam me acompanhar durante toda minha permanência na África, inscritas na minha cor de pele. Sua persistência só foi percebida por mim na medida em que o tempo passava e meu domínio dos percursos urbanos, das situações cotidianas, da língua e etiquetas sociais ia melhorando. Mas na medida em que meu dia-a-dia ia sendo mais rotineiro e as pessoas no meu entorno acostumavam-se com a minha presença, me integrando no seu cotidiano, o encontro com os desconhecidos, para os quais eu continuava a ser *obruni*, era mais chocante.

Com o passar do tempo eu ia me acostumando à África; a África não chegava nunca a se acostumar comigo. Eu continuava sempre a ser o outro branco, o que me definia e a eles como pertencentes a dois mundos diferentes. Ao trabalhar com dinâmicas migratórias desde a África em que eu estava situada, me confrontava desde uma perspectiva particular com um problema teórico central: o uso de categorias gerais, geográficas ou políticas para definir unidades ou categorias de análise.

1.3.3 O antropólogo deslocado

Kejetia é o maior mercado da África Ocidental; a segunda maior cidade de Gana: Kumasi, com dois milhões de habitantes, capital do reino ashanti.

O mercado é um labirinto gigante onde é possível comprar absolutamente tudo. Rodas de trator, tinta para batik, peixe fresco ou seco, patas de porco, cabra ou ovelha; tecidos tradicionais para os dias de funeral ou para os dias de festa (o que é praticamente a mesma coisa), tecidos de uniforme, ou roupas ocidentais, lençóis, toalhas, louça, sapatos, novos ou usados, bolas de futebol, espelhos e ludos (esses estão nas mesmas bancas), atiradeiras, sandálias, martelos, chaves, telefones celulares, baterias e lanternas recarregáveis, lâmpadas de querosene, balas, bolachinhas em avulso ou atacado, brincos (somente dourados), temperos, farinha, leite em pó, açúcar e outros alimentos por peso.

Muitas coisas que podem servir e muitas outras que eu não faço ideia para que sejam.

O mercado está em uma região baixa da cidade, e de longe é possível ver intermináveis tetos de lata, que se parecem mais com uma vila do que com um

mercado.

Todo o arredor tem estações de tro-tro, urbanos e interurbanos. Vindo de Kropo (meu bairro, a dez minutos de tro-tro do centro) e não sendo domingo, é impossível chegar à estação. Três quadras antes, começa o engarrafamento. Tro-tros e táxis ficam parados em filas, e o melhor é descer e andar.

Resulta impossível saber onde começa e onde acaba o mercado. O nome Kejetia, que é o nome do mercado, é utilizado também para chamar a região onde ele se encontra. Existe um prédio, delimitado com grades, não sei a que horas abre, mas fecha às seis. Todo o arredor do mercado, ao longo da via e pelas avenidas, está cheio de lojas, estabelecidas ou na rua.

Na avenida onde eu desço, vendem balas e outros comestíveis empacotados, avulsos e em grandes quantidades. Do lado da estação onde pego o tro-tro para voltar para casa se vendem roupas, sandálias e sabonete. Tem um setor para os bolinhos e biscoitos amanteigados, outro para os produtos eletrônicos e outro para a comida, fou-fou, banku e kenke, outro para farmácia e cosméticos, e mais um para mochilas e malas. Isso tudo fora do prédio do mercado.

Mas o que mais me impressiona em Kejetia não é a diversidade de objetos, mesmo que realmente chame a atenção. Nem mesmo as cabeças de cabra e peixe pingando sangue no meu pé quando caminho, ou os milhões de tocas de chuveiro que se vendem por “two thousand”, em um lugar onde 99,99% da população tomam banho com balde. O que realmente impressiona é a vertigem dos milhares e milhares de pessoas indo e voltando. Homens e mulheres, jovens, velhos e crianças, comprando, vendendo, negociando e andando em um ritmo infernal, carregando tudo na cabeça.

As pessoas caminham a uma velocidade incrível, mesmo carregando muito peso; e a massa de gente me leva e empurra nesse ritmo. Sempre que eu paro, trancando o trânsito, alguém me chama a atenção, dizendo “agô” (com licença) e o melhor é sair do caminho, porque mesmo se não sair, passam.

Mais perigoso é quando vêm de longe gritando “agô, agô”, é porque estão passando com os carrinhos, em geral de quatro rodas de carro e plataforma de madeira, muito rápidos e muito carregados. Esses carrinhos não têm freio, e com o peso é muito difícil detê-los. Quando passam, todo mundo vai para os lados.

Mas o que mais me dá medo é a possibilidade de bater contra uma das mulheres superfortes e em geral de mau humor que carregam feijão, arroz e outras pequenas coisas, grãos ou pó, em grandes potes na cabeça. Já vi isso acontecer, duas mulheres bateram e toda a mercadoria rodou no chão. As duas começaram a gritar e logo a se bater de socos. Se isso acontecesse comigo, eu não teria como me defender.

(Diário de campo, Kumasi, junho de 2007)

Chegando à África Ocidental, um mundo que se apresentava muito confuso e de difícil compreensão no começo acabou por me parecer tão “natural” que o retorno a casa e às formas e concepções anteriores de consumo, higiene, conforto, entre outras, precisou de um período de adaptação, assim como também precisou de adaptação o retorno às minhas condições “normais” de vida.

Muitas das referências realizadas às diferenças extremas entre esses dois mundos ao longo da tese falam sobre cor. As diferenças físicas, sejam elas entendidas como raças, cores ou como marcadores do lugar de origem, têm tido historicamente uma significação particular para as ciências sociais e a tiveram também na minha experiência de campo, tanto na África Ocidental quanto nos diferentes locais da América Latina. Mas essa não foi nem de perto a única ou a mais presente das diferenças com que me deparei em campo.

Na África Ocidental, tanto nas atividades especificamente vinculadas à pesquisa, como naquelas vinculadas à escola primária onde realizei trabalho voluntário como professora de espanhol durante dois meses, mas fundamentalmente na vida cotidiana, participei das tarefas domésticas, momentos de ócio, celebrações, mudanças climáticas, problemas de saúde, perplexidades e curiosidades de pessoas que se tornaram em muitos casos meus amigos e no acesso aos bens de consumo básicos, água e produtos de alimentação, que eu entendia básicos. As formas e os procedimentos de higiene, para se manter limpo e com uma presença aceitável, num local onde o acesso à água é escasso, são muito diferentes daqueles com que estamos acostumados, e as ideias sobre a higiene também são diferentes.

A água está limpa ou suja segundo ela pareça mais ou menos transparente no balde, e o fato de vir da chuva ou da torneira não faz uma diferença significativa para as pessoas. Essa água é utilizada para lavar os talheres e louça, roupas, ou lavar as mãos e os dentes. A necessidade de se apresentar no local de trabalho, nas casas de família que seriam visitadas, ou mesmo na rua, para realizar mandados, com roupas limpas e novas, sapatos sem lama e com o cabelo sempre arrumado, foi uma das primeiras coisas que meus amigos e colegas na escola me fizeram entender, junto com os procedimentos para conseguir manter essa apresentação. Uma das coisas de que eu sempre era advertida era de levar um lenço comigo.

O lenço tem diferentes usos, por exemplo, de guardanapo para o almoço. A maioria das pessoas come na rua, em bancas colocadas nas esquinas, onde se prepara arroz, fufou, feijão branco, entre outras coisas. Essas banquinhas têm os implementos para cozinhar e longos bancos, às vezes com mesas para comer.

Em outros casos, as pessoas compram a comida e levam para seus locais de trabalho, ou comem no ônibus ou em outras atividades. A forma tradicional de comer é com os dedos, sem utilizar talheres, mas na maioria dos locais não tem água corrente, apenas alguns potes com água para limpar as mãos. Nesses casos o lenço é muito importante, seja para se secar, seja para limpar as mãos. Mas ele também pode ser utilizado para outras coisas, pode ser utilizado para se

sentar em lugares que não estão limpos, como o ônibus ou degraus na cidade. Algumas mulheres envolvem o dinheiro nele e guardam no decote, o lugar mais seguro.

(Diário de campo, Kumasi, junho de 2007)

Da mesma forma, o relacionamento com a tecnologia para me comunicar com familiares e amigos em casa foi difícil. Mandar fotos ou achar os momentos para escrever no cybercafé sem que as pessoas ao meu redor viessem conversar comigo ou a luz se mantivesse durante o tempo que eu demorava para organizar minhas ideias e escrevê-las nem sempre era um processo natural.

Contudo, o mais difícil de relativizar é o conceito de privacidade. Todo mundo vem me visitar e senta no sofá, ficam ali esperando alguma coisa que eu não sei o que é. Volta e meia tenho que mandar alguém embora, para tomar banho, dormir ou simplesmente fazer minhas coisas. As vezes faço que durmo e não abro a porta.

Os mesmos conceitos de intimidade funcionam no banheiro. Temos duas peças, uma para o vaso e a outra para o banho. A porta da peça do vaso se fecha com uma tranca; a do banho não, fica encostada. Não tem luz em nenhuma das duas, assim que a noite é preciso deixar as portas encostadas para que entre luz do corredor. As duas peças têm janela para o corredor, mas não têm vidro. Uma grade segura uma madeira que (quase) impede de ver para dentro.

(Diário de campo, Kumasi, junho de 2007)

A proximidade das doenças e as dificuldades econômicas e técnicas para resolvê-las, assim como as diferentes formas de lidar com a morte e simbolizar os diferentes momentos da vida em que ela se produz; a construção de formas de responsabilidade e participação nas tarefas domésticas ou laborais desde a infância, assim como as diversas formas de hierarquias sociais, baseadas em critérios muito distantes dos meus, foram também elementos que provocaram um profundo estranhamento das minhas formas de vida até o momento. De volta para casa, o processo de estranhar o familiar continua, já que aquelas coisas que resultaram familiares transformaram-se em estranhas, completando a fórmula clássica da antropologia de estranhar o familiar e familiarizar o estranho.

Tudo o relacionado com as compras resulta difícil. Ver as prateleiras de um mercado repletas de alimentos produz uma nauseabunda aversão ou um estremeamento de impotência. (...) A água corrente e a luz elétrica resultavam-me francamente incríveis. Mas, ao mesmo tempo, desenvolvi estranhas manias. Ficava incomodado ao jogar fora as garrafas vazias e as sacolas de papel; com o valiosas que eram na África... O melhor momento do dia era acordar sobressaltado e sentir o alívio de

não me encontrar mais na África. Os cadernos jaziam desatendidos; somente tocá-los me dava uma aversão que durou vários meses¹⁹ (Barley, 2005: 231/2).

Assim como Barley, durante muito tempo eu também tive dificuldades para me sentir em casa novamente; não tinha pesadelos, mas acordava com a sensação confusa de não saber onde estava. De forma recorrente sonhava que meu telefone não funcionava e que não conseguia me comunicar nem com as pessoas na África, nem com meus familiares e amigos no Uruguai e no Brasil.

O trabalho de campo fora de casa tem sido considerado por muito tempo como um rito de passagem para os antropólogos, que aplicaram suas reflexões disciplinares ao seu próprio trabalho. Segundo Clifford (1999), essa é uma característica particular da antropologia enquanto disciplina, na medida em que a comunidade antropológica define o que significa fazer trabalho de campo “exótico” como uma atividade realizada longe de casa e por um tempo não menor que um ano; mas a antropologia também é definida pelo antropólogo, na medida em que este se define a si mesmo pelo fato de ter feito sua pesquisa nos moldes dessa definição de “trabalho de campo” com maior ou menor proximidade no que se refere a tempos, distâncias e fundamentalmente dificuldades.

Uma das ideias que se manejam nesta tese é a de que a travessia transoceânica representa, em várias dimensões, um rito de passagem para esses jovens polizones. O deslocamento para a realização da pesquisa, no sentido inverso, também representou para mim uma forma de ritual de passagem, tanto no que se refere ao meu lugar como antropóloga quanto à experiência pessoal. Muitos antropólogos têm refletido sobre as transformações que o sujeito experimenta depois de um período intenso de estranhamento, que tem como justificativa o trabalho etnográfico, mas que vai muito além, atingindo esferas pessoais. Desse estranhamento, não se volta o mesmo, porque muitas vezes não se quer voltar (da Silva, 2007).

¹⁹ Todo lo relacionado con las compras resulta difícilísimo. Ver los estantes de un supermercado repletos de alimentos produce una nauseabunda aversión o un estremecimiento de impotencia. (...) El agua corriente y la luz eléctrica me resultaban francamente increíbles. Pero al mismo tiempo desarrollé extrañas manías. Me molestaba tirar las botellas vacías y las bolsas de papel; con lo valiosas que eran en África... El mejor momento del día lo vivía al despertar sobresaltado y sentir el alivio de no encontrarme ya en África. Los cuadernos yacían desatendidos en el escritorio; sólo el tocarlos me daba una aversión que duró varios meses.

CAPÍTULO 2

Movimentos populacionais e diáspora negra

Em termos globais, o fenômeno migratório atual é imensamente diversificado e de difícil claridade numérica. Segundo a Organização das Nações Unidas, em 2006, os migrantes internacionais eram mais de 190 milhões de pessoas (ONU, 2006). As migrações como tema político, social e acadêmico vem ganhando visibilidade no contexto mundial, produto do ingresso de pessoas de países do terceiro mundo nos países mais industrializados na Europa e na América do Norte.

Do aumento total [do número de migrantes] que tem se produzido a partir de 1960, uns 78% têm correspondido à emigração para as regiões desenvolvidas. Segundo as estimações recentes da Divisão de População das Nações Unidas, em 2005 o total acumulado mundial seria de 190 milhões de pessoas, dois terços das quais (120 milhões) se concentrariam nessas regiões, enquanto que ao redor de 1960 a proporção era de uns 42%. Isso permite tirar duas conclusões: a primeira é que o número de migrantes tem aumentado mais rapidamente nas regiões desenvolvidas, onde representam porcentagens mais altas das populações receptoras; a segunda é que essa tendência tem sido acompanhada de novos destinos²⁰ (CEPAL, 2000: 13).

À medida que os fluxos migratórios em direção aos países desenvolvidos crescem, tem se produzido um aumento gradativo e constante das restrições sobre o ingresso e permanência de estrangeiros nessas regiões. À medida que a população estrangeira aumenta, o tema vem adquirindo relevância na opinião pública e na imprensa da maioria dos países receptores de imigrantes. Os estrangeiros são vistos como a causa dos problemas que essas sociedades enfrentam e em muitos casos como um fator de desintegração e descaracterização da população “originária”,

²⁰ Del aumento total que se ha producido a partir de 1960, un 78% ha correspondido a la emigración a las regiones desarrolladas. Según estimaciones recientes de la División de Población de las Naciones Unidas, en 2005 el total acumulado mundial sería de 190 millones de personas, dos tercios de las cuales (120 millones) se concentrarían en esas regiones, mientras que alrededor de 1960 la proporción era de un 42%. Esto permite sacar dos conclusiones: la primera, que el número de migrantes ha aumentado más rápidamente en las regiones desarrolladas, donde representan porcentajes más altos de las poblaciones receptoras; la segunda, que esta tendencia ha ido acompañada de nuevos destinos.

fundamentalmente em termos nacionais e raciais (Guarnizo, 1998; Delgado, 2003; Actis, 2003). Na maioria dos estados europeus e norte-americanos, aumentaram os obstáculos legais e fortaleceram-se os controles policiais fronteiriços, os requisitos para a obtenção da permanência e permissão de trabalho, entre outras coisas (De Haas, 2005). Atualmente é possível dizer que, mais do que políticas migratórias propriamente ditas, encontramos políticas de segurança nacional por meio da regulação coercitiva dos fluxos de população (Manzanos, 2005; Ibrahim, 2005).

Os movimentos populacionais ao redor do globo não são características exclusivas do nosso tempo. A ideia de que a globalização tenha produzido um maior número de migrantes do que em épocas anteriores não está de acordo com os dados quantitativos que os organismos internacionais comunicam. Em cifras totais, o número de migrantes internacionais aumentou em aproximadamente 100.000 pessoas entre 1960 e 2000. Mas essa cifra deve ser analisada no contexto do aumento da população em escala mundial (CEPAL, 2006). Um século atrás a proporção de migrações internacionais em relação à população mundial total era similar à da atualidade, em torno de 2,5 a 3 % (De Haas, 2005).

Tabela 2 - Indicadores do total acumulado da migração internacional por grandes regiões. 1960-2000

Fonte: Migración internacional, derechos humanos y desarrollo en América Latina y el Caribe. Síntesis y conclusiones CEPAL; 2006

Regiones	Millones de personas (totales acumulados)					Tasa de crecimiento de los totales acumulados				Relación migrantes/población (porcentajes)		Distribución por regiones (porcentajes)	
	1960	1970	1980	1990	2000	1960- 1970	1970- 1980	1980- 1990	1990- 2000	1960	2000	1960	2000
Mundo	75,9	81,5	99,8	154,0	174,9	0,7	2,0	4,3	1,3	2,5	2,9	100,0	100,0
Desarrolladas	32,1	38,3	47,7	89,7	110,3	1,8	2,2	6,3	2,1	3,4	8,7	42,3	63,1
En desarrollo	43,8	43,2	52,1	64,3	64,6	-0,1	1,8	2,1	0,0	2,1	1,3	57,7	36,9
África	9,0	9,9	14,1	16,2	16,3	0,9	3,6	1,4	0,0	3,2	2,0	11,8	9,3
Asia ^b	29,3	28,1	32,3	41,8	43,8	-0,4	1,4	2,6	0,5	1,8	1,2	38,6	25,0
América Latina y el Caribe	6,0	5,8	6,1	7,0	5,9	-0,5	0,7	1,3	-1,7	2,8	1,1	8,0	3,4
América del Norte	12,5	13,0	18,1	27,6	40,8	0,4	3,3	4,2	3,9	6,1	12,9	16,5	23,3
Oceanía	2,1	3,0	3,8	4,8	5,8	3,5	2,1	2,3	2,1	13,4	18,8	2,8	3,3
Europa ^c	14,0	18,7	22,2	26,3	32,8	2,9	1,7	1,7	2,2	3,3	6,4	18,5	18,7
ex URSS/Fed. de Rusia	2,9	3,1	3,3	30,3	29,5	0,5	0,5	22,3	-0,3	1,4	10,2	3,9	16,8

Fuente: Naciones Unidas, *World Economic and Social Survey 2004: International Migration (ST/ESA/291/Add.1)*, Nueva York, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, 2004.

^a La información presentada incluye una estimación de personas refugiadas que se añade a los totales migratorios acumulados de cada región.

^b Se excluye Armenia, Azerbaiyán, Georgia, Kazajstán, Kirguistán, Tayikistán, Turkmenistán y Uzbekistán.

^c Se excluye Bielorusia, Estonia, Latvia, Lituania, República de Moldavia, Federación de Rusia y Ucrania.

Contudo, dizer que a proporção de migrações internacionais continua mais ou menos estável em relação à população mundial não significa dizer que as características desses movimentos não se modificaram. Para analisar os movimentos migratórios, não é suficiente citar apenas números, sendo necessário entender como essa mobilidade se relaciona com processos históricos e mudanças sociais.

As formas e os tipos de mobilidade estão profundamente embebidos em estruturas socioeconômicas mais amplas e, portanto, a mobilidade deve ser analisada nas formas e contexto específicos em que ocorre. Mais do que os níveis de migração ou mobilidade em geral, são os tipos e as formas dessa mobilidade que devem ser estudados e que estão sujeitas a mudanças históricas²¹ (Bilger e Kraler, 2005: 10).

2.1 Um continente em movimento, muitos mundos em movimento

Muito frequentemente a África tem sido descrita como um continente em movimento. Segundo o informe da Organização Internacional para as Migrações (IMO, 2005) no ano 2000 existiam mais de dezesseis milhões de migrantes de origem africana, frente a nove milhões em 1970, no mundo inteiro. Dentro dessas cifras globais para o continente, a região da África Ocidental representa uma das que produz um maior número de migrantes na atualidade (Akokpari, 1998; Konseiga, 2005). Essa ideia não é recente. Os trabalhos clássicos sobre migrações na África têm acompanhado a linha geral de trabalhos em ciências sociais, realizando uma separação entre temas universais (europeus) e particulares (não-ocidentais). Eles têm sido colocados como temas “africanos”, destinados a disciplinas “particularistas” como a antropologia em oposição a temas “universais” – europeus – dos quais se ocupam disciplinas como a história, a sociologia, as ciências políticas (Bilger e Kraler, 2005).

O interesse analítico em relação às migrações teria aparecido entre os principais pontos de trabalho desde sua inclusão no campo das ciências sociais no século XIX. Essa preocupação tem evoluído ou se modificado à medida que as

²¹ Forms and types of mobility are deeply embedded in wider socio-economic structures and thus, mobility needs analyzed forms and context in which it occurs. Rather than levels of migration or mobility in general, it is types and forms of mobility that need to be studied and which are subject to historical changes.

ciências sociais mudavam suas perspectivas e abordagens. Desde o estudo das “grandes migrações” que povoaram o continente a partir da difusão linguística até estudos modernos em relação aos movimentos rurais às regiões urbanas. Contudo, se migração e mobilidade têm sido temas centrais no que toca aos “estudos sobre a África”, inicialmente esses conceitos não se referiam a fenômenos similares aos que nos referimos hoje, mas às grandes ondas migratórias que teriam povoado e constituído as famílias culturais e linguísticas ao longo do território africano.

Inicialmente, contudo, não é migração no sentido mais precisamente limitado em que as entendemos hoje, mas (em grande parte) hipotéticas e históricas ondas de migração, que eram utilizadas para explicar a composição “racial” da população africana e a distribuição de famílias linguísticas através da África²² (Bilger e Kraler, 2005: 8).

As dinâmicas migratórias dentro da África foram durante muito tempo, e ainda continuam a ser, catalogadas como problemas específicos da região, mais facilmente relacionadas às suas dificuldades de desenvolvimento e afastadas do desenvolvimento teórico das diferentes disciplinas das ciências sociais, estas preocupadas em entender os processos humanos e sociais. Por um lado, é possível dizer que os movimentos migratórios na África conformam dinâmicas específicas e próprias, que devem ser estudadas em suas singularidades, sem impor modelos gerais a fenômenos particulares. Por outro, é necessário lembrar que os movimentos populacionais estão estreitamente vinculados a dinâmicas políticas e econômicas transnacionais.

Assim, as migrações têm sido colocadas por parte das ciências sociais como um dos grandes “problemas” da África, desde as primeiras crônicas dos europeus durante o século XIX até a atualidade, dentro de uma série de fatores que impedem o desenvolvimento do continente. A fluidez dos assentamentos humanos, a instabilidade demográfica e a fuga de cérebros representariam algumas das maiores dificuldades para planejamento e execução de políticas públicas. Os contínuos deslocamentos de pessoas – muitas vezes enxergados como soluções individuais para a melhoria das condições de vida em contraposição a alternativas coletivas – são também vinculados às dificuldades do continente para sua pacificação, estabilização e

²² It was not migration in the rather limited sense it is understood today, but (largely) hypothetical historical waves of migration, which were drawn upon to explain the “racial” composition of African peoples and the distribution of language families across Africa.

desenvolvimento econômico.

A migração também é entendida em muitos casos como um obstáculo para uma boa educação (quando se trata da migração infantil) (Hashim, 2007), ou como diretamente vinculada a outras formas de violação dos direitos humanos dos grupos considerados mais vulneráveis, crianças e mulheres, a partir do tráfico para a exploração sexual ou trabalho escravo (Carling, 2007; Adepoju, 2005 b). Essa relação entre problemas sociais e mobilidade humana é clara no que se refere às pesquisas sobre a propagação da AIDS em diferentes regiões da África, muito mais rápida do que em qualquer outra parte do planeta. Os deslocamentos dentro da região são considerados um dos principais vetores de disseminação da doença (assim como de outras epidemias) na medida em que ela se difunde por meio dos humanos que se deslocam. A migração é vista como um fator que facilita a disseminação, pois modifica os comportamentos sexuais, tanto dos migrantes como das comunidades de origem e destino (Ekanem, et. al, 2005). Contudo, não é possível fazer uma associação direta entre mobilidade humana e propagação do vírus, na medida em que essas duas variáveis nem sempre coincidem, como no caso da Nigéria ou do Senegal (Santos, 2008).

Não obstante, se percebemos as migrações e os movimentos populacionais como uma constante dos diferentes grupos humanos (Sarró, 2008), constatamos que, como qualquer outro fenômeno social, estão fortemente influenciados por fatores políticos, econômicos, ecológicos e sociais do contexto no qual se manifestam. Assim, eles não podem ser compreendidos a priori como elementos positivos ou negativos, mas devem ser estudados nas interconexões com outros fenômenos. Devemos levar em consideração que todos os discursos sobre migração, tanto aqueles que a situam como um problema, quanto os que se pretendem neutros, ou ainda aqueles que reivindicam os direitos dos migrantes, são discursos historicamente construídos, e, portanto, são eles mesmos objeto de análises.

Muito frequentemente, porém, discursos sobre migração são mais do que somente sobre migração; mais do que serem utilizados como uma referência factual para um fenômeno social mais ou menos bem definido, as referências à migração (ou a mobilidade em geral) são também feitas para dar sentido ao mundo em que se vive, para fazer reclamações políticas, sobre pobreza, sobre a posição social pessoal e para expressar a identidade de uns e outros. (...) Assim, nem “mobilidade” nem

“migração” são unicamente categorias empíricas: elas são sempre parte de processos maiores de produção de sentido, e, logo, têm uma importante dimensão imaginária e simbólica, que as definições especificamente sociológicas podem ignorar, mas nunca descartar totalmente²³. (Bilger e Kraler; 2005: 5).

Esse é, por exemplo, o caso das migrações em direção aos centros de educação e grandes cidades na Europa, que acabaram conformando uma elite cultural. Mungoi (2007) chama a atenção para o fato da emigração estudantil não ser recente, mas ter uma origem muito anterior aos processos de descolonização dos países africanos, ocorridas a partir de 1950. Durante as décadas de 1930 a 1950, jovens fluentes na língua dos colonizadores, francês ou português, eram enviados para as metrópoles europeias para assimilar a cultura e se converter em “quadros do governo”.

A migração tem sido uma parte integrante dos mercados de trabalho e de sobrevivência ao longo do continente africano no mínimo durante o último século. Através do tempo e em diferentes lugares ela tem tomado diferentes formas. Isso inclui movimentos internos, regionais e internacionais. A migração tem atravessado classes e fronteiras, e existe em uma ampla quantidade de contextos demográficos. Ela representa uma importante estratégia de sobrevivência para lares pobres em busca de diversificar seus recursos, mas é também uma característica dos que estão melhor economicamente e, de fato, das elites africanas²⁴ (Black, 2004)

Quer ocorra com deslocados internos ou refugiados, com migrantes econômicos, trabalhadores forçados, vítimas do tráfico de seres humanos ou membros das elites que transitam nos círculos transnacionais de negócios, as migrações podem ser vistas como “obstáculos ao desenvolvimento” da África, mas

²³ Often, however, discourses on migration are more than just about migration; rather than employed as a factual reference to a particular more or less well defined social phenomenon, references to migration (or mobility in general) are also made to make sense of the world one lives in, to make political claims, claims over property, claims over one's social status, and to express one's own and others' identities. (...) Thus, neither “mobility” nor “migration” are just empirical categories: they are always also part of wider processes of the production of meaning and thus have important imaginary and symbolical dimensions that neat sociological definitions may ignore, but never entirely dispose of.

²⁴ Migration has been an integral part of labour markets and livelihoods across much of the African continent for at least the last century. Over time, and in different places, it has taken a number of different forms. It has included internal, regional and international movements. It has cut across class and skill boundaries, and exists in widely different demographic contexts. Migration represents an important livelihood strategy for poor households seeking to diversify their sources of income, but is also characteristic of the better off, and indeed of many African elites.

também como configurações particulares representando estratégias de sobrevivência, acúmulo de capitais sociais, experiências pessoais e capital simbólico. Em toda África, a mobilidade é altamente enraizada nas diferentes culturas e em muitos casos ela se revela como uma estratégia para acumular recursos humanos e econômicos (Konseiga, 2005).

2.1.1 Dinâmicas demográficas, comércio e regime colonial

A maioria dos autores coincide em dizer que o fenômeno migratório na África Ocidental é muito anterior à chegada dos navegantes europeus no século XVI. Mas existe uma importante coincidência também em dizer que esse contato determinou a forma em que os padrões migratórios se desenvolveram desde então. A captura de escravos teve consequências na estrutura demográfica africana e na composição de sua sociedade. Essas consequências dizem respeito ao número de pessoas que foram extraídas do continente, assim como à forma violenta em que foram caçadas para sua comercialização.

O comércio de escravos significou para toda a população de entre dez e quarenta anos da região a possibilidade de ser caçado e vendido aos brancos enquanto escravo ou escrava. (...) Os acontecimentos dos séculos XVII ao XIX trouxeram aos habitantes dos campos e povoados uma grande incerteza e ineficiência, fruto do temor e de viver com a constante suspeita de cair vítima dos caçadores de escravos. Não somente se abandonaram plantios e terra de cultivo, mas a produção pecuária caiu abruptamente, com as graves consequências que sofreram as zonas ameaçadas²⁵ (Sebastián, 2006: 62/63).

No âmbito econômico, o comércio com a Europa teve sérias repercussões para a África. A primeira e de maior impacto foi a introdução de armas de fogo. Além de potencializar os graus de violência dos conflitos, as armas provocaram uma espécie de círculo comercial; a caça de escravos tinha como objetivo a obtenção de armas de fogo, que por sua vez eram utilizadas para facilitar a captura de escravos. Outro dos

²⁵ El comercio de esclavos significó para toda la población de entre diez y cuarenta años de la región la posibilidad de ser cazado y vendido a los blancos como esclavo o esclava, para los usos que los blancos hacían de los esclavos africanos. Los sucesos de los siglos XVII al XIX trajeron a los habitantes de los campos y los poblados una gran incertidumbre e ineficiencia, fruto del temor y de vivir con la constante sospecha de caer víctima de los cazadores de esclavos. No sólo se abandonaron sembrados y tierras de cultivo, sino que la producción ganadera cayó en picado, con las graves consecuencias económicas que sufrieron las zonas amenazadas.

efeitos na economia regional foi o estancamento de diversas formas produtivas que vinham se desenvolvendo até o momento, entre elas a indústria têxtil.

Levando em conta que a extração de pessoas para o novo continente deixou importantes sequelas na estrutura demográfica ao longo de todo o continente, tanto pelo número de pessoas quanto pela violência de seus procedimentos, ela pode ser comparada em seus efeitos à ocupação de territórios – posterior e gradativa, mas de profunda influência sobre toda a conformação política e social do continente. Apesar de ter uma duração muito mais curta (aproximadamente 70 anos na maioria das partes do continente), o período da colonização contribuiu de forma similar ao da escravidão para impulsionar o desenvolvimento industrial da Europa (Ki-Zerbo, 2006). A exploração dos recursos materiais e humanos desse continente provocou o movimento em massa de pessoas, sejam esses movimentos forçados pelo trabalho compulsório ou pela própria dinâmica produtiva.

Até finais do século XVII, apesar de o contato comercial ser intenso e ter consequências significativas para ambas as partes, a ocupação territorial europeia no continente africano era relativamente escassa e encontrava-se fundamentalmente na região costeira. O processo de ocupação e domínio político dos territórios teve um desenvolvimento relativamente rápido, a partir da “Conferência sobre a África Ocidental” que teve lugar em Berlim entre 1884 e 1885. No começo da década de 1880, França e Inglaterra haviam se instalado na região da África Ocidental. A França se encontrava estabelecida no Senegal, realizando expedições no interior do território até Bamako, atual capital do Mali; e no Golfo de Guiné, onde se assentara na Costa do Marfim e, mais ao sul, no Gabão. Os britânicos dominavam Gâmbia, Serra Leoa, a Costa do Ouro e Lagos. Essa ocupação implicou a tomada militar e uma série de enfrentamentos entre a resistência africana e os impérios europeus.

A colonização europeia no território africano foi posta em prática através de diferentes modelos de governo, dependendo do estado colonizador e das condições do local onde era aplicado. Na hora de administrar, essas diferenças não eram tão claras como no planejamento dos políticos e funcionários coloniais. Mas o fato de os modelos não se aplicarem tal qual eles eram pensados teoricamente não significa que não tivessem efeitos diferentes entre si. Essas diferenças são discutidas ainda hoje.

Da perspectiva das ciências econômicas, Sebastián (2006) aponta para a

conformação de economias dependentes nos três modelos administrativos. Da perspectiva da antropologia, e olhando para as configurações sociais que se desenvolveram a partir desses três modelos, Fry (2005) chama a atenção para as fortes diferenças de cada um. O autor exemplifica essas diferenças a partir da análise comparativa entre os regimes administrativos da África do Sul, colônia britânica, e de Moçambique, colônia portuguesa.

Enquanto os engenheiros sociais da África do Sul traçaram um caminho explícito de segregação racial e étnica e de celebração das diferenças culturais, seus equivalentes em Moçambique imaginaram uma época em que todos os moçambicanos teriam abandonado seus “usos e costumes” e seus “dialetos” em favor da “civilização” e da língua portuguesa (Fry, 2005: 63).

O sistema colonial britânico teria apontado para a segregação a partir de critérios raciais, culturais e linguísticos. Desta forma se consolidou um regime de segregação institucional e territorial que procurava a “manutenção da ordem social africana”, tutelada pelo império britânico de forma tal que servisse às necessidades de mão-de-obra dos colonizadores. Por outro lado, a política portuguesa, por exemplo, teria orientado sua administração à assimilação, se desenvolvendo em sociedades pautadas pela mestiçagem em todos os seus aspectos, desde a criação de instituições até o uso da língua e a mistura racial (Fry, 2005).

Uma característica que une esses governos coloniais é que todos eles, de diferentes formas, impuseram padrões e dinâmicas migratórias sobre a população nativa. Entre essas novas dinâmicas migratórias criadas pela administração colonial, Bilger e Kraler (2005) salientam a criação de pequenos centros urbanos, comerciais e industriais como uma das formas mais conspícuas de mobilidade. Essas formas de mobilidade estão associadas à distribuição geográfica e demográfica constante do desenvolvimento industrial, características do desenvolvimento dos centros urbanos.

Os movimentos populacionais foram provocados tanto pelo recrutamento forçado de trabalhadores quanto pelas mudanças nos sistemas econômicos, que polarizaram os centros produtivos nas atividades de interesse para os europeus, fundamentalmente mineração, cultivo de cacau e algodão. A atividade nas minas, por exemplo, não era facilmente aceita pelos habitantes locais na Costa do Ouro, já que essa atividade implicava o trabalho debaixo da terra, vinculado a espíritos pouco amigáveis (Anarfi, et al, 2003). Em 1913 o censo na Costa do Ouro indicava que havia

4.142 estrangeiros trabalhando nessa colônia (Bump, 2006). Em 1931, esse número tinha aumentado para 289.217, sendo aproximadamente 24% provenientes de outras colônias britânicas da África Ocidental, fundamentalmente da Nigéria e 68% de colônias francesas da região, fundamentalmente Burkina Faso (Anarfi, et al, 2003). Pelo final do século XIX e começo do século XX, o desenvolvimento dos cultivos de cacau e as atividades de mineração na região sul da Costa do Ouro atraíram migrantes, fundamentalmente do sexo masculino, de outras regiões da colônia britânica, assim como das zonas de influência francesa. Em muitos casos, a população das colônias francesas fugia dos fortes castigos corporais e da extrema exigência do regime de trabalho para as colônias inglesas. Em 1910 aproximadamente 14.000 pessoas chegaram da região de Togo e em 1916 e 1917 aproximadamente 12.000 pessoas deixaram o território da atual Costa do Marfim para trabalhar nas plantações de Cacau da Costa do Ouro (Anarfi, et al, 2003). Os fluxos imigratórios, destinados à obtenção de mão-de-obra, coexistiam com movimentos de saída de população, comerciantes, profissionais e estudantes, rumo a outros países anglófonos da África e da Europa (Bump, 2006).

Os padrões de migração vinculados à mão-de-obra dessa região respondem a um tipo específico de desenvolvimento econômico caracterizado pelo capitalismo periférico (Amin, 1995 apud Bilger e Kraler, 2005). Uma de suas características é a adoção por parte da administração colonial de políticas deliberadas – e não somente políticas indiretas – de traslado massivo de trabalhadores para serem usados como mão-de-obra de baixo custo. No que se refere às políticas indiretas que geraram movimentos migratórios, encontramos a pesada carga dos impostos que levou pessoas ao deslocamento contínuo, tanto na busca de emprego que permitisse o pagamento quanto para evitar o controle dos agentes coloniais. Os sistemas de recrutamento de trabalhadores obrigatório ou como forma de pagamento de impostos também produziu o deslocamento de um importante número de pessoas (Bilger e Kraler, 2005). Outro dos efeitos da ocupação europeia foi a saída de população em direção à Europa, como mão-de-obra e para participar das duas guerras do século XX.

O período depois da Segunda Guerra Mundial está caracterizado pelo conflito entre os movimentos nacionalistas que se expandiram por toda África. Gana foi a primeira colônia subsaariana a conseguir a independência, em 1957. Entre essa data e

1974 todos os estados da África Ocidental converteram-se em nações independentes.

Os processos de independência foram longos e violentos. Apesar dos conflitos, esses processos nacionalistas despertaram fortes esperanças de reverter a situação de estancamento econômico na África. Contudo, essas expectativas nem sempre têm se visto correspondidas e os problemas que esses novos estados-nação atravessam não são de fácil solução (Ki-Zerbo, 2006). Mais uma vez o continente africano não se encontrava isolado. A conjuntura política do colonialismo foi substituída por uma nova relação de forças em que a guerra fria tomou um lugar central (da Cunha, 1996). Na medida em que a Europa se retirava, os Estados Unidos e a União Soviética começavam a competir pela ascendência política no continente (Pupavac, 2006). Nesse contexto as décadas de sessenta e setenta são marcadas por uma importante movimentação, mistura de esperanças e conflitos.

Com o fim da Guerra Fria, todo o planeta se tornou o tabuleiro do jogo do capitalismo. É como uma espécie de arena, onde só se enfrentam gladiadores de primeira categoria. A África tornou-se ainda mais vulnerável diante de um capitalismo deste gênero. Já nem sequer pode desempenhar o papel que os colonizadores franceses ou ingleses lhe atribuíram. Durante o período anterior, sob a capa das nações europeias, podia-se ter esperança de avançar. Agora, o capitalismo desembarçou-se das escórias de tipo nacional (Ki-Zerbo, 2006: 23).

Na época pós-colonial, essas nações têm se deparado com importantes quadros de instabilidade política, com frequentes golpes de estado e situações de guerra civil. Às dificuldades para fazer decolar a economia agregam-se sérios problemas de saúde coletiva, e alguns países têm se confrontado com crises alimentares e ambientais. Esses problemas estão diretamente vinculados ao considerável número de refugiados, deslocados internos e migrantes da região.

Os processos de independência no final da década de 1950 e começo da de 1960 alteraram substancialmente a relativa liberdade de movimento da região. Os governos nacionais, ansiosos por definir seus territórios e soberanias, reforçaram os controles sobre a população estrangeira. A expulsão de estrangeiros tem sido utilizada de forma extensiva em todos os países da região. Como em muitas outras nações ao redor do planeta, essa política é na maioria das vezes usada como um escape para as problemáticas econômicas e políticas que o governo atravessa.

Em 1975 os estados de tradição britânica da região conformaram a *Economic*

Community of West African States (ECOWAS), tentando dar um marco jurídico regional que permitisse a circulação, residência e trabalho de pessoas entre fronteiras nacionais (Adepoju, 2006). O primeiro dos passos estabelecidos pelo acordo foi a eliminação da utilização de visas ou autorizações especiais para a circulação entre países integrantes da comunidade. Contudo, a livre circulação é uma realidade ainda por construir para os estados da África Ocidental e suas populações.

2.1.2 Sobreposição de fronteiras

Os padrões contemporâneos de migração na África Ocidental estão, portanto, enraizados em fatores socioeconômicos, políticos e histórico-culturais que têm conformado as direções do desenvolvimento e os tipos de atividades econômicas e deixado fortes impressões, especialmente nas migrações internacionais. As formas de migração, entre as quais a imigração regional e o cruzamento temporário de fronteiras dos trabalhadores, mulheres comerciantes, agricultores, profissionais, trabalhadores clandestinos e refugiados são essencialmente inter-regionais e dominadas por homens. A sub-região também inclui países de imigração, assim como os que combinam ambos, e outros que servem como rotas de trânsito para os migrantes (Adepoju, 2005 a).

A mobilidade da população envolve uma série de fenômenos altamente diversificados na região. Entre eles se contam situações de refúgio e deslocados internos, migrações laborais, comércio, migrações por estudo, entre outros. Ao falar em mobilidade, deslocamentos e migrações, não podemos entendê-los unicamente desde uma perspectiva formal, como a passagem entre fronteiras que dividem estados, mas como fluxos contínuos de pessoas atravessando diferentes unidades nacionais, étnicas e geográficas. As estatísticas para mensurar o fenômeno migratório na região são poucas e de baixa confiabilidade. Os censos nacionais são escassos e a diversidade do fenômeno dificulta a criação de ferramentas metodológicas para apreender uma realidade complexa, em que a multiplicidade e flexibilidade das identidades reagem a qualquer intento de categorização (Konseiga, 2005; Adepoju, 2006).

Os movimentos de pessoas se estabelecem em diferentes direções, o legado da ocupação colonial, que pode ser visibilizado de forma gráfica a partir dos diferentes

grupos linguísticos, tem uma importante influência. O uso do francês ou do inglês como língua franca entre diferentes grupos nacionais, regionais e étnicos condiciona os percursos migratórios, o estabelecimento de acordos internacionais, referidos a migração ou a políticas econômicas e a própria organização das pesquisas referidas aos movimentos de pessoas. A língua oficial, o passado colonial comum, a existência de tratados de livre circulação (nem sempre respeitados) e até o uso de uma mesma moeda, no caso da África francesa, facilitam até certo ponto a circulação entre um o outro bloco de países. Mas isso não significa que não existam movimentos de pessoas por fora dessas divisões. Entre 1910 e 1950, na colônia da Costa do Ouro (atual Gana), o maior grupo de migrantes provinha do Alto Volta (atual Burkina Faso), colônia francesa. De fato, essa área configurou uma importante reserva de mão de obra para toda a região (Anafri, et al, 2003).

Dentro do complexo marco de divisões políticas, geográficas e culturais, os fluxos migratórios que caracterizam a região fazem com que as pessoas, o tempo todo, sejam confrontadas com fronteiras de diferentes tipos, as fronteiras nacionais e as diversas identidades em função das muitas fronteiras, linguísticas, étnicas, religiosas. Essas fronteiras se sobrepõem, montando um complexo mapa. Fatores como os ciclos econômicos e os pertencimentos étnicos, as redes familiares e religiosas atravessam as fronteiras nacionais e também determinam fortemente os percursos migratórios, como é o caso da população Ewe, espalhada aos dois lados da fronteira Gana-Togo.

William trabalha dando aula de francês numa escola em Kumasi, antiga capital do império Ashanti, segunda cidade em Gana. Os ashanti são a etnia dominante no país, a maioria dos símbolos nacionais, o passado épico e os principais grupos de poder se ligam a essa cultura. O twi, que corresponde a esse grupo, é a língua materna mais utilizada e concorre com o inglês como língua franca.

A diferença em relação ao forte sotaque no inglês que o resto dos ganenses tinha, e que resultava de difícil compreensão para mim nos primeiros dias, ajudou a que rapidamente ficássemos amigos. Conhecendo um pouco mais de sua história, pude entender a diferença dos sotaques.

William nasceu na região leste de Gana, dominada pela cultura Ewe, à qual ele pertencia. Filho da terceira esposa de um médico tradicional, ele cresceu nessa região até os sete anos, quando ele e sua irmã mudaram para Lomé, capital do Togo, com o irmão do pai, que trabalhava nos dois lados da fronteira. Com a ideia de que uma educação “francesa” e urbana seria melhor para o futuro das crianças, eles ficaram até os 14 anos, aproximadamente, quando William se mudou com seu irmão (filho da segunda esposa do seu pai). O irmão mais velho, que teria alcançado sucesso com uma gráfica, dedicava-se também aos negócios imobiliários e precisaria da ajuda de alguém de confiança.

Por diferentes motivos, William deixou de morar com seu irmão, passando a viver em diferentes cidades no interior de Gana, e posteriormente em Kumasi. Nascido em Gana e alfabetizado no Togo, William não domina nenhuma das línguas principais do país, inglês e twi, o que não conforma desde nenhum ponto de vista um obstáculo para a comunicação, mas influencia as redes de socialização, privilegiando falantes de francês e ewe, a quem ele chama de “irmãos”.

Seus conhecimentos de francês lhe possibilitaram ascender a um emprego de professor, com o qual não obtém uma remuneração muito alta, mas que não tem exigências físicas e lhe confere certo prestígio social.

(Diário de Campo, Kumasi, julho 2007)

As divisões políticas que encontramos na atualidade fazem parte de intrincados processos históricos, configurados por um lado em relação aos limites administrativos impostos pela Europa durante o período colonial dos séculos XIX e XX, e posteriormente pelos processos de descolonização e independência do período pós-colonial. O forte impacto da administração colonial com a consequente reestruturação da ordem social gerou outras formas de identidade linguísticas, regionais e nacionais que não podem ser contrapostas às anteriores como se estas fossem “naturais” e as outras “construídas”, mesmo que esses limites nacionais não necessariamente correspondam a outras demarcações sociais como grupos étnicos, comunidades linguísticas ou religiosas.

A colonização recortou o mapa africano de uma maneira artificial que, paradoxalmente, acaba se tornando mais ou menos real, reunindo povos... não utilizo o termo tribo, não faz sentido: os hauçás são da ordem dos quarenta milhões, não vejo porque eles seriam uma tribo, enquanto os islandeses, que são duzentos mil, seriam um povo... repetindo: reunindo povos com línguas, religiões e histórias bem diferentes. Os regimes então se propuseram como trans-étnicos, no sentido verdadeiro do termo. Isso quer dizer que, mesmo se em certos casos os políticos podiam criar uma clientela em base local ou regional, o fato do ponto de vista da ideologia não era tolerado.

A ideologia oficial, compartilhada inclusive pelas classes populares, era de construção de uma nação. Não se deve ver aí exclusivamente uma ilusão, uma utopia: era um momento real da construção nacional a partir de uma ideologia trans-étnica. Esse momento é positivo na moderna história da África, afirmação que não exclui de modo nenhum a necessidade de grande rigor na análise das profundas contradições internas que constituíam sua fragilidade (Amin, 2000: 64).

É importante levar em consideração que o próprio sistema colonial foi derrubado a partir de movimentos nacionalistas, muitas vezes identificados com as

delimitações geográficas impostas pela administração anterior. A importância dos sentimentos de nação não pode ser desconhecida na medida em que foram esses sentimentos que impulsionaram os movimentos de libertação dos regimes coloniais, configurando formas particulares de identificação nos diferentes casos (Fry, 2005).

Ao sul do limite entre Gana e Togo, no principal passo de fronteira, localizam-se duas cidades. Do lado de Gana, Aflao encontra-se a umas quatro horas da capital, e representa o maior centro urbano da região de Lago Volta. Grandes ônibus e tro-tros, incluindo os escassos ônibus da empresa estatal, partem e chegam à estação. Muitas atividades comerciais concentram-se no entorno da estação não longe do centro da cidade. Os transportes interurbanos só chegam, não atravessam a fronteira, marcada por uma ponte sobre um pequeno rio com desembocadura no oceano, à beira do qual estão situadas as duas cidades. A ponte pode ser atravessada em veículos locais ou a pé, mas do lado de Togo, o centro de Lomé, a capital, é bastante mais longe. Em torno da estação de ônibus, e ao redor dos dois postos policiais, táxis e mototaxis se agrupam e buscam clientes para atravessar a divisão entre os dois países.

A partir do tratado ECOWAS, os cidadãos dos países da África Ocidental têm circulação livre e não requerem visto para atravessar as fronteiras; porém, têm obrigação de apresentar o passaporte vigente nos postos de controle sempre que ele seja exigido²⁶. Na prática, essa legislação de avançada não funciona, porque a imensa maioria das pessoas não possui um passaporte, e muito poucas têm sequer uma carteira de identidade. Isso, claro, não impede que as pessoas transitem de um lado a outro. O trânsito de pessoas e veículos é contínuo e só alguns são detidos pelos oficiais policiais para revisar a bagagem. Os detidos pelos oficiais são, em geral, os mais jovens e bem-vestidos, enquanto que mulheres de todas as idades, com filhos, vestidas de forma tradicional e com grandes pacotes embalados em tecidos, vão e vêm sem parar, de um lado ao outro.

Diferentemente deles, eu, que possuía um passaporte, precisava ter registro da minha saída de Gana, para conseguir a renovação do meu visto de turista, próximo de perder a validade; este era um dos objetivos da minha viagem ao Togo, além de conhecer mais um país, dessa vez de colonização francesa.

(Diário de Campo, Kumasi, julho 2007)

Mas o legado colonial não se mostra unicamente no âmbito dos movimentos populacionais. Os polos de atração da população também coincidem com a forma em que os grandes centros urbanos e as atividades econômicas se organizaram no passado e na atualidade. Os dois centros urbanos mais importantes da região são Abidjan, capital da Costa do Marfim, e Lagos, capital da Nigéria. Esses centros

²⁶ Sobre as dificuldades para a aplicação desses tratados, ver Adepoju (2006) e Konseiga (2005). Eles se referem a diferentes níveis que obstaculizam a implementação real da livre circulação; às dificuldades técnicas e orçamentais para a identificação e registro da população; à existência de controles não oficiais estabelecidos por militares e paramilitares perto das fronteiras e ao longo das principais estradas internacionais; e, por último, aos contínuos vaivéns na política e legislação interna de cada estado, que em muitos casos contradizem a letra dos tratados.

concentram as atividades econômicas, administrativas e industriais da região, mas também o comércio e a comunicação com países europeus e outros industrializados. Podemos observar que é impossível afastar a configuração das dinâmicas demográficas atuais do processo histórico de conformação nacional da região, assim como das diferentes formas de dominação política e econômica colonial.

Com exceção da Nigéria e da Costa do Marfim, a escala de população e das economias dos estados da região é pequena. Também são pequenos o investimento do setor privado, o crescimento industrial e sua capacidade de gerar emprego. Os países do centro e do norte da África Ocidental possuem uma economia baseada na agricultura e na extração de recursos minerais brutos, caracteristicamente sazonais. Na atualidade, o sistema econômico e produtivo da região é a principal causa das migrações, tratando-se fundamentalmente de migrações laborais e temporárias (Adepoju, 2006).

Se os padrões migratórios na região são de longa data, e mesmo que eles tenham se acentuado durante o período colonial, também é necessário dizer que a partir da independência esses padrões têm se desenvolvido no âmbito da migração laboral, em direção a esses países com economias mais fortes. A região se apresenta como um dos maiores polos de migração trabalhista internacional, abarcando movimentos de áreas rurais a urbanas, o que se vê aumentado. Esse tipo de movimentos envolve fundamentalmente homens entre os 13 e os 34 anos, na maioria provenientes das áreas rurais e do setor menos educado da população (Konseiga, 2005).

Tradicionalmente os países receptores de migrantes foram Costa do Marfim e Gana. O censo de 1960 indicava que aproximadamente 12% da população total do Gana eram estrangeiros, totalizando 827.481 pessoas. Menos de 1% desses migrantes não provinha da região da África Ocidental (Bump, 2006). Durante a década de 70 a economia de Gana entrou em crise e as dinâmicas migratórias têm se orientado especialmente a dois destinos, Costa do Marfim e Nigéria, sendo os principais países de emissão Mali, Níger e Burkina Faso, Guiné Conakry, Cabo Verde e Togo.

A partir da década de 80 essa situação mudou, complexificando o mapa dos movimentos populacionais. Se na década de 1970 Gana tinha expulsado um importante número de estrangeiros, durante a década de 1980 o governo nigeriano,

que anteriormente tinha deixado passar o fato de a maioria dos estrangeiros estar trabalhando sem documentos, inaugurou uma política de regularização ou expulsão dos migrantes. Aproximadamente dois milhões de migrantes foram expulsos do território nigeriano, 1.200.000 originários de Gana e o resto majoritariamente de Togo e Benin. O retorno dessa população foi principalmente por mar (Bump, 2006).

Assim, os fenômenos de migrações laborais e deslocamentos políticos se misturam. Crises econômicas, que geram a desestabilização dos sistemas políticos, e conflitos políticos, que impedem o desenvolvimento econômico. Nas duas situações, os “não-autóctones”, sejam estrangeiros ou originários de regiões afastadas do mesmo país, encontram-se nas condições de maior vulnerabilidade. Nos casos de prosperidade econômica, quando há necessidade de mão-de-obra, eles ocupam os postos mais mal remunerados e de maior exigência física. Nos casos de crise, quando os rendimentos econômicos diminuem e a demanda de mão-de-obra é menor, eles são os primeiros a serem expulsos e culpabilizados pela situação (Geschiere e Ceuppens, 2005).

A entrada da Libéria em guerra civil em finais de 1989 se espalhou a Serra Leoa em 1991, originando uma brutal insurgência armada que permaneceu fortemente ligada ao conflito armado na Libéria durante dez anos. Os combatentes de Serra Leoa e Libéria inevitavelmente atacaram comunidades fronteiriças com Guiné em 1999 e 2000, introduzindo a violência no país, anteriormente calmo. A guerra civil finalmente envolveu Costa do Marfim sobre finais de 2002, depois de uma década de crescimento das tensões políticas e sociais. A violência na Costa do Marfim atraiu grupos armados de Libéria e Serra Leoa. Na atualidade a matança retornou à Libéria, onde havia começado²⁷ (Drumtra, 2003).

A xenofobia não é um fenômeno exclusivo dos povos africanos, mas enquanto responsabilizar a presença do estrangeiro pelos problemas de uma sociedade é um processo comum à história de todas as sociedades, a imbricação entre mobilidade e trabalho e crises econômicas e políticas dá características especiais a esses fenômenos

²⁷ Liberia's descent into civil war in late 1989 spilled into Sierra Leone in 1991, triggering a brutal 10-year armed insurgency there that remained closely linked to Liberia's conflict. Combatants from Sierra Leone and Liberia inevitably attacked border communities in neighboring Guinea in 1999-2000, pushing the violence into that otherwise peaceful country. Civil war finally engulfed Cote d'Ivoire in 2002 after a decade of rising political and social tensions there. The violence in Cote d'Ivoire early this year attracted armed groups from Liberia and Sierra Leone. Now the region's bloodshed has returned to Liberia, from whence it began.

na região da África Ocidental no que refere à quantidade de pessoas e à extrema violência das situações geradas. A articulação desses diferentes âmbitos é muito explícita nas crises político-econômicas que provocaram o deslocamento, refúgio e expulsão de milhões de pessoas na região durante a década de 1990. As contínuas crises econômicas, a instabilidade política e o aumento radical no número de refugiados e deslocados internos decorrentes geraram uma conjuntura adversa para todos os tipos de mobilidade. Os limites nacionais são atravessados na procura de refúgio e proteção de enfrentamentos armados, mas tais enfrentamentos se sobrepõem a essas fronteiras (Drumtra, 2003). Por outro lado, no interior dos territórios nacionais, os deslocamentos provocados por crises ambientais muitas vezes são novas fontes de conflito. Em alguns casos, os sentimentos nacionalistas confrontados a crises econômicas desenvolveram-se em diferentes formas de xenofobia ou racismo e têm sido causa de conflitos armados.

2.1.3 Migrações transcontinentais na atualidade

Desde 1960 as migrações inter-regionais na África Ocidental, assim como aquelas em direção à Europa e América do Norte, têm se desenvolvido de forma simultânea (Konseiga, 2005). A emigração internacional desde os centros urbanos aumenta a atração de pessoas do meio rural. Assim, na região da África Ocidental encontramos um padrão de substituição dos fluxos migratórios pelos quais migrantes nacionais de origem rural se deslocam às cidades para ocupar as posições daqueles que migraram para o exterior. Em alguns casos, imigrantes de países vizinhos ocupam os lugares dos nacionais, produzindo um padrão de migrações sequenciais, das áreas rurais às cidades e posteriormente a destinos internacionais (Adepoju, 2006).

Se historicamente os fluxos migratórios da região caracterizavam-se por ser majoritariamente masculinos e de caráter temporário, hoje encontramos uma feminização destes processos, envolvendo também migrações de profissionais e técnicos qualificados em direção aos países industrializados, com um caráter mais permanente. O desequilíbrio entre oportunidades laborais e salários dos países industrializados e países subdesenvolvidos, e a necessidade de profissionais dos primeiros, têm determinado uma saída constante de profissionais formados na África Ocidental com destino à Europa, América do Norte e ultimamente a outros países do

continente, como África do Sul. Esse fenômeno tem se denominado fuga de cérebros e afeta particularmente alguns países da região como Gana (Mazzucato, 2005; Bump, 2004), Senegal ou Cabo Verde (Carling, 2002).

Apesar da enorme visibilidade do fenômeno, as migrações de africanos à Europa representam uma proporção mínima em relação à totalidade das migrações do continente sul. Na região em que trabalhamos, os movimentos para a Europa representam apenas 9% do total. Contudo, ela é importante, tanto pelo intercâmbio de mercadorias e fundamentalmente o envio de remessas, quanto pelo padrão de substituição demográfica entre regiões rurais e urbanas, sendo nestas últimas onde têm origem os movimentos intercontinentais (Adepoju, 2005a). O caso seguinte, registrado durante minha experiência no Gana, fornece uma ilustração:

Chegamos à Loja e ficamos conversando alguns momentos. Faz um bom tempo que Daisy está planejando retornar ao Congo para encontrar sua família. Alguns meses atrás ela esteve muito doente e Dim, seu filho, também teve problemas de saúde; o menino não pode andar, já que tem uma malformação nas pernas. Na loja tudo ia muito bem, mas agora está vazia, somente vendem água, pipoca e kenke, porque tudo o que eles tinham foi usado para pagar o tratamento dela, medicamentos e hospital.

Daisy atribui todos seus problemas a um desentendimento com o espírito de seu pai, que morreu sem que ela fosse visitá-lo e sem conhecer seu marido e filho. Agora, para resolver esses problemas, ela pensa em voltar para casa, fazer as pazes com o pai e trabalhar duro para mandar dinheiro para que Nilton possa recomeçar sua vida.

Por outro lado, Nilton está planejando viajar para EEUU, mas isso requer muito dinheiro, o que pode levar dois ou três anos de trabalho duro.

A passagem para ela ir para o Congo vai ser comprada por duas irmãs suas. Uma delas está na Inglaterra e a outra, na Noruega. A última foi como refugiada, estava no Congo e fugiu com a família de seu marido para Gabão quando estourou a guerra. Depois foram para a Europa. Lá, sofreram muito. No Congo eles eram ricos, tinham tudo de que precisavam, mas perderam tudo. Quando foram para Gabão colocaram toda a família em um quarto só; depois, na Noruega, eles também tiveram que batalhar bastante.

A irmã que está na Inglaterra também tem bastantes problemas, mas, as pessoas que ficam aqui não sabem, ou não querem entender que lá também não é fácil. O marido dela trabalha e estuda, eles têm que pagar a escola e ela não pode trabalhar porque não tem quem cuide das crianças (são duas). Quando você não tem família nem ninguém para lhe ajudar, está sozinho. Ela quer trabalhar, mas o dinheiro que usaria para pagar alguém que cuide das crianças é mais do que ela recebe de salário. Ela pensou em chamar uma irmã mais nova, que é solteira e não tem filhos, mas isso tampouco é fácil.

(Diário de Campo, Ejura, setembro 2007)

O padrão tradicional de emigração da África subsaariana, fortemente

vinculado à captação de mão-de-obra em países como França e Inglaterra, está mudando rapidamente. Muitos migrantes estão se aproximando de atividades comerciais mais do que atividades vinculadas à produção ou mão-de-obra, e escolhendo destinos não convencionais, sem conexões linguísticas ou vinculações coloniais, como Itália, Portugal, Bélgica, Alemanha, Espanha, África do Sul ou Sudão (Black, 2004).

Segundo Konseiga (2005), as migrações na África Ocidental fazem, cada vez mais, parte de um sistema migratório mundial, muito dinâmico e instável, afetado por políticas migratórias (cada vez mais de rejeição) e políticas econômicas de restrição dos programas de benefícios sociais. Assim, o sistema migratório da região não pode ser considerado uma entidade autônoma, mas estreitamente relacionada às migrações na África Central e África do Sul, e se torna gradualmente inter-regional e intercontinental. Na medida em que as restrições ao ingresso de população estrangeira aumentam em alguns países, outros são escolhidos como destinos preferenciais. Assim, entre os ganenses, os países escolhidos como destinos preferenciais incluem Estados Unidos, Alemanha, Itália e Nigéria (Konseiga, 2005: 28). Nos últimos três anos (tem sido mais comum) a escolha da Espanha, em função das possibilidades de atravessar em barco pelo mar Mediterrâneo (Carling, 2007).

John e Miriam moraram na Noruega, ele por sete anos e ela por quatro. Com o dinheiro que pouparam lá, começaram o projeto do orfanato, numa vila perto de Kumasi. Falamos sobre a experiência na Noruega, numa conversa informal, enquanto William e John corrigiam o manual de voluntários. Estamos todos sentados na sala, bebendo refri e comendo bolachinhas.

John viajou primeiro, para estudar geofísica. Estava trabalhando como professor assistente na KNUST e se candidatou para o intercâmbio, conseguiu o incentivo do estado e os documentos para continuar os estudos lá. Miriam viajou depois, suas duas filhas nasceram lá. Diz que nunca tiveram problemas com a documentação. O único problema é que ela não conseguiu estudar, porque não era permitido que duas pessoas tivessem a bolsa de estudos numa mesma família.

Eu converso com Miriam, enquanto William e John estão acertando algumas coisas do manual de voluntários para colocar na página da web e receber as primeiras pessoas.

Ela me conta que gostou da experiência de morar lá, que ela teria ficado, se não fosse o fato de que não podia estudar e o tipo de empregos que ela tinha lá. Sempre trabalhos de faxineira, e ela é professora de inglês. Em Gana, antes de sair, ele ensinava inglês, e é um trabalho de que gosta muito.

Diz que o país é lindo, mas que as pessoas são muito frias, se cuida muito para não falar mal deles, mas ao mesmo tempo tem uma visão bastante crítica. Explica que os noruegueses não estão a ver africanos e desconfiam deles, explica que muitas vezes ela ia ao trem e ninguém sentava ao seu lado.

Conta-me que uma vez a filha de uma das senhoras que ela cuidava teve que brigar com a mãe, porque queria que Miriam levasse sua filha. A criança nunca tinha visto um bebê negro, e ela queria que Miriam a visitasse fora do horário do trabalho, mas a mãe achava isso fora de lugar.

(Diário de Campo, Kumasi, setembro 2007)

Em Gana durante as últimas três décadas tem se produzido o fenômeno da diáspora. O país é geralmente descrito como uma nação lutando contra os efeitos da fuga de cérebros. Do outro lado, há os efeitos negativos da perda de profissionais e pessoas com diferentes graus de qualificação. Segundo os cálculos do Banco Central de Gana, a diáspora enviou aproximadamente um bilhão de dólares em 2004, mas muitos analistas estimam que essa cifra seja aproximadamente a metade do total real, devido a que os meios informais para o envio de dinheiro não estão compreendidos nesse cálculo. O envio de remessas tem como resultado a construção de habitações e o florescimento de pequenos empreendimentos familiares que têm revitalizado a economia do país (Mazzucato, 2005) e fundamentalmente permitido o acesso a produtos de primeira necessidade à população de pequenas cidades ou no âmbito rural. Outra característica importante das remessas é que elas são recebidas essencialmente por mulheres (Bump, 2006:1).

Em Kumasi, excetuando as bancas onde compro frutas ou porridge, a grande maioria das lojas que eu visito está vinculada de alguma forma à diáspora. A partir das falas e entrevistas com as pessoas que tomam conta das lojas, é possível supor que os capitais necessários para iniciar um empreendimento comercial são geralmente obtidos no exterior e enviados de volta para casa, para iniciar o negócio. Quem atende no mercado da outra quadra, onde compro água, bolachinhas, leite em pó e outros produtos importados, que não são fáceis de achar em outros lugares, é uma senhora e suas três filhas. O marido, nos Estados Unidos há mais de dez anos, envia dinheiro quase todos os meses para pagar as taxas da escola das três meninas. O negócio parece bastante bem-sucedido, mas, apesar disso, o dinheiro que chega é de muita importância segundo me explica Fátima. A filha mais nova praticamente não conhece o pai, era muito pequena quando ele partiu, mas é graças a ele que ela pode ter uma boa educação.

...

Outros empreendimentos, que poderiam ser considerados como “menos comerciais”, também são mediados pelo capital introduzido no país a partir do trabalho dos migrantes. Duas das escolas que visitei, por exemplo, foram construídas – no que se refere ao edifício e ao projeto educativo – por migrantes retornados. Os dois casos são ao mesmo tempo muito diferentes e muito similares.

O primeiro é um caso de migração estritamente econômica em diferentes países, Holanda e Japão; o outro diz respeito a um casal de universitários, que foi realizar estudos de pós-graduação na Noruega. Apesar de as motivações para a viagem terem sido diferentes, os dois casos têm em comum que, no final dos

percursos migratórios – nos dois casos trata-se de casais de mais de cinquenta anos, sem intenções de migrar novamente – o principal destino do dinheiro com que contavam nesse momento foi escolhido não por se tratar de um negócio muito lucrativo, mas de uma atividade de alto prestígio na comunidade “run a school”.

Nos dois casos, mas de forma mais marcada no primeiro, outros investimentos foram feitos, com a finalidade de multiplicar os rendimentos do capital obtido fora e enviado ao país de origem. O investimento em habitação, própria, familiar e como negócio, é característico em toda a região da África Ocidental e foi também a opção desses dois casais, assim como de muitos outros migrantes retornados, ou de familiares que estavam recebendo remessas entrevistados por mim.

(Diário de campo, Kumasi, maio 2007)

Os padrões de mobilidade, entendidos como estratégia de sobrevivência para a melhora das condições de vida ou como formas de resistência, são anteriores aos contatos entre África e Europa, e faziam parte desses movimentos intrarregionais comerciantes, pescadores e agricultores nômades (Bump, 2006). Redes comerciais estendiam-se por todo o território, conectando o norte com a região ocidental e o resto da África subsaariana, levando matérias-primas e mercadorias por todo o continente com alto grau de efetividade (Sebastián, 2006). Mas a partir do século XV, essas redes foram inseridas no comércio transoceânico, aproveitadas e transformadas pelos europeus que irromperam na organização social tradicional africana, estabelecendo padrões de intercâmbio que em pouco tempo acabariam sendo extremamente desiguais.

Os fenômenos migratórios são interconectados através da história, desde as “pateras”²⁸, que nos últimos anos levaram milhares de pessoas a morrer atravessando o mediterrâneo rumo a costas espanholas, até o comércio de matérias-primas e escravos durante os séculos XV ao XIX. A África Ocidental, enquanto provedora e porto de saída de escravos para as colônias do novo mundo, teve um lugar de protagonista na incorporação do continente a esse comércio global, que simultaneamente condicionou o desenvolvimento econômico autônomo da região (Sebastián, 2006).

Nigéria, Gana e Costa do Marfim têm posições centrais nas dinâmicas migratórias regionais. Esses países representam os principais polos de atração de

²⁸ Segundo o dicionário da Real Academia Espanhola, *pateras* é uma embarcação de fundo plano e sem quilha. Esse é o termo mais comumente utilizado para referir as embarcações construídas pelos africanos ou não para atravessar o mediterrâneo e ingressar na Europa de forma clandestina.

migrantes na região, devido a um maior desenvolvimento industrial dentro da mesma (Adepoju, 2005a, 2005b). Simultaneamente, eles são também pontos de emissão de fluxos migratórios, fundamentalmente à Europa, à América do Norte e à África do Sul. Senegal desempenha um importante papel dentro desses movimentos populacionais, recebendo fluxos de população que procuram chegar à Europa em embarcações precárias, ingressando pela Espanha. Por outro lado, Cabo Verde apresenta uma situação excepcional na medida em que a população fora do território nacional supera o número de habitantes das ilhas, configurando um exemplo por excelência de diáspora (Carling, 2002).

Conectar as dinâmicas demográficas através do Atlântico ao desenvolvimento das dinâmicas migratórias globais significa pensar de forma crítica as relações de poder em que o conhecimento se produz e que determinam as categorias de “local” e “universal” com que trabalhamos. Descentrar a análise dos processos migratórios das direções preestabelecidas sul-norte, pobres-ricos, subdesenvolvimento-industrialização, permitindo uma visão mais ampla desses processos, é uma tentativa de desconstruir essas relações de poder que edificam as bases do conhecimento referido às migrações.

2.2 Definições de diáspora

Durante o período que abarcou o tráfico de escravos – desde o começo do século XVI até metade do século XIX – um contingente imenso de população negra foi deslocado de um lado ao outro do continente, mas também mercadorias, matérias-primas e produtos manufaturados, entre os quais álcool e armas constituíam alguns dos mais importantes, formaram parte de um sistema de comércio instituído pela Europa. A constituição de redes de comércio global, que atendiam aos interesses imperiais europeus na extração e recolocação de recursos naturais e mão-de-obra bem como na formação de novos mercados onde introduzir produtos manufaturados, deu origem a uma importante dispersão de população negra, originária de diferentes regiões ao longo do “novo” continente, América do Sul, Caribe e América do Norte.

A exploração europeia produzia-se dos dois lados do oceano. Enquanto os espanhóis procuravam ouro na América, os portugueses foram seguidos por

holandeses e britânicos em pequenos assentamentos na costa atlântica da África. A atividade comercial do outro lado do oceano despertou o interesse econômico na África e provocou o crescimento da principal atividade mercantil do período, o tráfico de seres humanos. Estima-se que nos quatro séculos que durou o comércio de escravos, entre nove e doze milhões de pessoas ingressaram na América provenientes da África, para trabalhar fundamentalmente em minas e plantações. Mas esse número não representa o total de pessoas extraídas do continente africano. A ele deve agregar-se o número das mortes produzidas na caça e viagem. Entre doze e catorze milhões de pessoas foram retiradas do continente africano. Deles, aproximadamente 6,3 seriam originários da África Ocidental, dos quais 4,5 milhões teriam saído entre 1701 e 1810, o que significa que aproximadamente 5.000 pessoas por ano teriam sido embarcadas desde a Costa do Ouro, atualmente Gana, Togo e Benin, durante esse período (Bump, 2006).

O tráfico massivo de escravos converteu-se em um dos negócios de maior rentabilidade, permitindo o desenvolvimento de uma importante rede comercial interoceânica e o florescimento da produção açucareira, que crescia favorecida pelo baixo custo da mão-de-obra escrava. Nesse comércio estavam envolvidos tanto europeus quanto africanos. A captura e traslado de escravos até os postos de comércio portuários eram realizados por africanos que os trocavam por produtos manufaturados como armas ou tecidos. A presença europeia continuava limitada a pequenos enclaves comerciais ao longo da costa.

A utilização de mão-de-obra escrava não se limitou às colônias do novo mundo. Portugal tinha utilizado escravos nas plantações de açúcar nas ilhas do Cabo Verde, anteriormente. Os assentamentos dos *boers* no Cabo da Boa Esperança foram os primeiros a ocupar terras africanas de forma permanente e utilizar sua população originária para trabalhar nas plantações. Esse sistema se perpetuaria por vários séculos, não somente para o trabalho na agricultura, mas nas minas e engenhos em propriedade dos brancos (Sebastián, 2006). O comércio de escravos teve consequências determinantes na estrutura demográfica em ambos os lados do oceano Atlântico. No novo mundo, permitiu a conformação da população etnicamente diferenciada, caracterizada como afro-americanos ou afrodescendentes. Essa população desenvolveu diferentes formas de identidade vinculadas de forma “mítica” e “real” às origens africanas. Os descendentes desses escravos da África Ocidental

conformam hoje importantes segmentos da população em países da América Latina, América do Norte e do Caribe.

Ao longo do século XIX os governos europeus e americanos proibiram o tráfico e a escravidão da população negra. O primeiro a legislar a este respeito foi o governo britânico, em 1807, através do *Abolition of the Slave Trade Act*, que estendia a proibição do tráfico de escravos a suas colônias e a todo o espaço oceânico. Aos poucos a abolição da escravidão foi sendo adotada por todos. Mas o trânsito forçado e voluntário de pessoas não cessou (da Costa e Silva, 1994). Esse comércio gerou as condições para um intenso intercâmbio entre as duas costas do oceano Atlântico. Nos graus extremos de violência em que ele se produziu sentou as bases para o desenvolvimento industrial da Europa, mas provocou também um tráfego intercontinental pouco conhecido entre a população negra. Neste ir e vir, diferentes conhecimentos adquiridos de um lado e outro foram capitalizados, construindo vias comerciais, identidades e manifestações culturais diversas, como as dos “retornados” e “brasileiros” em Lagos e Serra Leoa (Carneiro da Cunha, 1984) ou as comunidades de afrodescendentes em Benin (Law, 2002), Gana e Togo (Amos, 1999). A comunicação entre a África e as Américas não se limitou ao comércio de seres humanos e mercadorias instaurado pela Europa, mas foi muito além dos limites do domínio europeu. Se o tráfico de pessoas foi parte de um sistema de comércio global, muitas outras formas de resistência também podem ser consideradas translocais (Gilroy, 2001).

Manejar o conceito de diáspora africana em direção à América Latina para essa extensa e diversa população negra dispersa dos dois lados do oceano não é uma questão livre de problemas. Dificilmente podemos falar de uma diáspora nos termos em que o conceito foi concebido, por exemplo, por Clifford (1999), enquanto uma população dispersa geograficamente, mas unida por uma identidade comum, construída a partir de laços de parentesco, reais ou imaginados, e de um projeto político comum.

Os povos deslocados que sentem (mantêm, revivem, inventam) a vinculação com um lar prévio, apelam em forma crescente à língua da diáspora. Esse sentido de vinculação deve ser suficientemente forte para resistir ao apagamento, através de processos de esquecimento, assimilação e distanciamento. (...) As culturas da diáspora se situam, assim, em uma tensão vívida,

em meio das experiências de separação e compromisso, de viver aqui e lembrar/desejar outro lugar²⁹ (Clifford; 1999: 312).

Mesmo que o autor não se proponha a estabelecer um tipo ideal de diáspora, tomando como base uma experiência histórica concreta (como faz Safrán (apud Clifford, 1999), que partiu da experiência do povo judeu), a vinculação direta com o local de origem, geograficamente delimitado, e a unidade imaginária da comunidade são elementos que ele utiliza para definir as comunidades diaspóricas de forma concreta. Convivendo com essas classificações, encontramos muitas outras diásporas, que dessa vez se ligam mais claramente ao conceito de Clifford (1999). Entre elas, a diáspora cabo-verdiana (Carling, 2002) e a haitiana (Glick Schiller e Fouron, 1997) nos dois continentes representam exemplos únicos, mas também é possível falar de diásporas nigerianas, ganenses, etc. Jardim (2000) propõe um conceito de diáspora similar para trabalhar com famílias palestinas no sul do Brasil.

Estas são experiências que permitem uma ampliação do conceito de diáspora contemplando, pro definição, um fenômeno de inúmeras rediasporizações. Com lembra-nos Boyarin (1993), um tipo ideal de diáspora nunca existiu. O uso do termo diáspora, portanto, se exemplarmente trazido da experiência judaica deve também, através dela, ser ampliado pois o que encontramos são experiências múltiplas de rediasporização. Mesmo no caso exemplar dos sefaradis não há um único coentro de referência para uma teleologia do *retorno* (Jardim, 2000: 41)

Para falar de uma diáspora africana, ou diáspora negra, é necessário apelar a uma concepção de diáspora mais ampla, como a que Hall (2006) propõe: um espaço cultural de trânsito de pessoas, ideias e bens, que circulam a partir de uma identidade comum, baseada nas noções de raça, cor e ancestralidade comuns; e não um contingente de população discreto e contínuo com conexões mais ou menos diretas. Mas as condições em que esse laços e conexões se criam, está marcada pela violência do régimen escravista, assim como pela mistura de povos diferentes.

Nossos povos têm suas raízes nos – ou, mais precisamente, podem traçar suas rotas a partir dos – quatro cantos do globo,

²⁹ Los pueblos desplazados que sienten (mantienen, reviven, inventan) la vinculación con un hogar previo, apelan en forma creciente al lenguaje de la diáspora. Este sentido de vinculación debe ser suficientemente fuerte para resistir el borrado, a través de procesos de olvido, asimilación y distanciamiento. (...) Las culturas de la diáspora se ubican así en una tensión vívida, en medio de las experiencias de separación y compromiso, de vivir aquí y recordar/desejar otro lugar.

desde a Europa, África, Ásia; foram forçados a se juntar no quarto canto, na “cena primária” do Novo Mundo. Suas “rotas” são tudo, menos “puras” (Hall, 2006: 30)

Nesse mesmo sentido, Gilroy (2001) propõe o conceito de Atlântico Negro, como uma forma de compreender a interação de movimentos de negritude, intercâmbios e influências musicais, culturais e religiosas:

As formas culturais estereofônicas, bilíngues ou bifocais originadas pelos – mas não mais propriedade exclusiva dos – negros dispersos nas estruturas de sentimento, produção, comunicação e memória, a que tenho chamado heurísticamente mundo atlântico negro (Gilroy, 2001: 35).

Desde essa perspectiva, Gilroy pretende entender as relações entre grupos dentro de uma população, que são determinadas por ideias de “raça”, cultura e nação e ordenadas hierarquicamente. A tendência à nacionalização das relações raciais, mesmo a partir de modelos de integração, mestiçagem ou segregação, tem se verificado nos dois lados das lutas raciais, e tem justificado também a criação de identidades nacionais a partir de configurações raciais particulares, como no caso de Cabo Verde (dos Anjos, 2000). Mas esses ordenamentos extrapolam os limites da nação, e não podem ser entendidos como desenvolvimentos locais, mas como fenômenos globais, para além dos discursos nacionalistas, que restringem tanto as expressões racistas quanto os “movimentos negros” às expressões de etnicidade e nacionalismo.

A ideia de diáspora nos encoraja a atuar rigorosamente de forma a não privilegiar o Estado-nação moderno e sua ordem institucional em detrimento dos padrões subnacionais e supranacionais de poder, comunicação e conflito que lutaram para disciplinar, regular e governar. O conceito de espaço é em si mesmo transformado quando ele é encarado em termos de um circuito comunicativo que capacitou as populações dispersas a conversar, interagir e mais recentemente até a sincronizar significativos elementos de suas vidas culturais e sociais (Gilroy, 2001: 20/21).

Partindo dessa perspectiva, podemos dizer que tanto migrantes quanto populações de afrodescendentes e as populações africanas fazem parte dessa diáspora, ao compartilhar significados e formas estéticas próprias, conectadas com outras formas de expressão de uma “cultura” negra transnacional. Entendendo a diáspora como um percurso de idas e voltas em várias mãos, não é a travessia do

Atlântico o que os inscreve na diáspora, mas a participação nesse espaço cultural comum, em ambas as margens.

2.2.1 Diáspora nigeriana ao redor do globo

No total de migrantes da África Ocidental, a Nigéria ocupa um lugar importante como exportadora de população rumo aos países desenvolvidos, mas também tem uma presença importante entre os migrantes regionais no Rio de la Plata, dado que obtivemos a partir dos registros sobre refúgios no Uruguai e na Argentina, já que não tive acesso nesta pesquisa a dados censitários atualizados referidos ao tema. A alta presença de nigerianos entre os migrantes africanos não surpreende se pensamos que a Nigéria, o país mais povoado da região, concentra um total de 120 a 140 milhões de pessoas – o que significa que uma em cada cinco pessoas na África Ocidental é nigeriana (DRCMGP, 2004). Calcula-se que existem aproximadamente 200.000 nigerianos com residência legal em diferentes países da Europa, e para os Estados Unidos o número aproximando é de 134.000. O principal lugar onde os nigerianos se concentram é o Reino Unido, o que mais uma vez aponta para as conexões históricas entre as relações coloniais e o fluxo de pessoas, presentes até na atualidade. Outros países significativos são Estados Unidos e Alemanha. Contudo, e na medida em que as restrições às migrações são cada vez maiores nesses países, os destinos têm-se modificado cada vez mais, incluindo diferentes países da Europa (Black, 2004)³⁰.

Cerca de 10 mil Nigerianos morrem por causa de emigração clandestina

Lagos, Nigéria (PANA) - Cerca de 10 mil cidadãos nigerianos morreram entre 1999 e 2002 ao tentarem deslocar-se para a Europa através da África do Norte, anunciou quinta-feira em Abuja o ministro nigeriano dos Negócios Estrangeiros, Ojo Maduekwe.

O ministro, que falava quinta-feira durante um seminário sobre a campanha de luta contra a emigração clandestina na capital federal nigeriana, declarou que 59 mil Nigerianos estão actualmente na África do Norte sem documentos de viagem legais, esperando transitar para o Ocidente em busca duma vida melhor.

Citando dados das missões nigerianas nos países da África do Norte, Maduekwe precisou que oito mil Nigerianos encontram-se em Marrocos, 16 mil na Argélia, 20 mil na Líbia e 15 mil na Mauritânia.

³⁰ Sobre a relação entre as restrições ao ingresso de migrantes e o aumento da migração irregular na Europa, particularmente na Holanda, ver Liempt e Doomernik (2006).

"A decisão de organizar este seminário explica-se pelo número crescente de nigerianos nas prisões dos países estrangeiros", declarou.

O chefe da diplomacia nigeriana acrescentou que "há igualmente uma taxa crescente de repatriamento de migrantes nigerianos de países estrangeiros, sobretudo da Europa".

Lagos - 08/08/2008

<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por016443&dte=08/08/2008>

Sendo um contingente de pessoas de importantes dimensões, a diáspora nigeriana se percebe a si mesma como muito numerosa, diversificada e dispersa ao redor do planeta, como me explicou Simon em um ônibus urbano em Punta del Este, enquanto nos dirigíamos à prefeitura para obter informação em relação à possibilidade de trabalhar na marinha mercante. Vínhamos conversando sobre Luke, outro polizón nigeriano, que chegara a Montevideú um tempo antes do grupo de jovens de Maldonado, sendo ainda menor de idade.

...Eu achava que os nigerianos estavam por todo o mundo, que em qualquer lugar que eu fosse sempre ia encontrar um nigeriano... Mas depois que conheci Luke, aí sim, nós quatro nos convencemos, até no Uruguai há nigerianos iguais a nós. Não queda nenhum lugar no mundo em que não chegamos...

(Diário de campo, Maldonado, Janeiro 2007)

Luke entrou em contato com os náufragos passados dois anos de eles terem chegado – como Simon Marcus e Wenzel me contaram em outra ocasião – pedindo ajuda para conseguir emprego e um lugar onde morar. Eles tentaram ajudá-lo, mas segundo Marcus, “ele queria tudo fácil, e aqui a gente não consegue nada se não trabalha duro”. Pelo que eu soube posteriormente, eles não voltaram a encontrar Luke, e eu também não consegui contatá-lo. Através de contatos pessoais e em conversações informais, acabei tendo acesso a duas pessoas que trabalhavam na ONG que o recebeu, pelo fato de ser menor, no momento da chegada ao país, mas eles também tinham perdido o contato com ele.

Assim como a relação entre co-nacionais não é necessariamente harmônica, a diáspora nigeriana e a comunidade de recepção em diferentes locais também contam com algumas representações adversas, como a associação com o tráfico de drogas e armas e a tendência à corrupção e a ilegalidade. As mulheres nigerianas também têm uma representação bem definida, geralmente associada ao trabalho sexual em muitos países da Europa, fundamentalmente na Itália (Carling, 2006). Leonard, originário

da Costa do Marfim, depois de quatro anos na Venezuela – conhecendo as representações e estigmas associados às origens nacionais da região –, iria explicar a situação de outro integrante do grupo de náufragos, Oswald (o único nigeriano) da seguinte forma “os nigerianos na África são como os colombianos aqui” e, com isso, considerou suficientemente explicadas as dificuldades que ele encontrava na adaptação à nova sociedade e a distância em relação aos outros náufragos de diferentes nacionalidades.

2.2.2 Diferenças nacionais em um contexto racializado

Na Argentina encontramos um caso particular de migrantes, trata-se da comunidade cabo-verdiana. A chegada de pessoas provenientes do arquipélago no país começa por finais do século XIX, tomando maior significação na década de 1920, com dois momentos posteriores de intensificação desses fluxos por volta de 1930 e em 1946. A partir de 1960 o número de migrantes começa a decrescer, mudando a direção dos fluxos migratórios para países da Europa (Maffia, 2004).

Com respeito às trajetórias migratórias, a maior parte dos cabo-verdianos que chegaram à Argentina com passagem paga (uma das modalidades), vinham em barco diretamente com breve escala em Dakar (Senegal), Lisboa (Portugal), Brasil ou Uruguai; enquanto que os clandestinos, “o final da linha”, como eles mesmos expressam, determinam a trajetória e o final da viagem (Maffia, 2003: 244).

A partir da década de 1990 começaram a chegar à Argentina migrantes de diferentes países da África, como Senegal, Mauritânia, Libéria, Serra Leoa, Mali e Nigéria. Blanco (2007) registra o aumento da chegada de polizones ao porto de Buenos Aires a partir de 1995. O pesquisador trabalha sobre a forma em que se configuram as subjetividades em situações de alto risco e de perdas extremas. Ao entrevistar migrantes, polizones e náufragos; constata que quase todos eles fugiram de conflitos bélicos, ou que passaram por momentos de violência extrema em relação a eles e suas famílias. Assim, a grande maioria das pessoas que chegaram ao país com esses fluxos pode ser posta dentro da categoria de migrantes forçados, entrando no âmbito de proteção estabelecido para os refugiados.

Para o censo de 2001, a cifra de estrangeiros residentes na Argentina (o que inclui migrantes e refugiados) era de um total de 1.530.000 aproximadamente, sendo mais de um milhão originários da América e mais de novecentos mil, de países

limítrofes. A Europa representa o segundo lugar em termos da origem desses estrangeiros, com mais de 430.000, entre os quais aproximadamente 395.000 têm mais de 60 anos. O total de estrangeiros originários da Ásia é de aproximadamente 29.000, enquanto que os estrangeiros originários da África estão perto dos 1.900 (INDEC, 2001).

Dentro dessas cifras de migrantes se encontram os refugiados e os solicitantes de refúgio, que, a partir dos dados da CEPARE, é possível calcular que sejam aproximadamente 5.800, dos quais por volta de 56% foram denegados (CEPARE, 2006a, b). O número de refugiados não é muito significativo em relação à cifra total de estrangeiros no país. No entanto, para aqueles que não têm uma coletividade importante, como é o caso dos africanos, a falta de políticas migratórias, as dificuldades administrativas e muitas vezes a inviabilidade da regularização das situações legais dos migrantes de ultramar, somadas à associação com estereótipos que valoram negativamente os locais de origem desses migrantes, reduzem seu lugar unicamente ao de solicitantes de refúgio, colocando-os por fora do universo semântico das migrações, e, como consequência disso, deslegitimando qualquer reclamação de direitos por fora do âmbito dos serviços específicos das instituições destinadas ao trabalho com refúgio e outras situações de crise.

O número relativamente alto de migrantes provenientes da África não significa que eles se agrupem numa comunidade ou que devam estar vinculados. As vinculações se estabelecem seja a partir das instituições governamentais e organizações não-governamentais que estabelecem programas de proteção a migrantes e refugiados, seja a partir de encontros e contatos espontâneos originados em atividades comerciais, atividades de militância e do reconhecimento na rua.

... quase toda a maioria se conhece, se eu vejo uma pessoa de Mali, eu penso, esse é de Mali, se vejo alguém da Nigéria, eu já sei que é da Nigéria. Porque existem muitas diferenças, mas vocês não sabem... De vestir, ou porque se você olha os nigerianos bem, olha bem, eles têm uma marquinha pequena cá, na cara [aponta para a bochecha]. Os ganenses têm assim, mas quase... ganenses e nigerianos se confundem, mas Senegal, se eu olho a cor, percebo, porque em Senegal tem mais sol do que as outras partes de África.

(Entrevista com Abul, Buenos Aires, janeiro de 2006. Depoimento original em espanhol)

No caso dos imigrantes provenientes de Mali, podemos observar que existe uma importante rede de contatos, realizando parecerias e atividades comerciais e

mantendo um contato fluido. Isso também se constata entre outras formas de inserção laboral, como é o caso de Abul, que ingressara a trabalhar no hotel no lugar vago deixado por outro amigo de Mali, que trabalhava ali, mas fora para os Estados Unidos.

As relações entre as diferentes comunidades de africanos não são necessariamente harmônicas. Apesar de algumas das situações que pessoas e comunidades atravessam serem comuns em relação às atitudes da sociedade argentina, assim como das dificuldades próprias de inserção por que passam os migrantes para se integrar à mesma, existem diferenças associadas aos lugares de origem, mas também ao tempo de inserção na nova sociedade, envolvendo as comunidades migrantes de segunda e terceira geração, assim como as diferentes posições sociais dos locais de origem e de destino. Idade, níveis educativos, situação familiar e projetos de vida têm uma forte influência nas relações entre pessoas provenientes de diferentes países da África, assim como não interior da coletividade de um país.

2.3 Africanos e afrodescendentes: a construção social da cor

A consciência diaspórica se constitui em forma tanto negativa como positiva. Negativamente, pelas experiências de discriminação e exclusão. As barreiras que se opõem às estadias temporárias racializadas se veem reforçadas frequentemente por coações socioeconômicas³¹ (Clifford, 1999: 313).

Resulta impossível pensar a experiência de migrantes contemporâneos da África para a América Latina sem fazer referência às populações de negros que desde o começo da escravatura foram deslocadas através da força e que deram origem à maior parte dos afrodescendentes que se encontram assentados no continente. Essas conexões se referem muito menos às vinculações históricas diretas entre os dois fenômenos que ao fato de, no momento de pensar as variáveis como cor, origem e raça, as referências cruzadas entre migrantes de diferentes períodos e populações originárias estarem sempre presentes, tanto na percepção dos próprios migrantes,

³¹ La conciencia diaspórica se constituye pues en forma tanto negativa como positiva. Negativamente, por las experiencias de discriminación y exclusión. Las barreras que se oponen a las estadias temporarias racializadas se ven reforzadas menudo por coacciones socioeconómicos.

quanto nas representações mais gerais na sociedade de destino. Apesar de terem vivido situações de discriminação étnica, linguística e nacional, o preconceito por causa da diferença de cor é, para os migrantes africanos na América Latina, uma experiência nova que gera múltiplas reações, que precisam ser analisadas.

Muito longe de compreender ou imaginar a situação de saída desses jovens migrantes, a sociedade receptora pode se pensar mais perto “da África” olhando para os setores de população negra. As referências à “cultura afro” são constantes para esses jovens. No Uruguai muito frequentemente os jovens migrantes recebem reclamações por não se interessarem pelas expressões tradicionais da cultura afro-uruguaia, como o candombe³², ou por ritmos caribenhos, preferindo outros estilos musicais, como o hip-hop, que, nas representações locais, não são associados a uma origem “autenticamente negra”. Por outro lado, na Venezuela, onde as raízes africanas parecem mais misturadas e unificadas com a cultura e a identidade nacional (CEPAL, 2002), Leonard reclama da pouca valorização dada à cultura africana no país. O jovem, que além de trabalhar numa pensão, tenta levar adiante uma carreira como músico, considera que a população venezuelana não presta suficiente atenção às produções culturais africanas. Na própria experiência como artista, ele expressa ser sempre “cobrado para fazer um tipo de música mais 'comercial', como o reggae, mas não se interessam pela música que ele faz, muito mais 'autêntica’”.

Os próprios migrantes vão tecer comparações entre eles e os afrodescendentes. Desde a perspectiva dos primeiros, os negros locais não poderiam ser considerados como propriamente negros. Nas palavras de Sonny, eles se enquadrariam melhor na categoria de “amarelos, já que não são brancos, mas também não são verdadeiramente negros”. Mas também nos casos em que são incluídos dentro da categoria de negros, não são considerados como “negros” em um grupo único. Esse tipo de categorias mais abrangentes é utilizado em relação às possibilidades de estabelecer amizades, interesses comuns, como lutas anti-racistas, mas fundamentalmente em relação às possibilidades de ter uma namorada ou esposa, vendo nas mulheres negras ou afrodescendentes uma possibilidade maior de estabelecer relacionamentos.

³² “El candombe es un género musical practicado principalmente en Montevideo. Originado a partir de influencias de ritmos africanos, fue desarrollándose en zona de Uruguay debido a la gran afluencia de negros esclavos durante la época colonial. Es esencial a la identidad afro uruguaia.” <http://es.wikipedia.org/wiki/Candombe>.

Assim como no momento de saída, esses jovens não configuram um grupo homogêneo, as situações de chegada também não podem ser analisadas como experiências uniformes. As condições estruturais das diferentes sociedades que os recebem condicionam fortemente suas experiências. Estrutura demográfica, desenvolvimento econômico, disponibilidade de emprego e estabilidade financeira afetam não somente as formas em que eles se integram, mas também refletem a visão desses imigrantes sobre a nova sociedade. Contudo, nos parágrafos a seguir, serão destacadas as diferentes tradições de acolhida, a presença de outras comunidades de migrantes e as características raciais da população conjuntamente com a forma em que ela enxerga as diferenças fenotípicas e culturais como elementos fundamentais dessa análise. Embora não disponhamos de espaço para aprofundar a discussão sobre raça em cada lugar de destino, tentaremos captar, através da experiência etnográfica, importantes diferenças entre o contexto venezuelano e o dos países do Cone Sul – Uruguai e Argentina.

2.3.1 A significação da origem

Quando nos referimos aos casos de integração de migrantes africanos na Venezuela, na Argentina e no Uruguai, encontramos três sociedades com composições sociais e dinâmicas demográficas muito diferentes. Certamente a população de afrodescendentes na Venezuela é maior e encontra-se muito mais espalhada e ao mesmo tempo misturada do que nos outros dois casos que vamos analisar (Domenech, 2003). Na atualidade, Venezuela conta com importantes fluxos migratórios provenientes do Caribe, mas a região também recebe importantes contingentes de migrantes, refugiados e deslocados desde a Colômbia e em menor medida do Peru (CEPAL, 2002). A estrutura demográfica do país é complexa, e a composição da população é muito diversa, razão pela qual os migrantes regulares e irregulares e refugiados africanos não podem ser considerados como grupos isolados, nem pelo fato de representarem uma população estrangeira, nem pelo fato de representarem um grupo fenotipicamente diferente de forma significativa do resto da população. Não quero dizer com isso que não existam diferenças raciais ou que todas as diversas origens dos migrantes desapareçam numa escala de cor, mas que as formas de caracterizar a população em relação ao aspecto físico são mais difusas do que nos outros dois casos observados.

A experiência de campo na Venezuela me mostrou as dificuldades para reconhecer os integrantes do grupo de migrantes africanos a partir do fenótipo. Elementos como roupas, sotaque e atitude corporal acompanham a cor negra e são associados à ideia de se ser estrangeiro. Contudo essas características não são exclusivas dos africanos, mas também pertencem às comunidades originárias de ilhas do Mar do Caribe. É diferente a experiência em Uruguai e Argentina, onde a população de origem africana se identifica rapidamente em relação à maioria branca³³, mas também das populações afrodescendentes locais, em Caracas, em locais com alta circulação de pessoas, onde as comunidades de migrantes de outras origens transitam e onde podem ser ouvidas diferentes línguas e sotaques, resulta difícil reconhecer de vista os nacionais e os estrangeiros de diferentes origens. O difuso reconhecimento dos africanos entre outros grupos de estrangeiros é a possibilidade de manipulação dos marcadores de origem, vinculados mais a atitudes, vestimenta, postura e sotaque da experiência de campo.

Carolina, minha colega de pesquisa na Venezuela, e eu chegamos no horário combinado para nos encontrar com Franz, e ficamos numa esquina, do lado da banca de flores. A praça tem o tamanho de um quarteirão, a atividade social e comercial é intensa. Pessoas passeando com animais de estimação, casais namorando, adolescentes jogando cartas e acima de tudo muitas pessoas circulando. Na frente da praça está o departamento de migrações. É um prédio cinza e bastante fechado, todo de material. Numa das paredes mais altas tem um mural pintado com uma imagem da “Nação Bolivariana”.

Do lado de nossa banca de flores, existem outras tantas bancas de venda de alimentos, bebidas e pequenas mercadorias. Ao longo da praça encontramos várias “mesitas³⁴” de telefone. Num primeiro momento elas nos aparecem como integradas ao resto do espaço, mas, aos poucos, começam a chamar nossa atenção.

Passado algum tempo começamos a ficar impacientes. Franz é quem deve nos procurar, mas nós confiamos em que não será difícil reconhecê-lo, nos guiando pela imagem que temos dos outros africanos já contatados. Procurando reconhecê-lo vamos reparando nas pessoas que chegam à praça desde a direção em que deveria vir ele. Por várias ocasiões vemos passar jovens que pensamos

³³ Para um panorama mais detalhado sobre as formas em que populações negras africanas e afro descendentes se identificam e classificam, a partir de diferentes características, origem nacional, regional, cor e raça na Argentina ver “¿Hay alguna persona en este hogar que sea afro-descendiente?” Laura López, 2005.

³⁴ As “mesitas” são pequenas mesas colocadas em ruas ou praças desde onde pode-se realizar ligações para telefone celular de diferentes operadoras. Essas mesas são manejadas por homens ou mulheres que tem vários telefones celulares pendurados do guarda sol ou apoiados na mesa. Essas mesitas, muito difundidas, geralmente no centro de Caracas, onde pode se encontrar até três por quadra parecem bastante com as descritas por Sargent et al. “Migração e telecomunicações: tecnologias e famílias transnacionais na França e África Ocidental” 2007.

poderiam ser Franz e começa a chamar nossa atenção à quantidade de “potenciais Franz” que circulam pela praça.

Em pouco tempo podemos notar que essa circulação se estabelece entre as mesitas de telefone. Ao redor delas encontramos homens e mulheres, mas fundamentalmente homens jovens, todos negros. Alguns deles estão tomando conta do negócio, outros conversam ao redor.

Ao aproximar-nos de uma mesa para ligar novamente, percebemos também que eles falam espanhol com forte sotaque quando se dirigem aos clientes e utilizam outra língua, que no momento não conseguimos reconhecer para conversar entre eles.

(Diário de campo, Caracas, maio 2005)

Numa sociedade onde a diversidade de cores e origens é maior, ou mais reconhecida dentro da sua conformação, a diferença de cor não é vivida de forma tão radical como nos outros países, mas ela se torna significativa quando associada à origem africana. Tanto os locais quanto os migrantes venezuelanos estão dispostos a estabelecer comparações rápidas ou tentativas em relação às características de africanos e venezuelanos vinculadas a apreciações cromáticas. Mas as diferenças radicais tendem a ser estabelecidas em função da pureza racial que a origem africana outorga. A origem africana estabelecerá um tipo de negritude diferenciada a partir de características como a resistência física em oposição às características dos negros venezuelanos. Assim o explica James, conversando no seu local de trabalho sobre o relacionamento com seus colegas do serviço e seu chefe.

“Eu sou negrito e nós somos fortes para trabalhar, meu chefe sempre me diz, ‘olha negrito você é muito bom, melhor que os venezuelanos’. Diz ‘os venezuelanos são fracos’ Eles não trabalham e não resistiriam o mesmo que eu resisto”.

É por isso que, segundo James, seu chefe sempre o parabeniza e o mantém no seu posto de trabalho. Seu chefe confia nele, mas não lhe dá respiro. ‘Eu tenho trabalhado de tudo, até de pedreiro, no bar’. Para James, os venezuelanos e os africanos são muito parecidos no caráter, mas não na resistência.

(Diário de campo, Caracas, maio de 2005)

Essa percepção das diferenças entre locais e imigrantes, que vinculam cor e raça à origem não são somente expressas pelos africanos, mas também pelos venezuelanos. Estes comentam, por exemplo, as características positivas dos africanos, de resistência e coragem, não somente para sobreviver à travessia, mas também para enfrentar as duras provas de inserção na sociedade venezuelana, superando obstáculos legais e administrativos, que os levaram entre outras coisas a permanecer detidos em Caracas durante vários dias praticamente sem receber

alimentos.

Joseph trabalha numa fábrica de rum na cidade de Irapa. Somente Joseph mora em Irapa na atualidade, mas todos têm uma forte vinculação afetiva com a cidade, onde, apesar de serem felizes e gostarem da tranquilidade, não é fácil obter trabalho. Joseph, porém, permanece lá, porque, segundo explica, tudo o que ele aspira é a ter paz. Em Irapa trabalha numa fábrica de rum e tem uma loja de roupas que vende em motocicleta nos povoados mais perto.

Buscando falar com ele, fomos até a fábrica de rum, onde, em primeiro lugar, falamos com a dona. Segundo ela, é praticamente uma mãe para Joseph, e o ajuda em tudo o que consegue. Considera Joseph uma pessoa boa e trabalhadora, mas explica o grau de vulnerabilidade que eles tinham quando chegaram.

Ela entende que só resistiram à travessia pelo fato de serem negros. Sendo “de raça pura”, eles são mais fortes, para resistir o sol e à fome. Ao mesmo tempo, eles são mais impulsivos, e por isso têm dificuldades para se controlar, estão sempre entrando em brigas. É por isso que Beatriz sente a obrigação de ajudar Joseph em relação às formas de se inserir na sociedade.

(Diário de campo, Caracas, maio 2005)

Mas nem todas as referências à cor são positivas. A diversidade da população não instaura em si mesma a tolerância ou elimina os preconceitos raciais, mas em muitos casos eles se misturam com outras formas de discriminação, solapando as formas em que ela se produz. Em diferentes situações os migrantes africanos reclamaram de diversas formas de discriminação, que geralmente associam a dois ou mais elementos, como a cor da pele e a origem, com o fato de ser estrangeiro, não dominar a língua ou não possuir um *status* jurídico suficientemente forte para acessar a um bom trabalho.

Essa é uma situação muito referida por Leonard e Cliff, os dois que contam com educação terciária e que ocupavam um espaço social diretamente vinculado com essa condição no local de origem, mas que encontram sérias dificuldades para validar os estudos na Venezuela. Essa dificuldade baseada em impedimentos administrativos, na medida em que essas pessoas não possuem a documentação necessária para comprovar sua formação, é vivida como uma forma de discriminação. Contudo, não é a falta de validação oficial dos títulos que atrapalha – segundo os dois jovens explicam de diferentes formas –, mas a grande distância entre as capacidades que acreditam possuir (como, por exemplo, o manejo de diversas línguas) e a posição social que ocupam na nova sociedade.

As diferenças de raça, origem e cor podem ser operadas, em diferentes situações, como elementos positivos ou negativos tanto pelos migrantes quanto pelas

peças da sociedade receptora. Ora apontando para a africanidade como elemento de resistência, ora vendo nessa condição um elemento de vulnerabilidade, como um fator que coloca as pessoas em situação de risco que os expulsa do continente, e de incompreensão dos padrões culturais da sociedade receptora, as pessoas operam as diferentes categorias com diferentes significados em diferentes contextos. Do outro lado, os migrantes também fazem um múltiplo dessas identidades, operando a imagem da África como um elemento positivo e diferenciador da população, que se refere, por um lado, ao ser estrangeiro e fundamentalmente manejar diversas línguas como um elemento diferenciador, e por outro, a uma aura de autenticidade cultural e pureza racial em relação à população negra local. Mas, ao mesmo tempo, a identidade de africanos que é operada para se diferenciar da sociedade englobante apresenta diferenças para dentro, quando os elementos nacionais são trazidos como marcadores significativos de diferenças.

James, por exemplo, se define como “um negrito simpático” em oposição a Ogema, seu colega nigeriano de aventuras... “você me vê assim, tranquilo, rindo... Ogema é mais alto e mal-encarado e caminha assim...” ele se levanta e caminha com os ombros para a frente... James explica seu melhor relacionamento com os venezuelanos a partir do seu bom humor e caráter tranquilo em oposição a Ogema, que, sendo nigeriano, seria “mal-encarado”.

(Diário de campo, Caracas, maio 2005)

As diferentes configurações identitárias, baseadas na cor, como “negritos” ou “morenos”, na raça e/ou origem “africana”, ou na origem nacional, são situacionais, sendo operadas em diferentes contextos com diferentes significados e com valorações positivas ou negativas.

2.3.2 A descoberta do racismo

Os estereótipos raciais e nacionais são juízos de valor, sob a forma de representações ou imagens mentais, que indivíduos de um grupo humano fazem dos membros de outras raças ou nações e que, de ordinário, baseiam-se em impressões, opiniões, conjeturas ou em conhecimento incompleto e imperfeito (Azevedo, 1966: 44).

No caso uruguaio e argentino, em contraposição ao venezuelano, as diferenças de cor entre a população local e os migrantes são evidentes. Mesmo a população considerada negra tem uma pigmentação bastante mais clara que o grupo de migrantes africanos. Associadas também ao sotaque, o estilo na vestimenta e a uma

atitude corporal característica e diferenciada da do resto da população, a particularidade e caráter estrangeiro dos jovens nigerianos em relação ao resto da população chama a atenção dos locais.

Saindo da prefeitura, caminhamos (eu e dois dos polizones) pela beira-mar. A cidade ainda está vazia e na maioria as pessoas que passeiam parecem locais. Vamos conversando e tirando fotos. Fazemos umas quantas fotos perto do porto de iates. Enquanto isso, passa um casal de uns cinquenta anos tomando chimarrão. Olham para nós, mas continuam caminhando. Alguns minutos depois eles voltam e a mulher se dirige a mim pedindo para tirar uma foto. Eu tomo a câmera, mas ela olha e diz: “com eles”. Eu fico um pouco surpresa e olho para Simon e Wenzel, que sorriem e sem pensar muito se colocam um de cada lado do casal. Tirada a foto, o casal continua sua caminhada, e nós caminhamos mais um pouco. Os dois jovens não parecem nada surpresos e se olham com certa cumplicidade.

(Diário de campo, Maldonado, Setembro de 2006)

Essa situação que para mim era nova, para eles parecia estar bastante integrada no seu cotidiano. Em certas situações, os meus interlocutores no Uruguai podiam até brincar com sua aura de exóticos, tentando negociar estereótipos em seu benefício.

Vamos conversando os três e em um momento Wenzel se vira e diz que já volta. Simon começa a reclamar. Escuto que Wenzel me chama, ele pede para eu tirar uma foto com duas moças que estão conversando com ele, volto atrás e tiro as fotos. Uma das moças me pergunta – “mas você é daqui?” Eu digo que sim e depois de conversar brevemente com elas volto; não quero atrapalhar Wenzel.

Simon continua a sentir vergonha e, quando chego até onde ele está, me diz: “vais ver que ele está mentindo para elas!”

Logo depois Wenzel volta e começa, rindo, a contar que disse para elas que era americano e que estava aqui fazia seis meses. Simon reclama das mentiras, dizendo que Wenzel sempre faz a mesma coisa. Eu pergunto para ele por que mente, enquanto Wenzel ri, um pouco envergonhado, um pouco divertido. Ele diz que preferiria ser um turista, que não gosta de dizer que é nigeriano. Segundo ele, as pessoas olham de modo diferente para quem é turista do que olhariam se soubessem que é africano.

Os dois jovens dão interpretações e valoram de forma diferente essa situação. Wenzel, mais propenso a gerar situações de interação em função da imagem, encara de forma mais divertida. Simon, com uma maior preocupação com a maneira como são enxergados, valora essas situações de forma mais negativa.

Simon não concorda, diz que tem muitas pessoas que se interessam por conhecer a história deles, mas que mesmo assim ele quer estar com pessoas que não o vejam como um país ou uma balsa, mas com uma pessoa. O ambiente fica um pouco tenso. Simon parece mal-humorado e Wenzel tenta conversar comigo, mas dá para ver que está chateado com Simon.

No decorrer de nosso passeio, torna-se evidente que, tanto sendo turistas quanto náufragos, ser tão ostensivelmente diferentes do resto da população pode se tornar cansativo.

Continuamos caminhando rumo ao cassino do hotel Conrad. Simon está fazendo o curso para trabalhar como supervisor de mesa em outro cassino, quer ver as pessoas trabalhando e me mostrar como funcionam os diferentes jogos. Quase chegando, passamos frente a um casal de jovens. Novamente o moço pergunta se pode tirar uma foto com eles. Eu volto a olhar para os meninos e eles já não parecem tão felizes de tirar fotos, mas mesmo assim se colocam junto à namorada enquanto ele tira a foto com um celular.

A segunda vez eu não consigo permanecer calada e logo que o casal vai embora pergunto se isso acontece muito. Simon parece um pouco envergonhado e incomodado, enquanto diz que é bastante frequente. Eu tento falar um pouco mais sobre isso, mas ele não quer. Wenzel não parece tão preocupado com o assunto. Ele diz que é normal, que as pessoas de Maldonado acham que eles são turistas, pensam que são americanos, e por isso gostam de tirar fotos com eles.

“Nós somos famosos em Maldonado. Algumas pessoas querem tirar fotos porque sabem que somos os náufragos. Outros pensam que somos turistas americanos.” Simon contrariado comenta, “eu não sei para que eles queiram tirar fotos com um turista americano. Depois fica a foto no celular, mostra para os amigos”.

(Diário de campo, Punta del Este – Maldonado, fevereiro de 2007)

Contudo, os comentários de ambos os rapazes deixam entender um certo ar de provincianismo nas atitudes de pessoas locais. O pedido de tirar as fotos traz em si mesmo o reconhecimento da diferença, da condição de estrangeiro e do exótico. Mesmo que de boa fé e se referindo aos nigerianos com respeito e certa curiosidade natural. Essa afirmação da diferença, conhecida pelos nigerianos, é manejada e até utilizada de forma estratégica por eles para estabelecer amizades, afirmar uma identidade ou simplesmente se divertir um pouco. Contudo, o marcador da diferença, seja de forma positiva ou negativa, até certo ponto manejado por eles, é no limite, uma situação impossível de se sobrepor. Pode ser evitada através de diferentes estratégias, a falta de interesse, a mentira, o fechamento sobre o grupo, mas nunca é apagada.

Essa sensação em relação às dificuldades para se sobrepor às diferenças, não as negando, mas deixando-as do lado dos elementos importantes numa relação, veio no encontro seguinte, em que Marcus e Simon vieram a Montevideú.

Sáimos de casa pelo portão de metal que corresponde às duas portas de casa da direita. Na segunda eu moro com meus pais. Na rua meu vizinho está com o carro aberto, procurando ou tentando concertar alguma coisa. Simon e Marcus saem primeiro, Marcus pintou o cabelo de loiro e chama muito a atenção. Os dois estão bonitos e felizes, Simon, particularmente, está contente e expressivo.

Fazia tempo que planejava vir a Montevideu e acredito que também gostou de conhecer minha casa. Agora estamos indo ao ponto onde eles vão pegar um ônibus para encontrar Sonny e sua namorada. Despreocupados, eles descem pela escada antes e eu fico atrás para fechar a porta. Quando viro para descer, vejo a cara de terror do meu vizinho, que olha fixo para os nigerianos sem notar que eu estou devolvendo o olhar. Passamos caminhando, os três, e penso que Marcus e Simon não devem ter notado o olhar dele.

Continuamos caminhando e Simon começa a dizer o quanto Montevideu se parece com Lagos. É mais suja e também tem muitas carrocinhas puxadas por cavalos e pessoas comendo do lixo. Mas tem uma coisa boa, é uma cidade grande, onde tem todo tipo de pessoas e ninguém olha para eles. Ele se cala um momento e parece refrear seu entusiasmo. Bom, eles olham pra nós, sim, mas não ficam olhando. Quando eu olho, eles tiram o olhar, fazem de conta que não estavam olhando. Em Maldonado eles ficam olhando e não se importam.

(Diário de campo, Montevideu, fevereiro de 2007)

Contudo, o fato de que os marcadores de cor sejam mais evidentes para os jovens que estão no Uruguai não significa que a identificação enquanto africanos seja menos clara no interior do grupo que desde o exterior. No caso venezuelano, em que a cor em si mesma não pode ser utilizada como um marcador de identidade, a ideia de raça, associada não somente à cor, mas à constituição física, resistência e pureza de sangue, é apontada como característica particular do grupo. No caso dos jovens nigerianos no Uruguai, cor e raça são vividas como características negativas frente ao resto da população. A maioria das vezes esses elementos são referidos para sublinhar os preconceitos e racismo da sociedade uruguaia. Esses preconceitos são assinalados em diferentes âmbitos, desde o relacionamento com mulheres, até o vínculo empregatício.

Pilar: O que vocês vão fazer hoje, vão vir para Montevideu?

Simon: Não, porque na segunda, quando fui trabalhar, cheguei e meu patrão disse que me demitiram.

Pilar: porque?

Simon: e fiquei sem emprego a semana toda, até sexta, que consegui outro emprego.

Pilar: Mas aconteceu alguma coisa? Já conseguiu outro?

Simon: porque no final vou trabalhar no sábado. Sim, outro [emprego] melhor, por isso não posso ir.

Pilar: Mas ele disse porque te demitiu, te deu alguma explicação?

Simon: Não, o capataz é um racista. Eu já sabia de antes, mas...

Pilar: ficastes muito bravo?

Simon: o que eu posso fazer?? Nada, agora consegui outro melhor, não, não ... hahahahaha. Cá em Maldonado ninguém pode sofrer para achar emprego, somente quando não quer trabalhar. Entendeu???

(Conversa com Simon, 5 de agosto. Texto original em espanhol)

Outra das constantes que eles percebem como racismo é a associação deles

com a população de afrodescendentes presente no Uruguai, às quais já me referi anteriormente. Associados a uma tradição cultural particular, no que toca a padrões habitacionais e ritmos musicais característicos – o candombe –, esses jovens são muitas vezes cobrados de ter que participar, entender ou se interessar por esse tipo de expressões culturais, identificando-se em função da cor ou da origem com esse setor da população. Mas, pelo contrário, eles se colocam bem longe dos interesses e das representações associadas às tradições locais. Sentindo-se parte da cultura moderna, os gostos musicais vão dirigidos às músicas como hip-hop, assim como aos estilos de vestimenta e a formas de consumo que no Uruguai são vinculadas a setores de classe alta, muito longe dos referentes associados à população negra.

Assim, a relação com a população negra local vai um pouco além da não identificação, beirando a rejeição ao que esta população representa: pobreza, conservadorismo, confinamento espacial, apego às redes sociais e fundamentalmente falta de empreendedorismo. Estas não são necessariamente características objetivas, mas sim a forma como ela é percebida pelos migrantes nigerianos, e certamente por alguns outros setores da população uruguaia, sendo provavelmente um reflexo dos mesmos preconceitos de cor e raça projetados também sobre os migrantes e dos quais eles mesmos reclamam.

As definições dadas pelos jovens nigerianos aos grupos de afrodescendentes na sociedade de destino, localizados fundamentalmente em Montevideu, também projetam valorações negativas, espelhando até certo ponto as atitudes dos locais em relação a eles. O engenheiro nigeriano que entrevistei na Argentina também parece sentir a necessidade de estabelecer distinções, dessa vez entre os próprios nigerianos, mais e menos aceitáveis.

Como me explica, não são muitas, mas tem algumas pessoas que realizam negócios entre a Argentina e a Nigéria, que estão interessadas no desenvolvimento de ambos os países, e que além de trabalhar em relação com a embaixada da Nigéria, se agrupam para pensar questões relativas ao próprio país, assim como para compartilhar tradições, comidas e colocar a descendência, os filhos, em contato entre eles. A coletividade tem alguns problemas, e por causa deles, nos últimos tempos manteve suas portas fechadas ao ingresso de novas pessoas, e um nível de atividade bastante baixo, que ele continua a me explicar. Um desses problemas são os regionalismos. As diferenças étnicas e linguísticas geram, às vezes, desentendimentos entre alguns dos integrantes da coletividade, que trasladam os problemas políticos do país de origem para dentro do grupo na Argentina. Um segundo problema, ainda mais difícil de resolver, é o de algumas pessoas que não respondem aos valores morais e éticos que o grupo, enquanto representantes do país, acreditam dever

ser respaldados por eles. Frente a meu pedido de clarificar esse ponto, ele me explica que os nigerianos são muitos, e que chegam de muitos e diversas formas, locais e perspectivas. A associação de nigerianos é fundamentalmente uma agrupação cultural, e, portanto, deve representar o país como correspondente, mas nem todos os nigerianos representam seu país com o mesmo orgulho. Assim, pessoas implicadas em atividades ilegais, não podem participar da associação. Também eles não podem permitir que as pessoas entrem nela sem primeiro comprovar que não se trata desse tipo de pessoas, que não poderiam ser aceitas.

(Diário de campo, Buenos Aires, maio 2006)

Por outro lado, o entrevistado também estabelece uma distinção entre ele e a comunidade de cabo-verdianos na Argentina, na sua maioria descendentes de primeira ou segunda geração dos migrantes. Em relação ao tema, eu pergunto se tem contatos com outras coletividades de africanos, e exemplifico com a cabo-verdiana, a partir de um artigo a que tive acesso recentemente. Ele me diz que, de fato, não sabe por que esse artigo ficou tão conhecido entre as pessoas que trabalham com migração, mas que a coletividade não é tão significativa quanto ela aparece nesses estudos. Diz que a maioria dos cabo-verdianos hoje é de segunda ou terceira geração, e, portanto, não tem valores africanos, mas argentinos. Fala dos descendentes de cabo-verdianos como uma população marginalizada e com problemas sociais. Explica que, por exemplo, os nigerianos não podem casar com as mulheres cabo-verdianas, porque muitas delas dedicam-se à prostituição, ou não têm os hábitos necessários para tomar conta de uma família, da forma que ele, ou os “homens africanos” pensam que deve ser conduzida uma família.

Através dessas afirmações, é possível identificar dois elementos fundamentais para entender a forma em que os migrantes africanos se integram à sociedade. Um deles se refere a como eles pensam as possibilidades de parceria. A mulher negra é apontada em primeiro lugar como potencialmente namorada ou esposa, do outro lado, apresentando as diferenças entre o corte social do qual essas mulheres proveem e a expectativa deles em relação a uma família. Também no Uruguai os nigerianos de diferentes idades e diferentes procedências sociais se identificam com uma posição social acima da população negra originária ou de várias gerações de permanência no país.

CAPÍTULO 3

Migrações Sul-Sul

A chegada de pessoas “de outro mundo” – em formas tão inesperadas quanto inacreditáveis –, tal como os africanos são enxergados, gera reações diversas na população que as acolhe. Em sociedades onde a emigração é vista como uma das alternativas mais promissoras para os jovens do próprio país, a situação desses imigrantes é diferente daquela em países caracterizados pela recepção de fluxos migratórios. Esse contexto constrói um panorama onde identidades, projetos e expectativas, origens nacionais, regionais, cor e raça, idade e gênero, são particularmente interessantes de serem observadas. Em diferentes situações e status jurídicos, esses jovens encontram-se integrados nos locais aos quais chegaram, as avaliações em relação às situações difíceis que atravessaram também divergem.

Entre os diferentes âmbitos em que a integração de migrantes e refugiados se processa, o âmbito legal e jurídico tem uma importância fundamental, mas não esgota as dificuldades que esses jovens encontram para se adaptar e construir um espaço na nova sociedade. Alimentação, emprego, moradia, amizade, namoro são todos âmbitos da vida cotidiana que eles devem resolver em formas diversas às que estavam acostumados a fazê-lo no local de origem. Em cada uma dessas situações, os jovens encontram definições que as pessoas projetam sobre eles, e definições que eles constroem sobre a sociedade que os recebe; a etiqueta de estrangeiro, associada às categorias anteriormente citadas, é um elemento sempre presente nessa relação. Em função das definições múltiplas e sempre situacionais, se resolvem as diferentes atividades cotidianas e planejamentos de médio e longo prazo.

3.1 Dinâmicas migratórias na América Latina

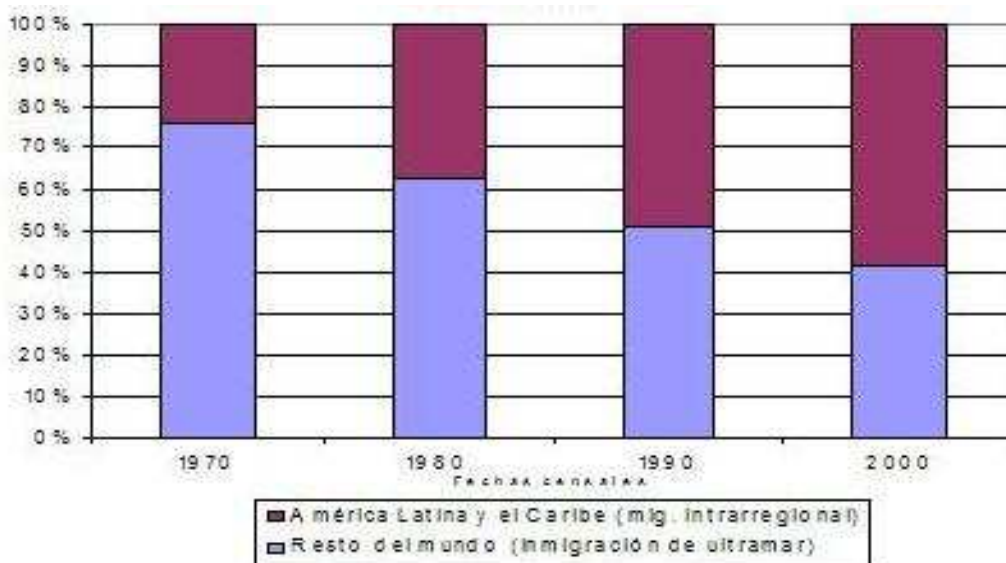
No contexto global das migrações, a América Latina e o Caribe têm um papel importante. No total de migrantes internacionais no mundo, os dessas duas regiões representaram, em 2003, 13%, com uma cifra aproximada de 25 milhões. Da perspectiva do local de origem, a distribuição desses migrantes é bastante diversa. Em cifras totais, eles não representam mais de 1% da população, mas dependendo do país, podem corresponder a 10 ou até 20% do total da população, como em alguns

países do Caribe (CEPAL, 2006) ou no Uruguai, onde se estima que representam 8,3%.

Falar de dinâmicas migratórias na América Latina nos leva automaticamente a pensar em emigração. Porém, no panorama global dos movimentos migratórios, o continente ocupa um papel duplo, de emissão e recepção de fluxos migratórios de ultramar. Nas últimas décadas, o número de imigrantes tem diminuído em relação ao de emigrantes, deixando lugar a um aumento no número de imigrantes regionais. Isso significa que a maior parte dos migrantes internacionais se desloca dentro da região, enquanto que os fluxos de ultramar são fundamentalmente de emigração e não de imigração.

Gráfico 1: Porcentagem de população imigrante segundo precedência em América Latina e o Caribe. 1970 – 2000.

Fonte: Martínez Pizarro; 2003.



Em tempos não muito distantes, a América Latina representou um local de destino de fortes fluxos migratórios fundamentalmente vindos do sul da Europa, mas também, através de políticas especiais de outros continentes, como no caso do Brasil e Peru, com fortes correntes migratórias do Japão, ou no caso do Chile, com um importante contingente de migrantes chineses para a construção do sistema ferroviário e o trabalho nas minas (CEPAL, 2006).

A primeira fase da globalização (desde meados do século XIX até o começo do XX) foi um período de liberalização e

integração comercial, baseado em uma intensa mobilidade de capital e mão-de-obra. Durante esse período, na Europa se produziram importantes movimentos migratórios tanto rumo a ultramar como dentro do continente. (...) Nesse período, a região recebeu um importante contingente de imigrantes europeus, provenientes na sua maioria do sul do continente. Sua chegada se explica por um conjunto de fatores, entre os quais se sobressaem as motivações dos europeus para emigrar ao novo mundo em busca de terras e novas oportunidades. Por outro lado, os governos da época deram impulso a medidas com o objetivo de povoar os territórios. (...) Se bem a incorporação de imigrantes europeus foi mais considerável na Argentina, no Uruguai e no sul do Brasil, aqueles também chegaram a todos os outros países da região, incluindo o Caribe ³⁵ (CEPAL, 2006: 7/8).

Hoje, parte importante dos contingentes de emigrantes latino-americanos empreende a viagem transoceânica retornando pelo caminho que alguns de seus pais, avós ou bisavós fizeram desde a Europa. A obtenção de passaportes ou documentação que habilite a residência e a atividade laboral, recuperando a cidadania de origem dos antepassados migrantes, tem favorecido em muitos casos esse fenômeno. Os números são significativos, sendo Espanha o segundo país de destino dos migrantes latino-americanos depois dos Estados Unidos, com um número aproximado de 840.000 imigrantes (CEPAL, 2006).

Contudo, a significação desses fluxos migratórios não se refere tanto ao número, quanto ao tipo de população que migra. Em muitos casos, essa população está integrada por pessoas com níveis de educação mais altos que o total da população, o que se reflete em importantes perdas de recursos humanos e investimentos para os países de origem. A qualificação desses profissionais, que teve

³⁵ La primera fase de la globalización (desde mediados del siglo XIX hasta comienzos del XX) fue un período de liberalización e integración comercial, basado en una intensa movilidad de capital y mano de obra. Durante ese período, en Europa se produjeron importantes movimientos migratorios tanto hacia ultramar como dentro del continente. (...) En ese período, la región recibió un importante contingente de inmigrantes europeos, provenientes en su mayoría del sur del continente. Su llegada se explica por un conjunto de factores, entre los que resaltan las motivaciones de los europeos para emigrar al nuevo mundo en busca de tierras y nuevas oportunidades. Por otra parte, los gobiernos de la época impulsaron medidas cuyo objetivo era atraer mano de obra y colonos para poblar los territorios. (...) En ese período, la región recibió un importante contingente de inmigrantes europeos, provenientes en su mayoría del sur del continente. Su llegada se explica por un conjunto de factores, entre los que resaltan las motivaciones de los europeos para emigrar al nuevo mundo en busca de tierras y nuevas oportunidades. Por otra parte, los gobiernos de la época impulsaron medidas cuyo objetivo era atraer mano de obra y colonos para poblar los territorios.

um custo para o país, não reverte em benefícios para o desenvolvimento social ou econômico, e os supostos benefícios que a mobilidade de profissionais e técnicos poderia trazer, a partir do envio de remessas e da formação continuada, ainda não se concretizaram.

Nesse contexto, e se tratando de pessoas de alta qualificação, a tendência é aceitar que persista a erosão de recursos humanos, que pode ser irrecuperável e ter consequências adversas para as transferências de conhecimento e tecnologia (Castillo, 2003; CONAPO, 2002; Pellegrino, 2000; Villa y Martínez, 2002). Tal perda é manifesta considerando que muitos países registram um escasso dinamismo na geração do capital humano nos últimos anos e que existem práticas agressivas e políticas destinadas a seu recrutamento nos países desenvolvidos. Uma aproximação ao impacto da emigração sobre a disponibilidade de pessoal qualificado nos países da região é indicativa do alto dismantelamento de sua capacidade intelectual: existem países onde cerca de 10% de seus profissionais e técnicos encontram-se no exterior ³⁶ (Martínez Pizarro; 2003: 16).

O impacto social dessas situações faz com que a emigração ocupe o primeiro lugar nos registros das migrações, deixando em segundo plano as migrações inter-regionais. O número de pessoas se deslocando no espaço regional é de três milhões aproximadamente para toda a América Latina e o Caribe. Os migrantes transitam principalmente entre países limítrofes ou que se encontram próximos. Esses países em geral coincidem com os espaços de integração regional, que motivam as migrações, seja pela maior interpenetração das economias, seja pelas tentativas de liberalização das fronteiras. Em geral, as migrações regionais adquirem maior amplitude quando passam a ser consideradas problemas para a identidade nacional, frente à impossibilidade de assimilar as novas camadas de migrantes, como foi realizado durante o século XIX e começos do século XX com os contingentes de população provenientes de Europa.

³⁶ En ese contexto, y tratándose de personas de alta calificación, se ha tendido a aceptar que persiste la erosión de recursos humanos, que puede ser irrecuperable y tener consecuencias adversas para las transferencias de conocimiento y de tecnología (Castillo, 2003; CONAPO, 2002; Pellegrino, 2000; Villa y Martínez, 2002). Dicha pérdida es manifiesta si se considera que muchos países registran escaso dinamismo en la generación de capital humano en los últimos años y que existen prácticas agresivas y políticas destinadas a su reclutamiento en los países desarrollados. Una aproximación al impacto de la emigración sobre la disponibilidad de personal calificado en los países de la región es indicativa del alto dismantelamiento de su capacidad intelectual: hay países donde cerca del 10% de sus profesionales y técnicos se encuentra en el exterior.

Mas se a migração regional ou limítrofe é entendida mais como um problema do que como um fenômeno demográfico, as migrações ultramar são praticamente invisibilizadas nos registros. Assim, ao falar de migrações na América Latina, encontramos duas narrativas que se impõem, condicionando a análise da maioria dos fenômenos a serem estudados: a das identidades nacionais integradas a partir do *crisol de raças* construídas no marco das migrações desde finais do século XIX até metade do século XX e a da crise das nações e do *regime de hipervisibilidade étnica*, com os movimentos migratórios atuais (Domenech, 2007: 24). A partir dessas narrativas, podem ser identificados dois importantes problemas demográficos: por um lado a fuga dos recursos humanos qualificados que foi mencionada acima; e por outro a dificuldade da governabilidade das migrações regionais, que, envolvendo em muitos casos populações tradicionais, apresenta características diferentes às das ideias de progresso com que os estados receptores de migrantes pretendem se identificar.

Nesse contexto o espaço de visibilidade para os migrantes de ultramar é reduzido e assimilado ao das migrações regionais, vistos como problemas sociais. Se observarmos as dinâmicas entre migrações ultramar e migrações regionais, vemos que elas funcionam de forma paralela, e os polos de atração regional podem ser também referentes migratórios para outras pessoas localizadas longe das fronteiras desses países, como correntes provenientes da Coreia, China e Leste Europeu (Domenech, 2007).

Contudo, para além das semelhanças nos processos de atração de população nos polos industriais e nas grandes cidades, como Buenos Aires, Caracas ou São Paulo, é interessante prestar atenção às características particulares das migrações de ultramar e, neste caso específico, dos fluxos migratórios provenientes da África Ocidental. Dentro dos fluxos migratórios regionais e de ultramar que se direcionam às principais metrópoles, encontramos uma enorme diversidade em que se incluem aquelas pessoas que solicitam refúgio e se direcionam em relação aos polos de atração de população nos grandes centros urbanos.

Dentro dessas dinâmicas, o Uruguai tem um papel diferenciado, já que não se apresenta como um país receptor de migrantes, mas como emissor, tanto no nível regional quanto no das migrações de ultramar.

De fato sempre, e desde sua mesma constituição como estado-nação independente, o Uruguai perdeu população e não conseguiu reter nem seus próprios nativos, nem uma parte importante dos aluviões imigratórios que conformaram sua população. Pelo tanto, os fluxos de saída e retorno foram parte constitutiva de sua conformação populacional, e sua recorrência deixa em claro fatores potencialmente expulsivos da natureza estrutural mais que a presença por si só de acidentes conjunturais³⁷ (Filgueira, 1988: 9).

Quando analisamos a situação do Uruguai, resulta fundamental prestar atenção na particular estrutura demográfica que o país apresenta, muito diferenciada das dinâmicas dos países vizinhos, Argentina e Brasil, e que não tem correlato com nenhum dos países de América do Sul.

Durante o século XIX e começos do século XX, o Uruguai participou das dinâmicas regionais de recepção e circulação de migrantes europeus que foram descritas. Porém, a partir da segunda metade do século XX, o padrão que substituiu as migrações de ultramar por migrações regionais nas principais cidades da Argentina e do Brasil colocou o país no lugar de emissor de pessoas em direção a esses polos de atração.

Faz mais de cinco décadas que a população do país se mantém estável em torno de três milhões de pessoas. Essa tendência se diferencia fortemente dos processos demográficos registrados para qualquer outro país da América do Sul, em que a tendência foi a do crescimento. Esta ausência de crescimento na população uruguaia se deve essencialmente a dois fatores: por um lado, o baixo índice de nascimentos por família; e por outro, a importância dos fluxos migratórios em direção aos países limítrofes (Argentina e Brasil), à Europa e aos Estados Unidos.

Atualmente o Uruguai é um país com baixa densidade. Uma série de características da sua população gera o que Filgueira entende como uma síndrome *populacional grave* (1988: 10). Praticamente a metade da população total se concentra na capital, Montevideu, e a grande maioria do restante se encontra em zonas urbanas, gerando uma situação de desequilíbrio entre as regiões rurais e

³⁷ De hecho siempre, y desde su misma constitución como estado-nación independiente, el Uruguay perdió población y no pudo retener ni a sus propios nativos ni a una parte importante de los aluviones inmigratorios que conformaron su poblamiento. Por lo tanto, los flujos de salida y retorno fueron parte constitutiva de su conformación poblacional y su recurrencia deja en claro factores potencialmente expulsivos de naturaleza estructural más que la sola presencia de accidentes coyunturales.

urbanas. O crescimento vegetativo é muito baixo, ao que se agrega a perda da população causada pela emigração. A idade média é relativamente alta se comparada com as de países vizinhos, e pode-se falar de uma população envelhecida. Tudo isso gera um vazio populacional que caracteriza *um virtual desajuste crítico* (Filgueira, 1988: 10).

Apesar de não existirem dados oficiais sobre o número, o perfil e o destino dos uruguaios que saem do país com intenções de se estabelecer no exterior, o fenômeno da migração é entendido pelo discurso oficial e opinião pública como um “problema” que o Uruguai precisa “resolver” (Uriarte, 2007a). O impacto do fluxo emigratório na estrutura demográfica do país é considerado um fenômeno negativo não somente pela decorrente falta de crescimento da população, mas também pelas características da população que abandona o país, em geral associada aos setores de maior escolarização.

Em relação à seletividade da emigração, segundo diversas características individuais, se comparada com a população residente; verifica-se que se trata de uma população mais jovem (média de idade de 26 anos, tramo modal entre 15 e 34 anos); com predominância masculina (53% de homens); promedialmente mais educada que a população residente e proveniente de ocupações correspondentes aos estratos médios e altos ocupacionais e localizados nos setores mais modernos³⁸ (Filgueira, 1988: 16).

Os fluxos de população, tanto de imigração quanto de emigração internacional, no Uruguai são caracterizados como migrações laborais, sendo as flutuações no mercado de trabalho e no índice de salário as principais variáveis que determinam o ingresso ou saída da população, a que se agregam fatores políticos em alguns períodos históricos (Taks, 2006). Apesar disso, se mantém a tendência a um nível educativo maior entre os migrantes em relação ao total da população (Pellegrino e Vigorito, 2003).

De fato, há algumas décadas, o Uruguai vem se constituindo como um país condicionado negativamente pela migração e, até certo ponto, afetado por um

³⁸ En relación a la selectividad de la emigración según diversas características individuales, si se la compara con la población residente; se verifica que se trata de una población mas joven (edad promedio 26 años, tramo modal entre 15 y 34 años); con predominancia masculina (53% hombres); promedialmente más educada que la población residente y a la vez proveniente de ocupaciones correspondientes a los estratos medios y altos ocupacionales y ubicados en los sectores más modernos.

processo de desconstrução e esvaziamento. Em uma sociedade marcada tão profundamente pela emigração, entender o processo de integração de emigrantes e refugiados resulta muito interessante, ainda mais quando eles não respondem à imagem mais frequentemente associada aos imigrantes, que corresponde às ondas migratórias do sul de Europa, fundamentalmente italianos e espanhóis.

Enquanto a política migratória em cernes se orienta principalmente para a vinculação com os uruguaios no estrangeiro, o interesse oficial pelo caso de imigrantes recentes ao Uruguai parece mais difuso. (...) Não existem estatísticas claras, mas é evidente que não tem um fluxo massivo de imigrantes legais ao país, em função da crise econômica e laboral. Porém, existem grupos de trabalhadores de outros países latinos – peruanos, equatorianos, brasileiros, bolivianos – que de forma temporária, seminômada, silenciosa e informal chegam ao território uruguaio (Falero, 2002: 58)³⁹ (Taks, 2006: 152).

Assim, os fluxos migratórios, sejam provenientes da África ou de outros países da América do Sul e do Caribe, ocupam um lugar secundário quando falamos das dinâmicas demográficas no país, geralmente considerado de passagem e não de permanência dos migrantes. No que se refere aos refugiados, os dados do *Servicio Ecuménico por la Dignidad Humana* (SEDHU), a agência que implementa os programas do ACNUR no Uruguai desde 2001 indicam um número de 108 refugiados em 2005 (SEDHU, 2005), sendo aproximadamente 18% provenientes da África, dos quais 65% são originários da África Ocidental e 35% da Nigéria. O resto provém do Leste Europeu e da América Latina, entre os quais os colombianos são a grande maioria.

A presença muito forte do fenômeno migratório, imigratório no passado, emigratório no presente, no imaginário dos uruguaios é fortemente chocante para os jovens nigerianos que chegam ao país. Em primeiro lugar, porque não é concebido por eles como um país de chegada, nem mesmo o era no passado. As características do Uruguai são associadas às de um país de permanência e pouca mobilidade, e,

³⁹ Mientras la política migratoria en cienes se orienta principalmente hacia la vinculación con los uruguayos en el extranjero, el interés oficial por el caso de inmigrantes recientes al Uruguay aparece más desdibujado. (...) No hay estadísticas claras, pero es evidente que no hay un flujo masivo de inmigrantes legales al país, en vista de la larga crisis económica y laboral. Sin embargo, hay grupos de trabajadores de otros países latinos—peruanos, ecuatorianos, brasileños, bolivianos—que de forma temporal, seminómada, silenciosa e informal llegan al territorio uruguayo (Falero, 2002: 58).

portanto, pouco atraente para migrantes de qualquer parte do mundo. Junto com esse tipo de avaliações, o Uruguai é colocado por esses jovens como um lugar ao que chegaram por acidente, e não por escolha, e como uma escala dentro do trajeto migratório.

Como em muitos outros casos, a avaliação que cada um faz do lugar de moradia depende da situação pela qual está passando nesse momento. As avaliações tendem a ser piores quando os migrantes se encontram desempregados (mesmo que essas situações tenham sido sempre temporárias), tiveram algum desencontro amoroso ou outros problemas, como, por exemplo, quando roubaram a casa de Sonny, Simon e Marcus, levando quase todos os eletrodomésticos de valor.

Do outro lado, quando nos referimos às formas como os fluxos de emissão de imigrantes são enxergados, vemos que para eles diáspora é sinônimo de modernidade, a partir da participação em um circuito cultural e material transnacional. Ao contrário, o Uruguai é em muitos sentidos representado por esses jovens como o oposto à modernidade, em função dos gostos e estilos de vida (desde gostos musicais até comportamentos sexuais) de outros jovens com quem eles interagem, das atitudes racistas da população adulta, da estrutura demográfica envelhecida.

Significativamente, a ideia de uma diáspora nacional uruguaia é muitas vezes desacreditada por esses jovens, ao compará-la com a diáspora nigeriana, da qual eles se sentem parte, mesmo que não utilizem o termo “diáspora” para explicar sua experiência e a de seus co-nacionais.

Simon me explica que para conhecer e entender o mundo, é necessário viajar. Que os uruguaiois se comportam “dessa forma” [mais uma vez se referindo à atitude das pessoas em Maldonado, que olham para eles de forma insistente e sem disfarçar] porque não viajam, não estão acostumados a ver diferentes tipos de pessoas, de diferentes cores, vestimentas, religiões. Eu respondo que tem muitos uruguaiois no exterior, que isso é até um problema para nós, já que as pessoas mais novas vão para o exterior e somente ficam os mais velhos no país. Simon olha para mim com absoluto descrédito. “Os uruguaiois não viajam. Tudo bem, alguns vão para a Espanha, para a Argentina ou para o Brasil... mas nesse lugares, tem pessoas iguais a eles, não tem uruguaiois nos Estados Unidos, ou Londres, ou na Nigéria, mas tem nigerianos no Uruguai...”

(Diário de campo, Maldonado, Janeiro 2007)

Dessa forma, uma diferença radical entre deslocamentos verdadeiramente significativos, como o realizado por eles mesmos em oposição às migrações

empreendidas pelos uruguaiois, é traçada, mesmo que em muitos casos o fato de se ter vivido no exterior é apontado por esses jovens como um elemento que facilita o contato com as pessoas.

3.1.1 Na sociedade de destino: processos e âmbitos de integração

Quando chegaram estavam bem de saúde, mas muito magrinhos, tinham a pele ressecada pelo sol, pediam creme hidratante, usavam creme o tempo todo. Agora estão bem, brilhosos, estão gordos. Bom, gordos dentro da raça deles, porque os negros são magros, exceto na América do Norte, onde são gordos.

Eu tenho poucos conhecimentos de inglês, mas eles aprenderam espanhol logo, já estão falando perfeito. Emprestaram-me um quadro negro e eu os ensinava todos os dias de manhã. Simon foi o que aprendeu mais rápido.

Basicamente comem arroz com molho e ovo, colocam o molho por cima do arroz. Não comem muita coisa. Não conheciam a linguiça, no país deles não tem linguiça, tinham medo de comer.

(Diário de campo, Maldonado, fevereiro de 2006)

Dessa forma, Chichita me explicava a situação dos quatro naufragos de Maldonado, na primeira vez que entrei em contato com ela. Foi a partir de seu nome, registrado nas notícias do resgate, que entrei em contato com ela, e a partir dela, com os quatro jovens. Chichita é a pessoa que acolheu os jovens quando eles saíram da prefeitura e os acompanhou durante a primeira fase do processo de integração, ensinando espanhol e ajudando no contato para os primeiros empregos que os jovens conseguiram.

No caso dos polizones, diferentemente de muitos outros casos de migrações, os migrantes chegam à sociedade de destino sem ter uma rede que os acolha ou os oriente dentro da cidade e nas formas de sociabilidade. Em alguns casos, essas redes sociais se constroem a partir do contato com co-nacionais ou outros africanos, seja a partir dos contatos com intuições locais, seja no contato estabelecido na rua, a partir do reconhecimento da origem comum. A falta de redes estabelecidas com anterioridade pode levar, no primeiro momento, a uma maior dependência dos serviços de assistência públicos e organizações não-governamentais. Isso pode reverter (ou não) em formas mais normativizadas de se adaptar à sociedade.

Em contraposição às formas em que as redes de migrantes dão acolhida aos novos membros, há mais possibilidades de se estabelecer um tipo de relação social

mais resistente, conservando-se uma identidade coletiva autorreferencial. Contudo, o fato de que as comunidades de migrantes estejam em uma melhor posição do que os sujeitos individuais para negociar com o estado uma identidade diferencial no formato que ela mesma quer se adjudicar não significa que essas redes, grupos ou comunidades sejam necessariamente menos impositivas em relação aos sujeitos do que os poderes do governo a partir de seus serviços de assistência (Campbell, 2005).

3.1.1 A chegada e o primeiro estabelecimento de redes

Sempre que os casos de polizones envolvem diferentes formas de promoção através da imprensa, geralmente quando se trata de pessoas abandonadas no mar, como no caso trabalhado na Venezuela e o primeiro dos casos trabalhados no Uruguai, a difusão na imprensa local facilita até certo ponto a primeira inserção na sociedade. Se tratando de casos pouco frequentes, e onde o tratamento desumano dado às pessoas viajando de forma clandestina obscurece qualquer outra forma de irregularidade, como a própria clandestinidade dessas pessoas, deixando de manifesto sua vulnerabilidade, e, por tanto, facilitando os canais de acesso à ajuda dos locais.

Chegando à casa de Chichita, ela começa a me narrar a forma em que o resgate aconteceu: “A primeira coisa que eu quero dizer, é que a atitude do capitão do barco foi CRIMINOSA”. Diz-me que eu preciso escrever isso com uma letra bem grande, e com as mãos indica o tamanho. Preciso deixar bem claro o nome do barco e do capitão, que ela tem todos esses dados e pode me facilitar para que todo mundo saiba o que aconteceu, já que meu trabalho pode ir para muitos lugares.

(Diário de campo, Maldonado, fevereiro 2006)

Nos dois casos de “náufragos”, em que as pessoas foram abandonadas à deriva no mar, as situações pelas quais elas passaram têm uma forte repercussão na imprensa e na opinião pública. Para os dois casos uma pessoa serviu de “mãe” para os jovens, oferecendo hospedagem, comida e fundamentalmente a intermediação necessária nas primeiras etapas de integração à sociedade. No caso dos jovens da Venezuela, tratou-se de Norma, uma professora do ensino de segundo grau, uma mulata muito elegante, de aproximadamente 40 anos, que os acolheu na cidade de Irapa. Ela é solteira e, conforme nos explicou, já tinha tido contato com pessoas no exterior através da internet. Mas a primeira vez que esteve em contato com pessoas vindas da África foi através dos oito náufragos. Como ela explica, “*sentiu a*

necessidade de ajudar essas pessoas, que tinham passado por tantas provações”. Após terem saído do hospital, os oito jovens foram morar na casa dela, durante um tempo, até acharem, sem pressa demais, os caminhos que cada um deles teria de seguir. O único que ficaria morando em Irapa seria Joseph. O resto foi saindo, em diferentes momentos e por diferentes motivos, para Caracas, ou para outras regiões da Venezuela.

Segundo os próprios jovens, periodicamente eles voltam para visitar a cidade e também o povoado de Soro. No caso de Leonard, para homenagear as pessoas que lhe deram acolhida, fazendo um show de música ao vivo, perto das datas de Natal ou final do ano. Também nos momentos em que as fontes de renda se encontram diminuídas, ou precisa-se de apoio moral e afetivo. Apesar de cada um desses sujeitos ter construído redes diferentes em função de diferentes elementos, todos eles conservam em comum duas ou três pessoas que foram fundamentais para todos e cada um no processo de integração. Entre elas, Norma é a única que unifica todos, e é chamada por muitos de “mama”.

Os motivos que movem algumas pessoas em particular a assumir essa responsabilidade de tomar conta desses sujeitos em situações absolutamente vulneráveis, mas que não tem necessária correlação com nenhum dos fatores que as façam acreditar neles, foi um elemento que me chamou muito a atenção. No caso de Uruguai, foi Chichita, uma senhora branca, de uns 60 anos, que assumiu a responsabilidade de albergar esses jovens em uma das habitações dos fundos da sua casa que durante a temporada turística ela aluga aos trabalhadores sazonais.

Pergunto pelos motivos que a fizeram trazer os jovens à sua casa. Diz-me que ficou sabendo por sua filha, que viu na TV o que estava acontecendo. A filha contou pra ela, e Chichita foi logo para o hospital. Eles já não estavam ali, tinham sido trasladados para a prefeitura e como era noite e não gosta de dirigir à noite, voltou para casa. Ali escreveu uma carta “pedindo pra me darem eles, mas demorou um mês, uns vinte dias até que eu os trouxe para cá”. Diz que ouviu a palavra de Deus. Ela tinha um quarto livre, com quatro camas, eles eram quatro...

(Diário de campo, Maldonado, fevereiro 2006)

No relato de Chichita podemos observar certa forma de propriedade, que também se estabelece nas populações de Soro e Irapa, sobre as pessoas que chegam, ou até aparecem, na costa, como vindas do nada. No caso da Venezuela, os migrantes são chamados “os africanos de Irapa”, nome que encerra uma pertença e uma

origem dupla. Entrevistando as pessoas que acolheram os jovens em Soro, antes de serem derivadas ao serviço de saúde, encontramos que todos eles têm uma parte da história a relatar. O senhor que avistou a balsa, os pescadores que a trouxeram até a costa, algumas pessoas que baixaram cocos quando eles estavam na praia, o taxista que serviu de tradutor nos primeiros momentos aos jovens que somente falavam inglês ou francês, as enfermeiras do posto de saúde e muitos outros. Também em Irapa, as pessoas manifestam a mesma atitude.

O médico responsável pelo hospital explica que durante bastante tempo essas pessoas estiveram vivendo no hospital, apesar de terem recebido alta, pois eles não tinham para onde ir. Isso, nos explica o dr. Martínez, não foi muito bem visto por parte das autoridades do hospital, que em várias oportunidades pressionaram para tirá-los de lá. Ele e outras três enfermeiras nos explicam que a população apoiou muito os jovens. Logo no momento de chegada, as pessoas faziam fila na porta do hospital para visitar, conhecer e trazer presentes para essas pessoas, roupas, sabonete e outros objetos de que pudessem precisar. O dr. Martínez fala das dificuldades para acomodá-las de forma que não distorcessem muito o funcionamento do hospital, nem sobrecarregassem “*os africanos*”.

Várias pessoas dentro do hospital relataram com orgulho a reação da população quando a polícia deslocou o grupo de oito migrantes para Caracas com a finalidade de realizar investigações e regularizar a situação jurídica deles, que começaram nesse momento a tramitar o pedido de refúgio. Nessa oportunidade, a população inteira se mobilizou nas ruas, pedindo a permanência dos migrantes em Irapa, gritando “*Eles são nossos*”. Aproximadamente uma semana depois, quando foram retornados à cidade, a população também teria saído nas ruas para recebê-los. Porém, essas relações não necessariamente se produzem sem conflitos. Entre alguns dos entrevistados em Soro existe certa rivalidade ou sentimento de abandono em relação ao papel que Irapa, lugar ao que foram deslocados para ser internados no hospital, ocupa na história dessas pessoas. Durante algum tempo, Cliff trabalhou vendendo roupas e dando aulas de língua em Soro, até ir morar em Caracas. Algumas das pessoas com quem ele trabalhou se manifestaram sentidas pelo fato de ele não visitar Soro, apesar de ter retornado a Irapa em várias oportunidades.

3.1.2 Moradia e emprego

A adaptação a uma realidade tão diferente, como são as sociedades latino-americanas, é um processo longo, com várias etapas e que se processa em diversas formas nos diferentes âmbitos. Esses âmbitos envolvem desde a necessidade de uma fonte de sustento, seja um emprego, alguma forma de benefício social ou mesmo alguém que esteja disposto a ajudar (nem que seja nas primeiras etapas dessa integração) até a construção de redes sociais, que permitam o acesso a essas fontes de renda assim como estabelecer vínculos de amizade e namoro, necessários para a vida em sociedade. Emprego, amizade, namoro, moradia são âmbitos diferenciados, mas que em alguns casos estão vinculados a diferentes formas de integração social. Em muitos momentos e em quase todos os âmbitos sociais, as relações que essas pessoas estabelecem estão determinadas pelo fato de serem estrangeiros e africanos.

Emprego e moradia são dois problemas que necessariamente devem ser resolvidos. Uma das possibilidades é resolvê-los juntos. Morar no local de trabalho ou realizar contratos de trabalho que agreguem ou facilitem o acesso à moradia são estratégias utilizadas por muitos desses migrantes, pelo menos nas primeiras etapas de integração, segundo foi observado nos relatos ou diretamente em situações de pesquisa a partir de entrevistas ou encontros realizados nesses locais. Essa estratégia envolve, por exemplo, o emprego na construção, seja em grandes obras, onde é possível dormir ao mesmo tempo em que assume o papel de segurança para o prédio, como é o relato de Abul em Buenos Aires; ou em reparações e trabalhos pequenos em casas de família, onde o trato é mais personalizado e muitas vezes se oferece a possibilidade de permanecer e até obter alimentação, com foi o caso de Marcus durante um tempo, enquanto trabalhava em José Ignacio⁴⁰.

Em Maldonado, uma cidade onde o turismo é uma das principais atividades, o trabalho em bares ou hotéis também oferece essa possibilidade durante a alta temporada, já que muitas pessoas chegam vindas de Montevideu ou do interior do país para trabalhar durante os meses de verão; para elas se oferecem trabalho e hospedagem. Para os jovens morando em Maldonado, essa não é uma solução habitacional permanente, mas permite manejar com maior facilidade alguns meses do ano, aqueles em que o aluguel é mais caro.

⁴⁰ Balneário de Maldonado próximo a Punta del Este.

Construção, serviços de atenção ao público e empreendimentos comerciais individuais são as três áreas de maior inserção laboral, e caracterizam os três locais analisados, com a exceção do comércio no Uruguai, que não tem dado maiores resultados. Dos empregos fixos, remunerados por mês ou por jornada de trabalho, a construção é um dos que paga melhor e dá maior oportunidade para realizar horas extra, que são mais bem pagas. Além disso, os migrantes africanos contam com uma alta valorização para esse tipo de trabalhos, vistos como mais fortes e resistentes e com uma maior disposição para realizar serviço pesado. Os jovens conhecem e manejam essas representações projetadas sobre eles, e por essa razão valorizam sua posição nessa área. Durante vários encontros com os meninos em Maldonado eles trazem o tema do trabalho na construção como uma forma de marcar seu lugar na sociedade, se apresentando como pessoas autossuficientes, responsáveis e assimiladas a uma classe, a partir das marcas corporais do trabalho, como as bolhas nas mãos, que se apresentam como “*mãos de operário*”.

“A construção é um trabalho pesado, mas você ganha um bom salário”, segundo me relatam, “eles querem juntar dinheiro, os uruguaios não”, e por isso é que ficam “falando mal” deles. Marcus continua a me explicar que tudo o que eles têm conseguido a partir do trabalho. Ele dizia que em dois anos iria comprar um carro, e todo mundo olhava para ele como se estivesse louco. Em um ano comprou uma moto... porque não poderia comprar um carro. Wenzel diz que eles não comem às vezes, e que trabalham dez ou doze horas por dia, que os uruguaios só trabalham oito. Às vezes não comem para ter as coisas que querem, TV a cabo... As pessoas se assombram de que eles têm celular, porém, ele considera que ainda falta muito para conseguirem tudo o que é necessário, e até então vão ter que trabalhar muito.

(Diário de campo, Maldonado, maio 2006)

Por outro lado, o trabalho representa uma forma de se colocar na sociedade e se opor aos preconceitos projetados sobre eles. Como apresenta o trecho do diário de campo, a vontade de trabalhar e de se sobrepôr aos momentos difíceis atravessados tanto no mar quanto na chegada ao país, se contrapõe à possibilidade de ficar no local de origem como uma opção que não muito dificilmente leva à ilegalidade.

O que mais parece molestar os jovens é que tenham tratado eles de traficantes. Muitas e muitas vezes Wenzel e Simon repetem que eles estão aqui para trabalhar, que se quisessem ser traficantes, teriam ficado no seu país. Lá, você fica parado numa esquina com uma arma e logo começam a parar carros caros para comprar. Reforçam a ideia de que se estão aqui é porque querem outra coisa. Dão a entender que o comércio de drogas aqui é insignificante se comparado ao da Nigéria. (...) Samsom me mostra as palmas da mão, tem calos. Marcus apresenta o comprovante do salário de \$4.300, eu digo que não é necessário. O único que não quer argumentar nada é Sonny, somente xinga e

reclama, ou fica calado mirando o que acontece. Parece ser o mais machucado com todo o problema. Marcus me diz que no seu país ninguém discrimina ninguém, e que os brancos não são discriminados, mas todo mundo tem um lugar. Sonny grita “Africa is the best place!” várias vezes, mas não participa da conversa. Depois levanta e sai à rua para fumar.

(Diário de campo, Maldonado, maio 2006)

De um lado encontramos a suspeita sempre presente entre pessoas da população local em relação às causas e os objetivos da migração e das atividades realizadas no local de destino. Essa suspeita é vivida pelos meninos polizones como uma ofensa e como uma carga da qual não podem se desvencilhar facilmente. Eles protestam que apesar de suas atitudes positivas, como (nas palavras de Sonny) o “*trabalho duro e a vontade de viver em paz*”, ainda vivem sob a sombra de imagens estigmatizadas associadas à emigração da África.

3.2 Destinos da travessia: escolha, determinação e acidente

É essa experiência migratória uma viagem? Sem dúvida deve ser incluída como tal, já que o polizón, como portador de uma cultura específica, como herdeiro de uma tradição, como nexos de uma estrutura comunicativa de longa duração, e insisto, como resultado e criador partícipe de um processo histórico específico, único e irreproduzível, possui seus pontos de vista e seus modos de fazer o mundo. Aqui a vigem, como discurso, sofre uma alentadora transformação, onde o viajante-polizón-subjetividade migrante adquire e brinda, constantemente, conhecimento, histórias e percepções sociopolíticas e interculturais⁴¹ (Blanco, 2007: 193).

Um dos desafios mais presentes que a experiência migratória desses jovens provenientes da África Ocidental nos propõe é como qualificá-la. O caso mais extremo nas dificuldades de definição é o dos polizones, que, como vimos, apresenta dificuldades jurídicas e teóricas para ser compreendido, devidas fundamentalmente à pouca frequência e à falta de preparação dos serviços do estado e das organizações

⁴¹ ¿Es esta experiencia migratoria un viaje? Sin dudas se la debe incluir como tal, ya que el polizón, como portador de una cultura específica, como heredero de una tradición, como nexos de una estructura comunicativa de larga duración, e, insisto, como resultado y creador partícipe de un proceso histórico específico, único e irrepetible, posee sus puntos de vista, y su modo de hacer en el mundo. Aquí el viaje, como discurso, sufre una alentadora transformación, donde el viajero-polizón-subjetividad migrante, adquiere y brinda, constantemente, conocimientos, historias, percepciones sociopolíticas e interculturales.

públicas para essas situações. Viagem, aventura, fuga, luta pela sobrevivência, acidente... os termos e definições estão diretamente associados às motivações pelas quais se empreende a viagem, mas não se esgotam nelas. As travessias só podem ser compreendidas e qualificadas a partir das formas em que são concebidas, vividas e significadas por seus protagonistas e as pessoas do seu entorno.

Essas dificuldades se apresentam mesmo para os casos de jovens entrevistados na Argentina que chegaram de avião, e, portanto, como uma ideia formada anteriormente ao destino a que se dirigiam, a América do Sul não representa exatamente um “destino esperado”, mas uma das possibilidades de sair do local de origem. Porém, com a passagem de avião marcada, a chegada na América Latina não pode ser considerada como um acidente no sentido estrito. No caso dos migrantes clandestinos, as condições de partida nos diferentes portos podem ser muito variadas. Essa diversidade está vinculada aos contextos sociais da saída do país de origem e do continente em que se produz. A expectativa da grande maioria deles era chegar ao “primeiro mundo”, mas a perspectiva de sair do lugar de origem já é motivação suficiente para empreender a travessia, mesmo que o objetivo da viagem não esteja certo. Todos esses jovens têm um conhecimento mínimo dos procedimentos, sabendo que ninguém pode garantir o lugar a que vão chegar, nem mesmo se vão chegar com vida. A chegada na América Latina, longe de ser considerada um ideal, é vista por eles como uma primeira escala no trajeto migratório, ou em todo caso, como um lugar no mundo, em oposição ao lugar que eles não encontram no local de origem.

A avaliação do local a que chegaram oscila entre as ideias de acidente ou algum tipo de determinação, que, dependendo das situações, pode ser identificada com Deus, com a valentia ou com as possibilidades pessoais para manejar dentro de situações limites. Como vimos em capítulos anteriores, na literatura que analisa as migrações tem se construído uma oposição entre migrações econômicas e migrações forçadas. Dentro das migrações forçadas encontramos os refugiados e deslocados internos. São pessoas que podem ter saído de seu lugar de residência ou atravessado fronteiras nacionais devido a perseguições políticas ou étnicas, conflitos bélicos e outras formas de violência. Esse tipo de movimento de população conta com uma maior proteção por parte da comunidade internacional, mesmo que ainda possam ser consideradas insuficientes que no caso de migrações voluntárias. Desde o ponto de

vista institucional, migrações econômicas e deslocamentos forçados geram situações muito diferentes, mas que não se refletem de forma direta nas dificuldades cotidianas que esses jovens atravessam.

O caminho para desconstruir essa oposição entre migrações econômicas e migrações forçadas segue dois rumos. Por um lado, o resgate da capacidade de escolha do sujeito enquanto agente social com capacidade de ação, intervenção e transformação criativa da sua realidade (De Certau, 2002). Por outro, a inserção dessa capacidade dentro de um contexto histórico particular, no qual essas escolhas são realizadas e que resiste a ser encaixotado nas tentativas de precisão das categorias jurídicas, deixando lugar à riqueza dos dados etnográficos como aqueles com os quais trabalhamos. A presença de Deus nessas configurações de destinos, que vão entre a escolha e o acaso, é utilizada como uma forma de salientar as próprias possibilidades de tomar conta do seu destino.

3.2.1 Avaliações do local de chegada em relação às motivações da partida

No começo da pesquisa, ao serem entrevistados, os polizones, na grande maioria, diziam ter intenções de ir à Europa, mas que teriam subido no barco por engano, ou mesmo ter subido no barco correto, sendo que este teria mudado o itinerário uma vez no mar. Esse é em geral o relato oficial dos fatos e o relato difundido pela imprensa, como no caso do jornal “El País” no dia 23 de maio de 2005.

DRAMATICO RESCATE | A Odisea totalizou 31 dias | O juiz atuante pensa citar "a quem seja preciso" | Os quatro jovens se desfazem em agradecimentos a seus salvadores

Nigerianos querem ficar em Uruguai

ODISEA. O testemunho dos quatro jovens é desolador. Aproveitando sua condição de trabalhadores no porto de Lagos, capital de Nigéria, abordaram o "Halil 1" de bandeira turca utilizando um vão existente entre a hélice a pala do timão. Isto foi em 22 de abril. O barco recém zarpou oito dias depois.

Sua ideia original era chegar a um porto europeu, o sonho de muitos africanos. Porém, o barco recebeu novas ordens de seus armadores e mudou o rumo para a América do Sul. Isso não foi o único golpe, onze dias depois de se instalar no "Halil 1" foram descobertos pela tripulação. Tudo foi terror e incertezas para eles desde então.

Segundo relatam, um dos oficiais do barco continuamente os

ameaçava de lançá-los pela borda enquanto apontava para o mar. A ordem de outro oficial era de bater neles com vara e chutá-los. “Jump, jump” (pula, pula) lhes gritava enquanto os castigava. Finalmente foram encerrados em um camarote.

Depois de um questionário nada amistoso, o oficial perguntou que queriam que se fizesse com eles. O pedido de deixá-los na Espanha ou Turquia foi negado. No seu lugar, a “opção” proposta foi deixá-los em algum país africano ou entregá-los à polícia nigeriana. Os polizones escolheram a primeira, que nunca se cumpriu.

"Se matamos vocês, ninguém vai ficar sabendo", contam que lhe disse um dos oficiais do barco. A incerteza crescia quando viram os marines construir um bote na coberta pronto para lançá-lo ao mar. Os destinatários eram eles, sem dúvida. Choraram e imploraram, pediram que os entregassem às autoridades de “qualquer país”. Aí ficaram sabendo que um possível destino era a Argentina. Mas uma vez chegados ao porto de Buenos Aires, foram encerrados e ninguém soube de sua existência.

http://www.elpais.com.uy/05/05/23/pciuda_154170.asp

No caso dos náufragos venezuelanos, essa foi também a versão dada por James, para quem a partida da Costa do Marfim e a chegada à Venezuela faz parte de um percurso migratório de maior duração, sendo esta sua segunda travessia de barco. James, que hoje está em Caracas, morou alguns anos na Holanda, aonde também chegou como passageiro clandestino de navio. Na segunda travessia, que o levara à costa venezuelana, pretendia retornar à Europa. Para ele, o desembarque na costa sul-americana poderia ser entendido como um acidente. Diferentemente de outros jovens do grupo, ele não tentava fugir de situações de crise ou de perseguições políticas; é, por tanto, uma migração voluntária, mesmo que irregular. Nesse caso, como no dos quatro jovens de Maldonado, o destino poderia ser considerado com mais facilidade “um acidente” ou um erro nos procedimentos ou na escolha do barco. Do outro lado, no caso das pessoas envolvidas em maior grau em conflitos bélicos ou perseguições no país de origem, ou em situações de dificuldades de sobrevivência, a viagem na condição de polizones é caracterizada como uma das poucas possibilidades, ou a única, de escapar da situação de crise. Estamos dentro da categoria de “deslocamentos forçados”. Essa é, por exemplo, a posição de Cliff, que fugia consecutivamente de duas guerras, primeiro no seu país de origem e posteriormente na Costa do Marfim.

Mandaram golpear o primeiro ministro de nosso país, ali na Costa do Marfim, e ele foi correndo para a França, como tinha dinheiro... e outros ministros também foram embora. Então, eu disse a Joseph: “nós não temos recursos, aqui não podemos pegar um avião. Como nós somos refugiados aqui, eles não vão

deixar a gente pegar um avião. Não vamos esperar o dia que o ACNUR comece a tirar as pessoas.” Então foi o que a gente conversou. Com os poucos recursos que nós temos, vamos pagar, vamos para Senegal. Meu problema estava em sair do perigo, chegar a um sítio onde eu vou poder fazer minha vida, porque não sou a primeira pessoa que vai fazer isso [viajar clandestino em um navio] porque eu vi também o presidente de Gana, antes ia nesse caminho, então meu problema era buscar uma terra.

(Cliff, Caracas, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

No momento da partida do grupo de polizones da Costa do Marfim, o país atravessava uma importante crise política e começava uma guerra civil⁴² (Drumtra, 2003). A instabilidade política e econômica fez com que um alto número de pessoas saísse por diferentes meios do país; muitas delas nacionais, outras estrangeiras. Algumas das pessoas desse grupo tinham envolvimento direto com os governos de seus países, como Leonard na Costa do Marfim e Cliff no Congo. Este último encontrava-se na Costa do Marfim junto com Joseph desde 1999, quando saíram do país de origem em função do conflito. Cliff, com 28 anos nesse momento, estava envolvido em atividades políticas no seu país, é engenheiro florestal e trabalhava em projetos de desenvolvimento agrícola do governo. Joseph se encontrava em uma das regiões de enfrentamentos bélicos, tendo que abandonar o local para não ser envolvido por ele⁴³, convertendo-se primeiro em um deslocado interno e posteriormente em um refugiado. Ao contrário de Cliff, Joseph não possui uma educação superior, seu ofício era o de latoeiro e provém de uma família de camponeses. Sua situação resulta parecida com a de Franz, originário de Gana, mas que desde bastante tempo encontrava-se fora de seu país, segundo ele, em parte por causa de atividades comerciais, em parte por causa da perseguição étnica de que estava sofrendo sua família, e que fez com que assassinassem seu pai.

Ao falar das motivações e das diferentes situações pelas quais cada uma destas pessoas passou até chegar à Venezuela e as expectativas em função do trajeto uma vez no novo país, os entrevistados referem-se com diferentes ênfases à necessidade de sair de uma situação de insegurança e a vontade de construir uma nova vida longe das dificuldades que estavam enfrentando. No caso dos quatro que não se

⁴² Sobre a relação entre ciclos econômicos, crises políticas e migrações na Costa do Marfim e países limítrofes ver 2.2.2 *Sobreposição de fronteiras*.

⁴³ Ishmael Beah, no seu livro *Muito longe de casa* (2007), uma autobiografia que foca o período em que ele participou do enfrentamento armado em Serra Leoa, sendo ainda criança, faz um relato extraordinário e muito cru das formas em que a população civil é envolvida no conflito sem possibilidades de manter uma posição neutra.

encontravam no país de origem, a decisão de sair da Costa do Marfim se apresenta como uma continuidade do processo migratório, e a decisão de se esconder num barco como o procedimento mais próximo para sair. No caso de Leonard, fugir num barco foi a opção mais segura, já que iria para outro lugar e não precisaria ficar escondido no seu país.

Meu pai foi político, era um secretário de um partido político lá, que estava lutando pelo poder também. Mas então mataram o presidente e foi um militar que tomou o poder, e disse que se tu cortas uma árvore, tem que cortar até a raiz. Isso significa que tudo ao redor tem que cortar. Você vai ficar a ouvir isso tudo e ficar aí? Se eles te pegam, te atam, então tem que salvar sua vida... foi assim que eu decidi entrar no barco.

(Leonard, Caracas, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol.)

Se considerarmos que muitas dessas pessoas fogem de situações de conflitos bélicos, violência urbana ou crises econômicas, a viagem poderia ser considerada como uma das poucas alternativas viáveis para a sobrevivência (Blanco, 2007). Contudo, como outros autores têm demonstrado, a viagem por motivos pessoais, como parte de um projeto individual ou familiar de melhora das condições de vida, não necessariamente é oposta aos conflitos bélicos como incentivo para abandonar o local de origem (Mungoi, 2007).

Nos casos em que a partida se dá de forma mais planejada, e a migração é escolhida como um projeto de melhora das condições de vida – podendo, portanto, ser qualificados como movimentos voluntários – o plano maior, a chegada na América Latina, e o objetivo não alcançado de chegar à Europa, pode ser visto como um acidente. Ao contrário, nos casos em que a saída se realiza em circunstâncias de maior urgência – frente a crises pontuais no local de residência –, caracterizados como deslocamentos forçados, onde o principal objetivo é a saída, a chegada com vida a qualquer destino pode ser considerada em si mesma como uma forma de escolha ou determinação sobre o próprio destino. Contudo, a associação entre os motivos da viagem e a forma de avaliar o destino não pode ser feita de forma tão direta. As situações pelas quais essas pessoas passam no local de destino têm também uma importância determinante entre as formas de avaliação que muitas vezes se superpõem ou se utilizam sequencialmente.

3.2.2 Europa e os destinos imaginados

Devido ao alto número de conhecidos e familiares que se encontram no estrangeiro, muitos africanos têm tantos referentes no exterior quanto no próprio lugar de origem. Por exemplo, no caso dos polizones, a maioria dos contatos anteriores à travessia que na atualidade eles mantêm (que eles têm com parentes, amigos ou redes sociais) se localiza em lugares como França, Itália, Canadá, ou em outros países da África, como a África do Sul, e não nos seus países de origem. Em muitos casos, já antes de sair da África, os referentes para a construção de projetos de vida organizam-se em relação à presença de parentes no exterior que possam ajudar no financiamento de estudos ou na colocação de algum empreendimento comercial no local de origem. Uma vez iniciado o processo migratório, fundamentalmente quando a saída se dá em função de conflitos armados, os contatos com familiares e amigos se referem a pessoas no exterior muito mais do que no local de origem, explicados em função da destruição do lugar ou do deslocamento absoluto da rede social para diferentes destinos, sendo que os que ficaram são pensados como mortos. O depoimento de meus interlocutores que estão atualmente na América Latina mostra isso claramente.

Eu tinha pouco contato com as pessoas no Congo, sempre ligava muito para a França, para meu tio e também outras pessoas da família, também conhecidos...

Eu não tenho mãe, mas sim tenho pai. Ele tomou seu caminho, eu tomei o meu, fiz meu caminho, fui pelo meu caminho. Porque quando tem guerra, quando a gente caminha com sua sacola na cabeça você já não vai saber mais onde seu pai está. Eles pensavam que eu estava morto. O dia que eu liquei daqui de Venezuela fizeram uma festa.

(Cliff, Caracas, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol).

Por outro lado, os contatos mantidos no exterior também são orientados para uma possível continuidade do deslocamento. É o caso de Leonard, que pensa na possibilidade de viajar ao Canadá, onde mora um de seus irmãos, através do plano de reunificação familiar do ACNUR. Também Joseph, que praticamente não mantém vínculos com sua família no Congo, se comunica com um tio na Itália. Todos esses contatos são altamente valorizados e descritos como possíveis portas de ingresso em outros países, a partir dos mecanismos internacionais de refúgio ou acionando redes familiares e comerciais nesses lugares. Como vimos ao analisar as diferentes definições do que significa ser um refugiado e os direitos e benefícios associados a essa condição, os migrantes têm uma clara percepção das diferenças entre as políticas

aplicadas em um e outro lugar em relação aos contextos econômicos. Isso não significa que a carência comparativa de serviços públicos ou de ajudas sociais seja aceita, mas sim que a existência dessas diferenças é compreendida.

Em termos gerais, o lugar de chegada foi definido por esses migrantes não como uma escolha e muito menos como um lugar definitivo, mas como uma escala de maior ou menor duração, em um percurso que eles orientam, mas nunca determinam em todas as etapas. Compreender as formas como essas pessoas manejam ou tentam controlar as diferentes etapas do trajeto é fundamental para compreender como esse processo é associado aos contextos e motivações da partida e as formas de conceitualizar o mundo e o trânsito através dele como um projeto de vida em si mesmo.

Os migrantes potenciais têm certas imagens de sua região (ou suas regiões) de destino preferidas, na medida em que eles as escolhem conscientemente para melhorar seu status dentro da sociedade global. Essa imagem pode ou não ser precisa, mas enquanto ela representa substancialmente melhores chances, comparada com a do país de origem, a imagem de um certo destino pode ser vista como um bom incentivo para os indivíduos para migrar⁴⁴ (Prinz, 2005: 120).

O planejamento e a realização das travessias clandestinas em navio, analisando entre outras coisas como os possíveis destinos são pensados e gerenciados pelos jovens que participam de forma direta ou contextual nesses deslocamentos, serão trabalhados no capítulo 6. Neste momento vamos focalizar as formas como o local de chegada é pensado, o que requer olhar para os dois momentos do percurso a partir das avaliações dos possíveis destinos realizadas antes da partida e uma vez no local de chegada. Essas avaliações nunca são individuais, mas são construídas a partir de diferentes formas de conhecimento e de representações diversas sobre o local de origem e o possível local de destino. Para entender os diferentes modos em que as representações das sociedades de destino são apropriadas, e as expectativas do projeto migratório projetadas sobre eles, é necessário adquirir uma visão mais ampla de como essas representações circulam, nos sistemas de educação formal e através dos

⁴⁴ The potential migrants have certain images about their preferred region (or regions) of destination as they choose it consciously to improve their status within a global society. This image may or may not be accurate, but as long as it portrays substantially better chances compared to those in the country of origin, the image of a certain destination can be seen as an important incentive for individuals to migrate.

diferentes meios de comunicação. A partir de etnografias realizadas por outros pesquisadores, podemos estabelecer algumas relações que permitam entender as formas em que os diferentes espaços geográficos são simbolizados. Vemos então que os possíveis destinos são avaliados em concepções onde a Europa ou o primeiro mundo são entendidos como lugares possíveis e desejados, mas não necessariamente associados às referências concretas.

Para entender a forma em que as travessias e os destinos são avaliados, o primeiro passo consiste em se desfazer da ideia essencialmente geográfica com a qual estamos acostumados a pensar os lugares, e compreender que, diferentemente do que ocorre com a cultura ocidental, os lugares podem não necessariamente estar associados a uma localização no mapa, tal como propõe Sarró (2008), considerando Europa enquanto um “lugar remoto”. Baseado no seu trabalho de campo em Guiné Bissau, o autor propõe que desde a perspectiva da comunidade, a Europa não é simplesmente um lugar que está muito longe, mas um lugar que de certa forma não existe no mapa, um espaço de descontinuidade em relação ao espaço habitado de forma vivencial.

A Europa (para os bagas *Databo*, que literalmente significa “o lugar dos brancos”, de forma parecida a como a Etiópia significava para os gregos homéricos “o lugar dos negros”) é também um *tropos* cuja realidade geográfica é difícil de concretizar. (...) Quando ouvimos falar da Europa em contextos não ocidentais, devemos levar em consideração que também a Europa pode ter sido um lugar remoto, e que para muitos continua a sê-lo⁴⁵ (Sarró, 2008).

Essa percepção da Europa como um lugar imaginado, e não como uma unidade geográfica determinada, também é observada por Prinz (2005) no seu trabalho com estudantes universitários e do ensino secundário na Tanzânia. Dentro de um grupo de jovens que ela escolheu a partir do grau de instrução, identifica uma imagem associada à Europa, não em relação a critérios geográficos, mas a uma série de características valoradas de forma positiva, vinculadas à Europa em oposição às dificuldades estruturais com que se defrontam para se desenvolver no local de

⁴⁵ Europa (para los bagas *Databo*, que literalmente significa ‘el lugar de los blancos’, de forma parecida a como Etiopía significaba para los griegos homéricos ‘el lugar de los negros’) es también un *topos* cuya realidad geográfica es difícil de concretar. (...) Cuando oímos hablar de Europa en contextos no occidentales, tenemos que tener en cuenta que también Europa puede haber sido un lugar remoto, y que para muchos continúa a serlo.

origem.

Os entrevistados foram capazes de expressar suas imagens da Europa com grande precisão, o que pode ser explicado pelo fato de que muitas vezes, eles simplesmente invertem sua experiência e análise da respectiva situação na Tanzânia. Em contraste, quando trataram de traçar a Europa em um mapa ou nomear seus países, os estudantes tiveram problemas. Suas dificuldades levaram à suposição de que a Europa não é percebida como uma unidade geográfica, mas mais precisamente uma lista de países associados com certas características como o “alto nível de desenvolvimento”, “saúde”, “provisão social”, e “poder político”⁴⁶ (Prinz, 2005: 124).

Porém, falar da Europa como um lugar remoto, ou como um espaço simbólico mais do que geográfico, não faz absoluta justiça com as perspectiva dos jovens entrevistados. Seja antes ou depois da partida, os migrantes chegando à América do Sul adquirem as dimensões geográficas do espaço em que habitam, assim como das vantagens comparativas e limitações que esse local lhes oferece em relação ao lugar de origem que conhecem e a outros países dos quais manejam informações a partir das experiências próprias ou de relatos de amigos, familiares ou da TV. Assim, com uma perspectiva diferente, uma vez completada a travessia transoceânica, esses migrantes continuam a procurar oportunidades para migrar a outros países da América Latina que eles consideram ter uma melhor posição econômica, ou seja, a países do norte, Estados Unidos ou um país europeu, ao mesmo tempo em que procuram, por outros meios, melhorar sua integração na comunidade em que residem. Essa é a perspectiva de Roland, um dos jovens entrevistados em Lagos, que tentou várias vezes sair de navio e que na atualidade diz ter desistido dos navios, mas não da possibilidade de migrar, seja para o Uruguai, onde se encontram seus amigos, seja para algum outro país, de preferência na Europa. Ele descreve essas duas possibilidades como análogas em contraposição ao lugar de origem.

Para mim, seu país é como Inglaterra, tudo é caro, você precisa pagar as taxas, precisa pagar as faturas, mas a forma de vida é melhor. Você pode ter um bom apartamento, comprar roupas, ir trabalhar. É diferente do que aqui em Nigéria.

⁴⁶ The interviewees were able to express their picture of Europe with great certainty, which can be explained by the fact that they often simply reversed their experience and analysis of the respective situation in Tanzania. In contrast, when trying to trace Europe on a map or naming its countries, the students often had problems. Their difficulties led to the assumption that Europe is not perceived as a geographic unit, but rather as a list of countries associated with certain features such as “high level of development”, “wealth”, “social security”, and “political power”.

Aqui, a gente não tem luz, não tem emprego...

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

3.2.3 Fé e determinação

Tive oportunidade de assistir a uma discussão entre Sonny e Simon, dois jovens do grupo de quatro naufragos que mora na cidade de Maldonado, em que essas duas posições contrapostas estavam sendo colocadas, numa sexta-feira à tarde em que fui visitá-los. Tinham trabalhado a semana toda em diferentes pontos da região, realizando tarefas na construção civil. Previamente à temporada de turismo, essa é uma das atividades com maior desenvolvimento no local, com uma demanda constante de trabalhadores. Os quatro jovens tinham passado a semana trabalhando e dormindo em cada um de seus locais de trabalho. Na sexta-feira todos se reencontravam para passar o fim de semana juntos. Apesar de estarem felizes por poder descansar, eles estão um pouco desapontados em relação a um desentendimento que tiveram com a pessoa com quem anteriormente estavam morando e que foi quem os recebeu em casa no momento da chegada. Como é freqüente, Sonny está particularmente bravo, e demonstra seus sentimentos através do tom de voz e do movimento corporal.

Todos continuam a conversar (em inglês), gritam, um interrompe o outro, no momento parecem muito bravos, mas Marcus, que é o que se mantém mais por fora da discussão, me explica que é normal. Segundo ele, os outros não estão brigando, mas simplesmente conversando, do jeito que eles gostam de conversar, do jeito que eles são... Em alguns momentos também Simon sai da discussão para me explicar. Eu entendo mais ou menos do que se trata, mas não pego os detalhes. Sonny está bravo com “os brancos” (white people) e com o Uruguai, Marcus, preocupado, olha para mim, ele sabe que eu não entendo tudo o que eles falam, mas que consigo acompanhar o fio da conversa.

Sonny continua, repete uma e outra vez que não quer estar aqui. Simon o confronta, e no mesmo tom, talvez um pouco mais controlado, responde que se eles estão aqui, “é porque Deus quis”. Me parece que ao trazer Deus a essa conversa, ele estivesse apelando a argumentos com mais legitimidade que os de Sonny. Mas Sonny não concorda, nesse momento ele não está interessado em Deus. Responde que o Uruguai foi um acidente, Wenzel concorda, repetindo em um tom baixo, quase reflexivo “Uruguay was an accident”.

Sonny parece desesperançado, mas continua a falar alto, andar e mover as mãos na sala, como se todos ao se mover conseguissem passar melhor sua impossibilidade de entender a situação em que se encontram. Mas Simon contrapõe todos os argumentos, não perde o ritmo da discussão, e também utiliza todo seu corpo nela, mesmo que pareça tentar acalmar Sonny. Wenzel parece muito triste (ele é, em geral, o mais triste dos quatro). Todos concordam que viver no Uruguai é difícil. Criticam os uruguaios que os criticam

continuamente.

(Diário de campo, Maldonado, novembro de 2006)

Em outros casos, talvez em discursos com uma maior projeção pública, ou quando estão se colocando em questão as possibilidades reais de integração, o Uruguai é posto como o destino, concordando com as expectativas de uma vida melhor, que são caracterizadas a partir de elementos como paz, trabalho, possibilidades de desenvolvimento pessoal e bom acolhimento, chegando inclusive a se apresentarem como uruguaios. Esse tipo de depoimentos em que o acolhimento da sociedade receptora e as vantagens do Uruguai, que, apesar de não ter uma boa economia, compartilharia com os países desenvolvidos um nível de vida apropriado, são os preferidos pela imprensa local para a realização de matérias sobre a experiência de naufragos e polizones.

Polizone nigeriano será um barman. Fue rescatado el año pasado; ahora estará en La Barra - Federica Narancio

No restaurante Sensei, que está em La Barra, o público poderá provar os drinques do novo barman que trabalha ali: Marcus Freeze 22) anos, cuja história muitos lembram ainda.

Foi um dos quatro nigerianos que foram resgatados no ano passado à altura de La Paloma, depois de ser jogados em alto mar em uma precária balsa desde o barco de bandeira turca “Hilal 1”.

(...)

O comovedor caso dos nigerianos polizones monopolizou em seu momento a atenção da imprensa e da sociedade uruguiaia.

Hoje, Marcus afirmou com um espanhol um pouco atrapalhado que “está muito feliz de poder trabalhar” e que, mesmo que pensa em voltar para a Nigéria algum dia, por enquanto está “na boa”. “Viver no Uruguai é mais fácil, você pode fazer bons amigos. O que é mais difícil é fazer dinheiro”, considerou.

Ele ainda mora com “Mama Chichita”, a professora aposentada de Maldonado(...) que no seu momento deu acolhimento aos quatro nigerianos.

Marcus afirmou que desde que está no bar, “muitos vieram me perguntar pela minha história. Quando me reconhecem chegam perto e dizem: ‘você é o nigeriano famoso’”, disse rindo.

Disse que conheceu ao dono do restaurante quando trabalhava como construtor e lhe ofereceu que fosse ao Sensei para trabalhar como barman, mesmo que não tivesse experiência nessa área. Atrás do balcão, Marcus segura uma coteleira, e o pessoal do restaurante o trata com carinho. “Todos são como amigos para mim”, afirmou. Depois de fazer a temporada em Punta del Este, planeja conhecer Buenos Aires.

Em geral, as formas em que a sociedade de destino é avaliada dependem de elementos conjunturais e das melhores ou piores situações pelas quais os sujeitos passam. Sempre que as coisas não vão muito bem, as avaliações se referem às limitações da sociedade que os acolhe, assim, o destino é entendido como um lugar não escolhido por eles, mas ao que chegaram por acidente e onde não querem ficar. Outras vezes, quando as avaliações são mais positivas, ou quando a vontade de superar as dificuldades parece mais presente, essas pessoas falam de forma positiva do percurso migratório, e as limitações são colocadas como “*provas que Deus está lhes colocando*” como me explicou Wenzel, que mesmo muito desapontado pela falta de trabalho confia em que “*se foi Ele quem quis que sobrevivêssemos a tudo pelo que passamos, Ele vai nós ajudar a superar os problemas que temos aqui*”.

A presença de Deus, determinando o destino e os acompanhando nas melhores decisões, é utilizada para explicar o porquê de se estar em um lugar determinado. A vontade de Deus, presente nos discursos de todos os jovens entrevistados, é muito mais frequentemente mencionada nos casos em que as pessoas atravessaram dificuldades sérias, com risco de vida, como no caso dos quatro jovens nigerianos de Maldonado. Nesse caso, os quatro jovens, de origem ioruba, se identificam como cristãos, e provenientes de famílias cristãs, com exceção de Wenzel, cujo pai é muçulmano.

O âmbito religioso na experiência migratória desses jovens foi um dos aspectos mais difíceis de abordar para mim, na medida em que pessoalmente minha sensibilidade religiosa não está muito desenvolvida, produto das minhas limitações pessoais e da minha relação histórica e social, proveniente de uma família não religiosa, em um país que se orgulha de ser o mais laico de América Latina. Como em muitas outras ocasiões, a relação pessoal entre esses jovens e eu encontrou-se com as mesmas dificuldades que esses jovens têm para se vincular ao Uruguai em geral. Questionando as minhas razões, esses jovens questionavam e tentavam entender a sociedade onde se encontravam.

Me preguntan si creo en Dios, yo digo que no. Simon se muestra bastante asombrado. Pregunta porque. Yo me veo en serias dificultades. No se como explicar porque no creo en dios. Digo que en mi familia nadie cree. No parece convincente. Me preguntan si no creo en algo, en la existencia de algo, aunque no practique ninguna religión y no vaya a misa. Simon intenta explicarme ese concepto de un Ser, pero le faltan palabras en español y yo tampoco no entiendo

las que el usa, que calculo será inglés. Me dice que en su país hay muchas religiones, pero todos creen en la existencia de Dios. Otra cosa mas que no puede entender de mi. Me pregunta como explico que haya nacido, y que esté ahí.

Wenzel le explica a Simon que yo solo creo en la fuerza de mi corazón. Después me dice que yo debería creer, porque ando en ómnibus o en taxi, y el taxi no tiene accidentes, es porque Dios me protege. Wenzel dice que en Uruguay hay muchas personas que no creen en Dios. Me dice que en su país hay fundamentalmente dos religiones, católicos y musulmanes.

(Diário de campo, Maldonado, junho de 2006)

Os jovens salientam as diferenças entre a sociedade de origem e o Uruguai no que se refere às concepções religiosas, tanto em relação à quantidade de pessoas que não acreditam em Deus quanto às formas como acreditam. Os cultos religiosos cristãos, católicos e de diferentes “Igrejas internacionais” em missas, assim como outras formas de cerimônias, funerais, casamentos ou tempos de oração na escola têm um caráter muito diferente das missas no Uruguai, em que elementos como o canto e a dança ocupam um papel secundário.

3.3 Transnacionalismo e transmigrantes

As perspectivas teóricas a partir dos quais se analisa o fenômeno migratório têm mudado na medida em que as ciências sociais, a demografia e a economia mudaram também as formas de compreender a sociedade e abordar suas transformações. Em geral os teóricos das migrações marcam três grandes formas de abordar o fenômeno, também denominadas três gerações de estudos migratórios (Martínez Pizarro, 2003).

A primeira geração, com um corte nitidamente utilitarista, salientava a natureza dos fatores de expulsão e atração no contexto de desenvolvimento nacional. O processo migratório era isolado das causas estruturais que produzem a desigualdade entre o lugar de origem e o lugar de destino, colocando as causas, motivações e consequências do deslocamento no sujeito.

A segunda geração de estudos sobre migração internacional argumentava que a migração laboral e os fluxos de refugiados se inserem na dependência estrutural entre periferias e centros da economia capitalista mundial. Muitos dos países emissores de migrantes são considerados pós-coloniais, enquanto as regiões para onde eles migram ocupam os graus mais altos na hierarquia político-econômica mundial. Essa

visão, se bem tem a vantagem de considerar o migrante no marco mais geral das estruturas econômicas, tem como contrapartida a perda das dimensões do sujeito e suas possibilidades de manejar seu próprio destino dentro dessas grandes determinantes. Assim, a migração passa a ser um problema, seja das sociedades de destino onde a nova população “resiste a ser integrada”, seja no local de origem, onde o estado se vê impossibilitado de reter seus recursos humanos (Martínez Pizarro, 2003).

A mobilidade das pessoas responde à demanda de mão-de-obra dos países mais industrializados e introduz capitais nos países emissores através do envio de remessas (de Haas, 2005; Levitt & Sorensen, 2004). Assim, a intensidade dos deslocamentos de população deve ser compreendida dentro de um sistema econômico onde cada uma das partes – estados nacionais, agentes financeiros e forças políticas – desempenha seu papel, criando condições e rotas que medeiam as migrações (Manzanos, 2005).

Entender os fluxos migratórios como um componente fundamental das diferentes economias nacionais permite desconstruir a ideia do indivíduo isolado usufruindo das vantagens de uma economia mais industrializada do que no país de origem. O imigrante deve ser visto a partir de seu papel econômico ativo, tanto na economia do país onde reside, muitas vezes realizando as tarefas que os nacionais não estão dispostos a realizar; quanto no país de origem, introduzindo capitais através do envio de remessas e gerando fluxos financeiros que não eram tidos como importantes pela economia clássica, mas que estão se mostrando cada vez mais um papel ativo nas economias nacionais (Mazzucato, 2005; Campbell, 2005 ;Horst, 2004).

Quando os fluxos migratórios são analisados apenas na perspectiva dos países desenvolvidos que recebem os contingentes de migrantes, perde-se a dimensão global do processo migratório e as interconexões de nível macro e micro entre esses diferentes níveis de análise (Hannerz, 1999). Apesar dos avanços que cada uma dessas gerações teóricas propõe, nas duas perspectivas o processo migratório é fragmentado e analisado a partir de categorias isoladas como as de “imigrante”, na sociedade receptora, ou a de “emigrante”, na sociedade emissora. Simultaneamente, os países de partida e chegada também são caracterizados dentro dessas categorias de

países industrializados ou desenvolvidos e países subdesenvolvidos ou do terceiro mundo, e o fenômeno migratório é colocado como a linha que unifica esse dois polos, sempre de forma unidirecional (Sayad, 1998).

As migrações África Ocidental-América do Sul contrariam a percepção dual da migração enquanto um processo entre um lugar de partida e outro de chegada ordenados hierarquicamente. Elas são também demonstrações claras das formas de desigualdade intrínsecas a esses movimentos entre locais diversos. Esse tipo de deslocamento se produz entre regiões que não podem ser caracterizadas como representando um único papel nas dinâmicas demográficas globais. Elas ocupam lugares múltiplos como emissoras ou receptoras de migrantes. Não podem ser encaixotados dentro dessas categorias de análise predesenhadas. Portanto, devem ser pensados a partir de categorias de análise próprias que permitam abordar suas particularidades. Isso significa dar atenção à evidência empírica que trazem os casos de pessoas indo em direções “não convencionais”, mas significa também pôr atenção às relações de poder sobre as quais a construção de conhecimento se baseia (Said, 2004).

Um dos primeiros pensadores a trabalhar com as mudanças produzidas na modernidade tardia e que se refletem diretamente nos processos de deslocamento de população foi Appadurai (1994). Ele chama a atenção para o incremento, nas últimas décadas, dos fluxos de informação, tecnologia e capitais, que teriam modificado a percepção de identidades individuais e coletivas correspondentes a espaços sociais territorialmente localizados. Na modernidade tardia, os polos que centralizam esses fluxos não respondem a uma ordem linear, mas a múltiplas, descontínuas e sobrepostas.

Trabalhos mais recentes, como o de Aiwá Ong (1999), fazem uma revisão crítica desse conceito de “fluxos”. Segundo a autora, Appadurai não estaria prestando suficiente atenção à estratificação de classe vinculada ao sistema global de produção. Ela propõe reconhecer e analisar o processo pelo qual um incremento nas diferenciações de poder faz com que os sujeitos se apropriem das vantagens da mobilidade e das comunicações modernas de forma diferenciada e desigual. Assim, mesmo que os fluxos de informação tenham se incrementado e as distâncias sejam percebidas como menores, a forma com que as pessoas põem em prática essa

mobilidade desejada envolve graus de desigualdade cada vez maiores.

A perspectiva teórica em que esse trabalho se situa representa a terceira geração que propõe o conceito de migrações *transnacionais* e *transmigrantes* (Kivisto, 2003). Descendentes diretos dos conceitos de *desterritorialização* e *transnacionalismo* (Pries, 2001), os teóricos ligados a essa perspectiva abordam as mudanças nos traslados de população, assim como a forma com que são vivenciados, tanto para quem se desloca como para aqueles que permanecem nas sociedades emissoras e receptoras.

3.3.1 A migração como *estilo de vida*

O conceito de *espaço social transnacional* busca reconhecer práticas em migrantes e não-migrantes que conectam ambos os mundos e as atividades de instituições como estados-nação. Nos movimentos transnacionais, não encontramos uma única viagem de partida e destino, mas movimentos de circulação que incluem não somente pessoas, mas bens culturais, informações e ideias.

Foi com o chamado *transnacionalismo* das imigrações contemporâneas que despertamos para a observação das esferas de decisão do ato de imigrar e das condições através das quais os sujeitos as viabilizam. Uma das novidades desta literatura foi a de observar os protagonistas, suas relações de gênero e a capacidade de reinventar percursos migratórios. Por outro lado, é necessário ressaltar que tais deslocamentos apresentam-se cheios de incoerências e aparentes tendências. Tais características colocam em cheque nossas certezas de que o imigrante veio para ficar “aqui” e reconstruir sua vida, e exigem pensar sobre o impacto subjetivo dos deslocamentos (Jardim, 2007:12).

Ao trabalhar com o conceito de transnacionalização, muitos autores dão ênfase à forma com que os sujeitos vivenciam a experiência de morar no mundo globalizado. Abordar a reconfiguração das relações sociais a partir da perspectiva translocal significa enfatizar a perspectiva das pessoas que compõem essas redes e as diferentes formas como elas significam os espaços (Pries, 2001; Lins Ribeiro, 2003). Isso significa abordar os processos de globalização desde as mudanças que esse processo produz no cotidiano dessas pessoas.

Dentro desses movimentos, o crescente acesso aos meios de comunicação – tanto nos países de destino quanto nos de origem –, cada vez mais baratos e

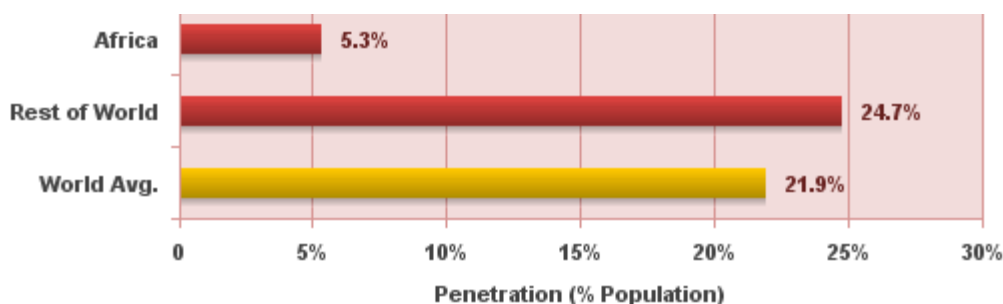
eficientes, telefone, telefone celular, internet, transferências eletrônicas de dinheiro, entre outros, têm tido uma importância fundamental. A presença dos migrantes no cotidiano do local de origem oferece uma maior incidência na tomada de decisões, seja em relação às remessas ou a assuntos familiares ou comunitários; assim como aumenta as possibilidades daqueles no lugar de origem para – ao mesmo tempo em que se outorga um papel importante nas dinâmicas sociais – pedir ajuda econômica em relação a conflitos locais, problemas de saúde ou festividades.

Isso não deve ser entendido a priori como uma mudança positiva em si mesma. Sargent, Larchanche-Kim e Yatera (2007) realizaram um trabalho sobre a proliferação das telecomunicações na África Ocidental e na França, analisando as formas em que migrantes localizados na França avaliam as possibilidades de comunicação com suas famílias, redefinindo as distâncias sociais, mas aumentando a pressão que a comunidade exerce sobre esses sujeitos.

Enquanto parecia inicialmente (e intuitivamente) que as telecomunicações diminuiriam o peso emocional de estar longe da família e do lugar de origem, tornou-se cada vez mais evidente que a facilidade em comunicar-se também parecia reforçar as relações de dependência de comunidades na África dos que migraram para a França. Com a proliferação de telefones, fax, acessos à internet, fitas de áudio e vídeo cassetes, demandas por suporte financeiro e assistência social se tornaram mais do que nunca frequentes e urgentes (Sargent, Larchanche-Kim e Yatera, 2007: 4).

Gráfico 2: Penetração da internet na África

<http://www.internetworldstats.com/stats1.htm>



Source: Internet World Stats - www.internetworldstats.com - June, 2008
Copyright © 2008, Miniwatts Marketing Group

Do outro lado, minha experiência de campo, assim como outros contatos pessoais realizados com jovens nigerianos residentes no Brasil, demonstrou uma alta

valorização das tecnologias de comunicação, fundamentalmente o uso de telefonia e dispositivos de mensagens instantâneas através da internet como uma forma de manter o vínculo cotidiano, aquele que é expresso como de que mais se sente falta. Outros autores, trabalhando com estudantes de intercâmbio no Brasil, também apontam para esse tipo de comunicação como o elemento através do qual se mantém o vínculo (Mungoi, 2007). Mas é necessário chamar a atenção para o fato de que o acesso à internet, na África Ocidental, para as famílias e redes sociais dos migrantes é muito menor do que para as pessoas em outras partes do mundo, e, portanto, o vínculo cotidiano através da internet poderia estar associado a pessoas numa melhor posição social. Ao contrário, os telefones celulares têm uma difusão comparável à do resto do mundo, e é esse o meio de comunicação mais citado na pesquisa, sendo 74% do total.

Compreender o fenômeno migratório da perspectiva dos seus protagonistas significa desestruturar uma visão unidirecional e economicista das migrações, como se elas fossem provocadas unicamente por desigualdades financeiras. Isto não significa negar as variáveis econômicas e a profunda desigualdade da ordem econômica global, mas colocá-las na perspectiva daqueles que as vivenciam. O contexto dessas vivências são os fluxos migratórios que fazem parte de dinâmicas complexas de um sistema econômico mundializado em que as nações participam de formas diferentes e desiguais. Se o primeiro momento para compreender os processos migratórios é colocá-los num contexto de dinâmicas demográficas gerais, também parece necessário entender o papel ativo do sujeito na gestação desses fluxos de população.

Os próprios migrantes, ao narrar sua experiência e percurso migratório, trazem esses elementos para o relato. A necessidade de emprego, assim como as diferenças nas condições de trabalho de um país ao outro é frisada como o impulso para sair de casa. Porém, são essas mesmas diferenças que promovem um maior leque de vivências e acúmulo de experiências, o que leva as pessoas a eleger a migração como um “*estilo de vida*”.

Uma tarde de fevereiro, na parte traseira do Quiosque de Elias no bairro de Palermo em Buenos Aires, converso com Mohamed. O migrante originário de Mali, Mohamed, um homem alegre de aproximadamente 35 anos, falando um bom espanhol, mas sempre com um forte sotaque, explicava sua trajetória migratória.

Mohamed e François tinham passado para visitar Elias e estavam indo embora de bicicleta quando eu cheguei. O dono do quiosque, que estava atendendo e não parecia muito a fim de conversar, pediu para os outros dois se ocuparem de mim. Ambos moram em Buenos Aires há mais de dez anos e têm uma loja de calçados em sociedade.

Mohamed pareceu interessado na ideia de ser entrevistado, e François, divertido com o entusiasmo quase infantil do seu amigo. Enquanto François ria, este último ia me explicando como o migrante vai se acostumando a estar fora de casa. Ele mesmo não morava no Mali quando decidiu vir para a Argentina.

“Você sai uma vez, fica um mês fora para trabalhar... Morre de saudades de casa, mas tem que ir, precisa trabalhar para voltar com dinheiro. Sai uma vez, volta e fica um tempo em casa. E de novo tem que sair. Vai ficando cada vez mais tempo fora de casa. O corpo acostuma, depois já não fica mais confortável em casa, quer sair. Aos poucos a saudade vai sendo menos, você acostuma a essa vida, não ter casa, não ter família... E um dia, já não quer mais voltar.”

(Diário de campo, Buenos Aires, janeiro 2006)

Mohamed continuava a descrever a experiência de migração como um estilo de vida muito mais do que uma estratégia de sobrevivência. Mesmo que o objetivo explícito seja melhorar as condições de vida e juntar dinheiro, todos os jovens entrevistados falam da experiência migratória como um capital cultural e simbólico muito importante. A ela se associa o uso de diferentes línguas e o conhecimento das redes, rotas e exigências necessárias para se ser em um migrante internacional. A valoração positiva desses conhecimentos é visível na forma em que são transmitidos. Associadas a eles, outras informações referentes à geografia, tradições culturais ou história da África também são transmitidas de forma didática e valorizada.

3.3.2 Percursos em escala, padrões combinados

Outro elemento fundamental é a continuidade do trajeto migratório, que não se reduz a um local de origem e um local de partida. A possibilidade de migrar a outro lugar, onde as condições de vida e trabalho possam ser melhores, de fazer uma visita ou instalar empreendimentos no local de origem (uma vez atingida uma boa posição econômica) são elementos presentes nos discursos de todas as pessoas entrevistadas. Da mesma forma, a travessia transoceânica em muitos casos não representa o começo do percurso migratório, mas é mais um estágio de um percurso que atravessa vários países e até vários continentes.

Em sociedades onde a emigração tem um papel importante, seja pelo envio de remessas, seja pelas formas como a sociedade se pensa a si mesma, ou pelo impacto

familiar que a distância impõe aos relacionamentos, diferentes discursos populares e construções subjetivas sobre a migração surgem, celebrando ou analisando de forma crítica esses processos (Riccio, 2005). Mas essas ponderações, ou cartografias traçadas pelos migrantes, a partir das da acumulação de conhecimentos coletivos, em muitos casos anedóticos, a partir de relatos de migrantes retornados, não necessariamente implicam um conhecimento acabado das realidades com que os migrantes se confrontam no longo percurso de deslocamentos⁴⁷.

Os imigrantes não escolhem qualquer destino traçado no mapa; em sua cartografia há uma ponderação individual e coletiva sobre um destino viável. Mostram-nos uma complexa cartografia manejada que envolve uma experiência acumulada em suas redes de relações familiares ou de parcerias, e de relação possível com o poder público e seus agentes (locais e globais) (Jardim, 2007: 13).

Nos casos em que o deslocamento se realiza a partir de formas mais claras, como o avião, o conhecimento do nome do local de destino nem sempre reflete de forma direta o conhecimento do lugar. Isso é uma constante para muitos tipos de migrações em direção à América do Sul, seja por carecer de informação ou de fontes onde obtê-la, seja por desconexão com os consulados ou outras agências governamentais, ou por possuir vistos que não são os do lugar esperado como destino. Esse desconhecimento é registrado por Mungoi para estudantes no Brasil, que chegam através de convênios de cooperação entre este país e diferentes estados africanos.

Muitas vezes os estudantes viajam para o Brasil sem informações suficientes sobre as reais condições que encontrarão no Brasil em termos de moradia, condições da universidade e condição legal. Muitos viajam sem nenhuma referência sobre o custo de vida, características da cidade e outras questões básicas que permitem a sua integração no país de acolhimento (Mungoi, 2007: 198).

No que se refere aos dados etnográficos da pesquisa, observamos que entre os

⁴⁷ Em muitos casos, em sociedades em que a emigração é um valor fortemente arraigado e a saída do local de origem uma das únicas formas de obtenção de prestígio e ascensão social, os relatos dos migrantes em relação à experiência pessoal tendem a apresentar uma visão "distorcida", dando ênfase aos aspectos positivos e invisibilizando as dificuldades do processo, discurso que a sociedade de origem está esperando e que em muitos casos é o único que está disposto a admitir como válido por parte dos emigrantes retornados. Essa é a situação que Sayad descreve em comunidades rurais da Argélia, apontando com muita clareza os problemas que isto produz (Sayad, 1998).

migrantes originários de Mali em Buenos Aires, a maioria dos quais chegou de avião, o trabalho de campo mostrou uma situação análoga. Mesmo que eles tenham tido um conhecimento mais concreto do destino da travessia, se comparado com a situação dos polizones, as duas formas de traslado apresentam diversos graus de incertezas em relação às formas em que o percurso migratório vai sendo construído no próprio caminho em que é realizado. Essas características foram aparecendo na medida em que esses elementos iam se reiterando com a mesma pergunta: *“Por que você veio para a Argentina?”* A resposta mais recebida a essa pergunta foi: *“Eu não vim para Argentina, eu vim para o Brasil.”*

As entrevistas apontaram para dois elementos determinando o fato de que o Brasil funcione como porta de ingresso à América do Sul para essas pessoas. O primeiro deles é a sensível diferença no preço das passagens aéreas para este país em relação a outros países. O segundo é a existência de representações diplomáticas, mesmo que não no país de origem, mas em países vizinhos. Diferentemente das travessias realizadas em barco, a viagem em avião não pode ser feita sem a documentação regularizada. Em alguns casos, esses migrantes contavam com vistos para entrar no Brasil tanto quanto na Argentina. Em outros o visto para a Argentina foi tramitado em representações diplomáticas em território americano, geralmente no consulado argentino da tríplice fronteira. Em alguns o pedido de visto foi simultâneo com outros. Abul, um jovem originário de Mali, que mora em Buenos Aires há mais de dez anos, trabalhando como porteiro e recepcionista num hotel do centro das cidades, que foi casado por algum tempo com uma mulher argentina com quem tem uma filha de quatro anos, explica que ele tramitou o visto para o Chile e a Argentina, optando posteriormente por permanecer neste último.

De Mali, um dia eu me despedi, falei com minha mãe, disse “vou embora”, ela não queria, não gostava disso. Ela tinha escondido meu passaporte, porque ela sabe que as pessoas novas só querem aventura, eu tinha 20 anos nesse momento. Então, achei meu passaporte e fui para o norte, não, para o leste de Mali, que faz fronteira com Burkina. Minha irmã estava casada aí, com um gendarme, esses que trabalham no controle da fronteira. Fiquei uma semana com ela, e depois fui para Burkina. Eu tinha uns amigos lá e fiquei um mês andando, andamos um pouco, e depois entrei em Níger. Aí fui até o norte, na fronteira com Líbia e aí entrei em Líbia. Tinha pouca grana, então comecei a trabalhar para uma empresa francesa. Eles faziam ar condicionado, e eu dirigia e pintava os canos para eles. Trabalhei um ano pra juntar dinheiro. Juntei dinheiro de novo, para a passagem. Em Líbia havia sanções, por problemas com Estados Unidos, e não chegavam aviões. Eu queria comprar a passagem para ir à Tunísia, mas precisava do visto, queria ir à Itália, fui à embaixada, mas como eles não têm

relações, demorou muito. Aí eu peguei meu passaporte e fui falar com o embaixador, porque em Líbia era difícil, porque eu não tinha cidadania, então na Embaixada de Mali me ajudaram, meu avô foi governador de Bamako, então eu falei com eles. Ele pegou meu passaporte e foi na embaixada de Brasil, e fez um visto de Brasil para mim. Aí, eu saí da Líbia, já tinha o visto, mas não tinha dinheiro para a passagem, queria ir à Tunísia, mas lá, precisava de visto, porque Mali não tem visto para os países árabes. Então tive que voltar e fui para a Argélia, para a Argélia também se precisa de visto, mas um conhecido me ajudou... A Argélia tem uma moeda com uma cotação muito baixa, mas se você for estrangeiro, eles não cambiam o dinheiro, então tive que achar alguém com passaporte argelino para fazer o câmbio para mim. Um paisano trocou o dinheiro e a passagem foi 1.400 dólares, foi barata, quase sempre é mais de 2.000. Os 1.400 alcançaram para a passagem, mas fiquei em espera por duas semanas, porque não tinha reservas. Aí eu fiz Barcelona-Madrid-Rio de Janeiro.

No Brasil não conhecia ninguém, tinha outras pessoas da África, mas não encontrei ninguém de Mali, e eu não podia falar com as pessoas. Eu não gostei do Brasil, aí fui para a embaixada da Espanha. Tinha boleto de volta para a Espanha, e eu queria uma visa de 48 horas, para ver se podia ficar lá. Eu não gostei do Brasil, nesse então eu falava árabe, francês e bambara, mas não conseguia me comunicar.

Na embaixada da Espanha não me deram o visto e meu dinheiro estava terminando, então uma senhora me disse para ir à embaixada do Senegal. O embaixador, que era brasileiro, não do Senegal, me recomendou ir à embaixada do Chile ou da Argentina. Ele me disse “primeiro compra a passagem”, depois eles vão te dar o visto. Eu comprei a passagem para o Chile e depois para a Argentina, mas só consegui o visto para o Chile, não para a Argentina, e me disseram que no Chile era muito frio. Aí eu voltei para a embaixada do Senegal, ele me disse para ir para Foz, fazer o visto argentino no consulado e depois ir para Posadas. Mas aí eu tinha gastado todo meu dinheiro na outra passagem. Então vendi todas as roupas que eu trazia da Tunísia, que lá são baratas, mas eu vendi tudo no Brasil e juntei 100 dólares. Com esse dinheiro eu fui de ônibus até Foz, e de Posadas para Buenos Aires. Vim pela serra, El Condor era o nome do ônibus. Cheguei ao outro às sete da manhã.

(Entrevista realizada em Buenos Aires com Abul, junho 2006. Depoimento original em espanhol)

Dois elementos são apontados em muitas das entrevistas como fazendo uma diferença positiva para a permanência na Argentina. A solidez financeira da moeda e a possibilidade de continuar o percurso para os Estados Unidos, onde segundo lhes foi informado, os argentinos não precisariam de visto. Para além das possibilidades reais de ingressar nos Estados Unidos com a documentação obtida na Argentina, o fato é que todos eles mencionaram essas condições como determinantes no momento de ingresso ao país.

Entender as formas como as migrações de diferentes escalas se combinam em percursos de longa duração é fundamental para compreender as trajetórias entre África Ocidental e América Latina, já que, na maioria dos casos, a travessia

transoceânica se integra a migrações regionais, tanto na África quanto na América Latina. As dinâmicas migratórias em cada uma dessas regiões têm características diferentes, que precisam ser analisadas de forma específica.

CAPÍTULO 4

Migrações e refúgio: definições legais, negociações locais

Em março de 2007 dois jovens chegaram ao porto de Montevideu. Não tinham sido descobertos pela tripulação do barco. Vinham escondidos na parte externa e foram achados pelo pessoal de segurança do porto, depois de terem passado 17 dias ali. Na travessia, com a constante subida do mar, que entrava no receptáculo onde estavam escondidos, perderam todos os objetos que traziam, incluindo os documentos. Assim é informado o caso pelo jornal local Últimas Noticias, no dia 13 de março de 2007:

Dois nigerianos viajaram desde Lagos a Montevideu como *polizones* em um cargueiro maltês.

Viveram 17 dias em alto mar se alimentando de pão e água

Dois nigerianos viveram 17 dias a pão e água, escondidos na parte mais baixa de um cargueiro maltês que esse final de semana chegou a Montevideu. Ocultaram-se no habitáculo metálico que durante as tormentas enche de água. Estiveram a uma gota de morrer.

Subiram no barco sabendo que podiam morrer na primeira tormenta em alto mar, porque escolheram penetrar por uma espécie de câmara cega situada em uma zona do buque localizada abaixo da linha de flotação. (...)

Faz um pouco mais de duas semanas, dois homens residentes em Lagos, a segunda cidade mais populosa da África, em evidente estado de desespero abordaram em forma clandestina a popa do buque de bandeira maltesa Bulk America, esperando iniciar uma viagem com um destino que desconheciam. (...)

Ao chegar ao porto, o Bulk America atracou no antepuerto e as autoridades portuárias realizaram as inspeções de rotina por toda a nave e acharam a inesperada carga. Ontem meio-dia, os dois nigerianos foram descobertos no limite de suas forças e um deles padecendo uma desidratação importante.

A situação legal dos detidos é confusa, asseguraram as autoridades a este matutino.

“O que sabemos em realidade é que são homens de origem africana, porque não se sabe a ciência certa se realmente são nigerianos”, afirmou a Últimas Noticias o capitão do Porto. Explicou que Uruguai deve realizar consultas em Buenos Aires ao consulado nigeriano para a região.

(<http://www.ultimasnoticias.com.uy/hemeroteca/130307/prints/act17.html>)

Esse relato jornalístico, encerrando a perspectiva do país receptor dos naufragos, condensa uma série de elementos que pretendo estudar neste capítulo. As imagens sublinham a péssima saúde dos dois na chegada ao porto, o estado de desesperança deles na África (a tal ponto que estavam prontos a arriscar suas vidas), o caráter clandestino de seu ato (com forte conotação de ilegalidade), a confusão em torno da identificação nacional (dizem que são nigerianos, mas “em realidade”, só se pode ter certeza de que são africanos), e a necessidade de recorrer a instâncias institucionais para botar tudo isso em ordem. Finalmente, a partir de nossos próprios dados de campo, podemos acrescentar que uma vez desembarcados e em contato com a direção de migrações e a representação do ACNUR, esses jovens teriam iniciado a solicitação de refúgio e com ela os procedimentos para verificar sua identidade, até então suposta por seus relatos. Queremos, ao longo desse capítulo, situar as instituições relevantes e as atitudes em jogo – da parte de agentes institucionais assim como da parte dos próprios polízonos no seu pleito para regularizar sua situação no novo país.

Entender os processos de adaptação e integração por onde os migrantes navegam requer necessariamente dar atenção às definições legais dentro das quais essas pessoas se inscrevem na nova sociedade⁴⁸ e às negociações que atravessam até regularizar de forma mais ou menos permanente essa situação. Os migrantes africanos na América Latina que foram entrevistados não conformam um grupo homogêneo, vêm de lugares diferentes, cada um deles com histórias de vida próprias. Nos lugares de destino alguns obtiveram o status de refugiados. Outros, tendo iniciado a solicitação de refúgio, não conseguiram esse tipo de proteção. Em alguns casos, sequer iniciaram a solicitação, aconselhados pelas instituições encarregadas desse tipo de processo. No entanto, todos eles atravessaram diversas instâncias institucionais, governamentais ou não, destinadas à regularização da permanência de estrangeiros no território nacional dos diferentes estados. Nesse processo tiveram contato mais ou menos estreito com as políticas e práticas destinadas aos diferentes “tipos” de estrangeiros: imigrantes, refugiados, naufragos, pessoas reassentadas, etc. A etnografia revelou que essas diferentes situações acabam não produzindo diferenças verdadeiramente significativas no tipo de integração dessas pessoas.

⁴⁸ As inscrições na sociedade de origem também nos interessam, mas serão tratadas em capítulos posteriores.

Quase todas as pessoas que entrevistei chegaram ao local onde hoje residem com diferentes formas de irregularidade no que se refere à documentação que portam. Às vezes absolutamente indocumentados, como nos casos de polizones e náufragos, em outros com diferentes tipos de vistos, que habilitam o trânsito entre diferentes países e a partir dos quais começam a se estabelecer os caminhos para a obtenção da residência, transitória ou permanente.

No caso das pessoas provenientes da África, a figura do refúgio tem particular importância, já que para além da variedade de situações que essas pessoas atravessaram, a saída do continente é associada, na maioria dos agentes com quem trabalhamos, e também em muito da literatura⁴⁹, às imagens mais comuns das crises na África, enfrentamentos bélicos, crises ambientais ou alimentares, miséria e doenças endêmicas, a que se associa a figura do refúgio.

Com o aumento das restrições, a livre circulação de pessoas através dos migrantes internacionais, os pedidos de refúgio têm aumentado em nível mundial, representando, no caso dos países mais industrializados, uma das poucas formas de obter a residência legal (Liempt e Doomernik, 2006). O aumento no número de petições, assim como a ampliação dos motivos que justificam o pedido, incluindo catástrofes ambientais, perseguições de gênero, entre outros, tem desatado uma série de reflexões em relação aos limites dessa categoria e às possibilidades da comunidade internacional e dos estados de sustentar programas viáveis para esses refugiados.

Neste capítulo, me proponho a analisar essas diferentes visões do que significa ser um imigrante ou um refugiado, da perspectiva das pessoas vinculadas ao campo. Incorporam-se à análise outras definições que são relativas a essas duas grandes categorias – migrantes e refugiados – como as de “aventureiro”, “náufrago”, “polizón”, “viajante”, “asilado”, não previstas pelo mundo jurídico, mas que são incorporadas de forma contrastante com as primeiras pelos sujeitos protagonistas dessas experiências. Sugerimos que algumas dessas autodenominações representam formas de resistência à rigidez e legalismo que muitas vezes se impõem no campo.

⁴⁹ Para uma análise das experiências migratórias de náufragos africanos na Argentina, e a configuração de sensibilidades especiais em relação às situações de crise pelas quais passaram antes da partida, ver Blanco, 2007.

4.1 Restrições à circulação e ao estabelecimento de categorias

Entretanto, as análises das migrações e das políticas migratórias tiveram a tendência a tomar como certa a existência dos estados, atribuindo as migrações a vários processos socioeconômicos (processos “simétricos”, “cadeias migratórias”, “comunidades transnacionais”, etc.) sem prestar a devida atenção à necessidade que os estados territoriais têm de estabelecer “no terreno” a diferença entre várias populações ou ao fato de as atividades dos estados – como a guerra ou a formação dos estados – desencadearem movimentos populacionais (Torpey, 2003: 23).

Geralmente tendemos a entender as migrações como fenômenos sociais e demográficos. Assim, trabalhamos sobre as causas que provocam essas migrações, fatores expulsivos do local de origem, fatores de atração na sociedade de destino, diásporas, redes e outras configurações em que as pessoas organizam seus deslocamentos. Por outro lado, também procuramos entender as consequências que esses deslocamentos têm, tanto na sociedade de origem quanto na de destino. Em muitos casos, as pesquisas procuram um maior entendimento do problema, com o objetivo de potencializar as possibilidades e vantagens que a mobilidade de pessoas, e sua consequente circulação de bens, conhecimentos e oportunidades (através das remessas, melhora das oportunidades educativas ou criação de negócios multilocalizados).

Esses enfoques nos aproximam da experiência dos sujeitos e grupos humanos se deslocando através do globo. Mas, sendo muito importantes para entender a dinâmica desses movimentos, dão menos atenção a um elemento que vou trabalhar na continuação: a forma como os sujeitos são percebidos no local de destino, as categorias dentro das quais eles são colocados na sociedade de destino, condicionando e acompanhando o processo de integração social. Os lugares que essas pessoas ocupam remetem a categorias jurídicas e sociais que se influenciam mutuamente. Compreender essas categorias leva necessariamente à compreensão do fenômeno migratório na sociedade de destino, e entender quem, como e por que está sendo incluído em cada categoria.

Assim, tentarei na continuação entender os processos migratórios da perspectiva de quem é considerado como *estrangeiro*, categoria que se refere aos

limites do estado-nação, à população que é considerada (ou não) como parte desse estado; *imigrante*, categoria que se refere a um tipo de permanência no território, de longa duração e com fins econômicos; e *refugiado*, que se refere a um tipo particular de proteção dado às pessoas provenientes de outro estado que viola ou não pode defender seus direitos, ou que não pertence a nenhum estado (apátridas).

Neste capítulo me proponho a entender as migrações a partir da forma em que ela é identificada dentro do território de recepção, identificando essas pessoas como não pertencentes ao território e como um fenômeno que deve ser regulado. Mas entender as migrações a partir das categorias em que as pessoas são colocadas não implica pensar essas categorias como uma imposição inexorável. As categorias de migrantes e refugiados, sendo construções sociais, são também dinâmicas que podem ser negociadas a partir da prática de agentes e usuários dos diferentes sistemas onde elas se processam.

4.1.1 Nacionais versus não-nacionais; documentados versus indocumentados

Para entender as diferentes categorias jurídicas em que as pessoas com as que trabalham se inscrevem é necessário, em primeiro lugar, entender uma diferença anterior, entre nacionais e não-nacionais (estrangeiros). A definição de quem pode ser considerado nacional (portanto, parte do estado) e quem é considerado estrangeiro (portanto, precisa de um procedimento especial para permanecer no território e realizar certo tipo de atividades, como trabalhar ou acessar os serviços públicos) está associada ao conceito de estado, referido a um território delimitado por fronteiras e associado a uma população determinada e quantificável. Essa associação entre território, governo e população se constrói num longo processo histórico vinculado ao estabelecimento das fronteiras nacionais⁵⁰. Conforme os historiadores, a diferenciação entre nacionais e não-nacionais, e os diversos tipos de estrangeiros, surge contemporaneamente com o surgimento dos estados modernos.

⁵⁰ Sobre o processo histórico pelo qual os estados-nação modernos na Europa e na América chegam à monopolização e unificação da identidade dos sujeitos, assim como da circulação, e a aparição dos documentos referidos a esses dois elementos, ver Torpey, *A invenção do passaporte* (2003). Segundo o autor, é impossível entender a forma em que os estados modernos se estabelecem sem compreender a forma em que eles monopolizam o controle sobre o trânsito de pessoas.

Como os estados-nação são organizações simultaneamente territoriais e de pertença, têm de construir e manter linhas divisórias entre os nacionais e os não-nacionais, quer nas suas fronteiras físicas, quer entre as pessoas que se encontram no interior destas. As linhas divisórias entre pessoas que pertencem à categoria legal da nacionalidade só se podem manter, ao que parece, por intermédio de documentos que indiquem essa nacionalidade, porque não existe outra maneira de atestá-la (Torpey, 2003: 16).

Nesse processo, o estado moderno passa a monopolizar o controle sobre todas as formas de circulação das pessoas, fundamentalmente as internacionais, mas também no interior do seu território. Entretanto, na prática ele não é nunca total. O controle da circulação da população se refere ao que é permitido ou não nessa circulação. Assim, os movimentos que escapam às regras do poder estatal passam a ser considerados “ilegais”. O monopólio da circulação de pessoas implica que o estado tem o poder de estabelecer os procedimentos legais para a circulação e, portanto, concentra a autoridade legítima para limitar essa mobilidade, penalizando aqueles que estejam por fora desses procedimentos. A diferenciação entre migrantes “legais” e “ilegais” não é uma diferenciação “natural” e “objetiva”, mas uma definição que surge junto com a restrição da mobilidade de pessoas, separando entre aqueles que se adéquam e aqueles que não se adéquam aos requisitos impostos pelos estados para o ingresso e a permanência no território.

A adaptação aos requisitos de ingresso e permanência segue variados caminhos. Em muitos casos as pessoas ingressam com a documentação necessária, seja como turistas, pessoas em trânsito ou residentes temporários, excedendo o tempo previsto para sua estada no país. Em outros casos, a chegada ao país ou a passagem pela fronteira se realiza sem documentação prévia que habilite o ingresso das pessoas, mas, uma vez dentro do território, diversos procedimentos regularizam a situação. Por exemplo, no caso dos refugiados, é previsto que a fuga do país de origem não possa ser realizada com a documentação, existindo diferentes procedimentos para a comprovação da identidade da pessoa. No caso dos anistiados, reconhece-se a existência de pessoas em situação de irregularidade, outorgam-se períodos de regularização dessas situações, eliminando a maior parte dos requisitos anteriores. Assim, apesar de as definições jurídicas falarem sobre migrantes “legais” e “ilegais”, nesta tese prefiro falar em situações de irregularidade ou regularidade,

utilizando o termo “indocumentado” para os casos concretos de chegada de pessoas sem nenhum tipo de identificação do local de origem, e não referido à documentação necessária para o ingresso ao país.

A regularização dos documentos, em todos os casos, tem importantes consequências sobre o processo de integração em geral. A obtenção de documentos oficiais não somente determina a legalidade ou não da permanência dessas pessoas, mas outorga diferentes lugares na sociedade, legitimando ou deslegitimando as formas em que os migrantes se apresentam perante a sociedade. As categorias em que os migrantes se inscrevem, entendidas como mais uma forma de categoria social, têm consequências em outros âmbitos sociais relacionados, assim como recebem influências dessas outras formas de categorias sociais, raciais, de gênero e de classe.

Isso se verifica tanto para os migrantes na Argentina, Venezuela ou Uruguai, quanto para outros casos de migrações internacionais, em que as pessoas, de uma ou outra forma, devem sempre definir sua situação em relação aos poderes públicos. O antropólogo Daniel Etcheverry, escrevendo sobre imigrantes regionais no sul do Brasil, sublinha esse fato:

A questão da posse de documentos que permitam ao estrangeiro os direitos semelhantes aos dos cidadãos brasileiros está no cerne das narrativas dos estrangeiros. Porém, falar em documentação implica não somente pensar no acesso a direitos como trabalho, moradia e estudo, mas também, conforme está sendo revelado em entrevistas preliminares, pelas narrativas dos sujeitos de pesquisa, traz também à tona aspectos da vida dos sujeitos relativos à percepção de si mesmos e da sociedade, à manutenção e reinvenção de antigas lealdades bem como à criação de novos laços de solidariedade (...). Assim, a posse ou falta de documentos, bem como o tipo de documento apresentado, se coloca não somente como um problema que atravessa a vivência de cada dia e que influencia as decisões, mas também como algo cujo significado e valor precisam ser constantemente negociados junto às instituições e a outros atores. Nessa negociação de significados e valores são vários os fatores envolvidos e de eles dependerá também o sucesso da negociação (Etcheverry, 2007: 130).

A obtenção da documentação que permite aos migrantes ou refugiados permanecer em um lugar tanto quanto se manter em movimento e transitar de forma mais ou menos legal dentro e através de fronteiras nacionais, se processa por caminhos diferentes dependendo da forma em que esses sujeitos se inserem no

mundo de instituições jurídicas determinam a obtenção da documentação que. Tanto no que se refere às situações de partida quanto às trajetórias dessas pessoas até a chegada no lugar de destino e as formas em que elas se posicionam uma vez nelas, sugerem que as diferenças entre migrantes e refugiados (duas categorias que são colocadas em oposição no campo jurídico) são mais de grau do que de índole, quando olhamos para os dados etnográficos. Isto não significa igualar todas as situações de partida, mas repensar dicotomias rígidas em função de casos específicos.

4.1.2 A definição social do imigrante

A primeira diferenciação que estabelecemos no capítulo foi entre nacionais e não-nacionais, sendo que os primeiros, enquanto cidadãos do estado, têm direito ao reconhecimento imediato da cidadania, com os consequentes direitos e obrigações que isso implica. Do outro lado, os não-nacionais ou estrangeiros podem ser agrupados em diferentes categorias, entre as quais a de “migrante” é de caráter muito mais social do que jurídico.

Nem todos os estrangeiros com residência permanente são considerados pela opinião pública como migrantes. No capítulo anterior nos referimos às diferenças entre o conceito tradicional de migrante e as novas configurações de mobilidade entendidas como *transmigração*. As transmigrações referem a uma nova forma de encarar o processo migratório sem a ocupação definitiva no local de destino. Mas, anterior a essa divisão de migrantes e transmigrantes, encontramos uma diferenciação entre outras formas de permanência em um país estrangeiro, que não são identificadas como migração, como caos de trabalhadores de um alto status social ou estudantes.

Uma característica dos centros urbanos é que seu crescimento se produz com a chegada de pessoas desde o meio rural. Para Delgado (2003), isso representa um paradoxo, na medida em que algumas dessas pessoas que chegaram de fora continuam a serem consideradas (e estigmatizadas) como migrantes, mesmo depois de várias gerações, enquanto que outros, também chegando de fora, não parecem responder à mesma categoria.

Mostrar que aquele a que chamamos de *imigrante* não é uma figura objetiva, mas um personagem imaginário, não desmente, mas ao contrário, intensifica sua realidade. Dizendo isso de

outra forma, é verdade que existem imigrantes, mas aquilo que faz de alguém um *imigrante* não é uma qualidade, mas um atributo, e um que se aplica desde fora como um estigma e um princípio negativo. O imigrante seria, sem dúvida, um expoente perfeito daquilo a que Gilles Deleuze chama um “personagem conceitual”. O imigrante é aquele que, como todo o mundo, chegou à cidade depois de uma viagem, mas que, ao fazê-lo, não perdeu sua condição de viajante em trânsito, mas que tem sido obrigado a perpetuá-la⁵¹ (Delgado, 2003: 13/14).

O autor chama a atenção para o fato de que mesmo entre aqueles deslocados de primeira geração, nem todas as pessoas que atravessam fronteiras nacionais para se estabelecer enquanto estrangeiros em um novo estado são consideradas migrantes, enquanto que em alguns casos, filhos e netos de pessoas nessa situação, ainda conservam essa etiqueta. Sobre essa etiqueta se projetam valorações negativas, fundamentalmente orientadas em função de divisões sociais como classe e raça. Dessa forma se explica o porquê de nem todos os residentes estrangeiros poderem ser qualificados como migrantes (Etchevery, 2008).

Os estigmas referidos à migração são gerados na sociedade que recebe os migrantes e, portanto, para entender o processo em que se produzem, é necessário entender a sociedade receptora, “os autóctones” e não o grupo de migrantes, como tem sido habitual. Esse deveria ser, no entender de Althabe, o foco de uma pesquisa que pretenda compreender as formas em que a xenofobia se produz, como por exemplo, no caso da França, em relação aos migrantes do Magreb.

Temos localizado a questão no campo dos intercâmbios da vida cotidiana e nosso objeto é analisar em um primeiro momento como se produz um estrangeiro estigmatizado mediante um modo de categorização que aponta a excluí-lo, a pô-lo fora dos intercâmbios (Althabe, 1999: 155)⁵².

⁵¹ Delatar que aquel al que llamamos *inmigrante* no es una figura objetiva, sino más bien un personaje imaginario, no desmiente sino al contrario, intensifica su realidad. Diciéndolo de otra forma, es cierto que hay inmigrantes, pero aquello que hace de alguien un *inmigrante* no es una cualidad, sino un atributo, y un atributo que se le aplica desde afuera, como un estigma y un principio negativo. El inmigrante sería, sin duda, un exponente perfecto de aquello que Gilles Deleuze llama un “personaje conceptual”. El inmigrante es aquel que, como todo el mundo, ha recalado en la ciudad después de un viaje, pero que, al hacerlo, no ha perdido su condición de viajero en tránsito, sino que ha sido obligado a conservarla a perpetuidad.

⁵² Hemos ubicado la cuestión en el campo de los intercambios de la vida cotidiana y nuestro objeto es analizar en un primer momento cómo se produce un extranjero estigmatizado mediante un modo de categorización que apunta a excluirlo, a ponerlo

Para o autor, os processos pelos quais o imigrante se coloca no polo negativo das representações da sociedade sobre si mesma são uma consequência da crise econômica e os consequentes problemas de desemprego. Dentro da cidade, a pobreza estaria associada com a condição de estrangeiro, que coloca no território urbano o fracasso das políticas de assistência. Na mesma linha, Delgado identifica algumas características que caracterizam o migrante. Para começar, ele vem “de outro mundo”. Latino-americanos na Europa, bolivianos, ou mesmo argentinos do norte em Buenos Aires, africanos em Montevideú, são mais facilmente identificáveis como migrantes do que togoleses em Gana, ingleses na Espanha ou uruguaios no sul do Brasil. Assim, o imigrante, identificado com o outro é o outro que vem a se instalar entre nós, não é o outro lá nas antípodas – o outro colonizado, mas está entre nós, e nesses termos é um intruso, alguém que não foi convidado.

O imigrante deve ser, além de tudo, *pobre*. O termo imigrante não se aplica nunca aos funcionários qualificados procedentes de países ricos, incluindo de fora da CEE, como os Estados Unidos ou o Japão, e muito menos aos milhares de aposentados que têm vindo para se instalar de por vida em regiões costeiras da Espanha. Imigrante é unicamente aquele cujo destino é ocupar os piores postos do sistema social que o acolhe⁵³ (Delgado, 2003: 14/15).

Mesmo em sociedades que se orgulham do seu passado construído a partir das migrações, (de origem europeia), que são valorizadas e reconhecidas como parte dos referentes identitários da nação, a maneira como os migrantes são observados na atualidade respondem a essa série de estereótipos negativos, de forma que ocupam um lugar subalterno; mas, como indica Delgado, nem todos os imigrantes são afetados pelo mesmo grau de *imigridade*. Assim, aqueles que possuem vários atributos sociais negativos são mais facilmente qualificados, ou qualificados como mais migrantes do que outros. Quanto maiores são as diferenças culturais, religiosas e raciais, o estigma do migrante se projeta com maior força. Desde esta perspectiva, as pessoas que chegam da África encontram-se no lugar mais baixo das hierarquias

fuera de los intercambios.

⁵³ El inmigrante ha de ser además, *pobre*. El término inmigrante no se aplica nunca a empleados cualificados procedentes de países ricos, incluso de fuera de la CEE, como Estados Unidos o Japón, y mucho menos a los miles de jubilados europeos que han venido a instalarse ya de por vida en las zonas costeras de España. Inmigrante lo es únicamente aquél cuyo destino es ocupar los peores puestos del sistema social que le acoge.

migratórias, apesar de que eles encontram-se no país de destino como refugiados ou como migrantes (Sayad, 1991).

4.2 O regime internacional de refúgio

Durante os últimos cinquenta anos, desde que a Convenção para os Refugiados foi estabelecida, a figura do refugiado no sistema de proteção internacional tem desempenhado um papel claramente político. Esse lugar foi mudando à medida que os contextos históricos foram se modificando, de uma situação de pós-guerra, passando à guerra fria e, na atualidade, para um contexto de globalização (Barnett, 2002). Através desses períodos os significados do refúgio e suas relações com outras formas de deslocamento, como as migrações econômicas e os deslocamentos internos, foram mudando. Essas mudanças se refletiram diretamente no tipo de “proteção” que os refugiados obtêm e ainda mais nas possibilidades reais de acessar o estatuto de refugiado, a proteção e a assistência outorgada a eles. Ao analisar historicamente as mudanças políticas e econômicas que se refletem diretamente nessas concepções de refúgio, vemos que estas se situam em diferentes lugares, movendo-se entre o herói político, a mão-de-obra de baixo custo na atualidade, para o alvo de políticas de saúde (Pupavac, 2006).

Com o objetivo de entender a forma em que essas mudanças se produzem, e como refletem na vida das pessoas com quem trabalhamos, é preciso passar de uma análise teórica e geral para a experiência concreta de alguns dos sujeitos que utilizam esses programas de proteção. Isso requer estabelecer uma ponte entre enquadramentos teóricos e dados empíricos; e entre o global, escala da jurisdição internacional, e o local onde se situam as práticas cotidianas desses agentes. Referimos a âmbitos e entre eventos que acontecem em diferentes lugares do globo que, porém, estão ligados uns aos outros. Os mecanismos burocráticos, os requisitos e os benefícios destinados aos refugiados, assim como as leis destinadas a estrangeiros, diferem em cada país. Mas todos eles têm como referentes os tratados internacionais, assinados na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização Internacional para as Migrações (OIM), e acordos regionais como a Organização de Estados Americanos (OEA) ou a Organization of African Unity (OAU). Dentre esses tratados, a Convenção de Genebra de 1951 é o referente fundamental. Nela estabelece-se o direito de cada indivíduo a pedir asilo.

Um refugiado é uma pessoa que, receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país...

(ACNUR, 1996)

O outorgamento dessa proteção é uma prerrogativa do estado a quem está sendo solicitado o asilo, e pode ser negado por este. As diferentes representações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em diálogo com instituições governamentais estabelecem os procedimentos administrativos para a tramitação do status. Em todos os casos, a solicitação requer um processo de comprovação. Nesse processo intervém por um lado o reconhecimento das situações de partida no lugar de origem e por outro o relato do próprio sujeito que pede o status (ACNUR, 2003). As diferentes situações com que se confrontam os refugiados e migrantes na sociedade de acolhida dependem dos ordenamentos jurídicos em cada estado e, como veremos mais tarde, das condições econômicas, demográficas e culturais dessas sociedades. Mas, se nem as situações de origem dessas pessoas são uniformes, também não o são os procedimentos para o estabelecimento do refúgio em cada lugar. Como é possível compreender e comparar os diferentes casos com que estamos trabalhando?

As constantes no que se refere às práticas, valores e ideias relativas a refugiados e migrantes nos diferentes locais de pesquisa – tanto entre os agentes envolvidos nos programas institucionais quanto dos sujeitos destinatários desses programas – serão analisadas a partir do conceito de *regime internacional de refúgio*, proposto por Katharina Inhetveen (2002). A autora chega a esse conceito a partir da pesquisa realizada nos campos de refugiados de Meheba e Nangweshi na Zâmbia, e nas cidades de Lusaka e Genebra, tanto com os próprios refugiados quanto com planejadores, agentes financiadores e diplomáticos⁵⁴.

Aqui, “Regime internacional de refúgio” refere-se a um sistema institucionalizado que compreende, primeiramente, regras e normas regulamentando as ações relacionadas ao refúgio; de

⁵⁴ Barnett (2002) propõe o conceito de regime internacional como um sistema de relações internacionais, políticas e leis que guiam as ações estatais. Inhetveen toma essa definição incorporando as relações entre global e local que condicionam as práticas dos agentes inseridos no próprio sistema.

organizações, indivíduos e atores estatais; em segundo lugar, organizações especificamente engajadas nessas ações relacionadas aos refugiados; e, em terceiro, práticas operativas dirigidas aos refugiados⁵⁵ (Inhetveen, 2006: 1).

A legislação de nível macroglobal institucionalizada está integrada pela Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados e os acordos decorrentes dela, o protocolo de 1967, o acordo da OAU de 1969 e a convenção de Cartagena de 1984. Essas normativas são incorporadas e penetram no âmbito local a partir de organizações e instâncias administrativas, de governo e de planejamento que têm importantes consequências no âmbito local onde as programas dirigidos aos refugiados são colocados em prática a partir de decisões políticas e orçamentárias⁵⁶. Os estados, organizações não-governamentais e as próprias pessoas que interagem com esse regime internacional são regulados e enquadrados dentro dessas normas.

A definição codificada do “refugiado” na legislação internacional e nacional tem um impacto considerável nas oportunidades, ações e interpretações dentro do sistema internacional de refúgio, para os estados, organizações e pessoas classificadas como refugiados – ou excluídas desse estatuto pela definição⁵⁷ (Inhetveen, 2006: 1).

Isso não significa que ela determine de forma vertical as práticas e representações geradas em torno ao refúgio e aos refugiados em cada local onde se aplicam. As concepções de refúgio geradas em contextos locais e diretamente vinculadas às práticas cotidianas, a contextos históricos e a tradições específicas não necessariamente coincidem com as representações legais geradas em nível macro. Contudo, elas estão sempre conectadas através de normas jurídicas, programas de ação e decisões orçamentárias que permeiam as ações de todos os agentes nos diferentes locais em que desenvolvem suas atividades. Assim, o conceito de regime

⁵⁵ Here, 'international refugee regime' denotes an institutionalized system comprising, firstly, rules and norms referring to refugee-related actions of organizational, individual and state actors, secondly, organizations specifically engaged in these refugee-related actions, and thirdly, operational practices of dealing with refugees.

⁵⁶ A autora observa também como o refugiado é a figura principal do sistema internacional de refúgio, sendo ao mesmo tempo sua razão e o alvo de suas ações. Consequentemente, o próprio sistema oferece definições próprias e precisas do que significa ser um refugiado. Essas definições legais e suas interações com representações de refúgio estabelecidas na prática são um dos pontos centrais do presente capítulo.

⁵⁷ The codified definitions of the 'refugee' in international and national law have considerable impact on opportunities, actions, and interpretations within the international refugee regime, for states, organizations, and the people classified as refugees – or excluded from the status by these definitions.

internacional nos permite trabalhar no caminho entre as particularidades de cada caso específico e as constantes de um tipo de prática que pode ser definida como global. Por outro lado, a Convenção e os programas do ACNUR devem ser entendidos na sua vinculação mais ampla com a comunidade internacional e o sistema de direitos. Entender o desenvolvimento histórico do conceito de refúgio requer, necessariamente, entender a forma em que os Direitos Humanos e os organismos internacionais destinados à sua proteção se estruturam e os valores éticos e políticos em que se baseiam.

Os “Direitos Humanos” são simultaneamente um conjunto de valores muito amplos, e por vezes vagos, e uma definição jurídica muito precisa, e por vezes estreita. De forma não rigorosa, ao falar em direitos humanos, nos referimos a uma série de condições básicas de dignidade humana inerentes a cada pessoa. Dependendo do contexto sócio-histórico ou das tradições nas quais estamos inseridos, essas concepções podem diferir. Por outro lado, ao falar em direitos humanos, estamos nos referindo à Declaração de Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Estruturada em 30 artigos, essa declaração enumera as condições básicas que cada estado deve garantir a seus cidadãos. Assim, a concepção ocidental de direitos, baseada num tipo particular de concepções de pessoa e indivíduo pode ser por momentos restrita, etnocêntrica ou imperialista (Ribeiro, 2004).

Muitos analistas entendem a Declaração de Direitos Humanos como o fim de um longo processo que a partir de confrontações políticas e sociais durante os últimos três séculos teria levado o ocidente a estabelecer a convenção. Dividem assim a história dos direitos humanos em três gerações. Direitos civis e políticos, direitos sociais e econômicos, e direitos culturais e ambientais (Camps, 1998). Esse tipo de análise tem sido criticado por se tratar de uma visão eurocêntrica e evolucionista. Contudo ela ainda resulta de utilidade, na medida em que permite entender um tipo particular de percepção fragmentada dos direitos humanos que ainda é muito forte no campo (Ribeiro, 2004). Essa fragmentação é visível, por exemplo, no fato de que a Declaração de Direitos Humanos não tem um caráter vinculante e, portanto, não obriga os estados a incorporá-los na sua legislação. Desde 1976 existem dois pactos internacionais, um relativo a direitos econômicos e outro relativo a direitos civis e políticos, que vinculam de forma jurídica efetiva as legislações nacionais e

internacionais (Marie, 1996).

4.2.1 A evolução da noção de refugiado: de herói a vítima

Aprovada três anos depois da declaração de direitos humanos, a convenção de Genebra sobre os refugiados é também uma consequência direta da segunda guerra mundial. Entre as difíceis situações que as Nações Unidas se propuseram a “concertar” no período de pós-guerra, estava a de milhares de pessoas deslocadas. Essas pessoas não podiam ou não tinham para onde voltar, já que não somente seus lares tinham sido destruídos, mas os estados a que pertenciam não mais existiam. Assim a primeira definição de refugiado, estabelecida na convenção de 1951 impõe limitações temporais e geográficas para o refúgio, outorgando proteção para os fatos ocorridos na Europa antes de 1945. O Protocolo de 1967 elimina as limitações temporais e geográficas, estendendo a proteção dos refugiados para todos os seres humanos.

Quando a guerra finalizou em 1945, 30 milhões de pessoas foram deixados sem lar – soldados e pessoas deslocadas que não queriam ou não podiam retornar a seus lares, porque as fronteiras tinham mudado (...) Para 1950, a comunidade internacional reconheceu que o problema dos refugiados originados pela segunda guerra mundial não era um problema temporário. Muitos anos depois da guerra ter finalizado existiam ainda 1,25 milhões de refugiados na Europa. Uma nova agência foi estabelecida para lidar com o problema [o Alto Comissariado para os Refugiados]⁵⁸ (Barnett, 2002: 5/6).

A conjuntura histórica em que essa convenção foi aprovada tem direta relação com algumas de suas características, entre elas a orientação individual do sistema de proteção e dos direitos que estão sendo protegidos. Outra dessas características é que o sistema internacional se baseia na ideia de um mundo organizado em unidades autônomas e autorreguladas, estados-nação modernos (Pupavac, 2006). Assim, o refugiado é um sujeito que, por não contar com a proteção do seu próprio estado, precisa do sistema internacional que garanta o cumprimento de seus direitos no

⁵⁸ When the war ended in 1945, 30 million people were left uprooted – soldiers and displaced people who did not want or could not return home because of border changes (...) By 1950, the international community recognized that the refugee problem sparked by the Second World War was not a temporary one. So many years after the war had ended, 1.25 million refugees were still left in Europe. A new agency was established to deal with the problem.

marco de outros estados no país de acolhida.

A declaração reconhece o direito do solicitante de refúgio de permanecer no país de acolhida e não ser enviado ao de origem até a situação de crise que provocou a saída se resolver; esse princípio é denominado *não-devolução*. Estabelece também o direito a retornar no momento em que as condições que forçaram a saída tiverem se modificado, chamado *repatriamento voluntário*, e o direito de pedir a transferência para outro estado, ainda como o status de refúgio, chamado *reassentamento num terceiro país seguro*. Determina também uma série de condições básicas necessárias que devem ser providas para viabilizar a inserção do refugiado à sociedade de acolhida.

Segundo Pupavac (2006), durante o período da guerra fria a Convenção sobre Refugiados teve uma presença e um respeito maior do que a própria declaração de Direitos Humanos. Enquanto esta última foi tida muito mais como uma expressão de desejo do que como uma legislação internacional, a autora chama a atenção para certa aura de “sacralidade” da Convenção de Refúgio. Essa situação explica-se em função do tipo particular de representação do refugiado enquanto uma figura política, comprometida na luta pela liberdade. Geralmente associada a intelectuais e artistas fugidos do regime comunista, a figura do refugiado viria a reforçar as vantagens do “mundo livre” e do capitalismo em oposição aos regimes totalitários do bloco socialista (Barnett, 2002). Entendido como um sujeito fundamentalmente político, o refugiado não somente representava um alvo de direitos, mas também uma afirmação do regime liberal em contraposição ao comunismo.

Isso não significa que todos os refugiados fossem automaticamente colocados nesse lugar de heróis. Critérios raciais operavam de forma clara, mesmo que tácita, tanto no momento do acesso ao status de refugiado, quanto na posterior integração na sociedade (Ong, 2003). Contudo, o crescimento econômico e a necessidade de mão-de-obra facilitavam o processo de integração enquanto trabalhadores de baixo custo.

Os anos 70 assistiram ao aumento no fluxo de refugiados e um incremento no número deles que vinham do mundo em desenvolvimento. Sobre meados da década de 70, esses novos fluxos foram maiores e mais complexos do que no passado e a

linha entre refugiados e migrantes começou a se desvanecer⁵⁹ (Barnett, 2002: 8).

A partir da queda do bloco soviético, o cenário de pós-guerra fria foi caracterizado pelos processos de descolonização e a intensificação da globalização, facilitando a mobilidade e embaçando as fronteiras nacionais. O fluxo de refugiados e migrantes procurando asilo nos países desenvolvidos aumentou a partir dos conflitos étnicos e as diferentes crises nos países do terceiro mundo. Esse processo coincide com o fechamento das fronteiras nos países desenvolvidos, fortalecendo os controles migratórios, que por sua vez coincidem com um estancamento em suas economias e conseqüentemente na demanda de mão-de-obra (Liempt e Van Doornik, 2006). Nesse contexto introduziram-se mudanças no número e características de quem procurava asilo, mas também nas políticas orientadas às situações de crise e fundamentalmente na forma como os refugiados foram enxergados pelo sistema internacional. As mudanças geopolíticas produzidas no período fizeram com que os deslocamentos humanos passassem do eixo oeste-leste ao eixo norte-sul.

Em 1969 a Organization of African Unity (OAU) e posteriormente a Organização de Estados Americanos (OEA) em 1984, (através da Convenção de Cartagena) incorporaram novas situações ao conceito de refúgio. As modificações compreendiam os riscos à integridade física como a violência étnica, religiosa, racial ou de gênero. Incorpora-se também a categoria de deslocados internos, representada por sujeitos numa situação similar à dos refugiados, que, porém, não conseguiram atravessar a fronteira do estado para acessar a proteção da comunidade internacional. Em 1984 o parlamento europeu estabeleceu que as mulheres expostas a um tratamento “cruel” ou “desumano”, em função de ir contra tradições ou códigos culturais de gênero, poderiam também solicitar a condição de refugiadas. Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Suíça contam com diretrizes exclusivas em relação à proteção frente a situações de perseguição por sexo. Outra mudança foi a revisão do critério individual da determinação do refúgio a partir dos êxodos massivos de Kosovo e dos Grandes Lagos no leste de África durante a década de 1990 (ACNUR, 2003).

⁵⁹ However, the 1970s saw a shift in refugee flows as increasing numbers came from the developing world. By the mid-1970s, these new flows were larger and more complex than in the past, and the line between refugees and migrants began to blur.

Com a finalização do confronto entre o mundo comunista e o mundo democrático, que caracterizou a guerra fria, a figura do refugiado como lutador político perdeu protagonismo. Gradativamente a figura do herói foi deixando passo à figura da vítima. A despolitização da figura do refugiado provocou uma diminuição de sua representação como detentor de direitos, ganhando lugar a ideia do refugiado enquanto alvo de assistência.

Imagens de refugiados atordoados aparecem diariamente nos jornais do Ocidente durante os anos 90. Uma renovada consciência sobre a grave situação dos refugiados manifestou-se (...) Traumatizados, assustados, em choque, essa tem sido a representação mais comum dos refugiados desde o final da guerra fria. Assim, o refugiado como uma vítima traumatizada e feminizada, tem se convertido na imagem prevalente do refugiado.

Hoje é difícil lembrar que a maioria dos refugiados da guerra fria no Ocidente foram comumente apresentados como heróis e corajosos defensores da liberdade, não vítimas traumatizadas⁶⁰ (Pupavac, 2006: 1).

A partir da contraposição entre o “refugiado político” e o “refugiado do paradigma médico”, Pupavac mostra como esses sujeitos vão perdendo gradativamente sua capacidade de autodeterminação, colocando-se no lugar de sujeito passivo, alvo de ações de assistência. A partir disso, a fronteira entre o refugiado e o migrante se configura de forma diferente a como vinha se definindo até agora. Numa conjuntura política e econômica favorável à recepção de estrangeiros, essas duas categorias (do refugiado vinculado a questões políticas e o do refugiado enxergado como vítima) não se apresentam como opostas, mas são ordenadas hierarquicamente em função de critérios funcionais aos interesses políticos da sociedade receptora, assim como em valorações raciais e empatias religiosas ou geográficas.

No novo cenário globalizado, a configuração econômica e política gera uma atitude negativa em relação aos fluxos migratórios com origem nos países

⁶⁰ Images of distraught refugees daily haunted Western news reports in the 1990s. A renewed consciousness of refugees' plight was manifest. (...) Traumatized, scarred, in shock has been the common sympathetic representation of refugees since the end of the Cold War. Thus the refugee as a feminised, traumatized victim has become the prevailing cultural image of the refugee. It is difficult now to remember that for most of the Cold War refugees to the West were commonly presented as political heroes and courageous defenders of freedom, not traumatized victims.

subdesenvolvidos e direção aos países industrializados. Assim, as categorias de migrante e refugiado são colocadas em oposição, se ordenando num eixo que vai da vitimização destes últimos, colocando-os num papel de fragilidade, à criminalização da figura do migrante, geralmente associada ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e a atividades comerciais ilícitas. Nesse processo de estereotipagem simultânea, as duas categorias sofrem uma diminuição e deterioração de seus direitos.

A operação simétrica e oposta se processa no caso dos migrantes econômicos, negando os contextos econômicos sociais e culturais, locais e globais que produzem as causas dessas migrações. A migração enquanto processo individual é avaliada a partir da agência e das decisões do sujeito e no seu livre arbítrio na hora de assumir os riscos que em diferentes momentos envolvem o processo de deslocamento e integração à nova sociedade.

4.2.2 Refúgio e migração no contexto latino-americano

A convincente análise de Pupavac permite entender as mudanças em escala global que se refletem nas concepções e práticas associadas aos refugiados. Contudo, sua análise parte de uma visão europeia, fundamentalmente britânica, das representações de migrantes e refugiados. As formas em que essas mudanças se refletem nas percepções que os agentes têm dessas categorias na América do Sul respondem a contextos históricos e posições estruturais no sistema mundial muito diferentes. Também, em função do contexto específico, as normativas de caráter regional aplicadas são diferentes. No caso da América Latina, encontramos toda uma série de acordos relacionados, em vez de ao refúgio, à figura do asilo diplomático e do asilo político⁶¹, que se diferencia das normas referidas ao refúgio, coexistindo com elas.

No que se refere ao asilo diplomático, o instituto não está reconhecido nem regulamentado pelo direito internacional positivo em nenhuma outra região fora da América Latina. Porém, deve-se reconhecer que fora da América Latina, em nossa época, em certas ocasiões, com base em princípios gerais ou por razões circunstanciais, tem se aplicado e reconhecido *de fato* o asilo diplomático. (...)

⁶¹ Ver também da Cunha, 1996.

Mesmo que as diferenças entre as instituições de asilo diplomático e refúgio sejam óbvias, não se deve esquecer que podem estar relacionadas. De fato, um asilado diplomático, depois de abandonar o território do país em que buscou asilo em uma embaixada, pode, chegando a outro país, solicitar o asilo territorial ou o estatuto de refúgio⁶² (Gros Espiell, 1996: 210/211).

As práticas, discursos e normativas referidos a refúgio e migrações nesse contexto e suas relações com o nível global podem ser entendidas voltando-se ao conceito de regime internacional de Inhetveen. É uma tendência global, e não somente dos países desenvolvidos, o fechamento de fronteiras e o recrudescimento dos controles antimigratórios. Esse processo pode ser evidenciado com maior força nos países desenvolvidos que recebem o maior fluxo migratório, mas não é exclusividade deles. Em países como Venezuela, Brasil ou Argentina, polos de atração de fluxos migratórios regionais e internacionais, podemos observar processos similares. Num sentido genérico podemos também falar de certo grau de despolitização, enfraquecimento dos projetos coletivos em função do descrédito das alternativas coletivas e do fortalecimento dos caminhos individuais (Barnett, 2002: 12). Contudo, esse processo deve ser entendido como um discurso geral ou uma tendência, mas não como uma realidade onipresente.

Os fatos acontecidos durante e imediatamente depois da segunda guerra mundial marcaram fortemente a sensibilidade de europeus, norte-americanos e da humanidade em geral e tiveram direta relação com a criação da convenção de Refúgio em 1951. Da mesma forma, não podemos pensar a representação do refugiado na América Latina sem levar em consideração os processos militares das décadas de 1960 e 1970 no Cone Sul e na América Central. Os abusos aos direitos humanos cometidos durante esse período geraram, além de muitas mortes e desaparecimentos, um importante número de pessoas deslocadas que foram recebidas como exilados

⁶² Pero en lo que se refiere al asilo diplomático, el instituto no está reconocido y reglamentado por el derecho internacional positivo en ninguna otra región fuera de la América Latina. Sin embargo, hay que reconocer que fuera de la América Latina, en nuestra época, en ciertas ocasiones, en base a principios generales o porpro razones circunstanciales, sejasea aplicado y reconocida *de facto*, el asilo diplomático. Aunque las diferencias entre las instituciones del asilo diplomático y el refugio son obvias, no hay que olvidar que pueden estar relacionadas. En efecto , un asilado diplomático luego de abandonar el territorio del país en el que buscó asilo en una embajada, puede, llegando a otro país, solicitar que el territorial o el estatuto de refugiado.

políticos e refugiados espacialmente em países de Europa (CEPAL, 2006). Esses abusos começaram a ser julgados somente no final da década de 1990 e com mais força no começo da presente década com a pressão dos movimentos sociais e após a chegada ao governo dos partidos de esquerda em muitos desses países. Assim, mesmo que possamos falar de um processo geral de despolitização no nível da sociedade civil, essa despolitização não pode ser transferida aos movimentos sociais, muito menos aos movimentos sociais vinculados aos Direitos Humanos (CEPAL, 2006).

Por outro lado, durante os anos de governo militar, começaram a se programar modelos econômicos neoliberais que levaram à saída de um contingente importante de população, que, sem estar diretamente vinculado a perseguições políticas, foi afetado pelo estancamento cultural e econômico, pela repressão em larga escala a qualquer forma de expressão artística, cultural ou política e por um forte ataque a empreendimentos coletivos em geral, preferencialmente aqueles com um viés social. Com o retorno dos governos democráticos, os fluxos de saída de população não se detiveram completamente, e na medida em que os modelos econômicos não foram modificados, as migrações intensificaram-se com as crises econômicas de começos dos anos 2000 (Pellegrino, 1994; Taks, 2006).

Assim, a forma em que se pensam as políticas destinadas à população estrangeira e o lugar que imigrantes e refugiados têm na América Latina apresentam importantes diferenças em relação aos países industrializados. Esses países se enxergam unicamente no papel de receptores, donatários, assistentes, etc., favorecendo a construção das imagens do refugiado e do migrante numa posição hierarquicamente inferior. No entanto, as sociedades dos países em desenvolvimento têm que harmonizar os dois papéis, o de receptoras de população estrangeira com o de produtora de migrantes e, até pouco tempo atrás, de refugiados e exilados políticos.

Mais um elemento vem complexificar o lugar de estrangeiros, refugiados e migrantes nesses países. As diferenças na estrutura social e os padrões de distribuição de riqueza entre países industrializados e países subdesenvolvidos contextualizam de forma diferente os programas sociais oferecidos aos estrangeiros. Em estados com economias fortes e com uma longa tradição de políticas de bem-estar

social, as políticas de assistência social têm uma sólida clientela de estrangeiros, migrantes ou filhos de migrantes. Nesse contexto de pobreza e origem estrangeira são facilmente associáveis (Delgado, 2003), e a utilização dos programas de assistência é vista como mais legítima do que em países aonde os programas de assistência não chegam a cobrir as necessidades básicas dos nacionais.

4.2.3 Nos liminares do sistema: polizones e náufragos

Entre os migrantes econômicos e os refugiados existem situações que não se encaixam facilmente nas categorias estabelecidas pelo ACNUR, nem nos procedimentos normalmente estabelecidos para a solicitação do refúgio. São categorias que apresentam certa ambiguidade na sua definição, como náufrago e polizón. Nessas duas categorias se inscreve a maioria dos sujeitos com quem trabalhamos, tenham adquirido a condição de refugiados ou não uma vez chegados à terra (ACNUR, 2003). Essa categoria envolve uma ampla diversidade de situações, e todas elas apresentam uma dificuldade em comum, o fato de atravessar águas territoriais de diferentes estados, e de permanecer em alto-mar, onde não há jurisdição de nenhum deles, ficando sob responsabilidade do capitão do barco. Agrupando todas essas pessoas, encontramos a categoria *boat people*, utilizada pelo ACNUR nos manuais de procedimentos para unificar uma série de situações muito diversas.

O transporte por mar de migrantes e refugiados não constitui um fenômeno novo. Através da história, muitas pessoas ao redor do mundo têm arriscado suas vidas em buques e outro tipo de embarcações não aptas para a navegação, seja à procura de trabalho, de melhores condições de vida, educação ou de proteção internacional frente à perseguição ou outro tipo de ameaças à sua vida, liberdade ou segurança, pondo com frequência sua vida em mãos de traficantes criminais e inescrupulosos. O termo *refugiados do mar* (denominados em inglês *boat people*) tem chegado a formar parte da linguagem cotidiana para designar todas aquelas pessoas que viajam por mar em condições perigosas⁶³ (ACNUR, 2006).

⁶³ El transporte por mar de migrantes y refugiados no constituye un fenómeno nuevo. A través de la historia, muchas personas alrededor de todo el mundo han arriesgado sus vidas a bordo de buques y otro tipo de embarcaciones no aptas para la navegación, ya sea en busca de trabajo, de mejores condiciones de vida, de educación, o de protección internacional frente a la persecución u otro tipo de amenazas a su vida, libertad o seguridad, poniendo con frecuencia su vida en manos de traficantes criminales

Polizones e náufragos não têm direito automático ao refúgio, mas caso manifestem o interesse em solicitar refúgio, o ACNUR determina uma série de procedimentos que o responsável do barco deve seguir, incluindo o resgate de qualquer pessoa que se encontre em alto-mar.

Segundo o direito internacional, os capitães de buques têm a obrigação de resgatar qualquer pessoa que se encontre em dificuldades no mar. Essas pessoas podem ser solicitantes de asilo, assim como os polizones. Se deveriam desembarcar as pessoas resgatadas no mar no seguinte porto de escala, onde deveriam ser admitidas, ao menos temporariamente, enquanto são reassentadas. (...) Não existe convenção internacional vinculante alguma relativa aos solicitantes de asilo polizones e sua acolhida varia consideravelmente. O ACNUR advoga que, sempre que seja possível, se deixe desembarcar os polizones no primeiro porto de escala, onde as autoridades locais possam determinar seu status de refugiado. Se um porto de escala não permite desembarcar um polizón e o seguinte porto de escala se encontra em um estado onde a vida do polizón corre perigo, a ação equivale à devolução forçosa. Em este tipo de casos, os funcionários do ANCUR tentam concretizar uma entrevista a bordo do buque e se o solicitante de asilo resulta ser um refugiado lhe ajudam a encontrar uma solução duradoura, normalmente em um país de reassentamento⁶⁴ (ACNUR, 2003: 20).

Uma das particularidades dessa categoria é que ela está determinada não pelas causas que geram o deslocamento, mas pelos procedimentos em que ele se realiza. Trata-se de pessoas que embarcam de forma clandestina ou são achadas no mar, e devem ser recolhidas e trasladadas a um porto seguro. A presença de polizones nos

e inescrupulosos. El término "refugiados del mar" (denominados en inglés "boat people") ha llegado a formar parte del lenguaje cotidiano para designar a todas aquellas personas que viajan por mar en condiciones peligrosas (ACNUR, 2006)

⁶⁴ Según el derecho internacional, los capitanes de buques tienen la obligación de rescatar a cualquier persona que se encuentre en dificultad en el mar. Esas personas pueden ser solicitantes de asilo, así como los polizones. Se deberían desembarcar a las personas rescatadas en el mar en el siguiente puerto de escala, donde debería admitírselas, al menos temporalmente, mientras se les reasienta. (...) No existe convención internacional vinculante alguna relativa a los solicitantes de asilo polizones y su acogida varía considerablemente. El ACNUR aboga porque, siempre que sea posible, se deje desembarcar a los polizones en el primer puerto de escala, donde las autoridades locales puedan determinar su *status* de refugiado. Si un puerto de escala no permite desembarcar a un polizón y el siguiente puerto de escala se encuentra en un Estado donde la vida del polizón corre peligro, la acción equivale a una devolución forzosa. En este tipo de casos, los funcionarios do ACNUR intentan concentrar una entrevista a bordo del buque y si el solicitante de asilo resulta ser un refugiado le ayudan a encontrar una solución duradera, normalmente en un país de reasentamiento.

barcos é um fenômeno suficientemente frequente para que a Organização Internacional para as Migrações (IMO, 2007) tenha estabelecido um protocolo de segurança para evitar o embarque, assim como as disposições para os casos em que passageiros clandestinos sejam achados no barco depois da partida.

Como vemos na citação acima, o direito internacional indica que os capitães de navios têm a obrigação de resgatar qualquer pessoa que se encontre em dificuldade no mar. Essas pessoas, assim como os viajantes clandestinos, têm direito de pedir asilo no primeiro país a que chegarem, mas nem sempre se ajustam aos requisitos para solicitar o status de refúgio. Mas em muitos dos casos com que estamos trabalhando, são os próprios responsáveis pelos barcos os que colocam as pessoas na situação de risco.

Frente a essas situações, as atitudes e políticas dos diferentes governos variam dependendo de cada estado. A orientação política ditada pelo ACNUR (2003) é que essas pessoas sejam desembarcadas no primeiro porto a que tenham acesso. Contudo, na medida em que o número de casos aumenta, os governos encontram-se cada vez mais hesitantes a permitir o desembarque e em alguns casos, a permissão de desembarque é seguida pela devolução dessas pessoas ao seu país de origem. Mas, uma vez que encontrem-se longe do seu lugar de origem, e geralmente em águas territoriais de um estado, essas pessoas representam uma responsabilidade concreta que deve ser assumida por alguém, seja o estado receptor ou o país de origem. Cabe notar que a realidade de pessoas achadas nas rotas de alto tráfego entre África Ocidental e do Norte e Europa Mediterrânea, e os africanos transportados por embarcações de grande porte até o outro lado do Atlântico Sul ou do Caribe, são muito diferentes, tanto em número quanto em distâncias e custos da repatriação.

Pelo fato de ser uma categoria vinculada aos procedimentos e não às causas da partida, os naufragos podem ser considerados ora como migrantes, ora como refugiados. Mas, como veremos, a categoria de naufragos apresenta algumas particularidades que coloca esses jovens numa situação particularmente ambígua. Os casos dos polizones deixam de manifesto as dificuldades de classificação que o próprio sistema apresenta e como as situações, de fato, são muito mais complexas do que aquelas planejadas nos estatutos.

Em maio de 2005, quatro nigerianos foram achados numa balsa em águas

territoriais uruguayas. A notícia foi apresentada no jornal “El País” no dia 23 de maio de 2005 da seguinte forma:

DRAMÁTICO RESGATE | Os quatro nigerianos salvos pela Força Aérea e a Armada Nacional se esconderam faz um mês entre a pala do timão e as hélices de um barco turco

“Oi, mamãe!”, gritou em sua língua natal e por celular Simon Odedina (19) desde a Prefeitura do Porto de Maldonado. Do outro lado da linha, uma mulher que recebia as primeiras notícias de seu filho do outro lado do Oceano Atlântico. Odedina e os outros três jovens nigerianos estavam pela primeira vez juntos em terra firme ontem à tarde após 31 dias de odisséia, depois de serem resgatados pela Força Aérea e a Armada uruguaia a 140 quilômetros a sudeste de La Paloma, Rocha.

Felizes de estarem vivos, estão conscientes de que os espera uma difícil e complexa situação judicial (...)

Tinham sido resgatados ontem pelo helicóptero “Dauphine” da Força Aérea. Essa missão foi de alto risco dados os ventos de 70 quilômetros por hora e as ondas que alcançavam os oito metros de altura. Todos se encontravam em uma pequena balsa, com a qual foram abandonados pela tripulação do cargueiro turco à mercê da fúria do oceano.

Os quatro encontram-se agradecidos aos funcionários uruguayas que salvaram suas vidas depois de viver uma terrível odisséia que durou 31 dias. Oito deles passaram escondidos entre a pala do timão e as hélices do barco turco. Viveram outras duas jornadas encerrados no navio ancorado em Buenos Aires, tratando de que as autoridades do país vizinho não detectassem sua presença. Durante 15 dias sofreram todo tipo de humilhações e golpes em alto mar.

Finalmente, os últimos dois dias antes do resgate do sábado passaram flutuando em uma pequena balsa no meio do Oceano Atlântico.

(http://www.elpais.com.uy/05/05/23/pciuda_154169.asp)

Chegando a terra, esses jovens não contavam com outras credenciais além de seu próprio relato e os contatos na Nigéria, que poderiam acreditar que eles vinham de lá. Assim como a matéria citada acima, muitas outras notas e jornais davam ênfase a esse tipo de elementos, como a língua ou as ligações telefônicas ao lugar de origem, como formas de comprovar não a origem africana, mas o país e as situações das quais esse jovens provinham. A Nigéria não tem representação diplomática no Uruguai e, portanto, o contato para começar a tramitar os documentos que atestassem sua identidade deveu ser realizado através da embaixada mais próxima, na Argentina.

De acordo com o modo como explicaram sua própria travessia, saíram de Lagos à procura de melhores oportunidades, e todos negaram ter qualquer forma de

vinculação com conflitos étnicos ou políticos, mesmo que dois desses jovens estivessem envolvidos em uma situação de risco em função de problemas de violência urbana. Assim, eles não entraram na categoria de refugiados e, uma vez conseguidos alguns documentos probatórios da sua identidade, começaram a tramitar a residência temporária enquanto “náufragos”.

Outra das características dessas condições de polizones ou náufragos é que elas são necessariamente transitórias. Uma vez em terra, os procedimentos pelos quais eles regularizam a permanência no Uruguai devem se adaptar às formas e procedimentos jurídicos do país. Contudo, como podemos ver na matéria publicada pelo jornal “La República” em 27 de maio de 2005, as situações desses náufragos/polizones, os procedimentos jurídicos referidos tanto a eles, quanto aos responsáveis dessa situação, não estão claros para os operadores de justiça.

Repudio internacional para el capitán del carguero turco que arrojó nigerianos al mar.

• RICARDO ALMADA, MALDONADO

A Justiça letrada de Rocha tomou contato com os quatro nigerianos lançados ao mar a finais da semana passada, pelo barco de bandeira turca "Hilal 1º" capitaneado por Ozder Riza. Enquanto isso, ontem o cônsul nigeriano na Argentina viajou a Punta del Este para manter um encontro com seus compatriotas.

Na segunda-feira passada, os quatro jovens compareceram por algo mais de três horas ante a doutora Lina Fernández, titular do Juizado Penal de 2º Turno de Maldonado, a pedido de seu colega rochense, doutor Alen Denvi, que tem ao seu cargo a instrução do pré-sumário. A doutora Fernández teve de trabalhar no caso, junto ao fiscal Juan Bautista Gómez, apoiada por um tradutor enviado pela Suprema Corte de Justiça.

Durante várias horas ouviram estupefatos o relato de dois dos nigerianos, que falam um inglês perfeito, e prepararam o testemunho para enviar à sede judicial de Rocha a cargo do doutor Alen Denvi, que determinará os passos a seguir enquanto o buque turco – tal qual o informou na terça-feira LA REPUBLICA – nesses dias estaria chagando ao porto brasileiro de Bahia, primeiro destino depois do ato criminoso protagonizado por sua tripulação.

Em um brete

Segundo conseguiu saber este jornal, a Justiça uruguaia encontra-se em um brete frente ao incrível caso dos quatro nigerianos “náufragos” que ainda permanecem em Maldonado. Inicialmente se manejou a possibilidade de notificar via Interpol o próprio capitão do "Hilal 1º", Osder Riza, mas essa possibilidade tem se diluído pela quantidade de caminhos jurídicos que deveriam se pôr em andamento, apelando inclusive a tratados internacionais de alta complexidade.

O Uruguai não poderia atuar diretamente no caso, porque o cargueiro turco ao momento de lançar ao mar os quatro jovens navegava fora das águas territoriais. Pode, sim, tomar posição sobre os náufragos que ainda não têm assegurado seu destino, por mais que a comunidade uruguaia e instituições de direitos humanos estejam empenhando todo seu apoio e inclusive oferecendo possibilidades laborais para que permaneçam no país.

http://www.larepublica.com.uy/lr2/bin/nota.php?bb79e6b298639d743323359e71df81b7&id_nota=177188&buscando=nigerianos

Os dados de campo indicam que para aqueles que tramitam e recebem a condição de refugiados, os procedimentos decorrem com maior facilidade do que para aqueles que percorrem o processo como imigrantes. Parte das dificuldades que os polizones encontram na realização dos trâmites de residência responde à falta de documentação disponível para a comprovação da identidade e de outros requisitos. A ausência dessa documentação, prevista para os procedimentos de refúgio, é complementada com outras formas de comprovação dos relatos do solicitante de refúgio.⁶⁵ Mas, como veremos na continuação, a comprovação da identidade não se limita ao âmbito jurídico.

4.3 A definição local das categorias

4.3.1 Identidade, autenticidade e definições sociais

Para os jovens que viajam de forma clandestina em navios e chegam a destino, seja como polizones, seja como náufragos, os procedimentos para comprovar sua identidade não envolvem unicamente a comprovação da origem de forma jurídica – que, como vimos, não é nada simples –, mas também uma demonstração no âmbito social. As versões sobre as quais elementos foram utilizados para dar credibilidade ao relato dos náufragos variam. Por diferentes motivos: por tê-los extraviado antes da partida ou durante a viagem, pelas condições em que esta se realizou, ou por terem sido retirados pelo capitão do barco, a maioria das pessoas possui poucos ou nenhum documentos para sua identificação⁶⁶. Cliff disse ter guardado dentro do sapato a

⁶⁵ Sobre os procedimentos utilizados para comprovar a veracidade dos relatos dos solicitantes de refúgio e as formas de esclarecimento de quem “verdadeiramente” precisa da proteção dada pelo ACNUR, ver: *Las migraciones mixtas y su relación con los éxodos de refugiados, Incluyendo la repatriación de las personas que no requieren de Protección Internacional, así como la facilitación del retorno en su Dimensión mundial*. <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/2251.pdf>

⁶⁶ A falta de identificação legal, que da nossa perspectiva pode parecer um problema,

carteira de motorista, onde estavam escritos seu nome e país de origem. Outros falam de objetos como dinheiro e outros papéis que foram escondidos entre as roupas e chegaram com eles até a costa. Contudo, a maior presença de representações diplomáticas, a saída de um país declarado como de risco e provavelmente uma ação mais próxima de organizações não-governamentais sobre o processo desses jovens levou ao reconhecimento do status de refúgio para os oito.

A tramitação da condição de refugiado foi bastante longa e, por momentos, humilhante para esses jovens. Eles foram detidos durante um tempo na cidade de Caracas, aonde foram trasladados desde Irapa, para realizar investigações e posteriormente a regularização da documentação. Durante esse período, entre sete e dez dias, ficaram presos em condições que, segundo eles, eram dignas de “delinquentes” e não de “pessoas honestas” ou de “refugiados” como eles. Finalizadas as investigações e tendo encaminhado o processo de solicitação de refúgio, os oito foram devolvidos a Irapa, ao hospital onde se encontravam nesse momento.

Muitos dos depoimentos que coletamos das pessoas que estavam em Soro e em Irapa no momento da chegada dos oito jovens da Costa do Marfim à Venezuela, referem-se à primeira desconfiança sobre a origem dos náufragos e às causas pelas quais se encontravam nessa situação. O fenótipo negro, bastante escuro, o uso de línguas como francês e inglês e a situação em que se encontravam foram associados à população vinda das ilhas do Caribe.

A particularidade na forma de chegar, mais a falta de provas quanto aos antecedentes e a pouca presença de migrantes africanos na região, em contraposição a pessoas de outras origens, parecem ter produzido uma série de sentimentos, nos observadores, que ficam entre a desconfiança e a fascinação. A improbabilidade da situação somava-se à falta de elementos que de fato pudessem demonstrar a origem e

não necessariamente é vista por essas pessoas como uma dificuldade inicialmente. A relação direta estabelecida por nós entre identidade legal e identidade social nem sempre se realiza da mesma forma em todos os países. Muitas das pessoas que eu conhecia em Gana, incluindo os professores da escola, não possuíam carteira de identidade, e esta não era necessária para praticamente nenhuma das situações cotidianas. No tempo em que eu me encontrava neste país, o governo nacional estava começando a implementar um programa de identificação, com o objetivo de que toda a população possuísse a documentação. William, de mãe ganesa e pai togolês, que possuía as duas identificações, me explicou que no Togo, a difusão desse tipo de identificação é muito maior, atribuindo essa característica aos países de colonização francesa. No capítulo 5 vou aprofundar sobre as diferentes possibilidades para a obtenção de passaporte e as particulares formas de demonstrar o lugar de nascimento e a filiação frente aos organismos públicos.

a identidade, como documentos ou outros objetos para além dos relatos pessoais, que, por serem realizados em inglês ou francês, resultavam de difícil compreensão. Associado ao ser estrangeiro, ao provir do mar e provavelmente a preconceitos raciais, as imagens de perigo se relacionam ao tráfico e outras formas de “crime”. Associada à imagem da África, esses perigos tomavam corpo em questões de saúde, epidemias e AIDS. Sobre esses perigos e a desconfiança que os náufragos produziram na sua chegada ao povoado de Soro encontramos diferentes relatos, entre os quais dois foram particularmente claros ao apontar para esta questão: o relato do pessoal encarregado do posto de saúde e o do “tradutor”, um senhor de aproximadamente 40 anos que trabalha como taxista, transportando pessoas entre os diversos povoados e cidades da região. Ele havia morado durante um tempo nos Estados Unidos, e era a única pessoa que falava inglês fluentemente no lugar no momento em que o grupo de oito africanos foi achado, sendo então chamado para fazer a tradução pelos habitantes que, na praia, tentavam se comunicar com eles.

Com muita claridade e um ar de quem conhece o mundo, “el traductor” nos conta das dificuldades por que passou para fazer as pessoas do lugar compreenderem que não deviam se aproximar dos náufragos até eles passarem pelo posto de saúde, devido a que, chegando da África ou quem sabe de onde, ninguém pode ter certeza das doenças que eles podem ter. Até mesmo doenças que não são conhecidas na Venezuela. Por outro lado, ao passar tantos dias no mar, e sem ninguém saber em que condições eles sobreviveram esse tempo todo, poderiam ter qualquer tipo de infecção. Ele explica que foi ele mesmo que levou os jovens ao posto de saúde e ali também conversou com as enfermeiras sobre as precauções necessárias.

(Diário de campo, Soro, maio de 2005)

Outros estigmas relacionados à possibilidade de representar um perigo social em potencial, vinculado ao tráfico, guerras ou atividades ilegais, também foram mencionados por alguns dos habitantes do povoado. Mesmo que não necessariamente visualizado como um elemento negativo, a possibilidade de se tratar de pessoas vinculadas a algum tipo de atividade ilegal fez com que a maioria dos habitantes do povoado os escondesse da polícia – segundo explica *el señor feo* – que vinha buscá-los para realizar o traslado ao hospital de Irapa. Parece que os possíveis perigos que os náufragos representariam foram rebatidos na medida em que esses jovens conseguiram comunicar as situações difíceis que tinham atravessado nos países de origem, rapidamente associadas pelos locais ao imaginário construído sobre a África na comunidade de recepção.

Hoje todo mundo em Irapa e Soro se refere ao grupo como “*los africanos*”. Sebastian comenta a falta de credibilidade inicial:

Ninguém acreditava que nós éramos da África.

“De África, eu não acredito nisso. Como África? Não, esse é de Trinidad, vem de Trinidad” “–Não, nós não somos de Trinidad”...

Todos, até os de migrações. Ninguém acreditava em nós, porque nós não tínhamos nenhum papel. O capitão rompeu todos. E nós estávamos o tempo todo dizendo: “Não, esse vem do Congo, esse vem da Costa do Marfim, esse vem do Togo, esse vem de Gana, esse vem de...”

Ninguém acreditava em nós. Eles pensavam que vínhamos de Trinidad, porque lá tem negros... As pessoas pensavam que éramos de Trinidad...

(Sebastian, dezembro 2005. Depoimento original em espanhol)

Mesmo assim, ao conversar com pessoas um pouco mais distantes da história, notamos que ainda no momento de realizar a pesquisa, quatro anos depois da chegada, algumas mantêm dúvidas sobre a origem do grupo, como uma das enfermeiras do hospital de Irapa (aonde esses jovens foram trasladados após a primeira passagem pelo posto de saúde de Soro), com quem falamos para tentar marcar um encontro com o diretor do hospital. Quando conversamos com ela em um dos corredores, depois de responder às nossas perguntas e pedir para tirar algumas fotos com outras mulheres, também trabalhadoras do hospital, perguntou, baixando o tom da voz: “mas eles vinham da África mesmo? Eu sempre achei que eles eram de Trinidad”.

No caso uruguaio, em contraposição ao venezuelano, as diferenças de cor entre a população local e os migrantes são bem mais evidentes. Mesmo a população considerada negra tem uma pigmentação bastante mais clara que os migrantes. Por outro lado, a diferenciação entre africanos e caribenhos não aparece como tão significativa na medida em que ambos os casos apresentam locais, cores e línguas estranhas e afastadas. Assim, os polizones não tiveram problemas com o reconhecimento social enquanto “africanos”, mesmo que esse reconhecimento não seja necessariamente uma condição positiva entre os locais.

No caso dos quatro jovens que foram achados no mar em maio de 2007, que não derivou no pedido de refúgio, mas que representou uma situação com claras implicações penais por parte do capitão do barco que os transportava, esses jovens iniciaram um processo de recopilação dos documentos necessários para tramitar a residência temporária (primeira etapa para a obtenção da residência permanente) no

país. A obtenção dessa residência e de um documento de identidade válido por um ano foi viabilizada pelas certidões de nascimento obtidas através da embaixada da Nigéria na Argentina, que emitiu algum tipo de certificação, após a visita do embaixador a esses jovens. Eu não tive acesso a essa documentação na pesquisa, mas o procedimento foi narrado por uma advogada vinculada a uma das ONGs que acompanharam o processo dos jovens no Uruguai, tentando me explicar as dificuldades administrativa desse tipo de casos, e como a categoria de náufragos foi operada para iniciar essa tramitação com a pouca documentação com que contavam.

4.3.2 “Clarificando” conceitos: refugiados e migrantes desde a visão dos operadores

Tanto a população em geral quanto os agentes participantes no campo de atenção aos estrangeiros e os funcionários públicos manejam certas ideias e uma imagem em relação ao que representa ser um refugiado ou um migrante (Ong, 2003). As formas de integração dos estrangeiros na sociedade de destino diferem na medida em que eles conseguem se colocar em maior ou menor medida em concordância com essas ideias. Para os refugiados, essa imagem está muito mais diretamente vinculada à de uma figura política, correspondendo também aos valores associados a essa figura como educação, cultura, disciplina e trabalho. O refúgio, enquanto processo jurídico, não está separado de outros processos sociais. O estado e as instituições jurídicas não têm uma existência em si mesmos, mas são constituídos por agentes que aplicam uma série de micropolíticas orientadas em relação a valores e ideologias veiculados nos diferentes âmbitos do estado e do sistema internacional de proteção aos refugiados (Ong, 2003).

Enquanto pessoas constituídas socialmente, os agentes que participam na implementação dos programas orientados à proteção e integração dos refugiados, além de compartilhar os valores, orientações éticas e políticas do sistema de proteção, participam também de outros valores, orientações políticas e visões de mundo. Diferentes formas de organizar o mundo a partir de categorias de classe, cor, religião e atitudes política ou moralmente corretas estão imbuídas nas atitudes cotidianas desses agentes, tanto quanto do resto dos sujeitos. Mas, no caso dos agentes vinculados a esse campo, tais concepções devem ser harmonizadas, ou pelo menos

organizadas de maneira que não gerem contradições na prática cotidiana. Em todos os casos, as definições e ordenamentos estabelecidos em relação às categorias de migrantes e refugiados não dizem respeito unicamente a definições jurídicas ou acadêmicas, mas envolvem experiências práticas de anos de trabalho junto com valorações pessoais e orientações políticas.

Susana – Eu não sei muito bem o que você pretende fazer, jovem, mas eu acho que a primeira coisa que deve fazer é clarificar bem suas ideias e apresentar um bom projeto. Existem algumas diferenças entre o que é um imigrante, um refugiado e um asilado. Um refugiado e um imigrante são coisas muito diferentes. Um refugiado não está aqui porque quer. Um migrante tem todo um projeto de vida associado ao novo país em que se encontra. Está porque quer... Essa é uma diferença fundamental. Sem contar todas as situações pelas quais passou um refugiado. Muitos estiveram em campos. Nesses lugares geram-se dinâmicas muito complicadas... Você nunca sabe as coisas por que essas pessoas passaram.

Pilar – E aqueles que fazem o pedido de refúgio e não são aceitos. Essas pessoas figuram nas estatísticas como imigrantes...

Susana – Bom, isso é muito complicado. É um grande problema para o ACNUR, para nós... É um grande problema... Porque essas pessoas ficam como no limbo... Não são migrantes, mas também não são refugiados. Em muitos casos não podem voltar, pelas situações em que se achavam antes de sair, ou em alguns casos, como no dos africanos, pelo custo da passagem.

(Susana, fevereiro de 2007. Depoimento original em espanhol)

Assim começou a conversação com Susana, profissional de mais de cinquenta anos trabalhando numa organização de caráter religioso que, entre outras atividades, desenvolve alguns programas do ACNUR em Buenos Aires. Ela foi a primeira pessoa que contatei na cidade, tentando me inserir em campo. Sentada em sua sala, com uma biblioteca do lado e um crucifixo no meio da parede central, fumando e colocando as cinzas no porta-lápis, Susana tentou me explicar, de todas as formas possíveis, a inviabilidade de minha pesquisa. A partir do que eu acabava de expor de forma resumida em menos de dois minutos, ela determinaria que minhas dificuldades eram originadas na falta de clareza conceitual e na utilização de uma metodologia inapropriada.

Eles não vão querer falar com você... É verdade que existem muitos trabalhos bonitos feitos sobre migrantes, utilizando entrevistas em profundidade e histórias de vida... Essa é uma técnica muito utilizada pelos sociólogos... mas você não vai poder fazer nada com eles [os refugiados provenientes da África Ocidental].

Essas pessoas não querem falar... eles vêm de uma cultura muito complicada.. a cultura dos campos [de refugiados]... eles estão acostumados a receber tudo, trazem muitos elementos de marginalidade, associados ao tempo que passaram

nos campos...

E depois tem mais uma coisa... você pensa que tudo o que eles vão te dizer é verdade...

(Susana, fevereiro de 2007. Depoimento original em espanhol)

A diferença entre migrantes econômicos e refugiados, que Susana estava tentando me explicar de forma um pouco extrema, é uma distinção frequentemente realizada entre as pessoas que trabalham em áreas relacionadas ao tema. Um dos elementos centrais que marca essa diferença e que caracteriza cada uma das categorias é a decisão voluntária ou não de abandonar o país de origem. O migrante econômico seria aquele que abandona seu país por uma decisão própria, construindo um projeto de morar no exterior. Ele poderia voltar também de forma voluntária ao país de origem e, enquanto cidadão, continuaria sob a proteção do seu estado. O refugiado, ao contrário, seria compelido a abandonar seu país de origem por uma situação de conflito bélico ou de perseguição. Por diferentes motivos, ele não pode recorrer à proteção do seu estado, sendo o lugar da comunidade internacional oferecer essa proteção. O refugiado tem direito a contar com essa proteção enquanto as condições que o obrigaram a sair do país não se modifiquem, sendo, em teoria, uma condição temporária.

Às vezes essa distinção é apresentada a partir de categorias mutuamente excludentes. Outras vezes, sem serem postas em oposição, as duas categorias são apresentadas como situações diferentes, que se devem distinguir. Assim o entende Jorge, peruano de por volta de sessenta anos, que, além de ser refugiado, coordena uma instituição de assistência aos migrantes em Montevideu: a *Asociación Cultural y Casa del inmigrante César Vallejo*.

Eu acho que é diferente um refugiado e um migrante. Um refugiado sabe que não pode voltar. Tem que sair de seu país pela força e porque sua vida está correndo risco, e por isso não pode voltar. Um migrante, ao contrário, sempre poder voltar para trás. Se não se achar bem num lugar, vai para outro, ou volta para seu país. Um migrante não carrega o sofrimento que carrega um refugiado.

(Jorge, fevereiro de 2006. Depoimento original em espanhol)

A partir de minha experiência de campo, levanto a hipótese de que, entre os funcionários de ONGs e outros serviços institucionais para imigrantes, parecem existir visões diferentes conforme a função que a pessoa cumpre. Os agentes vinculados a instituições e organismos jurídicos que levam a responsabilidade de

aceitar ou negar as petições de refúgio tendem a enfatizar essa separação com muita clareza, como pode ser percebido em debates em relação à eficácia da categoria “refugiado”, muito frequentes entre as pessoas vinculadas ao tema, e que fica claramente explicitada nos documentos produzidos pelo ACNUR:

O fato de que muitos refugiados fogem para proteger suas vidas ou liberdade ao lado de quem procura deixar para trás a pobreza ou as dificuldades é um fator que complica cada vez mais a tarefa de garantir a proteção internacional a quem verdadeiramente a necessita. Uma inquietude central nesse sentido é que às vezes corre-se o perigo de não identificar a particularidade da situação do refugiado e as necessidades de proteção do indivíduo em si. Evidentemente, controlar as migrações é um direito soberano e responsabilidade do Estado. Desde a ótica do ACNUR, não obstante, é da maior importância diferenciar entre os refugiados e aquelas pessoas que não se consideram requeridas de proteção internacional. É uma distinção que deve ser preservada ao desenhar e executar as leis e outras medidas para controlar a imigração⁶⁷ (ACNUR, 2003 b).

Do outro lado, entre os agentes de programas de assistência que trabalham em contato direto com refugiados, asilados e migrantes, as categorias resultam mais facilmente flexibilizadas. Entre estes é muito mais frequente o questionamento de divisões estritas; entendendo o refúgio como uma ferramenta para a ampliação e extensão de melhores condições de vida, direitos sociais, políticos e econômicos. Procura-se então abranger o maior número de pessoas em situação de deslocamento, introduzindo a noção de “migração forçada” que compreende muito mais do que a violação dos direitos individuais frente aos abusos do estado, ou das perseguições internas envolvendo crises sociais, econômicas e ambientais.

Além da discussão conceitual sobre o que é o refúgio, os direitos que devem ser protegidos por este e o tipo de situações em que deve ser aplicado, existe outro nível

⁶⁷ El hecho de que muchos refugiados huyen para proteger su vida o libertad al lado de quienes buscan dejar atrás la pobreza o las dificultades, es un factor que complica cada vez más la tarea de garantizar la protección internacional a quienes en verdad la necesitan. Una inquietud central en este sentido es que a veces se corre el peligro de no identificar la particularidad de la situación del refugiado y las necesidades de protección del individuo en sí. Evidentemente, controlar las migraciones es un derecho soberano y una responsabilidad de los Estados. Desde la óptica del ACNUR, no obstante, es de la mayor importancia diferenciar entre los refugiados y aquellas personas que no se consideran requeridas de protección internacional. Es una distinción que debe preservarse al diseñar y ejecutar leyes y otras medidas para controlar la inmigración.

de discussão que circula entre os agentes desse campo. Essa discussão refere-se à operacionalidade da Convenção para o Refúgio da ONU tal como ela existe até o momento e implica uma análise mais política das possibilidades e conveniência de modificar seu conteúdo na conjuntura atual. Nesse caso os debates giram em torno da questão de o que resulta mais interessante: manter o estatuto como ele está, garantindo um tipo de cobertura específica mesmo que restrita, ou ampliar sua definição envolvendo outro tipo de situações que também requerem proteção internacional?

Esse tipo de questionamento é frequente cada vez que diferentes agentes vinculados ao trabalho com migrantes e refugiados propiciam âmbitos de encontro e discussão. Tive oportunidade de presenciar alguns desses debates no *1º. Congreso Argentino de Estudios sobre Migraciones Internacionales, Políticas Migratorias y de Asilo* em abril de 2006 em Buenos Aires, no qual participaram pessoas provenientes de diferentes áreas da academia, de ONGs que trabalham diretamente com a aplicação de programas para refugiados e migrantes e pessoas provenientes do ACNUR e de diferentes âmbitos oficiais que estabelecem as políticas relativas a estrangeiros. Entre as muitas posições dessas pessoas não foi possível chegar a um consenso. Contudo o âmbito do debate deixou claramente apresentada a dúvida entre ampliar o tipo de situações compreendidas no estatuto de refúgio ou arriscar uma perda da efetividade e talvez gerar uma redução do tipo de proteção oferecida pela comunidade internacional na medida em que os países mais industrializados do mundo encontram-se claramente a favor de políticas limitacionistas dos movimentos de população.

4.3.3 Refúgio e refugiados, as diferenças dentro da categoria

Em grandes traços, os refugiados no Uruguai e na Argentina podem ser distribuídos por grupos segundo a origem ou o lugar de onde provêm. Esses grupos não estão ligados unicamente às características similares dos processos políticos da região de onde vêm, mas também às culturais e fenotípicas que embasam a construção das categorias que a sociedade englobante projeta sobre eles. De maneira mais ou menos formal, para a análise dos dados e das políticas aplicáveis, essas agências distinguem os refugiados em quatro grupos principais, tomando como critério a região de origem (ACNUR, 2002). Esses grupos são da África, do Leste

Europeu, da América do Sul (fundamentalmente a região andina e a Colômbia) e centro-americanos (onde por diferentes razões se destacam os cubanos). Além das características comuns que esses grupos apresentam, encontramos algumas constantes no interior de cada um deles, como a distribuição de idade e gênero.

Para os originários do Leste Europeu, o fenótipo loiro e branco atua como primeiro diferenciador. A língua (as línguas do Leste Europeu não estão dentre as mais conhecidas no repertório da sociedade receptora) e o forte sotaque, com dificuldades para a pronúncia de alguns sons do espanhol, funcionam como auxiliares que reforçam e ajudam na construção de uma etiqueta particular. Simultaneamente, a maior presença de mulheres⁶⁸ e uma associação com um nível educativo mais alto⁶⁹, ajudam na aceitação e integração desses grupos pela sociedade, mesmo que envolva sempre algumas formas de subordinação.

Trabalhando com diferentes agentes que põem em prática os programas para refugiados em Buenos Aires, tive oportunidade de conhecer a história de duas refugiadas da Romênia que têm uma pequena loja onde fazem trabalhos de costura. A loja é pequena, mas bem localizada, num bairro de classe alta, com uma grande vitrine onde se enxergam duas máquinas de costura. Ela foi criada a partir do esforço conjunto da organização que deu o dinheiro para a compra das máquinas e das duas senhoras, que alugam o local onde trabalham e levam o negócio adiante, recebendo pedidos de trabalho de todo o bairro, onde são conhecidas como “as russas”. A pessoa que está fazendo a narração, trabalhadora num dos serviços de imigração, me convida a dar uma passada pelo local enquanto me conta mais detalhes da história, exemplificando o que ela parece entender como “o tipo ideal” do refugiado. No seu país de origem uma delas era engenheira, a outra também era universitária, mas aqui elas tiveram que mudar de vida e aceitar realizar um trabalho menos qualificado e não muito bem pago. Humildade e disciplina para o trabalho é a moral dessa história, transmitida no esforço que essa mudança deve ter exigido para duas pessoas

⁶⁸ Sobre a escolha das mulheres como alvo preferencial das políticas de assistência, organizadas em torno do conceito de empoderamento da mulher, colocando a figura masculina no lugar negativo, ver o trabalho de Aihwa Ong (1994).

⁶⁹ Resulta interessante observar que essa apreciação do maior nível educativo de um grupo de refugiados em relação a outros não parte de um dado quantitativo. Uma alta porcentagem dos refugiados africanos que hoje se dedicam a atividades comerciais conta com estudos superiores. Provavelmente a percepção de um maior nível educativo esteja associada à utilização de outras habilidades sociais e um comportamento mais disciplinado por parte de alguns refugiados em relação a outros.

acostumadas a outro estilo de vida. Blanco, trabalhando em relação aos processos de integração de polizones africanos nas cidades de Buenos Aires e La Plata, aponta para situações similares no relacionamento desses jovens, a grande maioria deles formada por refugiados, com as instituições e organizações locais.

Cabe aclarar que o percurso por instituições ou organismos que trabalham com refugiados deixou em claro várias coisas: não há um trabalho mancomunado entre as mesmas para abordar o problema; não há dados concretos sobre a quantidade de seres humanos que chegam nessas condições, e existe, mesmo hoje em muitos desses lugares onde supostamente se ajuda o imigrante, muita discriminação. “Você viu como eles são”; “Não gostam de trabalhar”; “Eles vêm de um lugar onde são todas tribos”; “Sempre estão em guerra”⁷⁰ (Blanco, 2007: 183).

Mais uma vez, a construção dessas etiquetas não é inocente e sim hierarquicamente determinada em função de ideologias dominantes. Assim, em contraposição ao exemplo das refugiadas romanas, “os africanos” representam valores inversamente proporcionais, encontrando-se no extremo inferior dessa hierarquia. Em função da cor e da origem, associada a uma região e não às delimitações dos estados modernos⁷¹, os migrantes “africanos” nos discursos e práticas cotidianas são colocados como um grupo uniforme. Esse grupo se caracteriza por estar composto fundamentalmente por jovens de sexo masculino, na faixa etária de 16 a 30 (no momento de chegada). Essas duas características, masculinidade e juventude, são determinantes para o tipo de imagem que se projeta sobre eles. Outra característica fundamental é o tipo de atividade desenvolvida por essas pessoas, geralmente vinculada à área comercial. Mas todas essas características são basicamente complementares da mais saliente delas: a cor.

Essa forma de hierarquização racial não pode ser explicitada nos discursos de forma descarada, porque implicaria uma contradição com os valores que idealmente

⁷⁰ Cabe aclarar que el recorrido por instituciones u organismos que trabajan con refugiados dejó en claro varias cosas: no hay un trabajo mancomunado entre las mismas para abordar el problema; no hay datos concretos sobre la cantidad de seres humanos que arriban en esas condiciones, y existe, aún hoy y en esos lugares donde supuestamente se ayuda al inmigrante, mucha discriminación. “Viste cómo son”; “No les gusta trabajar”; “Vienen de un lugar donde son todas tribus”; “Siempre están en guerra”.

⁷¹ Resulta interessante o fato de que os refugiados da região da Europa Oriental são em geral denominados com etiquetas nacionais, mesmo que elas não correspondam aos países de origem ou se refiram diretamente a estados que já não existem. Ao contrário, refugiados africanos, que em alguns casos vêm de estados novos, mas com uma história um pouco mais longa, são identificados com uma definição geográfica e não política.

orientam o trabalho do ACNUR. Assim, as características negativas desse grupo que é definido por região de origem ou cor (as expressões “os africanos” ou “os negros” são utilizadas de forma indistinta às vezes) são vinculadas a comportamentos e atitudes pouco disciplinados, entendidos como típicos. A dificuldade de enquadrar esses jovens dentro do comportamento esperado para um refugiado e, portanto, dentro do tipo de programas planejados para eles, é uma ideia comunicada de diferentes formas. Em alguns casos, como no de Gabriela, estagiária do *Serviço Ecuménico por la Dignidad Humana* (SEDHU), que representa o ACNUR em Montevideu, essa impossibilidade se manifesta de forma ambígua, como impotência e incompreensão.

É muito difícil, a gente gostaria de ajudar, mas não sabe como, eles não se deixam ajudar. A gente tem muito que aprender aqui, nem sempre você pode fazer o que gostaria. Tem que entender que nem tudo é possível. As pessoas são diferentes, e nós não podemos fazer com que elas sejam como queremos.

(Gabriela, fevereiro de 2006. Depoimento original em espanhol)

Mas nem em todos os casos essa dificuldade é enxergada como um problema na comunicação. Em outros a responsabilidade é jogada por completo no lado dos refugiados. A impossibilidade de desenvolver programas efetivos de ajuda para essas pessoas é adjudicada a um tipo específico de “cultura”, adquirido durante a estadia nos campos de refúgio pelos quais supostamente a grande maioria teria passado antes de chegar à América do Sul. Essa “cultura dos campos” estaria caracterizada pela passividade e pela espera de ajuda em contraposição à autonomia e procura de oportunidades evidenciadas por outros grupos de imigrantes. Dessa forma, esses refugiados não seriam capazes de se adaptar ao tipo de programa implementado na região, caracterizado pelos poucos recursos para o outorgamento de benefícios e centrando sua ajuda na inserção desses refugiados em atividades produtivas. A falta de disciplina e fundamentalmente a falta de vontade de se engajar em qualquer atividade laboral com horários fixos é enxergada como a maior dificuldade e justificada pelo background cultural desses jovens. Por último, a maior das dificuldades de trabalho com os refugiados africanos seria causada nas formas de expressão políticas pouco apropriadas que eles utilizam.

A porta da organização onde Susana trabalha é blindada. A campainha elétrica conta com uma câmera e um visor de vidro espelhado, protegido com tecido de arame, assim como todas as janelas do prédio. Por dentro se parece com uma casa antiga, mas por fora se assemelha a um bunker. Entre episódios de vidros quebrados

e pessoas encadeadas à porta do local, Susana destaca uma história particular, em que um grupo de jovens africanos protestou nu e tocando instrumentos de percussão na porta da *Pastoral del Migrante*. Os refugiados africanos não se adaptam a nenhuma das categorias valoradas positivamente. Eles não correspondem à imagem esperada do refugiado, como sendo alguém com uma forte consciência política⁷² e outras formas de capital simbólico associado. E fundamentalmente, como Pupavac propõe, eles estão muito longe de serem aqueles refugiados que com sua presença vêm a nós lembrar o acertado de nossas escolhas. Pelo contrário, a dificuldade de adaptação desses refugiados espelha o lado mais difícil de aceitar de nossas sociedades.

4.4 Documentação e legitimidade social

Entre os agentes vinculados a organizações e instâncias do governo, não existe consenso sobre o que significa ser um refugiado, quais os requerimentos e o alcance dessa categoria. Mas se olhamos para a visão das pessoas em situação de solicitar o refúgio, as percepções do refúgio, os direitos, privilégios e obrigações do que isso significa também são muito variadas. Essas perspectivas não podem ser compreendidas como uma realidade homogênea, elas variam dependendo de cada sujeito, suas intenções e projeções para o futuro, e das situações, da partida e aquelas com que se confronta no novo país.

É evidente que os solicitantes de refúgio trazem com eles desde o local de origem suas próprias ideias do que significa ser um refugiado, os direitos e as obrigações que essa categoria outorga; que não necessariamente se assimilam às práticas locais. Em cada país, os programas do ACNUR são geralmente aplicados por instituições ou organizações não-governamentais. O tipo de programas de assistência implementados varia segundo as necessidades e os objetivos locais e os recursos disponíveis para implementá-los. As expectativas dos solicitantes de refúgio, aceitos ou negados, e dos agentes e planejadores dos serviços de proteção não necessariamente coincidem; e ao articular essas diferentes ideias do que significa ser um migrante e/ou um refugiado, os requisitos e os direitos necessários para ser compreendido em cada categoria são muito diferentes. Contudo, é importante

⁷² No mínimo, eles não correspondem às formas de manifestação tradicionais de um tipo específico de "consciência política".

chamar a atenção sobre o fato de que os sujeitos portadores dessas diversas visões têm posições estruturalmente diferentes no campo de atenção aos estrangeiros. Enquanto os sujeitos solicitantes do refúgio são os que se encontram numa posição menos favorecida, no lugar de quem “pede” num campo dominado por aqueles que “outorgam”, os agentes.

Apesar de existir uma rede institucional para amparar os imigrantes, meus dados de campo sugerem que, no momento de solicitar o status de refugiado, são muitas vezes os próprios candidatos que levam adiante os procedimentos administrativos frente a instituições e agentes encarregados de outorgar tal proteção. Organizando as experiências vivenciadas em um discurso que os habilite para a obtenção do refúgio, essas pessoas confrontam as imagens projetadas pela sociedade receptora, sendo muitas vezes forçadas a fazê-lo em formas que sentem não corresponderem de maneira totalmente real aos fatos. Sendo um procedimento jurídico, a aquisição do status tende a ser cada vez mais rotineira em suas fórmulas e condições, e, em muitos casos, os agentes tendem a estereotipar os discursos daqueles que estão preenchendo as solicitações, como forma de favorecer o acesso a essa proteção.

Contudo, é necessário não ser ingênuo em relação a esses posicionamentos, e levar em consideração que em muitos casos – mesmo que não em todos – esses discursos fazem parte de reelaborações posteriores à negação do pedido de refúgio, o que não lhes quita valor, mas os contextualiza. Abul⁷³, por exemplo, que é originário de Mali, saiu de casa à procura de melhores oportunidades. Ele explica, seu país está em paz, e nele não existem conflitos para além de uma pequena zona fronteiriça ao norte do território. Em função desses conflitos, alguns de seus conterrâneos obtiveram o status de refúgio praticamente de forma automática ao chegarem à Argentina. Mas, de acordo com o que ele me explicou, o momento em que ele chegou, sobre finais da década de 1990, não foi o mais propício, pela quantidade de pessoas de origem africana e de outras origens que estava entrando no país.

Assim, após contatar a pastoral do migrante, foi lhe explicado que deveria explicitar sua situação de partida por escrito para obter o refúgio. Desavisado e hesitante ao falar do seu passado, Abul detalhou em poucas palavras o percurso da

⁷³ Sobre a trajetória de Abul na África Ocidental, a viagem transoceânica e a mobilidade na América do Sul, ver capítulo 3, *Migrações Sul-Sul*.

sua chegada à Argentina. Ele mesmo reconhece que se tivesse se esforçado mais, a resolução poderia ter sido diferente. Porém, uma vez que já estava recebendo ajuda dos programas do ACNUR enquanto solicitante de refúgio, e consciente de que a ajuda em caso de obter o status não se estenderia muito além do que já tinha recebido, optou por tramitar a residência legal como migrante, que viu-se facilitada em função de um contrato de trabalho com que contava.

Os casos em que as narrações sobre as condições de partida mudam ou vão se modelando de forma a se ajustar aos requisitos estabelecidos para a obtenção do refúgio parecem não ser infrequentes, e os resultados dessas “adequações” são variados. Assim, como no caso de Abul não funcionou, encontramos um caso no Uruguai em que um jovem nigeriano conseguiu, a partir de diferentes formas de pressão à opinião pública, reformular suas declarações e dar viabilidade ao pedido de refúgio. Não sem ironia, a imprensa uruguaia, nesse caso o jornal “La República”, descreve o acontecimento no dia 24 de fevereiro de 2008.

Uruguai deu amparo ao nigeriano que ia ser deportado

Gabriel Monteagudo - COLONIA

O nigeriano que ia ser deportado após não receber asilo como refugiado no Uruguai finalmente foi aceito pelas autoridades de nosso país e não viajou de volta para a Nigéria. No meio, ele ameaçou pular de um sexto piso e disse que os nervos o “traíram” na hora de declarar. Queriam incorporá-lo ao exército para lutar nas guerrilhas que assolam a Nigéria, por isso fugiu com os outros. Ao Uruguai chegaram cinco como *polizones*, mas outros cinco teriam sido descobertos antes de elevar âncoras e foram baixados antes de zarpar. Em Nueva Palmira se comentou que teriam sido mortos e jogados no mar durante a travessia.

De fato, LA REPÚBLICA, assim como os outros meios nacionais, informou que um dos cinco nigerianos achados no passado 15 de fevereiro, escondidos em uma caixa do timão do barco mercante Kavo Alexandro II, que chegou ao porto de Nova Palmira para carregar trigo com destino a Moçambique, ia ser enviado à Nigéria, já que não tinha preenchido os requisitos para configurar a qualidade de refugiado. Porém, a história teria, dias mais tarde, uma reviravolta.

Andrew Okere, de 19 anos, tinha declarado ante as autoridades de migrações que sua saída da Nigéria se deveu a “razões econômicas” e, por isso, a Direção Nacional de Migrações e a Comissão de Refugiados, que funcionam na órbita da secretaria uruguaia, decidiram não acolhê-lo em nosso país.

Para isso, falou-se com a empresa fabricante do Kavo Alexandro II, e esta, para não ter que correr os riscos levando a bordo uma pessoa que não integra a tripulação durante a longa viagem até a Nigéria, decidiu pagar uma passagem de avião. Essa semana Okere recebeu a

passagem de avião que o levaria de volta à Nigéria. Ao saber que seria devolvido ao seu país, de acordo com a informação que conseguiu LA REPÚBLICA, Andrew Okere entrou em estado de pânico, enlouqueceu dos nervos e se pendurou da janela do edifício onde se achava hospedado. Disse que se o colocassem no avião para seu país, tiraria a própria vida.

Em um mau inglês, conseguiu se comunicar novamente com as autoridades uruguaias e assinalar que, assim como os outros, tinha saído de seu país para evitar as tentativas das forças militares de seu governos, que os incorporava à luta de guerrilhas vigentes lá. Além disso, contou que tinha utilizado uma canoa para chegar ao barco e se esconder na caixa do timão, sob a linha de flutuação, onde esteve vários dias desde antes que o barco saísse do porto de Lagos, na Nigéria. Desesperados devido ao frio e à fome, oito dias depois começaram a bater nas paredes do diminuto habitáculo até que foram ouvidos pela tripulação.

Finalmente, mais calmo e após depor outra vez durante várias horas, se juntou aos quatro colegas de desventura e conseguiu o asilo em nosso país.

http://www.larepublica.com.uy/lr2/bin/nota.php?bb79e6b298639d743323359e71df81b7&id_notas=177188&buscando=nigerianos

Mas, se o relato das experiências vividas é necessariamente manejado e formulado em termos apropriados ao processo de pedido de refúgio, isso não significa que as pessoas façam um uso meramente pragmático de suas experiências de vida para a obtenção de um determinado tipo de benefícios, que não necessariamente corresponderiam à situação de cada um deles. E não necessariamente todos os sujeitos estão dispostos a ser compreendidos dentro da categoria “refugiados”, independentemente das considerações que eles façam de sua situação. As leituras que podem ser feitas da figura do refugiado são múltiplas, e mesmo que em alguns casos ela seja utilizada por seus possuidores como um símbolo de engajamento político e de valentia, pode também ser vista como uma forma de vulnerabilidade ou dependência⁷⁴, que não necessariamente esses jovens têm interesse em transmitir.

Segundo Javier, que trabalha na área de migrações e refúgio da Amnesty International - Uruguay, muitos dos trabalhadores migrantes que residem no país não conseguem acessar toda a documentação necessária para obter o visto de permanência. Em geral a obtenção dessa documentação tem custos muito altos, e os migrantes, fundamentalmente latino-americanos, preferem o sistema de atravessar a

⁷⁴ Ver parte 4.2.1 *A evolução da noção do refugiado: de herói a vítima.*

fronteira de três em três meses, renovando o visto de turista. Mas se no caso dos migrantes latino-americanos a saída periódica representa uma alternativa mais viável do que a tramitação da documentação, eles contam com uma vantagem sobre os jovens africanos, que é o fato de ter a documentação do país de origem em regra, o que lhes permite justamente optar por essa alternativa. No capítulo anterior vimos como diferentes situações e trajetórias podem ser abordadas na sua diversidade como conformando um fenômeno complexo e complementar das dinâmicas migratórias na África Ocidental. Neste capítulo, vimos como esses processos migratórios, uma vez no local de chegada, são enquadrados em diferentes categorias: migrantes, náufragos ou refugiados. Em uma perspectiva jurídica, essas denominações representam categorias claramente diferenciadas. Na prática, elas respondem a processos particulares que não podem ser associados unicamente às causas da partida, mas a uma série complexa de elementos. No local de chegada esses elementos envolvem desde as diferentes interpretações locais dadas à legislação internacional até as formas de movimentar-se no campo de cada um desses sujeitos, passando pela eficiência dos organismos não-governamentais envolvidos no processo até a conjuntura política local no momento da chegada. Contudo, da perspectiva dos protagonistas dessa experiência, a distribuição de categorias acaba não sendo uma questão tão importante em si mesma. A possibilidade da permanência no país ou da continuidade do processo migratório e principalmente a passagem de uma situação de irregularidade ao status de legalidade, seja na condição que for, são elementos muito mais valorizados do que a denominação em si mesma. O que não significa que outro tipo de direitos ou benefícios associados a cada uma dessas categorias não sejam reivindicados. Vimos também que a atribuição do status de refugiado não significa por si nenhum tipo particular de aceitação social.

Os processos de negociação de identidades sociais e os processos de tramitação de status legais não necessariamente coincidem, mas também não podem ser entendidos como independentes uns dos outros. Eles tramitam por canais diferentes e estão vinculados a categorias de reconhecimento diferentes. A regularização jurídica destas pessoas tem como objetivo a viabilização da sua permanência e sua integração. Habilita uma série de elementos como o acesso a emprego e a diferentes serviços de assistência, mas também aportam legitimidade às formas de integração social e até certo ponto as condicionam, mas não as esgotam. Como vimos ao analisar as

mudanças produzidas no conceito de refugiado, na atualidade, diluído o caráter primordialmente político do mesmo, associado às lutas ideológicas e manifestações culturais ocorridas durante a guerra fria, o refugiado tem perdido grande parte da aura positiva, sendo vinculado, não por distância econômica, mas por distâncias civilizatórias, ao lugar do outro e do intruso, junto com o migrante. Associadas às formas de pobreza (pobreza material), às formas de conflitos políticos (pobreza política) e às dificuldades de planejamento e desenvolvimento para prever e evitar crises (pobreza cultural), os refugiados e migrantes chegam do chamado terceiro mundo (Sayad, 1991).

CAPÍTULO 5

África: entre o continente e o bairro

O continente é grande demais para ser descrito. É um verdadeiro oceano, um planeta separado, um cosmos variado e imensamente rico. Somente com a maior das simplificações, e por razões de conveniência, podemos dizer “África”. Na realidade, exceto como uma denominação geográfica, a África não existe⁷⁵.

(Kapusinski, 2003, apud Sebastián, 2006: 19).

Vamos uma noite com Carolina e Joseph, o único dos naufragos entrevistados que ainda mora em Irapa, visitar Beatriz, a dona da fábrica de rum onde ele trabalha. Beatriz tinha nos convidado para passar em casa e conversar um pouco. Na verdade ela quer combinar para fazer uma visita à filha de Joseph, que mora junto com a mãe e a família da mãe em Rio Alto, no dia seguinte.

Beatriz, que parece ter uma relação bastante próxima com seu funcionário, fala com muito carinho, se referindo a ele como um filho, com o jeito de uma mãe que sabe melhor do que qualquer outro do que o filho precisa e deve fazer. Faz questão de dizer que ele precisa inscrever a criança no registro civil. A menina tem um mês aproximadamente, e os pais nunca moraram juntos. Segundo Joseph, ela acabou o namoro durante a gravidez.

A proposta de Beatriz é que ele registre a criança com seu sobrenome e o nome de “África, como sua pátria”, explica. Joseph, que, um pouco confuso, tenta dizer que sua partia é o Congo e que ele tinha escolhido o nome de Julia, como sua mãe. Bom, “África Julia”, propõe Beatriz, ou então “Julia África”. Mas no outro dia íamos descobrir que a criança já tinha sido registrada com o nome que a mãe escolheu: Rose Marie.

(Diário de campo, Irapa, maio de 2005)

A seguir, há a questão da unidade e da fragmentação da África. Minha ideia, como você sabe, é que a África deve constituir-se através da integração, que não existe verdadeiramente hoje. (...) Trata-se do problema da identidade e do papel a desempenhar no mundo. Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio.

(Ki-Zerbo, 2006: 12)

⁷⁵ El continente es demasiado grande para ser descrito. Es un verdadero océano, un planeta separado, un cosmos variado e inmensamente rico. Solo con la mayor de las simplificaciones, y por razones de conveniencia, podemos decir “África”. En realidad, excepto como una denominación geográfica, África no existe.

Os próximos capítulos vão abordar o fenômeno migratório analisado desde a perspectiva do local de origem, a partir do trabalho de campo realizado em três países da África Ocidental⁷⁶. O objetivo do presente capítulo e dos seguintes é compreender as formas em que esse fenômeno migratório particular se gesta, entre jovens urbanos, e a forma em que se vincula com estruturas sociais mais amplas, e com representações mais amplas da migração dentro dessas sociedades. Para isso, vou começar analisando algumas questões teóricas e epistemológicas que envolvem desde a definição do objeto de análise até as formas em que essa análise se vincula a outros trabalhos antropológicos. A partir disso, tentarei obter algumas conclusões do significado que esses jovens estabelecem das condições em que vivem, que eu tentarei caracterizar aqui como a situação de jovens das grandes metrópoles africanas, as quais eles mesmos identificam como de *jovens do gueto*.

As implicações teóricas e políticas que esse tipo de generalizações – sempre tentativas temporárias – produz devem ser observadas à luz do pensamento crítico da filosofia africana, que será apresentado. Essas preocupações que guiam a passagem do geral ao particular são similares às apresentadas no capítulo 2, onde discuti trabalhos teóricos sobre migrações intra e transcontinentais na África e suas vinculações com o conceito de diáspora negra e comunidades de afrodescendentes na América Latina. Aqui, porém, serão discutidas as formas em que o fenômeno migratório, mais especificamente as travessias clandestinas em navios, se apresenta, partindo das definições do que é África.

Entender em que medida a África pode ou não ser considerada como uma unidade de análise, e como uma unidade real capaz de gerar critérios de identificação e de oposição em relação ao resto do mundo, é fundamental para compreender as formas em que os conceitos de modernidade e participação são utilizados na minha interpretação da situação desses jovens enquanto jovens urbanos na África Ocidental e da própria definição que eles mesmos dão à sua situação, seu lugar de moradia enquanto um gueto e sua condição nele – enquanto homens jovens – como uma das mais desvantajosas.

⁷⁶ A forma em que esse período da pesquisa se desenvolveu na África foi explicada com maior detalhe no capítulo 1.

5.1 Definindo unidades de análise, estabelecendo unidades de sentido

Em uma perspectiva formal, podemos estabelecer os limites da África a partir de fronteiras geográficas e de divisões políticas internas ao continente, que constituem estados com base em acordos políticos. Contudo, a ideia de uma unidade coerente que possa ser entendida como *África*, as representações que sobre elas se projetam e suas divisões internas em estados-nação não respondem a divisões objetivas ou naturais. Essas divisões foram construídas a partir de longos processos históricos que muitas vezes não estão ligados somente à geopolítica local, mas primeiramente a interesses coloniais (Sebastián, 2006), e dos processos de polarização em blocos do mundo a partir da guerra fria (Barnett, 2002; Pupavac, 2006).

Por muito naturais que essas classificações possam nos parecer, nenhuma divisão geográfica, nem, muito menos, política, pode ser tomada como natural ou objetiva, todas elas remetem às formas historicamente determinadas de organizar uma visão de mundo. Segundo a definição das Nações Unidas, a região da África Ocidental compreende 16 estados: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo⁷⁷. Este território, que corresponde à parte mais ao oeste do continente africano, apresenta uma importante diversidade geográfica e ecológica, assim como uma considerável diversidade cultural, linguística e religiosa.

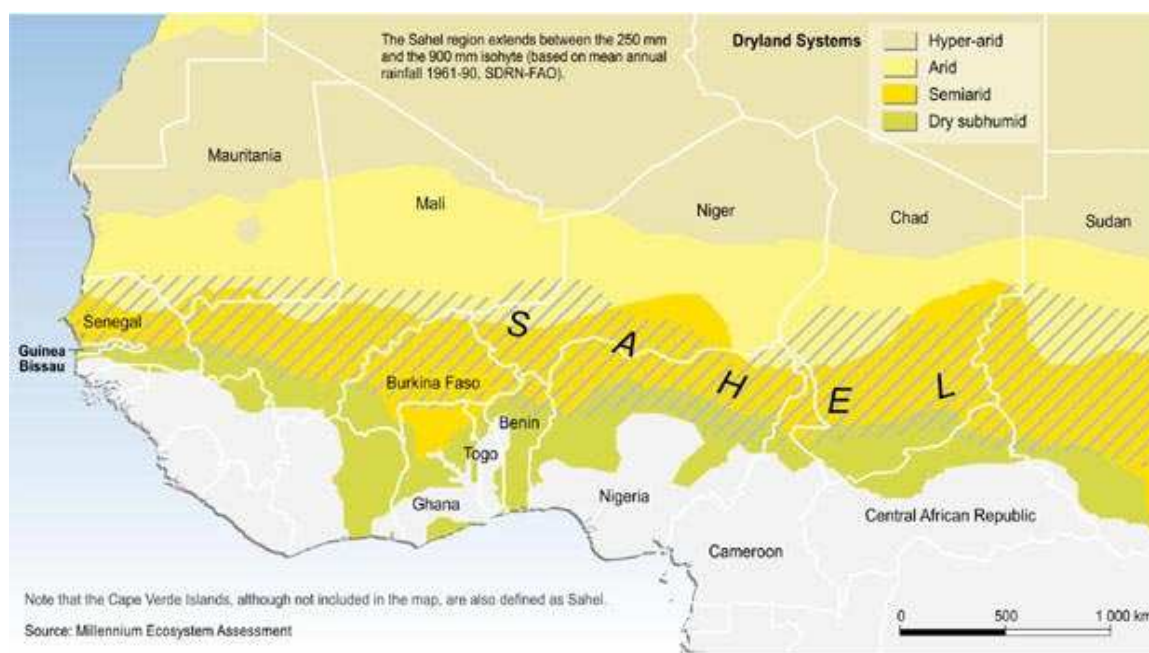
Ao longo de todo esse território existem significativas diferenças, não somente entre os estados, como também entre as regiões dentro dos países de maior tamanho. Assim ao noroeste encontramos a região mais desértica, que compreende o chamado WASAT, West Africa Semi-Arid Tropics (Konseiga, 2005), com um clima seco e uma agricultura praticamente baseada no cultivo sazonal; enquanto que na região da costa encontramos um clima muito mais úmido, com importantes cultivos de cacau e café e uma ampla gama de recursos naturais a serem explorados. É possível estabelecer quatro regiões mais ou menos homogêneas no que se refere à ocupação humana, que podem ser caracterizadas pelo clima, pelos recursos e pelas atividades produtivas (Konseiga, 2005). A primeira, onde se localiza Lagos, compreende os grandes centros

⁷⁷ Ver mapa 4.

urbanos dos países da costa. Nelas a densidade da população é muito alta, e um dos principais fatores dessa densidade é o fato de as cidades representarem o destino preferencial das migrações. A região dois é a limítrofe entre as áreas costeiras. Apesar de apresentar baixa densidade populacional, tem sido uma zona de emissão de migrantes nos últimos 30 anos, e provavelmente se converta em área de imigração. A terceira região é mais urbanizada do que a anterior, inclui as áreas mais dinâmicas do Sahel, que são principalmente emissores de migrantes. A última região é a que inclui o resto do Sahel e representa a principal região de emissão de migrantes, com o potencial econômico e demográfico mais baixo. Entre essas regiões podem ser determinados diferentes padrões de mobilidade humana prevalentes: do norte ao sul, das terras continentais à costa, e das áreas rurais às urbanas (Konseiga, 2005: 42).

Mapa 5 - África Ocidental, regiões climáticas

fonte: <http://youthinkblog.worldbank.org/files/sahel.jpg>



5.1.1 Africanismo e colonialismo

O primeiro dos problemas de caráter metodológico que a pesquisa em Gana e na Nigéria apresentou esteve relacionado ao fato de organizar um objeto de análise relacionado às dinâmicas migratórias na África Ocidental a partir de experiências

etnográficas realizadas em diferentes locais. Como amalgamar o observado em uma pequena aldeia agricultora no interior do Gana com os relatos de jovens de uma megametrópole portuária na Nigéria? Se a diversidade dos dados de campo permitiu construir um campo um pouco mais denso das “dinâmicas migratórias” na região, a sobreposição dessas experiências unificadas pela trajetória de pesquisa colocava o risco de essencializar o fenômeno. De um lado, a diversidade marcante do continente resulta na impossibilidade de falar em uma África ou mesmo da África Ocidental como uma região homogênea. Do outro, a interconexão desses fenômenos faz necessária a procura de uma perspectiva mais ampla que permita contextualizar os relatos dos jovens entrevistados na América do Sul e em Lagos. A reinserção do fenômeno na situação em que ela se gesta, somada à minha experiência pessoal de “não africana”, com a qual me vi confrontada, colocavam a necessidade de despegar a análise dos fatos concretos e das experiências vividas pelos migrantes do outro lado do oceano.

O desconforto ao falar da África Ocidental como unidade de análise referia-se à necessidade de evitar uma perspectiva unificadora e desqualificante do continente como um conjunto. Para muitos acadêmicos (Ki-Zerbo, 2006; Mbembe, 2001; Ngoenha, 1993; Asante, 2000) a imagem homogeneizante do continente, geralmente voltada aos aspectos negativos, tem sido o resultado de um longo processo de dominação político, econômico e simbólico por parte dos impérios europeus sobre o continente africano.

O processo pelo qual a África se transforma em uma unidade de sentido pode ser entendido como um processo análogo ao que Said (2004) descreve como “orientalismo”. A visão eurocêntrica constrói a partir de um mundo complexo e dinâmico uma unidade de análise homogênea e posteriormente um “outro” mitificado no qual se projetar.

É evidente (...) que quando falo de orientalismo me refiro a várias coisas, todas elas, na minha opinião, interdependentes. Em geral, a acepção de orientalismo mais admitida é a acadêmica, e essa etiqueta serve para designar um grande número de instituições desse tipo. (...) É um estilo de pensamento que se baseia na distinção ontológica e epistemológica que se estabelece entre Oriente e – a maior parte das vezes – Ocidente. Assim, uma grande quantidade de escritores – entre eles, poetas, romancistas, filósofos, políticos e

administradores do Império – têm aceitado essa diferença básica entre Oriente e Ocidente como ponto de partida...⁷⁸ (Said, 2004: 20/21).

Os dispositivos históricos, acadêmicos e políticos mediante os quais são construídas essas duas entidades, “Oriente” e “África”, são muito diferentes. Também são diferentes as funções que estas regiões teriam a preencher no imaginário ocidental. Enquanto o Oriente representaria o exotismo encarnado no erotismo, misticismo, hermetismo e refinamento misturado com a brutalidade; o papel reservado à África seria o de uma desigualdade muito mais marcada, colocada no lugar do primitivismo, em todas suas facetas, barbárie, força bruta, promiscuidade, ausência de normas e, portanto, de cultura. Nas palavras de Fanon:

A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram ou, melhor, nunca habitaram o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética. Ausência de valores, e também negação dos valores. Ele é, ousemos dizer, o inimigo dos valores (Fanon, 2008: 58).

Mas se os processos de colonização foram muito diferentes, os de dominação podem ser compreendidos a partir de suas similitudes, na medida em que representam processos de simplificação e de conversão do outro, complexo e dinâmico, numa unidade isolada. Os dois processos utilizam os mesmos dispositivos que polarizam o mundo no binarismo *O Ocidente e o resto* (Hall, 2006: 105). Essa é uma relação hierarquizada em que o Ocidente sempre figura na posição dominante, representante da civilização e do progresso da humanidade. Assim, os processos de construção e representação do outro – em suas diferentes versões – não se referem a justificativas ou elaborações posteriores dos processos de colonização, mas são em si mesmos dispositivos de dominação.

Esse mundo compartimentado, esse mundo cortado em dois é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial é que as realidades econômicas, as desigualdades, a

⁷⁸ Es evidente (...) que cuando hablo de orientalismo me refiero a bastantes cosas, todas ellas, enem mi opinión, dependientes entres sí. En general, la aceptación de orientalismo más admitida es la académica, y esta etiqueta sirve para designar un gran número de instituciones de ese tipo. (...) Es un estilo de pensamiento que se basa en la distinción ontológica y epistemológica que se establece entre Oriente y – la mayor parte de las veces – Occidente. Así pues una gran cantidad de escritores – entre ellos, poetas, novelistas, filósofos, políticos, economistas y administradores del Imperio han aceptado esta diferencia básica entre Oriente y Occidente como punto de partida.

enorme diferença dos modos de vida não conseguem nunca mascarar as realidades humanas. Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é também uma superestrutura (Fanon, 2008: 56).

As relações entre as “culturas” e aqueles que as descrevem, analisam e representam são relações de poder e dominação, apesar de que em muitos casos essas relações sejam, senão escondidas, minimizadas (Said, 2004). A antropologia, enquanto disciplina historicamente comprometida com os processos de colonização do século XX, não pode evadir-se a uma reflexão crítica sobre o uso das categorias que ela mesma ajudou a construir, dando insumos teóricos a violentos processos de dominação.

A própria constituição da África como um campo de estudo independente, com uma pauta de interesses e assuntos particulares, demonstra essa relação entre política e academia. Um dos melhores exemplos dessa relação pode ser encontrado em *African Political Systems*, organizado em 1940 por Meyer Fortes e Evans-Pritchard. O livro é uma grande sistematização dos sistemas políticos do continente, dividido em regiões geográficas e culturais e que pretendem dar conta de forma comparativa dos sistemas de organização política ao longo de todo o território. Estabelecem-se tipos comuns, analisando a diversidade e as similitudes entre estes, característicos de cada região. Essa sistematização tem, além dos objetivos acadêmicos, outros de caráter político, apontados como objetivos de longa duração:

Vários dos colaboradores têm descrito as mudanças que têm tido lugar nos sistemas políticos por eles investigados como consequência da conquista e dominação europeias. Se não fizemos ênfase nesse aspecto do tema, é porque a maioria dos colaboradores está mais interessada nos problemas antropológicos que nos problemas administrativos. Com isso não quero dizer que a antropologia não esteja interessada em assuntos práticos. Em um momento histórico em que a política do governo indireto é geralmente aceita, ousaríamos dizer que, no longo prazo, dita política somente pode ter vantagens se se compreendem os princípios dos sistemas políticos africanos de que se ocupa esse livro⁷⁹ (Fortes e Evans-Pritchard; 1940: i).

⁷⁹ Several contributors have described the changes in the political systems they investigated which have taken place as a result of European conquest. If we do not emphasize this side of the subject it is because all contributors are more interested in anthropological than in

O livro de Fortes e Evans-Pritchard caracteriza-se pelo rigor nos procedimentos científicos e nos objetivos acadêmicos que ele procura; rigor esse que praticamente invisibiliza suas vinculações com o regime colonial que financia o projeto, mas que são mencionadas logo no segundo parágrafo (que cito acima) da introdução, na seção separada “Objetivos deste livro”.

As características desse tipo de escrita antropológica, analisadas por Clifford Geertz, contrastam com o texto de Fanon, repleto de emoções e radicalismo e constantemente apelando à violência, colocando em oposição irreduzível colonos e colonizados. Esse contraste se atenua se recorreremos ao trabalho de Geertz (1989), que pretende entender os procedimentos de legitimidade autoral de Evans-Pritchard, em que nos aproximamos às atividades militares descritas em *Operations on the Akobo and Gila Rivers, 1940-1941*. Mesmo que Geertz não esteja interessado nesse momento em entender os processos de dominação colonial a partir da prática acadêmica.

Não faço isso com uma intenção perversa, nem implicante, nem tampouco com ânimo de tirar a máscara, como possuído por uma mentalidade colonialista (o que certamente era o caso, e mesmo de um modo desafiante) – quem esteja livre das ideias da sua época jogue a primeira pedra⁸⁰ (Geertz; 1989: 60).

Seu trabalho nos ajuda a pensar que as práticas desses autores, no que toca ao estilo de escrita, não se diferenciam muito da utilização de meios militares para a defesa de objetivos políticos. No outro extremo encontramos o texto de Fanon, envolvido na luta pela libertação da Argélia e participando dos movimentos independentistas de várias nações subsaarianas, incluindo Gana em 1957, que foi o primeiro estado a se tornar independente da colônia britânica. O livro choca pela efetividade de suas metáforas referidas a guerra, violência e sangue, a partir das quais constrói seu programa político de descolonização. Contudo, ele é ainda mais radical do que todos os africanistas europeus em construir uma divisão irreduzível entre

administrative problems. We do not wish to imply, however, that anthropology is indifferent to practical affairs. The policy of Indirect Rule is now generally accepted in British Africa. We would suggest that it can only prove advantageous in the long run if the principles of African political systems, such as this book deals with, are understood.

⁸⁰ No hago esto con una intención perversa o avispadas, ni tampoco con ánimo de desenmascararlo como poseído por una mentalidad colonialista (lo que ciertamente era el caso, y aun de modo desafiante) – que quien esté libre de las ideas de su época arroje la primera piedra.

colonizados e colonizadores.

5.1.2 Afrocentrismo e a “invenção” da África

Como suprir então a necessidade de um discurso antropológico separado dos relatos pessoais e das trajetórias concretas dos migrantes, de um e de outro lado do oceano, sem cair numa abstração uniformizante construída desde fora da realidade dos sujeitos que são protagonistas dessa experiência. Abordar a diversidade dessas experiências considerando o contexto regional e global em que os fenômenos migratórios se inserem requer vincular tais fenômenos com um sistema econômico global em que a África ocupa de longe o lugar menos favorável para a negociação (Ki-Zerbo, 2006).

Contudo, a performance econômica da África tem sido marcadamente pior do que a de outras regiões. A grande maioria na África vive com U\$S 0,65 por dia, e esse número está crescendo implacavelmente. Ainda mais, uma severa ausência de capacitação (educação, saúde, nutrição) entre os africanos a ameaça com fazer a pobreza hereditária para os descendentes, que continuarão pobres. A pobreza rural conta com 80% da pobreza na África, mas a pobreza urbana é mais substancial e parece estar em crescimento. (World Bank, 2000; Nwaobi, 2000 e Collier e Gunning, 1999). A África não somente é pobre, mas também sofre de uma vasta desigualdade nos ingressos, seus bens, no controle sobre os recursos públicos, e no acesso aos serviços essenciais, e uma penetrante insegurança. Essas dimensões de pobreza e privação são piores em algumas regiões, enquanto em outras são indicadores da deterioração na saúde geral da população, particularmente entre as crianças pobres. Não é surpreendente que a erradicação da pobreza profunda tenha emergido como um objetivo primordial para o desenvolvimento da África⁸¹ (Nwaobi, 2003: 4).

⁸¹ However African economic performance has been markedly worse than that of other regions. The great majority of Africa lives on barely \$0.65 a day and this number is growing relentlessly. Moreover, a severe lack of capabilities (education, health, nutrition) among Africa's poor threatens to make poverty "dynastic," with the descendants of the poor also remaining poor. The rural poor account for 80 percent of African poverty, but urban poverty is substantial and appears to be growing (World Bank, 2000, Nwaobi, 2000 and Collier and Gunning, 1999). Africa is not only poor, it also suffers from vast inequality in incomes, in assets, in control over public resources, and in access to essential services, as well as pervasive insecurity. These dimensions of poverty and deprivation are worsening in many parts of the region while in some areas there are indications of deterioration in the general health of the population, particularly among the poor and children. Not surprisingly, the elimination of deep poverty has emerged as the overriding objective of development in Africa.

Mas a tendência a ver esse papel particular que o continente joga dentro do sistema mundial pode levar à simplificação e isolamento dos fenômenos estudados. Perde-se assim a relação entre as interações e os complexos processos históricos globais, nos quais o continente esteve sempre envolvido. O isolamento da África como uma unidade de análise pode levar à construção de um tipo de história em que as conexões com o exterior estão mediadas unicamente pelos processos da dominação colonial e pós-colonial europeia. O paradoxo fundamental é que, para se tornar sujeitos dessa história, os pensadores africanos tiveram que apelar à unidade da África, fazendo uma resignificação desse conceito. Se de um lado a ideia de uma África homogênea e a-histórica construída pelo pensamento eurocêntrico pode ser entendida como uma ferramenta de dominação, não somente política e econômica, mas simbólica e ideológica; por outro, a reversão dessas estruturas de pensamento também apela à unidade africana a partir de uma resignificação dessa ideia (Mbembe, 2001; Ki-Zerbo, 2006).

A ambivalência de uma categoria que resulta uniformizante e impositiva, por reforçar preconceitos projetados sobre uma infinita diversidade, permite ao mesmo tempo que esta seja utilizada como um caminho para reverter tais preconceitos, na medida em que sua utilização vai sempre acompanhada pelo reconhecimento de seu caráter construído. Se não existe alguma coisa que possamos denominar África, ela deve ser construída num processo consciente, como uma ferramenta para os africanos se contraporem aos processos históricos, econômicos e sociais que os colocam numa posição subalterna.

Tanto no que se refere à estigmatização que o continente sofre, às dificuldades reais para o desenvolvimento social, econômico, industrial e tecnológico do continente, quanto às possibilidades de transformação das estruturas atuais, muitos dos políticos e intelectuais africanos procuram o jogo duplo da diversidade e unidade do território. A constituição enquanto sujeitos ativos de uma própria história é viabilizada a partir da construção de outro projeto africanista, também unificador, sobre bases diferentes e em contraposição aos estigmas e ao esvaziamento de conteúdos que o processo colonizador impôs na África. Surge assim o projeto afrocêntrico, no qual se procura entender as bases sobre as quais o pensamento ocidental tem construído o colonialismo ideológico. Enquanto alguns pensadores africanos se referem a essa condição colonial da narrativa histórica africana, outros

como Mbembe chamam a atenção para a conveniência dessa des-responsabilização dos processos históricos dos africanos enquanto sujeitos dessa história, que confere certa impunidade sobre, por exemplo, os brutais processos de captura e comercialização de escravos durante os séculos XVI ao XIX por parte dos próprios africanos (Mbembe, 2001).

O apelo à unidade africana se realiza não somente com base em elementos positivos, mas essencialmente em função de uma história de domínio e colonialismo. Para Ngoenha (1993), a primeira África, no que diz respeito à categoria ou uma unidade identitária, é criada de fora do continente pelo final do século XVIII e começo do XIX. Ela seria construída a partir da população escrava retirada do continente, que desde o outro lado do oceano e depois de ter atravessado um longo processo de desenraizamento cultural, comunitário e pessoal, começa a se pensar a si mesma como proveniente de um lugar comum: a África. Assim o lugar da diáspora negra ou diáspora africana foi fundamental na construção de um referente comum, que combina cor, raça e origem, determinando não somente a situação atual, mas provocando a necessidade de um lugar de origem a ser construído.

Sabemos que o termo “África” é, em todo caso, uma construção moderna, que se refere a uma variedade de povos, tribos, culturas e línguas cujo principal ponto de origem comum situava-se no tráfico de escravos (Hall, 2006: 30/1).

Um segundo ponto de referência no que toca à construção da unidade africana passa pelo intenso grau de exploração dos impérios europeus de toda uma região, vista pela Europa como primitiva, atrasada, selvagem ou simplesmente deserta. A exploração dos povos africanos por parte da Europa começa muito antes da ocupação colonial, com importantes efeitos na estrutura social, demográfica e econômica dos povos africanos, envolvidos diretamente ou não no comércio com os europeus.

Mas a marca mais profunda foi deixada no período colonial, que, apesar de não ter sido muito extenso em anos, teve consequências em todos os âmbitos da realidade africana. A extração sistemática de recursos materiais e humanos, a degradação e desorganização das estruturas sociais preexistentes e das reformulações posteriores, de certa forma, unificaram o continente no que se refere à devastação econômica, demográfica e cultural que provocou e que comprometeu suas possibilidades de desenvolvimento autônomo (Ki-Zerbo, 2006).

Os processos colonialistas tiveram características muito diferentes nas diversas regiões e dependendo dos colonizadores. Mas, mesmo que em diferentes modalidades, a unidade é dada pela participação de forma subalterna em um regime internacional de comércio e dominação, provendo matérias-primas e recursos humanos de muito baixo custo. Nesse mesmo processo os estados-nação europeus conseguiram sustentar os processos de industrialização dentro de seus territórios, extraindo matérias-primas, gerando mercados para a colocação de seus produtos e redistribuindo a mão-de-obra em escala mundial (Sebastián, 2005). Assim a colonização pode ser entendida como um legado comum de todo o continente que, apesar de suas diferentes características, teria nesta um processo unificador.

Um terceiro momento de unificação da África estaria demarcado pelos processos de libertação nacional que durante as décadas de 1960 e 1970 teriam reconfigurado o destino das nações e do continente em geral, com uma projeção política, cultural e identitária. Novamente, nesse movimento, a comunicação entre os africanos, dentro e fora do continente, tem uma importância fundamental (Gilroy, 2001).

Algumas décadas depois as esperanças surgidas com os movimentos nacionalistas e os processos de construção de estados independentes viram-se confrontadas com crises políticas e econômicas praticamente endêmicas e atravessadas por fortes ondas de xenofobia. Durante a última década do século XX e a primeira do XXI, o pan-africansimo confronta a necessidade de repensar as bases sobre as quais é construído e sobre as quais se edificam seus projetos políticos. Nos projetos de desenvolvimento social e econômico se faz necessário reverter não somente as estruturas econômicas que mantêm os estados africanos exclusivamente como produtores de recursos materiais e humanos de baixo custo, mas também as estruturas simbólicas que relegam suas produções culturais e científicas a um lugar de menor importância. Esses caminhos de descolonização material e simbólica são entendidos como inseparáveis.

(...) um dos grandes problemas da África é a luta pela força cultural equitativa. Para isso é necessário dar infraestrutura às nossas culturas. Uma cultura sem base material e logística é apenas um vento que passa. (Ki-Zerbo, 2006: 12)

Entre os problemas com que se confrontam os projetos africanistas está a

possibilidade de oferecer alternativas viáveis para reter a população, fundamentalmente a mais jovem, e prover oportunidades de desenvolvimento que não resultem na migração sendo vista como única opção. Dentro desses projetos de desenvolvimento nacional e regional, a migração ocupa um lugar de difícil determinação. De um lado ela é vista como uma importante dificuldade, pela redução de recursos humanos locais (através da fuga de cérebros), pela geração de problemas nos países de destino, onde a população migrante africana é fortemente estigmatizada (Sayad, 1998; Althabe, 1999; Geschiere e Ceuppens, 2005 entre outros) e fundamentalmente pela perda de vidas humanas que muitas das formas de migração irregular provocam (PANAPRESS, 2008).

Por outro lado, muitos governos em diferentes países africanos, assim como no resto do mundo, têm olhado para a população nacional no exterior como uma fonte de ingresso de capitais através do envio de remessas. Os estados de Gana, Nigéria, Cabo Verde, entre outros, estão elaborando políticas para canalizar esse capital em inversões de caráter nacional (Campbell, 2005; Black, et al, 2003; Anafri, et al, 2003; Mazzucato, 2005). O papel dessas remessas no desenvolvimento dos países não industrializados ao redor do mundo é muito discutido, devido a que o primeiro uso desses recursos é destinado à satisfação de necessidades primárias, como educação e saúde, e em muitos casos a consumos “suntuários”, como a realização de grandes celebrações nos funerais. Na visão de muitos autores, esse tipo de economia não reverte na criação de melhorias da estrutura econômica do país, mas na inflação do valor dos objetos de consumo básico, o que acabaria revertendo de forma negativa para a população mais pobre, que não chega a usufruir dessas remessas (de Haas, 2005).

Independentemente do papel que as remessas desempenham na economia nacional de cada estado, resulta interessante dar atenção às mudanças nas formas como os nacionais são incorporados no projeto nacional no exterior nas últimas décadas, a partir dos anos 1990. A ideia de estados transnacionais deve ser relativizada no caso da África, onde a presença desses elementos transnacionais é muito anterior, vindo desde os projetos abolicionistas nas Américas e de uma grande importância nas lutas pela descolonização, no processo que tem se denominado diáspora negra (Gilroy, 2001). Contudo, essa integração da circulação de pessoas que durante o período de ressurgimento nacionalista dava ênfase à circulação de ideias, à

formação de elites intelectuais e à articulação de projetos políticos, fortemente construída no projeto de descolonização, tem dado um giro importante, focalizando o envio de remessas e a canalização desses recursos em projetos de desenvolvimento, muito mais do que no engajamento dos recursos humanos, a partir da formação profissional e política dessas pessoas no exterior.

5.1.3 Promessas nacionalistas, desesperança urbana e migrações

Obwenga é engenheiro. Originário da Nigéria, chegou à Argentina na década de setenta. Veio de barco, mas com a passagem paga. Quando decidiu viajar, já tinha saído do seu lugar de origem, trabalhando em diferentes partes da Nigéria e em outros países, como Mauritânia. Na ocasião em que o entrevistei, no seu gabinete na região de Palermo, em Buenos Aires, que divide com uma empresa de eletricidade, me explicou que seu primeiro projeto era o de retornar, uma vez construída uma carreira profissional. Esse projeto não se realizou, em parte por causas familiares, casou-se e teve um filho, mas também porque a situação no lugar de origem não se desenvolveu como se esperava. Ele me apresenta vários projetos que têm como objetivo o desenvolvimento de regiões rurais do seu país de origem, como uma planta potabilizadora e outros que permitiriam melhorar as condições da população rural, mas não contam com o financiamento necessário.

Com uma ampla perspectiva política da África e das relações desta com os países desenvolvidos, ele me explica o estado atual do continente e o porquê dos fenômenos que eu pretendo estudar. Tem uma visão crítica da situação africana, apontando como o principal dos problemas a corrupção dos supostos organismos internacionais, ONGs e pesquisas científicas. No seu entender, essas instituições só buscam tirar proveito próprio dos problemas de “sua gente”, mesmo que para isso seja necessário distorcê-los ou amplificá-los. Para me dar um exemplo, fala da situação da AIDS na África do Sul. Para ele, as estatísticas que todos conhecemos não são confiáveis, visto que as amostras não se realizam em condições científicas.

Explica que os jovens na Nigéria e em outros países como Costa do Marfim encontram-se decepcionados com as promessas que seus governantes fizeram e nunca cumpriram. Contrasta essa situação com a de sua geração, que conseguiu fazer uma história diferente à de seus pais. Chegou à Argentina sendo professor de colégio secundário e constituiu uma carreira técnica antes de começar o curso universitário.

Assim, ao mesmo tempo em que projeta as dificuldades do seu lugar de origem, ora falando exclusivamente da Nigéria, ora estendendo seu discurso para toda a África, discorrendo sobre a corrupção e a continuidade da extração dos recursos naturais e dos recursos supostamente destinados ao desenvolvimento do continente, por parte dos europeus; explica a situação de migração que atualmente vive a região – na qual se insere o caso dos polizones – e que ele entende como um problema, pela impossibilidade desses jovens de criar um projeto de desenvolvimento próprio, dentro ou fora do território, mas que tenha alguma coisa a devolver à sociedade de origem.

(Diário de campo, Buenos Aires, maio 2006)

No seu discurso o engenheiro nigeriano condensa muitos dos pontos contraditórios surgidos a partir dos processos nacionalistas. Ao mesmo tempo em que se identifica com processos políticos nacionais – é o presidente da Associação de Nigerianos no Rio da Prata – e um projeto político para toda a África, criticando as ações de ONGs internacionais, reconhece as limitações para o desenvolvimento do projeto nacional e entende a situação dos jovens no local de origem como a principal causa da importância do projeto migratório para a atual geração.

Os movimentos nacionalistas e anticoloniais, que deram lugar a uma série de esperanças sobre o desenvolvimento industrial, econômico e social em toda África subsaariana, não têm respondido às demandas da população com a mesma efetividade com que responde às lutas para a libertação das potências colonizadoras. Entre as décadas de 60 e 70 e os anos 2000 tem se produzido muitas transformações em direções muito diferentes às esperadas. Apesar do investimento realizado em educação e dos esforços para maiores níveis de qualidade em relação à alimentação e saúde, novos problemas surgiram em relação ao aumento demográfico, à explosão urbana e fenômenos de violência e xenofobia associados (Comaroff e Comaroff, 2001). A inclusão tardia na modernidade, que possibilita o acesso a muitas formas de conhecimento e informação, mas não aos caminhos para se chegar às condições associadas a um estilo de vida moderno, mudou de forma radical as perspectivas e visões de mundo em poucas gerações.

As fontes de informação desempenham um papel significativo na formação do alcance e da composição do potencial migratório, na medida em que elas habilitam seus receptores a comparar suas situações de vida com as da população no Ocidente. As fontes de informação incluem a mídia, bem como outras como redes transnacionais, o sistema educacional ou o conhecimento coletivo. A mídia pode contribuir para a homogeneização de valores, e estes podem prover informações sobre a situação econômica, política, legal e social das potenciais regiões de destino⁸² (Prinz, 2005: 120).

Como tentarei mostrar na continuação, muitos dos jovens que migraram de

⁸² Information sources play a significant role in forming the extent and the composition of the migration potential since they enable their recipients to compare their living situations with those of the population of Western countries. Information Sources include mass media, as well as other sources of information, like the education system, transnational networks, or collective knowledge. Media can contribute to the global homogenization of values, and they can provide information about the economic, political, legal, and social situation of potential regions of destination.

regiões rurais para Lagos sintetizam em suas histórias de vida experiências em ambientes rurais, onde as promessas de desenvolvimento como acesso aos bens e serviços básicos ainda estão para ser cumpridas (Nwaobi, 2003). A cidade, ainda que com suas dificuldades, os põe em contato com outras experiências e representa uma janela para o mundo, ao mesmo tempo em que deixa manifestos os problemas de administração e planejamento, que os governos locais e nacionais enfrentam (Nwaobi, 2003). Essas gerações de jovens que hoje têm entre 15 e 25 anos moram numa cidade de 140 milhões de habitantes, desconhecida 30 anos atrás, quando seus pais e avós tinham a sua idade⁸³. Em 1940 a cidade de Lagos contava com aproximadamente 200.000 habitantes (África Population Dynamics, 2001).

É significativo notar que, enquanto Lagos crescia a uma taxa de 3,4 por cento por ano entre 1901 e 1950, seu crescimento por ano entre 1950 e 1961 era de 18,6 por cento. O *Lagos Executive Development Board* registrou um crescimento de 14 por cento por ano para a região metropolitana de Lagos em 1971 e hoje a região metropolitana de Lagos é estimada em aproximadamente 1,8 milhões de pessoas⁸⁴ (Abiodun, 1974: 341).

Podemos dizer, portanto, que esses jovens são portadores de uma experiência única, diretamente vinculada com um período histórico particular, com o crescimento e a ingovernabilidade dessa grande metrópole em que habitam e com a presença do fenômeno migratório nas formas mais variadas, em um país onde a expectativa de vida é de 54 anos e 45% da população têm menos de 15 (África Population Dynamics, 2001). As novas gerações urbanas encarnam algumas das contradições mais claras dos processos históricos vividos na África nos últimos anos e confrontam as gerações anteriores pela sua incapacidade de oferecer possibilidades de desenvolvimento local (Ki-Zerbo, 2006). Esses processos vão de encontro às formas como as gerações anteriores descrevem seus projetos migratórios pessoais, em concordância com os projetos nacionais. Fazendo uma analogia entre a situação

⁸³ E talvez também os jovens de outras grandes metrópoles africanas, que têm passado por processos similares de inclusão e exclusão do sistema econômico global e da consequente expansão do acesso a meios de comunicação e produtos de consumo e dos *standards* de qualidade de vida, educação, saúde, alimentação considerados básicos.

⁸⁴ It is significant to note that, while Lagos growth at a rate of 3,4 percent per annum between 1901 and 1950, its growth rate per annum between 1950 and 1963 was 18,6 percent. The Lagos Executive Development Board recorded a growth of 14 per cent per annum for metropolitan Lagos is estimated to contain about 1,8 million people.

da Nigéria o do Senegal, onde o fenômeno migratório na atualidade apresenta semelhanças Riccio analisa a mudança da formação para a migração como o lugar de prestígio na sociedade.

A representação do migrante é frequentemente ligada e coletada a mudanças sociais e políticas mais amplas. No seu estudo sobre “complexidade cultural” em uma era de globalização e culturas transnacionais (1992), Ulf Hannerz nos prove com a seguinte distinção cultural emergente da fala dos nigerianos nos oitenta: “the naïve ‘Bush’” que é iletrado e ignorante porque nunca deixou o bosque em uma mão, e o bem respeitado “Beento”, que é contratado ao anterior e olhado como articulado porque ele tem experienciado a vida em cidades globais como Londres e New York. É suficientemente interessante que na sociedade senegalesa contemporânea esses construtos parecem praticamente invertidos. Como veremos, são os operários não qualificados e às vezes iletrados que viajam globalmente sem perder contato com seu lar amado enquanto os trabalhadores de colarinho branco ou os graduados parecem estancar no que parece uma rota falhada à mobilidade social herdada pelo governo e a retórica colonial e pós-colonial.⁸⁵ (Riccio, 2005: 99/100).

5.2 Lagos: entre o Ghetto e o mundo

Nós, que já vivemos em Lagos, não temos problemas para sobreviver em qualquer lugar. Em Lagos já passamos por tudo, já tivemos muitas vidas, e sabemos viver todas as vidas. Se toca viver vida de ricos, vivemos vida de ricos... se toca trabalhar, trabalhamos... já vimos tudo... assassinatos... já vimos armas... drogas... Em qualquer lugar em que a gente se encontra, já está preparada para qualquer coisa...

(Simon, Montevideu, março 2007. Depoimento original em espanhol)

Nos capítulos anteriores, ao trabalhar as diferenças entre as categorias de migrantes econômicos e refugiados, foram analisados os motivos para empreender o

⁸⁵ The representation of migrants is often shifting and connected to broader social and political changes. In his compelling study on “cultural complexity” in an era of globalization and transnational cultures (1992), Ulf Hannerz provide us with the following cultural distinction emerging from Nigerians’ talk of the 80’s: the naïve “Bush” who is illiterate and ignorant because he never left the bush on the one hand and the well respected “Beento” who is contrasted to the former and regarded as articulate because he has experienced life in global cities such as London and New York. Interestingly enough, with contemporary Senegal these constructs seem almost reversed. As we will see, it is the unskilled and sometimes illiterate who is traveling globally without losing touch with the beloved homeland whereas the white-collar or the graduate seems bogged down in what seems a failed path of social mobility inherited by colonial and postcolonial legacies an rhetoric

trajeto migratório transnacional. Vimos que as situações em que essas pessoas começam o trajeto transoceânico são muito diferentes, envolvendo episódios de violência urbana, conflito armado ou formas de desesperança e expectativas de melhores oportunidades no exterior. Ao focalizar o fenômeno dos polizones, no caso mais específico dos jovens pertencentes aos setores populares de diferentes bairros localizados no centro de Lagos, deixamos de lado por um momento os conflitos políticos ou bélicos que dão uma urgência particular à partida para prestar atenção aos casos em que a decisão de migrar se dá em situações geradas com um grau um pouco maior de autonomia, na medida em que a pressa da partida é menor.

Se olharmos desde a perspectiva da travessia transoceânica, o movimento migratório que estamos analisando tem um caráter fundamentalmente urbano. É nas grandes metrópoles, que concentram as atividades comerciais e portuárias e o maior número de população, que o fenômeno dos polizones se gesta e se espalha entre os jovens habitantes das regiões pobres e médias dessas grandes cidades. Autores já têm demonstrado (Abiodun, 1974; Drumtra, 2003; Adepoju, 2006) que o crescimento dos centros urbanos está diretamente vinculado às migrações, internas e internacionais, do espaço rural às cidades, e entre as diferentes capitais da região. Ao abordar o fenômeno desde uma perspectiva um pouco mais ampla, vemos que tanto as dinâmicas demográficas da região quanto as trajetórias desses jovens estão fortemente marcadas pelos deslocamentos pessoais e familiares dentro da região e no continente (Uriarte, 2007 b).

Falar sobre Lagos não é uma tarefa fácil. Descrever e/ou entender a(s) cidade(s) resulta extremamente complexo para antropólogos, sociólogos, demógrafos e urbanistas por igual. As relações históricas, políticas, econômicas e demográficas de Lagos com a região, durante a colônia e durante o período da república até hoje, envolvem conflitos bélicos, lutas pelo poder político e diversas formas de produção e sistemas econômicos. Os atuais limites da Nigéria respondem à união de diferentes unidades administrativas durante a colônia. O nome de Nigéria deriva da ordem colonial, que se referia aos territórios do rio Níger, que inicialmente eram administrados pela Royal Niger Company, adquiridos pela Coroa Britânica em 1886. Em 1906 a colônia de Lagos foi unificada ao protetorado das províncias do sul, e a partir de 1914 se uniram ao protetorado de Northern Nigeria, conformando o protetorado de Nigéria. Desde 1939 a administração do território se estruturou em

três regiões, com uma tendência ao sistema federalista. A constituição de 1959 reafirmou o sistema federal, e em 1960 a Nigéria obteve a independência do poder colonial britânico, conformando-se a República Federativa de Nigéria (Nwaobi, 2003).

Lagos é um dos primeiros assentamentos de importância na região. Durante o período colonial, a cidade era a capital e, posteriormente, com a independência, continuou a ser a capital da república, até 1991. A cidade, que foi fundada pelos portugueses e passada ao domínio britânico em 1807, toma seu nome de sua localização geográfica. Na atualidade, não é possível falar de Lagos como uma única cidade, já que nela se agrupam diferentes conglomerados urbanos unidos e separados em diversas ilhas, intercomunicadas por pontes, que concentram sua atividade em torno de duas ilhas centrais, Lagos Island e Victoria Island. O núcleo urbano original tem envolvido outros povoados próximos, que se incorporaram à cidade, e o aumento explosivo do número de habitantes, provocado pelas migrações nacionais e regionais, geraram uma expansão desmedida do território.

O número total da população urbana é muito discutido. O censo oficial de 2006 da República da Nigéria informa 9.013.534 de habitantes para a região metropolitana. Mas o estado de Lagos contestou essa cifra, acusando o governo federal de ter subvalorizado o número da população (Brinkhoff, 2007). Estima-se que a cidade concentra aproximadamente 11 milhões de habitantes (City Majors, 2006a), porém esses números não são exatos, devido à dinamicidade dos assentamentos urbanos que caracterizam a região.

Para além do tamanho da cidade, é significativa a velocidade de crescimento da quantidade de habitantes, em clara desproporção com a infraestrutura do local, os serviços básicos urbanos e uma estrutura socioeconômica incapaz de absorver e empregar essa população. A região de Lagos é uma das áreas urbanas com maior taxa de crescimento, chegando a 4,44%, enquanto a taxa de crescimento total da população no país é de 2,2%. Em 1991 a população era de 5.294.774 (Brinkhoff, 2007), vinte anos depois alcançava os 10 milhões, enquanto o tamanho da população de Lagos estimado para 2020 é de 21,51 milhões de habitantes (City Majors; 2006b).

LAGOS, 5 de setembro de 2006 (IRIN) – Canoas navegam através das negras pestilentas águas enquanto crianças correm ao longo de intermináveis labirintos de precárias ruas através

de Makoko, uma crescente favela sobre palafitas na expansiva capital comercial da Nigéria, Lagos.

Muitos dos residentes originais de Makoko são pescadores, atraídos desde todas as regiões esperando uma vida melhor na Nigéria, a potência petroleira da África Ocidental. Mas a vida é mais dura do que eles imaginaram.

“Eu me mudei para cá para pescar, e estabelecer um negócio”, disse Martins Oke nos seus 70 anos, que deixou sua aldeia na fronteira com o Benin quando era criança. “Mas alguns dias eu nem sequer pesco um só peixe.”

Muitos residentes de Makoko têm estado aí por gerações, perdendo contato com suas famílias no local de origem. O orgulho impede outros de retornar a suas comunidades com as mãos vazias.

Apesar das carências, cada ano mais e mais pessoas chegam a Lagos. Esta é uma das megalópoles mundiais – uma massa de 15 milhões de pessoas, regidas pelo crime abarrotado nas abafadas lagoas do sudeste da Nigéria. Dois em cada três habitantes de Lagos moram numa favela sem acesso confiável a água potável, eletricidade, saneamento ou sequer ruas.

Como a população da cidade aumenta em torno de 8% ao ano, as favelas e os problemas associados crescem. O governo estima que Lagos terá se expandido para 25 milhões de habitantes em 2015. “Em 2015 Lagos será a terceira maior cidade do mundo, mas tem a pior infraestrutura de todas” disse Francisco Bolaji Aboosedo, o comissionado da cidade de Lagos para o planejamento e urbanização.

Aboosedo põe ênfase em que não é uma prioridade política – um eufemismo para corrupção. No seu escritório há pilhas altas de mapas, propostas para novos desenvolvimentos e projetos de regeneração para Lagos Island – o distrito comercial da cidade.

<http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=60811>

Um elevado crescimento populacional e uma rápida urbanização são fenômenos de toda África Ocidental, e essas características potencializam o fenômeno de explosão demográfica em pontos particulares como Lagos. Estima-se que entre 1960 e 2020 a população total da região terá se multiplicados por 10, enquanto que nas cidades o número de habitantes urbanos terá se multiplicado por 100 (Konseiga, 2005). As dinâmicas migratórias da região e o particular fenômeno de expansão das metrópoles africanas estão fortemente vinculados. Entre eles, resulta impossível estabelecer uma relação de causa e efeito, já que, como vimos no capítulo anterior, entre eles se constitui um processo muito complexo que se retroalimenta. Não

somente o número de habitantes, mas a evolução da relação de pobreza entre população rural e urbana também se modificam.

O crescimento demográfico tem sérias consequências para o desenvolvimento do país, assim como para as condições de vida da sua população (Mezieobi, 2006). Para 1980 o total da população era de 65 milhões de pessoas, com 17,7 milhões em situação de pobreza, o que representava 27,2% da população total. Para 1996 a população tinha aumentado a 102 milhões de pessoas, mas o número de pessoas em situação de pobreza passou de 27,2 para 65%, sendo no total 67,1 milhões de pessoas.

Tabela 3 – Tendência dos níveis de pobreza (1980-1996) (%)

Fonte: NWAONI, Godwin Chukwudum. *Solving the poverty crisis in nigeria: an Applied general equilibrium approach*. <http://129.3.20.41/eps/comp/papers/0312/0312003.pdf>

YEAR	POVERTY LEVEL	ESTIMATED TOTAL POPULATION	POPULATION IN POVERTY
1980	27.2	65M	17.7M
1985	46.3	75M	34.7M
1992	42.7	91.5M	39.3M
1996	65.6	102.3M	67.1M

SOURCE: FOS POVERTY PROFILE FOR NIGERIA: 1980 – 1996 IN DRAFT NATIONAL POLICY ON POVERTY ERADICATION (2000)

5.2.1 Impressões sobre uma megacidade africana

Mas se a cidade de Lagos tornou-se famosa por seu crescimento incontrolável, não planejado e autogerido, ela também conta com a pior estrutura possível, no que se refere a violência, corrupção, xenofobia e pobreza urbana. Chegando lá, a paisagem só confirma as advertências que os guias turísticos em livrarias ou na internet proporcionam.

AVISO: Lagos não é para viajantes novatos. A infraestrutura usualmente encontrada para as cidades desse tamanho simplesmente não existe. Viajar em e ao redor de Lagos pode ser difícil sem um motorista privado, com um preço moderado se negociado com firmeza, mas amistosamente. A capacidade de barganha é absolutamente exigida em Lagos, mas felizmente

you can have a fun learning experience because of the way Nigerians themselves have fun applying it...negotiation is part of the social language and usually accompanied with laughs and smiles and loud talking.⁸⁶

(<http://wikitravel.org/en/Lagos>).

De fato, Lagos não se apresenta como uma cidade acolhedora, nem na sua paisagem, nem no trato com seus habitantes para quem, como eu, visivelmente não é parte da comunidade. O impacto que tive chegando lá foi fortíssimo. Tendo passado um tempo considerável em Gana e visitado Togo, conhecendo tanto cidades populosas como as capitais de ambos os estados, e pequenas aldeias, muitas das coisas que num momento me foram estranhas já faziam parte do meu cotidiano. O serviço de transporte público está em mãos de particulares, em táxis ou pequenas camionetes que fazem as vezes de ônibus; este é caro, com percursos pouco definidos e sem horários. O tráfego é extremadamente lento e caótico para quem não esteja acostumado às suas regras, e o número de carros circulando é altíssimo.

Muito mais do que crime, o pior problema em Lagos atualmente é o tráfego – os engarrafamentos insanos e os motoristas que tratam as ruas como se fossem zonas de guerra. Tome especial cuidado na traseira dos *okadas* (táxis motocicletas)⁸⁷ (Ham, 2006: 632).

Mas não foi a enorme quantidade de pessoas e carros misturados, sem uma separação de espaços para que uns ou outros circulem, nem a mistura de objetos, sons, cheiros confundidos em atividades diversas que extrapolam – pra nós – a muito bem instituída divisão entre âmbitos públicos e privados. Nem a infraestrutura urbana, esgotos abertos, ausência de calçada, instalações elétricas precárias, inseguras e sobrepostas umas com as outras, não muito distantes da cabeça das pessoas. Essas instalações que são normais na cidade se parecem até certo ponto com aquelas que eu não hesitaria em chamar de “deficitária”, ao fazer trabalho de campo

⁸⁶ **ADVICE:** Lagos is not for the novice traveler. The infrastructures regarded as usual for cities this large are just not here, yet. Traveling in and around Lagos can be difficult without a private driver which is moderately priced if negotiated with in a firm but friendly way. Price negotiation is absolutely a required skill in Lagos, but fortunately one can have a lot of fun learning it because of the way Nigerians themselves have fun applying it...negotiation is part of the social language and usually accompanied with laughs and smiles and loud talking.

⁸⁷ Rather than crime, the worst problem in Lagos actually is traffic – the insane jams and drivers Who treat the roads like war zones. Take special care on the backs of *okadas* (motorcycle taxis).

tanto em Montevidéu quanto em Porto Alegre.

Lagos é tudo o que você pode esperar de uma cidade do terceiro mundo, grande ao ponto que se perdem de vista as dimensões e se mistura com outras cidades. Tão populosa que ninguém pode mais contar quantas pessoas tem... suja, poluída, velha e moderna.

A cidade, ou as cidades, está construída sobre ilhas unidas por grandes viadutos que se alinham em direção a Lagos Island, centro e coração da cidade. Para chegar até aí vindo de Ajao State (onde fica meu hotel) tem que passar por um desses viadutos. Primeiro se atravessa uma região industrial, com fábricas e mais fábricas, aos lados, casas de lata amontoadas que saem da terra e entram no mar, construídas sobre palafitas. Atadas nas palafitas, canoas, como se fossem bicicletas.

Desde o táxi, olhando para os costados se veem casas e mais casas, mirando para adiante se recortam arranha-céus cinzas, dando uma imagem de cidade superindustrializada como nos filmes.

Em Lagos Island há muitos arranha-céus, grandes prédios de espelhos e cartazes de diferentes companhias e bancos. Olhando para cima uma supermetrópole, olhando para baixo, esgotos abertos, pessoas dormindo, comendo, mijando e cagando na rua. Outros morando em pequenas casas, vendendo e comprando diferentes coisas.

Aqui, os tro-tro se chamam danfos, estão pintados de amarelo e preto como os táxis e ônibus velhos. O preço da passagem se negocia. Tudo se negocia, e eu sempre acabo por perder, e por goleada.

Tudo é caro, como no Uruguai, ou mais. As mulheres vão vestidas como em Gana, mas com lenços coloridos, estampados em dourado ou prateado, enrolados na cabeça como se fossem de papel. Os homens vão vestidos ao estilo nigeriano, calça e túnica de tecido tradicional e chapéu. Os policiais vão vestidos de preto, colete preto e boina preta, e estão armados, mesmo os que têm escrita a legenda "policial de trânsito".

Há pedágios e cabines de polícia em quase todas as esquinas, e os oficiais apontam e fazem sinais com armas como se não fosse nada. As pessoas não são muito simpáticas, gritam entre elas que chega a dar medo, mas também sorriem muito e ficam fazendo brincadeiras.

(Diário de campo, Lagos, novembro 2007)

Talvez um dos impactos mais fortes ao chegar à cidade seja o contraste que provoca a presença de uma enorme estrutura comercial, com prédios altíssimos, cartazes luminosos anunciando nomes de bancos e companhias seguradoras, entre outros, grandes construções ao redor do porto e superestradas que se comunicam com ele, em relação à desorganização e falta de infraestrutura à qual eu já estava acostumada. A extrema proximidade e distância entre essas duas realidades contrastantes geram uma paisagem particular, que de longe, transitando pelos grandes viadutos em direção ao centro, remete à imagem da cidade prometida dos filmes de Hollywood, e de perto lembra, senão os documentários que desde crianças aprendemos a assistir na escola, os piores cenários dos filmes de ficção científica. Os

enormes contrastes que a paisagem apresenta, e que resultavam tão chocantes para mim, em oposição ao baixo desenvolvimento das economias dos países que anteriormente tinha visitado, não são somente imagens, mas formas de organização espacial que respondem à distribuição das riquezas próprias do país.

A Nigéria apresenta um paradoxo. O país é rico, mas as pessoas são pobres. O ingresso *per capita* hoje se encontra aproximadamente no mesmo nível que em 1970. A pobreza naem Nigéria circunscreve uma sociedade muito complexa: diferenças regionais, climáticas e étnicas são reforçadas por diferentes heranças históricas e socioeconômicas. O país também teve uma complexa história política. Frequentes mudanças no governo têm conduzido a mudanças radicais nas políticas econômicas e sociais, que têm impactado adversamente na população e têm deteriorado a distribuição de ingressos⁸⁸ (Nwaobi, 2003).

Tabela 4 - Incidência da pobreza em Nigéria. 1985-1992 (%)

Fonte: NWAObi, Godwin Chukwudum. *Solving the poverty crisis in nigeri: an Applied general equilibrium approach*. <http://129.3.20.41/eps/comp/papers/0312/0312003.pdf>

	NATIONAL		URBAN		RURAL	
	1985	1992	1985	1992	1985	1992
<u>Extreme Poor (≈998)</u>						
Number of poor (million)	10.1	13.9	1.5	4.3	8.6	9.6
Poverty incidence	12.0	13.6	4.9	10.9	16.1	15.4
Poverty depth	4.2	8.5	0.9	6.1	4.2	8.0
<u>All Poor (≈395)</u>						
Number of poor (millions)	36.1	34.7	9.7	11.9	26.4	22.8
Poverty incidence	43.0	34.1	31.7	30.4	49.5	36.4
Poverty depth	15.7	14.7	9.1	12.0	18.9	16.1

SOURCE: Evolution of poverty and welfare in Nigeria (1985-92) in Canagarajah, S. et. al (1997)

Dentro desse mapa de desigualdades, Lagos representa o maior polo de

⁸⁸ The country is rich but the people are poor. Per capital income today is around the same level as in 1970. Poverty in Nigeria encompasses a very complex society: regional climatic and ethnic differences are reinforced by different historical and socio-economic legacies. Also, The country has had a complex political history. Frequent changes in governments have led to sharp changes in economic and social policies, which have impacted adversely on the population and have worsened income distribution.

concentração de riquezas do país e da região. Para quem não enxerga com olhos de estrangeiro, Lagos pode aparecer como uma cidade de oportunidades e como o acesso ao mundo moderno dentro da região. É assim para muitos moradores da área rural e da região norte do país, fundamentalmente jovens que se deslocam para o centro urbano.

Mesmo que as condições de vida em Lagos estejam muito longe do que eu poderia considerar “ideal moderno”, se olharmos para os dados estatísticos do país, podemos encontrar uma importante diferença entre a região norte e a região sul, onde se encontra a cidade de Lagos. Entre outras coisas, o acesso à educação nas duas regiões é muito desigual (Madugwu, sem data; Nwaobi, 2003). Essa mesma desigualdade entre as regiões norte e sul, em função de recursos educativos e acesso a infraestrutura e serviços de informação, são similares em todos os países da região que margeiam o oceano⁸⁹, encontrando-se ao redor dos portos, como no caso de Lagos, os polos industriais. Apesar disso, para o caso da Nigéria, essas diferenças têm se reduzido nas décadas de 1980 e 1990.

Outra das formas do meu impacto inicial em Lagos foi a diferença do relacionamento entre essa cidade e as anteriores onde tinha estado. Como foi apresentado no capítulo 1, a chegada à África resultou na minha adoção forçada de uma identidade “branca” de forma radical. O processo de naturalização dessa identidade foi longo e incompleto, porém diferente em Lagos do que no resto dos locais de menor escala. Curiosidade, piadas, deboche, abuso caracterizaram o lado mais obscuro da minha relação com minha identidade estrangeira e branca e sua relação com os outros, africanos e negros. O inicial medo ao desconhecido e a impossibilidade de classificar os rostos em categorias de seguro-inseguro, confiável-não confiável, amigo-inimigo, rapidamente se esvaeceram, na medida em que eu aprendia a ler essas categorias em traços físicos, atitudes corporais e sinais sociais diferentes dos meus, e quando, a partir da repetição de atitudes praticamente estereotipadas em relação a mim, aprendi a predizer sem muita margem de erro o tipo de aproximação que as pessoas teriam comigo.

Em Lagos, essa leitura social foi bem mais difícil de se realizar. Talvez isso se deva ao fato de eu ter permanecido por menos tempo na cidade, mas foi essa mesma

⁸⁹ Sobre Gana, ver Hashim, 2005; sobre a Costa do Marfim, ver Geschire, 2006.

sensação de insegurança que me levou a tornar menor o período de estadia. Para além da minha percepção subjetiva, alguns dados objetivos na urbanização e no posicionamento das pessoas reforçavam essa ideia. Todos os policiais vão armados, desde os que organizam o trânsito até os que fazem rondas corriqueiras nas principais avenidas. Durante minha estadia, várias vezes presenciei disputas no transporte urbano, que acabaram com pessoas impedidas de ingressar ou colocadas para fora dos *danfos* ou mesmo com violentas brigas físicas das quais era necessário fugir, ingressando em qualquer outro transporte. À diferença de Geertz (2001), no clássico episódio da rinha de galos em Bali⁹⁰, essas situações não me colocaram em nenhum momento mais perto dos meus nativos; nem gerou alguma situação de cumplicidade ou pertença ao grupo em oposição com os poderes estabelecidos.

As poucas vezes que tentei tirar fotografias ou filmar, sempre desde o táxi, fui rudemente advertida pelos motoristas de não deixar ver as câmeras quando estiver na rua. Assim, apesar de ter conseguido um bom relacionamento com o grupo de jovens com que pretendia trabalhar e com o qual já tinha contatos prévios antes de viajar, é possível dizer que minha inserção em campo em Lagos, no que toca à cidade, foi muito menos bem-sucedida do que em todos os outros lugares onde pesquisei. Se o impacto inicial causado pela paisagem e pelo ambiente da cidade não foi positivo, no relacionamento com as pessoas na rua e nas situações cotidianas, não consegui superar o primeiro estágio, em que a hostilidade e a desconfiança condicionaram qualquer tentativa de diálogo. Devido às dificuldades de relacionamento e à sensação de insegurança que Lagos me transmitiu, o trabalho de campo na cidade foi realizado quase exclusivamente com o grupo de pessoas com as quais eu já tinha contato prévio e que tinham referências minhas por parte dos amigos no Uruguai. A pesquisa se realizou fundamentalmente a partir de visitas e entrevistas com eles, e em linhas mais gerais com algumas das pessoas do meu entorno, funcionários do hotel, e alguns comerciantes ao redor.

Diferentemente de Gana e Togo, a abordagem das pessoas na rua era bem menos frequente, e, quando acontecia, bastante mais agressiva. Talvez esse seja o

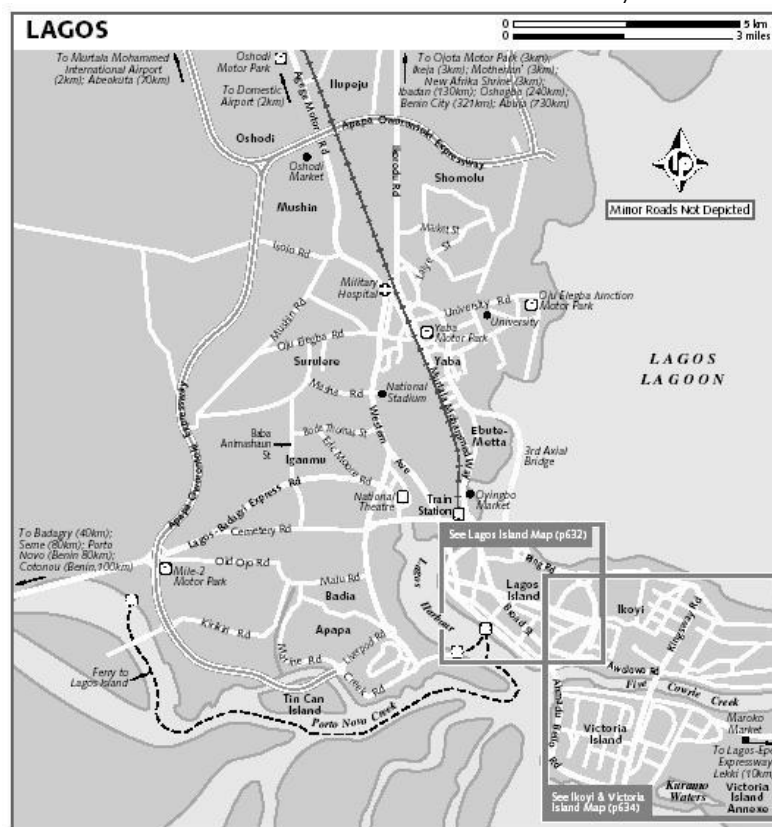
⁹⁰ No artigo "Juego profundo: notas sobre la riña de gallos en Bali", Geertz (2001) apresenta de forma anedótica sua inserção em campo a partir do mementomomento em que, ao igual que os balineses, eles tiveram que correr para escapar de uma batida policial, que buscava reprimir uma rinha de galos, prática tradicional em Bali, proibida pelo governo.

efeito “grande cidade”, já que alguns dos comentários que me fizeram a respeito de Abidjan se referiam ao mesmo tipo de comportamento agressivo nas ruas. Além das visitas ao local de onde esses jovens tinham partido, tive oportunidade de ir ao centro da cidade, ao porto, que tem o tamanho de uma cidade amuralhada – do qual falarei mais tarde – e, pela primeira vez na África, visitei um centro comercial, no formato dos shopping centers latino-americanos, com um supermercado “convencional” no térreo e em vários andares.

Mapa 6 – Lagos

Em recuadro la Lagos Island e Victoria Island à direita Apapa, região da cidade onde moram os jovens entrevistados para a pesquisa.

Fonte: “West África”. Lonely Plante Publishers. 2006



5.2.2 Getting in Apapa

Contudo, o que poderia ser mais esperado – e inesperado ao mesmo tempo – foi encontrar na superpopulosa e pouco amigável cidade de Lagos um grupo de pessoas que conheciam e conseguiam pronunciar claramente o nome do país de onde eu venho, sem necessidade de apelar a mapas ou outras referências. Isso, claro, não era uma casualidade. Nas poucas quadras do extenso bairro de Apapa moravam dois

dos jovens que entrevistei em Maldonado, que hoje se transformaram nos heróis do resto da turma que ainda mora ali. Provavelmente esse seja o lugar de toda a África onde se conhece mais do clima, economia e estilo de vida do Uruguai.

Apapa é um dos muitos e muitos bairros de Lagos, se situando no outro canto da cidade de onde fica meu hotel. Para chegar até lá os meninos, que já vieram duas vezes me visitar no hotel, pegam mototáxi, mas, como eu não estou acostumada, e pode ser perigoso para mim, eles explicam como chegar de táxi até a casa de Roland, onde todos os meninos vão nos esperar. Vamos filmar um vídeo com todos os amigos de Simon e Marcus, em retribuição ao que eles mandaram. Antes de subir ao táxi ligo para Roland, que vai acertar o preço e o percurso do táxi com o motorista. Eles falam e depois eu pego o telefone. Tudo acertado...

Passamos no táxi praticamente uma hora, primeiro por algumas avenidas grandes e depois um bom tempo por ruas habitadas. Algumas têm grandes casas com muros e arames farpados, não é possível ver muito para dentro. Outros bairros mostram casas e mais casas sobrepostas com lojas de celulares, bancas de comida, pequenos mercado e barezinhos. Também nessas ruas interiores o ambiente parece mais frio do que em Kumasi, Accra ou Lomé. As casas estão mais perto umas de outras, parece ter menos pessoas na rua, não se enxergam os milhões de crianças nas esquinas. Mas, ao igual que em outras cidades, elas se amontoam nas saídas da escola, uniformizados e ativos. Nesses bairros, ao igual que em outras cidades, os critérios de planejamento urbano e de manejo dos espaços coletivos parecem não ser um acordo de preexistência.

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

Chegando lá nos receberam uns jovens não muito diferentes de Simon e Marcus, na sua grande maioria homens. Todos eles em torno dos 20 anos, bem vestidos, no mesmo estilo que seus amigos em Uruguai, todos eles vestindo pelo menos uma roupa na qual aparecessem marcas esportivas, Nike, Adidas, fundamentalmente, talvez um pouco mais formais. Os jovens que pareciam estar esperando nossa chegada – Eu e William – formaram um círculo em torno de nós, se apresentando um por um, de forma educada, porém implacável. Suas principais curiosidades referiram e perguntando de nós, querendo saber mais sobre o Uruguai, sobre minha viagem para a Nigéria, o que eu estava achando da “África”, sobre Simon e Marcus e muitas outras coisas, mas sempre reforçando as boas-vindas que estavam nos oferecendo, e a “honra” de serem visitados. Os jovens comportavam-se de forma muito mais educada e próxima do que outros jovens da mesma idade, que em situações diferentes em Gana ou na Nigéria me abordavam, frequentemente, fazendo brincadeiras, me pedindo em namoro ou casamento, ou mesmo pedindo para eu comprar água ou dar minha comida, permanentemente apontando para minha cor de pele.

Conforme pude saber, a partir de conversas sobre temas variados, entre os quais as características da cidade era um dos preferidos, todos eles moravam no mesmo bairro, espalhados ao longo de algumas das ruas perto de donde estávamos – a casa de Roland. Olhando ao redor, percebe-se que o bairro está composto por uma infinidade de edifícios divididos em diferentes quartos, construídos para serem habitados por muitas famílias, com corredores longos e pátios coletivos, onde as mulheres cozinham e geralmente, afastados da “cozinha”, encontram-se os serviços higiênicos, também de uso coletivo.

O padrão tradicional de habitação da África Ocidental consiste em construções agrupadas em torno do pátio, onde se concentram as atividades domésticas fundamentais, cozinha, lavadouro de roupas, seleção de grãos no âmbito rural, etc⁹¹. Mas o quarto de Roland se parece muito mais com outros edifícios bem mais frequentes nas cidades, com agrupamento de quartos em corredores, onde os pátios não têm a centralidade doméstica tradicional dos ambientes rurais, mas vão se conformando entre os blocos das construções.

O quarto é um dos últimos do longo corredor, onde muitos outros quartos servem de habitação para jovens sozinhos, casais ou famílias. O corredor é escuro, a pintura das paredes, que parece ter existido em algum momento, já desapareceu.

É um quarto pequeno, mas suficientemente amplo para uma pessoa, comparado com outros quartos que visitei, onde moravam famílias inteiras. A cama está no canto oposto à porta, e acima dela algumas prateleiras com roupas e cabides pendurados com as roupas mais elegantes. Em outras prateleiras, mais embaixo, há sapatos e entre eles um par de sandálias de mulher. Outras coisas se acumulam, caixas e sacolas envolvem pacotes, provavelmente para protegê-los da poeira.

Em uma das esquinas do quarto, com um suporte aderido à parede uma TV grande e um aparelho parecido com um DVD, mas me parece que só toca CDs. Perto da TV tem dois sofás onde nos acomodamos para assistir ao vídeo que eu trouxe do Uruguai.

Enquanto a sala vai ficando lotada de jovens, a maioria deles homens e duas ou três meninas, fazemos as instalações técnicas. Precisamos de tomadas para ligar a câmera, a TV e o som, mas é necessário cuidar de um detalhe: não temos energia elétrica!

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

A luz, como muitos outros serviços básicos, entre os quais água, esgoto ou

⁹¹ Tive oportunidade de visitar vários desses edifícios, mas aprendi a diferença entre o estilo “tradicional” de construção e as casas modernas, com a do Sr. Bonny, em um desses pátios, onde se estava celebrando o funeral de uma das professoras da escola, que morreu no dia em que eu cheguei em Kumasi.

transporte e combustível, é de “difícil” acesso em Lagos. Os supostos serviços públicos, de acesso geral, não funcionam ou funcionam de forma intermitente, e as alternativas oferecidas para o abastecimento são muito caras, como a geração de energia através do petróleo, ou de grandes exigências físicas, como carregar água de torneiras públicas às vezes distantes. Para tomar banho, assim como para acionar a descarga, é preciso levar água em baldes, já que as instalações de água encanada poucas vezes estão funcionais. Geralmente a água chega de madrugada, momento em que todos os habitantes do prédio a coletam em tanques, que guardam em cada quarto para uso pessoal e doméstico e depois a transportam ao pátio, também em baldes, para realizar essas tarefas.

Na Nigéria, o problema da pobreza tem sido por um longo tempo causa da preocupação do governo. Inicialmente a atenção estava focalizada no desenvolvimento rural e no planejamento urbano e rural como uma forma prática de lidar com o problema (...). Com o objetivo de dar fim à pobreza urbana e outras doenças, os planos de desenvolvimento procuraram a criação de planos gerais para a futura expansão e a melhora nas condições físicas do espaço com facilidade no acesso a serviços como abastecimento de água, moradia, esgoto, energia elétrica e uma rede de comunicações e transportes eficientes, incluindo o estabelecimento das instituições necessárias para garantir sua manutenção. As falhas para implementar adequadamente esses programas podem ser vistas como as precursoras da maioria das atuais causas da pobreza na Nigéria⁹² (Nwaobi, 2003).

Água e energia elétrica são dois problemas comuns a todas as cidades de pequeno, médio e grande tamanho que visitei na região e são muitas vezes apontadas como os grandes déficits, junto com o transporte. Singularmente, também são problemas para as zonas rurais, onde uma alta porcentagem da população não tem acesso a esses serviços, nem de forma irregular nem de forma intermitente. Mas essas carências não são apontadas como carências, na medida em que sua ausência é

⁹² In Nigeria, the problem of poverty has for a fairly longtime been a cause for concern to the government. Initial attention was focused on rural development and town and country planning as practical means of dealing with the problem. (...) In order to stave off the causes of urban poverty and other ills, the development plans called for the provision of master plans for future expansion and better physical layouts with facilities utilities including adequate water supply, housing, sewage, electricity and efficient transport and communications network including the establishment of the necessary institutions to ensure their maintenance. Failure to adequately implement these programmes can be seen as the precursor to most of the present causes of poverty in Nigeria.

percebida como parte do estilo de vida rural.

Na minha experiência em diferentes aldeias do norte, sudeste e centro de Gana, e que talvez seja análoga à que teria em outras regiões rurais da Nigéria (pelo que pude inferir a partir do relato sobre a aldeia da mãe de Roland e de outras descrições etnográficas), as principais carências apontadas foram saúde e educação, como elementos muito mais determinantes da qualidade de vida. Na cidade, associada à modernidade, a ausência desses serviços é entendida como uma forma de carência, principalmente porque, apesar da intermitência e não-funcionalidade desses serviços, eles devem ser pagos de forma mensal ou bimestral.

A mãe de Roland mora em uma região rural perto da cidade de Ibadan, enquanto ele e seu irmão, alguns anos mais velho, moram em Lagos já faz alguns anos. Duas irmãs mulheres e um irmão mais velho morreram quando crianças, e nesse momento a mãe toma conta sozinha da plantação de onde obtém os recursos básicos para a sobrevivência.

Para dar credibilidade ao pedido de ajuda para conseguir a documentação que lhe permita viajar para o Brasil ou Uruguai, ele me explica que sua mãe está muito doente, e ele tem medo de que não possa mais trabalhar na terra, ou possa adoecer, e, nesse caso, não teriam recursos para pagar o tratamento médico.

Eu pergunto pela possibilidade de morar com ela, ajudar na plantação de forma a tornar mais leve o trabalho. Mas ele parece não concordar com minha ideia. Lá não tem televisão, nem internet, não tem o que fazer, nem como prosperar. Lá não é lugar pra ele, me diz resumindo a situação.

Enfatizando a responsabilidade que ele sente frente à situação da sua mãe, me explica a necessidade de migrar para ajudá-la.

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

Assim como Roland, muitos desses jovens contam com redes familiares em regiões rurais que os poderiam sustentar, ou pelo menos os brindar com um espaço social onde seriam integrados, participando de atividades produtivas, em posições subalternas. Porém, essa opção não é atrativa o suficiente em comparação à cidade, que oferece um nível superior de informação e comunicação, a ruptura com as tradições e integração a um mundo global. A cidade oferece a liberdade de escolha e a individualização impossibilitadas no meio familiar pelas carências e pelo controle estabelecido em comunidades caracterizadas por seus componentes tradicionais, hierárquicos e patriarcais. Esses componentes também estão presentes nas formas de socialização urbana, mas com diferentes características (Dos Anjos, 2005).

Enquanto Roland soluciona os problemas elétricos – foi pedir para a dona da

casa pra conectar o gerador – eu fico conversando com os meninos no quarto. Todos estão muito curiosos sobre as condições de vida de seus amigos, querem entender como eu os conheci e acima de tudo me explicar as dificuldades de morar em Lagos. As reclamações que esses jovens expressam sobre sua realidade são muitas, sendo realizadas de forma muito direta e consistente. Todas são estruturadas em função da falta de oportunidades objetivas e pessoais que o ambiente e a situação em que se encontram lhes oferecem. As dificuldades estruturais, utilizadas como forma de ilustrar essa falta de oportunidades, mas que afetam a população de forma geral, não são em si mesmas o eixo do problema.

Não são as condições de vida, ou as carências materiais, mas a impossibilidade de se projetar no futuro e na comunidade de uma forma positiva o que constitui o eixo das críticas que esses jovens têm a realizar ao meio e que os projeta para fora do território. A falta de um espaço social, condicionada pela ausência de recursos econômicos e sociais para construir um lugar de prestígio comunitário que esses jovens entendem que lhes corresponde, é o elemento determinante da posição desconfortável que eles expressam.

Apesar da contundência de suas críticas, eles estão longe de ser os mais pobres do país ou mesmo da cidade. A própria localização geográfica e o fato de se encontrarem na cidade de Lagos geram, em termos gerais, um ambiente de vinculação com bens de consumo e com um melhor acesso a serviços como educação, saúde e informação. Em termos particulares, podemos dizer, por exemplo, que a grande maioria tem as necessidades básicas, como moradia, alimentação e vestimenta, mais ou menos satisfeitas. Encontrando-se inseridos numa rede social relativamente providente e contando com uma escolarização de primeiro e segundo grau completa (ou quase), esses jovens poderiam ser considerados como absolutamente integrados à sociedade nigeriana. Contudo, essa situação de relativos privilégios não possibilita ou melhora as condições para a realização de um projeto de vida no local de origem. Uma das questões mais frisadas a respeito dessas limitações é a dificuldade para encontrar um emprego de acordo com suas exigências. A relação entre educação e desemprego na cidade não atinge somente o grupo de jovens com que estava falando, mas é um problema que impacta fortemente as novas gerações de muitos centros urbanos no país e na região. Na década de oitenta, depois de finalizada a guerra civil em Biafra, o sistema educativo nigeriano teve um importante

impulso, fundamentalmente na escola primária no norte do país e no acesso à escola secundária no sul, em especial nos centros urbanos (Maduagwu, sem data). Contudo, a expansão da matrícula escolar não necessariamente veio acompanhada de melhoras na qualidade educativa e no acesso às oportunidades laborais, na medida em que o sistema produtivo continuou a ser baseado na agricultura, e a oferta de empregos na indústria está vinculada às flutuações do mercado e não à qualidade técnica dos empregados.

Realidade estrutural ou percepção subjetiva, esses jovens se apresentam ante mim como pessoas sem possibilidades de obter um emprego rentável, que justifique o esforço continuado e permita uma acumulação relativa de dinheiro que viabilize algum projeto social, constituição de uma família, etc. A ineficiência dos serviços, nesse caso o transporte, é novamente apontada como um obstáculo.

Sentados em roda em torno da mesa do jardim do meu hotel, depois de o funcionário de segurança ter me advertido de que isso era muito perigoso e avisado os meninos de que estava de olho neles, entre todos, me explicam que do lugar onde eles moram até o meu hotel só se pode chegar de táxi ou mototáxi. Em danfo (microônibus de transporte público coletivo), é necessário pegar três diferentes, e se demora praticamente duas horas. O mesmo aconteceria para se deslocar a qualquer região industrial. O salário de um operário apenas cobre, ou nem chega a cobrir, os custos de transporte e alimentação; agregando o tempo perdido em praticamente quatro horas diárias de deslocamento, eles me demonstram a impossibilidade desse tipo de empregos.

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

Um dos elementos que não aparecem no relato desses jovens, que relacionam a impossibilidade de agenciar um emprego “regular” com as dificuldades concretas de acesso a ele, é a disponibilidade real de empregos no mercado de trabalho. Em definitivo, para além das condições concretas que obstaculizam a chegada ou a continuidade no emprego, o grau de industrialização do país apresenta uma impossibilidade estrutural da área industrial de absorver a população desocupada (Nwaobi, 2003). Os empregos que esses jovens apresentam como alternativas para a obtenção de recursos são o comércio informal nas ruas, fundamentalmente de cartões de telefone, ou bicos no bairro ou no porto. Olhando para a paisagem do bairro, que intercala casas coletivas, pequenas lojas de tudo e espaços baldios, Christian me explica:

A gente faz sempre a mesma coisa, à tarde se encontra aí no pátio, conversamos, jogamos futebol. Não dá para ouvir música ou assistir TV, porque quase nunca tem luz. Poucas vezes vamos para outras partes da cidade, é caro,

e a gente não tem o que fazer lá, só o dinheiro do transporte é difícil...

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

A difícil situação de desabastecimento, problemas de mobilidade, violência e desemprego presentes nesta e em outras cidades da região contrasta, contudo, com a situação do meio rural pela sua “modernidade”, representada no dinamismo, na sua índole contraditória e aberta e, fundamentalmente, na disponibilidade de meios de informação, educação e comunicação. O complexo mapa traçado entre opções e determinismos, modernidade e tradição, abundância e desabastecimentos e a localização desses jovens nele, é representado por meus informantes na polissêmica definição de si mesmos como “*guys from the ghetto*”.

5.2.3 Jovens urbanos: o gueto como tropos de identificação

Na descrição das dificuldades próprias – em oposição às vantagens do mundo fora de onde eu provinha – esses jovens se auto-atribuem a condição de jovens do *ghetto*⁹³. Resulta interessante entender o que isso significa para eles, na medida em que se trata de uma categoria fortemente carregada de significações históricas. Até onde esses jovens se encontram em um gueto e o que isso significa para eles é uma questão importante para entender como eles representam sua vinculação com a sociedade englobante e com “*o mundo lá fora*”, para onde eles migram.

Ao analisar o gueto negro de Chicago, Wacquant realiza uma definição sociológica do termo em oposição a outros usos mais amplos, como o que meus informantes fazem da palavra. O autor propõe quatro elementos para caracterizar um gueto em contraste com outras formas de distribuição do espaço urbano caracterizadas pela pobreza. Esses elementos são *estigma*, *limite*, *confinamento espacial* e *encapsulamento institucional* (Wacquant, 2004: 157). O gueto cumpre duas funções em relação à sociedade englobante: por um lado, a exploração econômica e, por outro, o ostracismo social. Ao mesmo tempo em que se isola um segmento da população considerado como contaminante, potencializa-se os benefícios econômicos obtidos desse grupo com sua reclusão e repressão.

⁹³ Utilizo a palavra em português *gueto* para me referir às definições acadêmicas do conceito que estão sendo discutidas a partir da literatura, e a palavra em inglês *ghetto* para me referir tanto às definições dadas pelos jovens entrevistados quanto à acepção “desterritorializada” de gueto que vou propor aqui.

As formas como esses jovens (não) circulam pela cidade, participam ou se apropriam dos espaços ou serviços públicos certamente correspondem a formas de confinamento espacial no local de residência. Da perspectiva da geografia urbana, esse é um dos elementos que determina a ideia de gueto. Contudo, se olharmos em relação à sociedade englobante, a situação desses jovens não é exclusiva de um grupo, nem pode ser estabelecida a partir de uma divisão racial, religiosa, étnica ou qualquer outra forma de discriminação que responda à definição do gueto. Podemos falar de uma segregação espacial, porém, não de confinamento, como vimos. Ao mesmo tempo, não encontramos a constituição de instituições próprias e paralelas às da sociedade que os segrega.

Articular o conceito de gueto permite-nos distinguir a relação entre “guetização”, pobreza urbana e segregação e, assim, esclarecer as diferenças estruturais e funcionais entre os guetos e os bairros étnicos. (...) Por exemplo, os bairros brancos decadentes das cidades desindustrializadas do Centro-Oeste norte-americano, as Midlands na Inglaterra, os vilarejos rurais deprimidos na Alemanha Oriental e sul da Itália e as *vila* da grande Buenos Aires no fim do século XX são todos territórios de decadência e decomposição da classe trabalhadora, mas não cápsulas étnicas dedicadas a manter um grupo excluído numa relação de subordinação separatista. Independentemente de sua pobreza, eles não são guetos, a não ser no sentido metafórico. Se índices extremos de pobreza fossem suficientes para constituir um gueto, então grande parte da União Soviética e a maioria das cidades do Terceiro Mundo seriam guetos gargantuanos. As favelas das metrópoles brasileiras, que são frequentemente retratadas como refúgios de abandono e desorganização, nada mais são do que bairros da classe trabalhadora com laços bem definidos tanto com a indústria como com os bairros afluentes, aos quais fornecem serviços caseiros (Wacquant, 2004: 159).

Aceitando a definição de gueto proposta por Waquant, que coloca a ênfase na institucionalização e no confinamento em um território específico, muito mais do que na segregação e na pobreza, encontramos uma contradição entre a definição acadêmica e a definição “coloquial” de gueto.

Contudo, resulta interessante entender como esse tipo de identidades se reflete, atravessando o oceano, desde o *ghetto* negro norte-americano até as grandes metrópoles africanas, espelhando formas de consumo, identidades de gênero e de geração que se espelham.

Ao explicar seu lugar enquanto jovens do *ghetto*, ou jovens pobres, eles

constroem seu lugar social em oposição a três grupos: as mulheres, os adultos e os bem-sucedidos, quando identificados por eles, ou três variáveis: gênero, idade e classe, quando olhados desde a perspectiva analítica. Essas três variáveis são as que utilizamos para estruturar a análise deste capítulo, as variáveis de geração foram utilizadas anteriormente, para analisar o contraste entre sociedades tradicionais e modernas e o lugar em que esses jovens se colocam enquanto portadores do novo. A variável de classe, que envolve a concepção de *bem* ou *mal sucedido*, e que também envolve fortes elementos de religiosidade, será abordada na próxima parte para entender a construção da viagem como uma forma de ascensão social e pessoal.

Vou propor aqui duas formas de entender essa percepção de gueto por parte dos jovens entrevistados. O primeiro dos usos do conceito de gueto se refere à identificação com outros grupos em diferentes partes do mundo, fundamentalmente nos Estados Unidos, com quem esses jovens compartilham um tipo particular de interesses culturais, que podemos englobar na ideia de movimento ou cultura hip-hop, associada à população negra. Esse movimento surge dos jovens do gueto negro nos Estados Unidos, e com situações de exclusão que apresentam semelhanças e diferenças nas diversas cidades se estende à população negra ao redor do mundo. Nesse sentido, encontramos uma identificação a partir da circulação de bens culturais, em grande parte produzida pelas indústrias culturais contemporâneas, que tem feito do estilo hip-hop, o rap, graffiti, um estilo de vestir, se pentear e andar⁹⁴, um fenômeno de escala global, desde seu surgimento na década de 1970 nos bairros negros de Nova York⁹⁵.

A expansão do estilo hip-hop, fundamentalmente no que diz respeito à música e à forma de vestir, tem sido apontado como uma consequência da massificação das indústrias culturais. Mas ao mesmo tempo, essa massificação também serviu como veículo para a globalização dos valores de resistência e contestação, envolvidos no movimento cultural, identificado com a juventude e a cor (Vianna, 1987). Da

⁹⁴ Cada uma dessas manifestações englobadas na etiqueta hip-hop tem denominações diferentes, a música é denominada *rap*; o estilo de vestimenta esportivo e a adoração por algumas marcas de roupas esportivas como Nike, Adidas, Fila, entre outras, é chamado *b-boy*; as expressões de arte de rua se englobam no conceito de *graffiti*, e o estilo de dançar é denominado *break* (Vianna, 1987 : 47/8).

⁹⁵ Sobre a incorporação da cultura hip-hop em camadas de baixa renda, majoritariamente negras no Rio de Janeiro, nos bailes funk, em finais da década de 1980 e começos da década de 1990, ver Vianna, 1997.

perspectiva de movimento ou resistência cultural, a utilização da palavra gueto serve para se referir à marginalização, pobreza e segregação espacial. Mesmo que academicamente essa utilização seja inexata ou demasiado ampla, ela é suficientemente efetiva para gerar identificações ao redor do globo, fazendo parte dos movimentos culturais negros, espalhados e espelhados em torno do Atlântico, tal como Gilroy o propõe enquanto “contracultura da modernidade”, em que a música tem uma importância fundamental (Gilroy, 2001: 59).

O segundo uso do termo gueto que vou propor aqui é menos direto e não corresponde a um uso textual do conceito. Neste segundo uso, a palavra gueto se refere à separação em função de uma origem social, geográfica, política e racial, em termos amplos, ligados à participação na sociedade global e não à segregação espacial na cidade. A separação se produz entre a comunidade concreta da qual eles formam parte, incluindo o bairro, a cidade e até o continente, e uma comunidade imaginada por eles, em nível transnacional e não territorial, à qual eles se sentem pertencendo, mas não de forma completa.

A utilização que esses jovens fazem do conceito de gueto não se refere de forma estrita àquela que Wacquant propõe, mas também não é a utilização que o autor critica, baseada na segregação social e econômica de classe – que pode corresponder e sobrepor diferenças raciais, étnicas ou religiosas. De uma perspectiva menos geográfica e apontando a elementos transnacionais, podemos entender essa ideia de um gueto, se compreendemos a experiência desses jovens como articulada, integrada ao interior de si mesma, porém isolada da sociedade englobante que é quem determina as fronteiras entre as duas, e quem, quando e como pode atravessá-las. Assim como os habitantes da cidade fazem parte do gueto, de forma estrutural, integrada e sob formas extremas de controle, dominação e violência; os jovens do *ghetto* se encontram ao mesmo tempo isolados e integrados à comunidade transnacional da qual se sentem parte. Os controles de fronteiras, os preços das passagens, as dificuldades para a obtenção de documentos dão uma imagem muito clara desse isolamento. Os riscos que esses jovens, e muitas outras pessoas, correm para transpor os limites desse isolamento, também. A cidade representa um paradoxal ponto de encontro entre a integração ao “mundo moderno”, que eles pretendem compartilhar, e a saída do mundo tradicional. Ao mesmo tempo em que oferece oportunidades, como educação e acesso aos bens de consumo, os estanca nas

suas limitações estruturais que os empurram à migração.

É nesse sentido que podemos falar do *ghetto* como tropos de identificação, na medida em que reúne uma série de elementos diversos, evocando, a partir de imagens, ideias com as quais esses jovens se referem à sua situação, mesmo que não seja diretamente a situação em que eles se encontram. Apontando a segregação espacial, discriminação racial, controle das fronteiras, confinamento, dificuldades econômicas, a partir da ideia de *ghetto*, eles colocam uma série de experiências e significados diversos, desde os judeus na Europa Medieval, até a experiência dos negros americanos, passando pela experiência da Alemanha nazista na segunda guerra mundial e o apartheid na África do Sul. Mas, sendo um tropos de identificação, ele é por excelência um tropos de identificação moderno.

5.3 Locais da modernidade - modernidades locais

Confrontar os megarrelatos da modernidade a partir de dados etnográficos, projetos migratórios, ou gostos musicais não resulta fácil. Nas entrevistas e conversas informais que eu mantive, nunca realizei a pergunta “se acha você moderno?”, ou “o que você acha da modernidade?” Falar de uma ideia de modernidade vinculada a um projeto de vida ou a um projeto migratório é uma empresa de risco e certamente especulativa. Um elemento representativo dessa identidade comum é a utilização de uma língua comum, o *broken english*, que esses jovens identificam com a língua própria do país e colocam no mesmo lugar da língua própria da etnia. O *broken english* é entendido como uma língua própria na medida em que ele se diferencia do inglês que eles falam, com maior o menor correção, e que estão habituados a utilizar em determinadas situações, por exemplo, na escola, em âmbitos identificados com o governo, ou em outras situações formais. Incorpora palavras de diferentes línguas e fundamentalmente representa uma forma mais moderna do inglês que incorpora palavras do movimento hip-hop, gírias locais, etc. Na tentativa de construir uma narrativa daquilo que eu estou chamando de construções locais de modernidade, vou combinar observações, conversas e alguns relatos desses jovens sobre suas trajetórias individuais e familiares e suas expectativas, com a teoria relativa a modernidades locais e pesquisas antropológicas realizadas em diferentes períodos e locais da África, abordando fenômenos urbanos. Essas pesquisas discutem os conceitos de etnia,

classe, prestígio social e participação, para grupos de jovens, fundamentalmente masculinos.

Tomando esses trabalhos como inspiração teórica e de certa forma como situações análogas – sempre considerando as distâncias geográficas e temporais – proponho uma construção de modernidade baseada em elementos como a mobilidade, o acesso a meios de comunicação e o consumo de bens culturais, desde vestimenta a música e filmes, e fundamentalmente um determinado nível de vida. Esses objetos, valores ou meios, que podem ser considerados bens comuns à modernidade, são – como tentarei demonstrar – significados de forma particular a partir de valores locais, tanto nos exemplos trazidos da literatura, quanto no caso etnográfico que estamos trabalhando.

5.3.1 Participação na sociedade global

A cidade é o grande lócus da modernidade, e assim como as cidades são muitas, as modernidades que cada uma delas representa também o são. Mas, conhecendo um pouco das condições em que esses jovens vivem na cidade, não é difícil concordar em que a imagem que Lagos projeta não é tudo o que esperamos “da cidade” como uma abstração.

Desde uma perspectiva analítica, Lagos pode ser compreendida como uma cidade moderna em oposição ao âmbito rural, tanto por elementos positivos que a representam como o acesso aos meios de comunicação, educação e serviços, quanto por aqueles esperados para uma cidade, mas que não estão presentes e deixam de manifesto o caráter inconcluso do projeto moderno, fazendo dessas ausências um elemento significativo. Assim como não podemos definir a cidade em um significado único – existem muitas cidades com características diferentes, desde Nova York, passando por São Paulo ou Tóquio até Lagos – também não podemos definir um único tipo de modernidade associado a elas. Podemos incluso fazer uma analogia na forma abrupta e virulenta com que as grandes metrópoles ao sul surgem e se multiplicam e se autogerenciam, com as formas como as modernidades se multiplicam em sentidos múltiplos. Entendendo a modernidade como um projeto intrinsecamente inconcluso e significado localmente, antes de contradizer as condições estruturais da cidade com a imagem preconcebida de uma cidade moderna, é necessário entender o que significa modernidade para as pessoas que habitam nessas condições urbanas.

Hoje em dia, o “meramente” local e o global estão atados um ao outro, não porque este último seja o manejo local dos efeitos essencialmente globais, mas porque cada um é a condição de existência do outro. Antes, a “modernidade” era transmitida de um único centro. Hoje, ela não possui tal centro. As “modernidades” estão por toda parte; mas assumiram uma ênfase vernácula (Hall; 2006: 44).

Na forma em que o conceito de modernidade é utilizado aqui, não se refere a uma sequência lineal, nem a projetos de desenvolvimento unidirecionais. Da mesma forma em que o colonial e o pós-colonial foram apresentados no começo deste capítulo, o moderno e o pós-moderno não aparecem aqui como etapas de superação, ou desenvolvimento, de um estágio mais desenvolvido. Elas não são exclusividade de algum tipo de sociedade mais evoluída ou desenvolvida, que já teriam superado e satisfeito os critérios necessários de desenvolvimento das sociedades industrializadas.

Se o jargão de nossos tempos – pós-modernidade, pós-colonialidade, pós-feminismo – tem algum significado, este não está no uso popular dos “pós” para indicar sequencialidade (...) Por exemplo, se o interesse no pós-modernismo limitar-se a uma celebração da fragmentação das “grandes narrativas” do racionalismo pós-iluminista, então, apesar de toda a sua efervescência intelectual, ele permanecerá um empreendimento profundamente provinciano.

A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os “limites” epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes (Bhabha, 2005: 23/4).

Assim, os discursos pós-coloniais e pós-modernos vêm a apontar o fator inconcluso da modernidade, não dando ela por finalizada, mas explodindo o significado unívoco do conceito, dando espaço para outras modernidades. Os jovens de Apapa, ao se definir como jovens do gueto, dão corpo às conexões culturais, geográficas, simbólicas e políticas, em direções múltiplas, que a modernidade viabilizou, mas que na sua concepção intrinsecamente eurocêntrica e ocidental, ela mesma apagou. Desse modo, por muito restritiva que seja a situação na cidade, ela é vista por esses jovens como um local de oportunidades. Lagos representa para os jovens originários da cidade, ou que chegam de outras cidades e meios rurais, o local da modernidade. A permanência na cidade representa uma escolha explícita pelo pertencimento ou a busca de pertencimento à modernidade que está diretamente

vinculada ao projeto migratório. A definição do moderno, em oposição ao tradicional, não se refere à incorporação a um tipo particular de projeto, uma determinada forma de economia (a economia de mercado), ou de um sistema político (a democracia entendida os moldes de ocidente).

As sociedades modernas são, portanto, por definição sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas” (Hall, 2005: 14).

A modernidade à qual esses jovens pretendem se integrar através da cidade representa uma das chaves de análise. Na cidade, ela é ao mesmo tempo oferecida e negada, mas por cima de tudo representa uma aspiração de um grupo de jovens que compartilha gostos musicais, paixão pelos esportes, interesse pela tecnologia e uma dificuldade comum para se integrar de uma forma à comunidade, mediante as expectativas que são projetadas sobre eles. Contudo, a separação dos modelos tradicionais não significa uma ruptura ou uma oposição absoluta com seu meio social ou uma adesão a valores ocidentais. Pelo contrário, a migração significa um caminho alternativo à obtenção de atributos de prestígio associados à masculinidade dentro da cultura local, que não são possíveis de obter por outros caminhos. Ao mesmo tempo em que ela revela uma subversão dos caminhos mais tradicionais para a obtenção desse prestígio, o confronto com os valores tradicionais se estabelece dentro de convenções que estão muito longe das concepções ocidentais de identidade, mas que referem as lógicas próprias das dinâmicas culturais da região.

5.3.2 Etnia, classe e prestígio social em contextos urbanos

A homogeneização de valores particularmente aplica para as classes urbanas, as quais têm acesso aos vários estágios do sistema educativo, mas que se enxergam a se mesmas como desempregadas ou subempregadas, ou ao menos subremuneradas se comparam sua situação com a correspondente a sua classe nos países desenvolvidos (Prinz, 2005: 120).

Embaralhados no ambiente urbano marcado pela fragmentação e a mistura, colocados a conviver com as pessoas da cotidianidade e do meio mais próximo, e a construir identificações e alianças com os pares, geralmente jovens, também longe de suas redes familiares, as marcas étnicas não aparecem como determinantes no

cotidiano. Mesmo que esses jovens identifiquem suas origens dentro de uma etnia e uma raiz linguística, e respondam de forma rápida ao serem perguntados sobre essa pertença, ela não foi apontada para mim como uma determinante no momento de estabelecer vínculos sociais no entorno urbano.

Isso não significa que as identidades étnicas sejam simples etiquetas e que elas não tenham um valor específico para essas pessoas, ao se relacionar em outros âmbitos, mas esse tipo de identidades não foi apontado como significativo no contexto em que a presente pesquisa foi realizada. Tomando como ponto de partida a realização de uma pesquisa sobre migrações, e sobre a viagem clandestina em navios, os jovens apontaram para elementos próprios da idade, do gênero e das escolhas éticas e estéticas comuns, como bases para a amizade, e a identidade comum, no entanto, jovens sem um espaço social definido. Para definir sua situação e responder às minhas perguntas, esses jovens articularam discursos que se referem a uma identidade de classe, determinada de forma particular em elementos de gênero e geração, o que não significa que outro tipo de elementos como as pertenças étnicas possa ser acionado em outros contextos ou a partir de outras interlocuções.

A articulação entre identidades étnicas e divisões de classe tem sido longamente debatida na antropologia. Ao trabalhar em contextos urbanos africanos, nos confrontamos a sociedades estratificadas de formas múltiplas, as formas em que as pessoas estruturam suas relações, pertencimentos e fundamentalmente suas expressões culturais e políticas de descontento. Um apanhado da literatura a esse respeito nos apresenta certa forma de continuidade nesse embaralhamento de identidades étnicas e de classe e referentes simbólicos tradicionais e europeus. Um dos trabalhos clássicos sobre essa articulação é o de Mitchell (1956), realizado nas regiões urbanas conformadas ao redor das minas de cobre em Northern Rhodesia em 1956, hoje no território da Zâmbia. O ponto de partida desse trabalho é uma manifestação cultural, muito espalhada em toda a África do Sul, em que homens jovens, provenientes de zonas rurais e empregados no mais baixo da escala laboral, vestem da forma mais primorosa possível roupas ocidentais nos domingos para realizar uma dança chamada *Kalela Dance*. O objetivo do autor é desmontar o aparente paradoxo entre uma dança “tribal” simbolizada em formas e expressões de prestígio “ocidentais”. Tomando os elementos de paródia e revolta, que os personagens da dança apresentam nos papéis centrais de rei, enfermeira, doutor e

entre os dançarinos e tamboreiros, também vestidos no estilo ocidental, podemos entender dois níveis de expressão em que identidades étnicas e de classe se articulam. Mitchell propõe que a identidade étnica funcionaria como uma forma de orientar as escolhas em relação à parceria, amizade, em alguns casos moradia, orientados por traços identitários étnicos expressados e lidos dentro do cotidiano urbano.

Do outro lado, no que se refere às relações entre brancos e negros, a determinante que está condicionando as expressões identitárias e de classe, na medida em que a revolta vá em direção àqueles identificados como os agentes de exploração, os donos e administradores das minas de cobre, onde esses jovens trabalham. Apesar de serem grupos integrados por jovens com uma origem comunitária comum e estruturados hierarquicamente de forma que corresponde às hierarquias tribais do local de origem referencial no âmbito rural, a performance de elementos de prestígio, associados a elementos europeus, é interpretada pelo autor como o sinal de se tratar de uma expressão de classe associada a termos raciais, parodiando as relações sociais e econômicas coloniais, estabelecidas pelo governo europeu.

Mas o uso de elementos ocidentais como sinais de prestígio que Mitchell aponta não é uma característica exclusiva dos *copperbelt* de Northern Rhodesia. A literatura etnográfica apresenta casos similares em diferentes conglomerados urbanos em toda a África Subsaariana (Friedman, 1999; Ferguson, 2002) e em outras localidades (Said, 2004; Fanon, 2008; Bhabha, 2004) que sofreram o forte impacto do regime colonial europeu dos séculos XIX e XX, caracterizado pelo racismo. Em 1984 Daniel Gandoulou trabalha sobre o fenômeno dos *Sapers* e *Aventuriers*. Trata-se de uma tendência entre os jovens subproletários em Brazaville, entre os quais o uso de roupas de marca, de alta costura ocidental é altamente difundido como uma forma de adquirir prestígio entre o grupo de pares e frente à comunidade em geral. Esses jovens, geralmente fora do sistema escolar, e sem oportunidades para se inserir em empregos fixos, vivem em função de um estilo de vestimenta e comportamento orientado no “bom gosto”. Este se caracteriza, fundamentalmente, por uma particular forma de vestir, que determina as dinâmicas sociais entre o grupo de amigos e que tem como estágio último, a estadia durante certo tempo na Europa, onde esses jovens adquirem grande parte de sua indumentária, além de adquirir um “necessário ar europeu” (Gandoulou, 1984), a que se associam projetos migratórios geralmente

temporários.

Como pode ser entendido o fenômeno desses jovens que orientam praticamente todas suas ações, sua socialização e seus projetos – até o ponto de ir e voltar da França ao Congo? Um olhar superficial poderia ver nessa atitude uma intenção de imitação, de tentar serem eles mesmos europeus, de imitar esse tipo de estética em contraposição e desvalorizando o estilo tradicional africano. Mas o que Gandoulou (1984) propõe, e posteriormente Friedman (1999) retoma, é precisamente o contrário disso. Sobrepondo o impacto inicial que a ostentação das marcas produz à visão ocidental, e a aparente obsessão frívola desses jovens, o autor propõe entender os significados e usos que essas roupas e grifes (tomadas de outras sociedades, mas incorporadas na rede de significados locais) têm para esses jovens.

O *sapeur* (solapador) não é um ocioso, porque, em termos estruturais, ele é autêntico, isto é, a sua identidade é unívoca. A aparência exterior dele não é um mero projeto para enganar o público, para se parecer com algo diferente dele próprio. É a sua própria essência. É esta qualidade que o torna exótico ao habitante ocidental, para quem este narcisismo aparente deveria ser abertamente cínico, mesmo em seu desespero (Friedman, 1999: 337).

No sentido de Homi Bhabha (2005), esses jovens estão criando “o novo”, numa fronteira cultural na qual eles se localizam. Este novo é entendido como um *ato insurgente de tradução cultural*. Esse conceito é utilizado por ele para entender processos de criação artística nos quais o passado e a tradição são reelaborados de forma tal que reinscreve a experiência presente numa nova leitura, num novo espaço cultural. Esta é uma operação sinônima à que propõe Friedman para entender o consumo de grifes de prestígio entre os *Sapeurs*.

A *sape* não é uma invenção congoleza em desacordo com os próprios tecidos fabricados naquela mesma sociedade. Pelo contrário, trata-se de um simples exagero de uma estratégia de acúmulo de prestígio, porém uma estratégia que nega fundamentalmente a sua própria lógica interna. Trata-se, pois, de uma fórmula para o sucesso e uma ameaça potencial à real estrutura do poder (Friedman, 1999: 335/6).

Mais do que o consumo de música, roupas e tecnologia, a modernidade representa um estilo de vida em que esses “objetos de consumo” estão associados a oportunidades de progresso pessoal, mobilidade e aumento de capitais e prestígio.

Essas formas particulares de consumir bens e produtos culturais podem ser simplificadas como imposições do mercado ou como atitudes supérfluas e vazias de significações culturais comuns (Douglas e Isherwood, 2004) como negações de identidades próprias e entendidas como identidades colonizadas (Fanon, 2008). São compreendidas aqui como apropriações locais daquilo que é entendido por seus consumidores não como patrimônio exclusivo de ocidente, mas como ganhos coletivos, ou características próprias do período histórico a que todos pertencemos, que lhes são negados. O problema fundamental de análise seria então como entender esses padrões de consumo, não como práticas de emulação, ou como adaptações de elementos ocidentais a tradições locais, mas o que esse tipo de consumo tem a dizer sobre o lugar que esses jovens ocupam no sistema global de circulação de bens e informações.

Mas a questão política mais vital levantada pelas práticas de emulação colonial não refere à incorporação de materiais simbólicos ocidentais em sistemas culturais locais africanos. Mais do que isso, refere ao lugar que os africanos ocupam na ordem sociocultural *global* – seu status na nova “sociedade mundial” ⁹⁶ (Ferguson, 2002: 555).

Entre essas características, a mobilidade regional e transcontinental é uma das mais valoradas, na medida em que representa a oportunidade de acesso a todas as outras e como veremos no capítulo sete, o deslocamento e o acúmulo de experiências que implica, são entendidos como uma forma de passagem da juventude a idade adulta. O consumo, como aponta Friedman deve ser entendido como um âmbito privilegiado para a negociação de identidades, “*como um aspecto de estratégias culturais mais amplas de autodefinição e de automanutenção*” (Friedman, 1999: 330). Em outras palavras, o que esses jovens buscam primeiro na cidade e nos projetos migratórios é aquilo que Ferguson (2002) chama de *membership*, e que vem a significar a possibilidade de participação no que é entendido como moderno desde uma construção local. O autor traz um exemplo de finais da década de 90, em que dois jovens tentaram migrar de forma clandestina no trem de pouso de um avião,

⁹⁶ But the most vital political question raised by practices of colonial emulation did not concern the incorporation of western symbolic material into African local cultural systems. Rather, it concerned the place Africans occupy in a *global* sociocultural order – their status in a new “world society”.

morrendo congelados⁹⁷. Entre os pertences desses jovens, encontrava-se uma carta na qual se pedia aos governantes da Europa para ajudar não somente eles a terem as mesmas oportunidades que os jovens da Europa, mas a toda África para alcançar o mesmo nível de desenvolvimento, do qual eles querem fazer parte. Esse último exemplo, o mais dramático, deixa de lado as formas mais simbólicas em que a participação ou *membership* se manifesta, através de dança, roupas ou música e as conecta com os projetos migratórios, deixando de forma explícita, na carta que os dois meninos redigiram, os objetivos da viagem pela qual arriscaram, e perderam, suas vidas: oportunidades.

Dentre essas diferentes formas de participação, desde a utilização de objetos ou bens culturais associados seja ao Ocidente, seja à modernidade, até a construção de um projeto migratório em que, mesmo sob risco de perder a vida, os jovens tentam alcançar a Europa ou algum outro destino imaginado em um país desenvolvido, podemos enquadrar os jovens entrevistados em Apapa. Eles apresentam um tipo de experiência com dimensões de classe, fortemente ancorada na estrutura social urbana que expressam através do uso de elementos modernos, que observados desde fora podem ser identificados como exógenos, ocidentais, europeus, a partir dos quais simbolizam e comunicam projetos e estilos de vida que planejam desenvolver no exterior.

⁹⁷ O caso analisado pelo autor foi um dos que teve maior relevância na mídia em que os corpos jovens foram identificados, junto com a carta referida e difundida na imprensa belga, chocando pela sua inocência e sinceridade. Outros exemplos desse tipo de migrações serão analisados no capítulo seguinte quando serão trabalhadas as formas em que riscos e vantagens da migração são avaliados em diferentes contextos em setores juvenis.

CAPÍTULO 6

Gênero, Idade: variáveis na construção de projetos migratórios

No presente capítulo vou analisar as relações do grupo de jovens com que trabalhei na cidade de Lagos com o entorno familiar e a sociedade englobante, tentando entender o lugar que o planejamento e a realização das travessias têm em suas vidas. Anteriormente investiguei a relação entre o continente, o país e a cidade, analisando a percepção que esses jovens têm da sua experiência particular, em relação ao lugar onde vivem e o relacionamento com o “mundo globalizado”, usando de forma mais ou menos abstrata as oposições entre tradicional/moderno e rural/urbano. Neste capítulo tentarei colocar a ênfase nas formas concretas com que lidam com as dificuldades cotidianas para se integrar a uma sociedade em que não encontram muito espaço. Vou estudar duas variáveis, gênero e geração, que determinam em grande medida essa situação de não integrados e que são muitas vezes resolvidas em função do projeto migratório.

Novamente, nos confrontamos aqui com o problema do uso dos dados etnográficos em comparação e perspectiva com outras pesquisas etnográficas e com ideias mais gerais sobre os “padrões africanos” referentes à família, parentesco e hierarquias geracionais, e de como esses elementos podem ser analisados em contextos urbanos.

Tentando não cair em generalizações, vou combinar aqui dados etnográficos com pesquisas realizadas por outros etnógrafos na Nigéria e em outras regiões da África Ocidental, com aportes teóricos sobre gênero e idade. Para isso é necessário relativizar alguns dos conceitos com que as categorias sociais se constroem. Diferenças como gênero e idade não estão preestabelecidas e não podem ser observadas como categorias “naturais” e idênticas para todos os contextos, mas precisam ser vistas da perspectiva da comunidade onde são construídas, aplicadas e transformadas. Na medida em que determinam papéis e posições sociais para os diferentes sujeitos, as relações de geração e gênero devem ser analisadas enquanto relações de poder.

6.1 Gênero e migrações: olhando para as mulheres

Se olharmos para a evolução mundial em relação a gênero e migrações, descobrimos que o fenômeno dos polizones, sendo recente e com um importante crescimento, não acompanha a tendência geral de um aumento no número de mulheres migrando. Em ambas as dimensões, quantitativa e qualitativa, a variável de gênero é cada vez mais um ponto inevitável de análise no que toca às migrações. A feminização das migrações, mesmo sendo um fenômeno de escala global, está repartida de forma desigual em relação aos lugares de origem dos migrantes. Em termos totais podemos dizer que quase a metade dos migrantes do mundo é formada por mulheres.

Tabela 5 - Porcentagem de mulheres no total de migrantes internacionais por regiões. 1960-2000

fonte: El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género. Pizarro; 2003

Regiones	1960	1970	1980	1990	2000
Total Mundo	46,6	47,2	47,4	47,9	48,8
Regiones más desarrolladas	47,9	48,2	49,4	50,8	50,9
Regiones menos desarrolladas	45,7	46,3	45,5	44,7	45,7
Europa	48,5	48,0	48,5	51,7	52,4
Norteamérica	49,8	51,1	52,6	51,0	51,0
Oceanía	44,4	46,5	47,9	49,1	50,5
Norte de África	49,5	47,7	45,8	44,9	42,8
África sub-sahariana	40,6	42,1	43,8	46,0	47,2
Asia Meridional	46,3	46,9	45,9	44,4	44,4
Este y Sudeste de Asia	46,1	47,6	47,0	48,5	50,1
Asia Occidental	45,2	46,6	47,2	47,9	48,3
Caribe	45,3	46,1	46,5	47,7	48,9
América Latina	44,7	46,9	48,4	50,2	50,5

Fuente: Zlotnik (2003).

Alguns países ou regiões têm centralidade na produção de migrantes mulheres, como Filipinas ou Sri Lanka (Hochschild, 2004). O fenômeno não se refere unicamente ao aumento do número de mulheres que migram, que tem se produzido nas últimas décadas, mas ao aumento de sua visibilidade e, fundamentalmente, à autonomia que esses deslocamentos adquirem. Existe uma tendência crescente a perceber as mulheres como protagonistas das migrações, gerando as condições para o deslocamento e a inserção na sociedade de destino, e não como acompanhantes de maridos ou familiares, que era o modo como eram vistas até então, (Assis, 2007).

As mulheres representam um papel crescente em todas as regiões e tipos de migração. No passado, a maioria das migrações laborais e os movimentos de refugiados eram dominados por homens, e as mulheres foram frequentemente incorporadas à categoria de reunião familiar. Desde 1960, as mulheres têm representado um papel maior nas migrações laborais. Atualmente as mulheres trabalhadoras conformam a maioria em movimentos tão diversos como aqueles de cabo-verdianos para a Itália, filipinos para o Oriente Médio e tailandeses para o Japão⁹⁸ (Castles e Miller, 1998 apud Hochschild, 2004: 19).

Na medida em que esse é um fenômeno de escala global, resulta interessante entender as mudanças acontecidas em ambos os polos do processo migratório, que levam ao aumento da mobilidade entre mulheres e a reformulação do fenômeno. Majoritariamente, os países receptores desses fluxos migratórios femininos são os países fortemente industrializados da Europa e da América do Norte, assim como países com economias fortes do Oriente Médio. Nesses países, as mulheres concentram sua atividade em três grandes áreas: cuidados de crianças e idosos, trabalho doméstico e trabalho sexual, sem que elas sejam necessariamente excludentes entre si. Esse tipo de serviços atrai cada vez mais mulheres de mais longe, não sendo suficientemente desejável para a população local, ou não sendo suficiente a população local para cobrir a demanda por eles (Ehrenreich e Hochschild, 2004). Assim, mesmo dentro da grande diversidade, a feminização dos fluxos migratórios responde também à distribuição global da riqueza e das desigualdades.

Gênero e classe social são variáveis que não podem ser separadas, mas também não podem ser vistas como se uma determinasse a outra. Ao contrário, elas determinam o papel que cada indivíduo ocupa na estrutura social, abrindo para todo sujeito uma série de situações e possibilidades entre as quais ele traça seu destino. A apresentação de duas pesquisas realizadas com mulheres nigerianas em dois extremos bastante distantes da estrutura social pode nos oferecer um bom panorama de como as dinâmicas sociais que envolvem papéis de gênero são determinantes de

⁹⁸ Women play an increasing role in all regions and all types of migration. In the past, most labor migrations and many refugee movements were male dominated, and women were often dealt with under the category of family reunion. Since the 1960s, women have played a major role in labor migration. Today women workers form the majority in movements as diverse as those of Cape Verdians to Italy, Filipinos to the Middle East and Thais to Japan.

certo tipo de dinâmicas migratórias, em diferentes locais⁹⁹.

6.1.1 Migração e carreiras profissionais entre as mulheres Igbo

No seu trabalho sobre mulheres profissionais migrantes, Rachel Reynolds (2006) nos oferece um excelente exemplo de como as expectativas sociais referidas às mulheres de etnia Igbo na Nigéria são uma causa determinante nos processos migratórios. Um dos primeiros elementos que a autora apresenta como definidores desse processo migratório é a necessidade de manter uma certa posição social, o que, em função das mudanças produzidas na economia, não seria possível dentro das fronteiras do estado nigeriano. O grupo de mulheres com que está trabalhando pertence a uma classe social alta ou média alta, com uma educação superior, que não encontra as oportunidades de se desenvolver profissionalmente ou de gerar e fazer viáveis inversões econômicas no local de origem.

Dentro das estruturas domésticas dos Igbo, o papel reservado para a mulher é o de provedora do lar. Não é esperado que ela permaneça em casa, mas, pelo contrário, que seja capaz de sustentar os filhos e até o marido, fornecendo alimentos, roupas e suprimindo outras necessidades do núcleo familiar próximo e da família extensa, a própria e a do marido. As expectativas voltadas aos homens estão relacionadas em primeiro lugar ao fornecimento de abrigo e terra, onde a mulher poderá produzir o alimento diário, e posteriormente à manutenção do bem-estar familiar, através do investimento em grandes projetos familiares, habitação e outro tipo de infraestrutura. Também espera-se que providencie os elementos necessários para sacrifícios religiosos e se mantenha dentro das redes sociais de trocas ritualizadas. Este padrão, que a autora caracteriza como próprio das comunidades organizadas em padrões de produção de pequenas unidades agrícolas, e que seria muito difundido na região, tem uma interessante consequência, que é o estabelecimento de economias separadas dentro do núcleo familiar, o que se mantém dentro e fora do território nigeriano.

As expectativas e papéis de gênero condicionam a estrutura familiar em todas

⁹⁹ Para um bom exemplo sobre o vínculo entre projetos familiares, papéis de gênero e projetos migratórios, vinculando o afeto maternal e a necessidade de prover a unidade doméstica, ver Andrea Lobo, 2006. *Tão longe, tão perto. Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista, Cabo Verde.*

as classes sociais, e mesmo em casos de mulheres com títulos profissionais é esperado que elas realizem as tarefas domésticas. Para além das duras condições impostas às mulheres no seio dessa cultura, a autora demonstra como elas, ao fazer um uso criativo de tais concepções de gênero, conseguem reverter uma situação negativa num discurso que respalde um projeto migratório pessoal, dentro dos padrões coletivos, culturalmente estabelecidos para uma mulher.

Entre as mulheres que têm tomado a decisão de migrar para os Estados Unidos por conta própria, o projeto migratório se cria a partir da possibilidade de reproduzir e reforçar os modelos familiares tradicionais muito mais do que de contestá-los. Na descrição de suas próprias trajetórias migratórias, as mulheres da comunidade Igbo, morando em diferentes cidades dos Estados Unidos, chamam a atenção para seu papel de provedoras do lar como o principal incentivo à saída do país de origem, a continuidade de uma carreira profissional e a procura por melhores oportunidades laborais no exterior. A expressão de interesse no desenvolvimento pessoal poderia vir a ser interpretada como um desejo egoísta e lida como uma afronta aos valores próprios da cultura e uma traição ao marido e aos filhos; enquanto o projeto de autonomia pessoal, independência financeira, expresso na clave de um discurso que privilegia a melhora das condições familiares e fundamentalmente a consecução de um futuro melhor para os filhos, permite a migração sem o rompimento com as redes.

Mais um elemento da organização doméstica, que é a presença de padrões de circulação doméstica, permite o desenvolvimento dos projetos migratório-profissionais. Em ordem geral, os migrantes, tanto homens quanto mulheres, estão compelidos, pelos padrões culturais da sociedade Igbo e em geral da sociedade nigeriana, a oferecer diferentes formas de ajuda à família no local de origem assim como a patrocinar familiares no seu próprio projeto migratório. A possibilidade de trazer irmãs, ou parentes em condições econômicas menos vantajosas, para tomar conta dos afazeres domésticos é altamente compatível com os projetos dessas mulheres profissionais, que muitas vezes trabalham em horário integral e ainda estudam à noite (Reynolds, 2006).

6.1.2 Migrações internacionais e trabalho sexual feminino na cidade de Edo

No exemplo anterior vimos como o projeto migratório representa uma alternativa de desenvolvimento para as mulheres em um dos extremos da estrutura social, reelaborando códigos culturais para a obtenção de maior autonomia e desenvolvimento pessoal. Em outros casos, o uso criativo dos padrões culturais hegemônicos na sociedade não é tão bem-sucedido. Na Nigéria, assim como em outros países da África Ocidental, a fuga de cérebros representa um problema para o desenvolvimento nacional tanto quanto a saída de mulheres com destino ao trabalho sexual na Europa (Adepoju, 2005). A situação destas últimas é um problema social de importância, não somente pelas condições em que essas mulheres realizam a viagem e as que encontram na Europa, geralmente indocumentadas, mas também pela impossibilidade de reinserção na sociedade de origem, nos casos de retorno à cidade de onde veio.

A título de exemplo, é bom lembrar que aproximadamente 10.000 mulheres nigerianas, em geral da região Edo, estariam trabalhando na Itália no comércio sexual, em um fluxo que parece ter começado na década de 1980 (Carling, 2005). O grande número de mulheres provenientes da região Edo poderia ser explicada pela particular situação de subalternidade em que se encontram nessa região, pelas extremadas condições de pobreza e uma alta concentração populacional. Contudo, a importante presença do projeto migratório como única possibilidade para fugir da pobreza, muito espalhada em toda a população nigeriana, faz com que esses elementos não sejam exclusividades da região, nem uma especificidade feminina. A conformação de redes migratórias combina elementos estruturais e uma série de elementos subjetivos, como a visibilidade e a presença de migrantes anteriores, mais a utilização de cerimônias religiosas para estabelecer o pacto de trabalho entre os empregadores e as mulheres.

O contato inicial das vítimas com os traficantes é frequentemente estabelecido através de um parente, amigo ou outra pessoa familiar. (...) Depois do contato inicial, a vítima é colocada em contato com uma madame, a pessoa mais importante da rede na Nigéria. Em muitos casos a madame também tem o papel de suporte, a pessoa que financia a viagem. Normalmente custa em torno de U\$S 500 a U\$S 2.000 a

obtenção dos documentos, e US\$8.000 a US\$12.000 para a viagem. A dívida contraída pela vítima é muito mais alta, normalmente entre US\$40.000 e US\$100.000.

Nesse ponto, a vítima e seu patrocinador fazem um “pacto” em que é exigida uma indenização em troca de uma viagem segura para a Europa. O pacto é frequentemente selado por um *ohen*, uma autoridade religiosa tradicional. Adicionalmente, a vítima e sua família também assinam um contrato formal com o patrocinador, usando a casa da família ou outros bens como garantia.

Como parte da cerimônia, o *ohen* cria um amuleto com uma significação mágica. Isso consiste em uma série de itens como cabelo, unhas ou outras substâncias corporais que protegem contra acidentes. O amuleto torna a mulher atraente para os homens ou garante a realização do pacto. A vítima enxerga o pacto como uma promessa solene com o patrocinador, sancionada pelo *ohen* e monitorada pela comunidade local¹⁰⁰ (Carling, 2005).

Em uma sociedade onde a ideia da migração como única alternativa possível para fugir da pobreza é amplamente espalhada, e onde a mobilidade como estratégia de sobrevivência é historicamente constituída, entender o número de mulheres que se deslocam para a Europa, e sua forte concentração na Itália, não parece difícil. Contudo, a forma em que o deslocamento se concretiza, claramente inserido numa rede social e determinado por pautas culturais no local de origem, assim como a permanência e fidelidade dessas mulheres dentro das redes de tráfico e exploração sexual, de que passam a fazer parte – com ou sem conhecimento –, deve ser analisada em profundidade à luz das dinâmicas de gênero que elas envolvem.

Os dois exemplos anteriores apresentaram uma perspectiva de gênero, na

¹⁰⁰ The victim's initial contact with the smugglers is often through a relative, friend, or other familiar person. (...) After the initial contact, the victim is put in contact with a madam, the network's most important person in Nigeria. In many cases, the madam also has the role of sponsor, the person who finances the journey. Typical costs range from US\$500 to US\$2,000 for documents and US\$8,000 to US\$12,000 for the travel. The debt incurred by the victim is much higher, however. Typical amounts are between US\$40,000 and US\$100,000. At this point, the victim and her sponsor make a "pact" that obliges repayment in exchange for safe passage to Europe. The pact is usually religiously sealed by an *ohen*, a priest of the indigenous religious traditions. The *ohen* traditionally functions as a magistrate or registrar. Increasingly, the victim and her family also sign a formal contract with the sponsor, using the family's house or other assets as collateral. As part of the ceremony, the *ohen* usually assembles a parcel with magic significance. This consists of hair, nail cuttings, or other bodily substances, and a variety of other items that protect against accidents. The parcel makes the woman attractive to men or otherwise supports the pact and its fulfillment. The victims regard the pact as a solemn promise to the sponsor, sanctioned by the *ohen* and monitored by the local community.

medida em que, apontando especificamente para casos de mulheres migrando, tentavam entender as características particulares de um fenômeno em função da relação mais ampla entre representações de gênero em diferentes localidades na Nigéria. Mas falar em gênero não significa falar em mulheres, e sim em relações de poder construídas a partir das representações que cada sociedade realiza em relação a homens e mulheres.

6.2 Contextualizando um fenômeno masculino

Neste artigo, o gênero é analisado como um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como “classe”, “geração” e “etnia”, configura as oportunidades de mulheres e homens migrantes (Assis, 2007: 747).

No começo da pesquisa, fazendo campo nos locais de destino na América Latina, os dados apontavam a praticamente inexistência de mulheres viajando como polízonas. Em comparação com outros tipos de migrações, esta realidade aparecia como uma situação diferencial, já que em outros casos documentados o número de mulheres se mostrava similar ou ainda maior que a dos homens. Essa maior presença de mulheres em comparação com o caso que eu estava trabalhando pode ser observada em uma grande variedade de destinos, de procedimentos e de tipos ou classes sociais de migração.

A presença feminina nos fluxos migratórios provenientes da África se registra tanto entre os estudantes de convênio no Brasil quanto nas *pateras*¹⁰¹ que atravessam o mediterrâneo rumo à Europa e que são um referente iniludível para o caso que estamos trabalhando. Nessas últimas, a presença de mulheres e crianças pequenas é significativa, compondo uma distribuição de gênero muito mais equilibrada. Notícias de imprensa e trabalhos acadêmicos informam sobre grupos familiares, mulheres com filhos e mulheres grávidas tentando a travessia tanto quanto jovens aventureiros. Segundo Carling (2007), um alto número de mulheres grávidas que realizam a travessia poderia ser explicado um pouco em função do trabalho sexual no percurso do local de origem até o norte da África, e um pouco na

¹⁰¹ O trânsito entre o norte da África e o sul da Europa através do Mediterrâneo foi analisado no capítulo 2, em relação a outras dinâmicas migratórias. Para mais informações sobre o tema, ver Carling, 2007. “Unauthorized Migration from Africa to Spain”. *International Migration*.

crença de que o fato de ter um filho em território europeu concederia a permissão de residência.

Dado que a presente pesquisa foi iniciada no local de destino dos migrantes, a forma de aproximação ao objeto de análise gerou um recorte do mesmo claramente delimitado por variáveis de geração e gênero. Todos os casos de polizones a que tive acesso se referiam a homens jovens. Essas duas características apareciam para mim como naturais. Deslocados de seu contexto de origem e numa situação de relativo isolamento social, a naturalização dessas categorias resultou rapidamente assimilável, a partir do relato dos próprios protagonistas da aventura.

Segundo eles, resultaria impossível para uma mulher se arriscar numa aventura desse tipo, e não faria sentido para um homem mais velho que não tivesse a resistência necessária para sobreviver à travessia. A presença de mulheres em outros tipos de migração, com tanto ou mais riscos – inclusive o de abuso sexual, mencionado com maior clareza e preocupação por esses jovens – apontava para alguma coisa além do “perigo”.

Não, as mulheres não podem viajar de barco, uma mulher sozinha não pode. É muito tempo, as mulheres não resistem... e depois, se acharem você escondido, eles vão te colocar para cima do barco, o capitão do barco vai te colocar para trabalhar. Quando você está no barco, está sozinho, somente Deus lhe ajuda.

(Wenzel, julho, 2006, Montevideu. Depoimento original em espanhol)

A continuidade da pesquisa me levou a trabalhar no contexto de integração desses jovens na sociedade de destino, e posteriormente no local de partida na África Ocidental. Esse movimento permitiu contextualizar o fenômeno dos polizones em duas direções: por um lado, em um quadro mais amplo das dinâmicas migratórias intra e inter-regionais; e por outro, no contexto social em que esses jovens e outros que decidem não migrar ou que por diferentes motivos não conseguem concretizar esse projeto se inserem.

Desde a nova perspectiva, os dados mostraram com maior facilidade que as noções particulares de gênero, associadas à ideia de masculinidade e a um posicionamento específico enquanto homens jovens, se apresentam como elementos fundamentais para entender os motivos que levaram esses jovens a embarcar em tais aventuras. Estas se apresentam como elementos constitutivos da tomada de decisões relativas à migração. Surgiu, então, a necessidade de analisar essas situações desde

uma perspectiva de gênero, em relação a visões sobre masculinidade, juventude e a posição social que esses jovens ocupam no país de origem e no país de destino.

O empreendimento de uma aventura desse tipo implica uma importante dose de temeridade, e até certo ponto de “irresponsabilidade”, para afrontar os riscos que esses jovens sabem que vão correr, mas também requer uma série de conhecimentos, habilidades e certa inserção em redes sociais, que são próprios dos mesmos.

Você precisa saber quando entrar no porto. O porto é grande, e tem polícia por tudo. Alguns deles estão vestidos com uniforme, mas tem outros que estão por aí vestidos assim [aponta para suas roupas], você pode falar com um deles e já foi. Ele te prende e te leva para a delegacia, aí você pode ficar uma noite e não tem mais como voltar para o porto. Para sair da delegacia tem que pagar muito dinheiro. No meu país os policiais são mais corruptos do que os ladrões. Tem que ter muito cuidado para não ser pego...

Wenzel queria ir embora, mas não sabia como. Ele não sabia entrar no barco. Nós nos conhecemos uma semana antes de viajar, mais ou menos. A gente trabalhava junto no porto, descarregando os barcos. Eu sabia como era o barco por dentro, sabia por onde tinha que ir. E conhecia uma pessoa que me ajudou. Eu ajudei a Wenzel, eu disse que também queria ir embora e a gente entrou junto.

(Sonny, fevereiro de 2006. Depoimento original em espanhol)

Embarcar em navios de forma clandestina é coisa de homens no amplo sentido. São os homens que embarcam nos navios de carga, são eles que planejam a aventura, conformam os grupos em que vão embarcar, transmitem os conhecimentos necessários, como os elementos a levar com eles, como se comportar dentro do barco, como ingressar no porto por terra ou por água para acessar o barco, como escolher o barco, etc. São também eles os que lidam com o fato de seus amigos terem embarcado, portanto, terem sumido das redes familiares e de amizade e eles que mantêm o segredo da localização desses amigos até alcançarem o destino esperado, ou retornarem ao local de origem.

Eu pedi muitas vezes para eles me ajudarem. Eles nunca fizeram nada... Não dá para confiar, eu não queria ficar esperando, então fui embora no barco. Não disse nada a ninguém, somente a meu irmão. Porque quando tem muitas pessoas, o capitão pode matar a todos. Então, meu irmão era o único que tinha forças no coração. Se eu falava para minha namorada... Ou para minha mãe... Ela ia começar a chorar, ia me fechar, não ia me deixar sair...

(Wenzel, janeiro, 2007. Depoimento original em espanhol)

Mas a travessia é coisa de homens em outro sentido, muito mais restrito. Não são todos e sim um setor em particular dos homens que empreende o processo migratório como viajante clandestino em um barco. São essas características

específicas do que representa ser homem nesse contexto que estão vinculadas à realização desse tipo de projetos migratórios. A migração – e as características desse processo migratório em particular – representa para eles uma forma de ser e se converter em homens: é viajando de barco que esses jovens vão se converter em homens, demonstrando que têm os valores típicos de um homem e que estão dispostos a utilizá-los para ganhar um espaço social a que em muitos outros âmbitos não têm acesso. Como veremos através da literatura antropológica, também as mulheres assumem riscos importantes em seus percursos migratórios; em muitos casos com o conhecimento prévio das situações às quais se expõem. Pois viajar em um navio de carga seria mais perigoso – ou mais masculino – que atravessar o Mediterrâneo em uma balsa construída artesanalmente, ou fazer quilômetros por terra, ingressando na Europa através do Oriente Médio (Carling, 2006).

6.2.1 Definições acadêmicas e definições locais

Toda discussão sobre a posição das mulheres, sobre seu caráter e temperamento, sobre sua virtude ou emancipação, obscurece o problema básico: o reconhecimento de que a trama cultural, que se oculta por trás das relações humanas, dá o modo de conceber os papéis dos sexos, e que molda o jovem em crescimento segundo um modelo local e especial, de maneira tão inexorável quanto ocorre com a menina¹⁰² (Mead, 1997: 14).

Entender gênero como relações de poder, e não como leituras das diferenças biológicas universais ou estudo das mulheres em situação de subalternidade em relação aos homens (Scott, 1990), é fundamental para perceber a dimensão de gênero na aventura dos jovens polizones. Ao abordar as relações de gênero como relações de poder dinâmicas e contextualizadas dentro de uma estrutura social, podemos nos aproximar do lugar que esses jovens ocupam na sociedade sem estabelecer suposições prévias sobre esse lugar a partir de sua condição de homens. Ou seja, o fato de serem homens não os coloca necessariamente em uma situação de superioridade ou de dominação em relação às mulheres ou numa situação de subalternidade. Entender o lugar que cada um ocupa nessas relações significa dar

¹⁰² Toda discusión sobre la posición de las mujeres, sobre su carácter y temperamento, sobre su virtud o emancipación, oscurece el problema básico: el reconocimiento de que la trama cultural, que se oculta detrás de las relaciones humanas, da el modo de concebir los papeles de los sexos, y que se moldea al joven en crecimiento según un modelo local y especial, de manera tan inexorable como ocurre con la niña.

uma olhada para as formas como os papéis de gênero são construídos na comunidade e as capacidades e capital que cada sujeito aciona para agenciar uma posição de respeito dentro dessa estrutura.

Da perspectiva das ciências sociais, o gênero não é uma condição intrínseca às diferenças biológicas. São estas que, levantadas como relevantes e significadas de formas diferentes em cada cultura, constroem ideias particulares do que é ser um homem ou uma mulher, geralmente, mas não necessariamente, em oposição binária (Moore, 1997). As identidades e os papéis sociais que essas categorias envolvem estão determinados por contextos sócio-históricos específicos; dizemos, portanto, que as noções de gênero são fluidas e situacionais. Estas, assim como outros tipos de identidades individuais e coletivas, étnicas, raciais, de cor, classe ou geração, se constroem em processos nunca acabados, onde as pessoas negociam posições de poder relativas, enquanto indivíduos ou representantes de categorias sociais (Cornwall e Lindisfarne, 1994).

Isto, que no momento atual das ciências sociais é aceito como ponto de partida de qualquer análise sobre gênero, tem um desenvolvimento relativamente recente. O processo de desconstrução das categorias enquanto dados biológicos começou a partir dos trabalhos feministas durante a década de 1970, que surgiram com a tentativa de entender a universalidade da dominação masculina, chegando até a desconstrução dos pressupostos teóricos e políticos nos quais se baseia a universalização das categorias sexo-gênero (Scott, 1990). Desde a perspectiva de Cornwall e Lindisfarne (1994), podemos falar de masculinidades hegemônicas e masculinidades – ou variantes de masculinidades – subalternas. Isto significa formas socialmente aceitas, ou mais valorizadas de ser “homem”. Essa classificação envolve em si mesma uma hierarquização e uma distribuição de poder que não se depreende das diferenças sexuais, mas da leitura de atributos sociais associados às identidades de gênero, construídos às vezes em contraste com a feminilidade, às vezes em contraste entre identidades masculinas dominantes.

Ao definir sua situação e projetos em relação à comunidade, vimos que esses jovens mobilizam a ideia de jovens do gueto, a partir da qual se identificam. Essas identificações se constroem vinculadas ao grupo de pares, os outros jovens em situação estrutural similar à deles, irmãos, amigos e vizinhos “*brothers*”, como eles

costumam se chamar. Como todos os processos de construção de identidade, estes se realizam em duas direções contrapostas e complementares: por um lado a identificação com “seus irmãos”, por outro a diferenciação e oposição com “os outros”, fundamentalmente as mulheres da mesma geração. Referindo-se às condições de vida de homens e mulheres jovens, meus entrevistados de forma quase automática colocaram a condição de ser mulher como uma vantagem comparativa, mas, sendo postos a refletir sobre seus próprios discursos em relação a essa situação, todos salientaram a condição de homens como uma da qual sentiam orgulho.

Roland parece surpreso e um pouco ofendido com a minha pergunta, “afinal, se ser mulher é tanto mais fácil [como ele faz questão de me explicar], você preferia ter sido uma mulher?” “Claro que não, eu sinto muito orgulho de ser quem eu sou”, repete algumas vezes e começa a enumerar o lado bom de ser homem, com termos não muito diferentes aos que usara para descrever diversos aspectos do que significa para ele ser um homem, em formas não muito diferentes daquela pela qual me explica quem são as pessoas capazes de subir nos navios.

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

Provavelmente os discursos desses jovens em relação à situação de homens e mulheres se encaixam muito mais dentro de uma fala acionada com fins práticos do que de uma análise profunda da situação que tanto homens quanto mulheres jovens urbanos sofrem, confrontados com um contexto de exclusão que os torna vulneráveis. Como explica dos Anjos em seu trabalho sobre comportamentos sexuais de jovens urbanos em Cabo Verde,

as declarações feitas em meio ao ambiente de encontros semiprofissionais foram tomadas como formulações sobre práticas e como extratos de vida quotidiana, portanto, não podendo dar origem a enunciados que possam ser tratados como se fossem textos de reflexão. São na verdade expressões de uma consciência prática, imediatamente engajada nas urgências de um cotidiano tecido de correlações de força entre classes, gêneros e identidades regionais (dos Anjos, 2005: 166).

A partir dos dados etnográficos, tentarei apresentar a forma como esses jovens se posicionam em relação às mulheres, e fundamentalmente às mulheres jovens. Lamentavelmente, o mapa das relações de gênero que podemos construir aqui está pela metade, já que se baseia nos depoimentos dos jovens em relação a si mesmos e às mulheres de sua idade. A ausência dos relatos das mulheres sobre os homens e si mesmas foi causada pelas dificuldades que eu tive para conversar mais extensamente

com elas neste local específico, fundamentalmente as jovens, irmãs, namoradas, amigas. A forma em que as atividades de pesquisa se desenvolveram em Lagos com o grupo de jovens, através de encontros marcados com anterioridade e sempre em situações especificamente planejadas, determinou um grau menor de convívio do que haveria em outras instâncias; foi, talvez, esta a causa da minha limitação para transcender o vínculo inicial com elas. Tendo estabelecido o contato inicial com um dos jovens do grupo, a partir da informação dada por dois dos polízonos no Uruguai, acompanhada também por um homem jovem desde Gana, e fundamentalmente em função do interesse inesgotável nas informações sobre os caminhos e as possibilidades de migrar, parecia que meu tempo de pesquisa em Apapa tivesse sido adjudicado de forma exclusiva para os jovens, por decisão deles mesmos.

Se, como apresentei acima, a viagem clandestina de navio é uma coisa de homens, querendo saber sobre esse tema para realizar uma pesquisa, meu interesse estaria voltado necessariamente a falar com os meninos e não com as meninas. Nos casos em que eles me visitaram no hotel, a situação foi ainda mais notória, na medida em que meus principais contatos tinham o controle sobre os convidados. As únicas duas mulheres que chegaram até o hotel foram Margaret, a namorada de Christian, e a mãe de Simon.

No geral, em todos os âmbitos em que a pesquisa foi desenvolvida, minha experiência com as mulheres jovens, tanto em contextos urbanos quanto em contextos rurais, foi sempre marcada por algum grau de timidez e receio inicial, muito mais do que com as mulheres mais velhas. Em certos casos, esses primeiros momentos foram superados a partir do convívio prolongado, em que consegui, de forma gradual, me incorporar em atividades cotidianas realizadas pelas mulheres (cozinha, roupas, penteados e cuidado dos filhos). Minha curiosidade sobre as atividades femininas nas quais eu não era incluída de forma espontânea parecia incomodar no começo, mas aprofundando os graus de conhecimento e o tempo de relacionamento, a conversa com as mulheres do meu entorno foi envolvendo outros temas além dos cotidianos, ligados às expectativas, inseguranças, dificuldades e projetos pessoais. Essas conversas permitem – mesmo que não de forma sistemática – tomar distância em relação às descrições que os jovens de Apapa fazem das mulheres de sua idade e as vantagens comparativas que elas teriam para construir um espaço social de respeito na comunidade.

6.2.2 Representações de gênero e espaços de identificação

Anteriormente vimos que, chegados ao novo continente, os jovens definem a travessia como coisa de homens, em função das características masculinas necessárias para enfrentar a jornada, e que as mulheres não possuem. Esse relato está claramente implicado nas situações de alto risco que esses jovens atravessaram, construindo narrativas épicas sobre suas aventuras em que o lugar de herói é o dominante. As dificuldades, situações extremas e o acaso não são escondidos nesses relatos, mas estes não retiram e sim agregam valor a seus protagonistas. Quando narradas do outro extremo, no lugar de partida da travessia, essas histórias adquirem um matiz bem menos heroico, onde a saída não se processa em função da determinação, da confiança em si mesmos e da fé em Deus.

Roland me diz que não tem nada de mais em subir nos barcos. Diz que todos seus amigos já tentaram, ou pensaram em fazer isso. Ele e outros dos meninos concordam em dizer que agora está ficando na moda pular nos barcos, e que por esse motivo fica cada vez mais difícil entrar no porto e chegar aos barcos. Ele, por exemplo, já entrou duas vezes no porto. É necessário saber com quem falar, como entrar no barco; para isso, tem que falar com as pessoas, outros meninos que já fizeram isso ou que estão vinculados ao porto por algum motivo. Depois é ter sorte, pegar o barco certo. A primeira vez foi com Simon e Marcus, mas como não tinha lugar para todos, ele teve que voltar. Da segunda vez, ficou durante vários dias escondido dentro do barco, e como este não saiu, teve de voltar para casa. Agora, depois de conhecer a experiência dos amigos na tormenta, ele não pensa mais em sair de barco, e está tentando outros meios.

(Diário de campo, Lagos, novembro 2007)

A cara complementar¹⁰³ dos relatos coletados no local de destino – em que os homens são donos do seu destino e da decisão de migrar, e as mulheres não, em função de sua vulnerabilidade – toma corpo na visão que os jovens de Lagos me passaram sobre a ausência de alternativas que eles têm, fundamentalmente em relação às mulheres da mesma idade.

Ele me explica a continuação que “as mulheres têm tudo fácil, não precisam se preocupar com nada, elas ficam em casa, esperando um bom marido para lhes dar filhos”. Em outra oportunidade, quando estávamos retornando ao hotel depois de uma visita aos jovens do bairro, caminhando rumo ao ponto de táxis, não muito próximo de lá, Eric e Martin – dois jovens que já haviam tentado a travessia de barco sem sucesso, sendo achados e devolvidos ao porto antes de zarpar – me explicaram, como exemplo das diferenças entre os homens e as mulheres jovens, a forma como a internet é utilizada. Segundo eles, as meninas não vão muito ao café porque não têm muito interesse em navegar na internet,

¹⁰³ É complementar na medida em que nenhum dos relatos exclui o outro em sua “verdade”.

muitas delas, inclusive, não sabem como a internet funciona. Elas não realizam esforços em aprender, e nos casos em que utilizam esse meio de comunicação é para coisas “pouco importantes”, como pesquisar sobre os programas de televisão ou focos sobre os artistas. Segundo eles, os meninos fazem um uso mais construtivo da informação que pode ser obtida na rede.

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

Preocupados em pesquisar diferentes lugares e especialmente em fazer amigos no exterior, os jovens dizem pôr a tecnologia a trabalhar em função da consecução de seus planos de migrar. A maior parte das informações que esses jovens podem obter em relação ao mundo exterior, e às formas de migrar, provém, além de dos relatos de outros migrantes e retornados, das pesquisas realizadas na internet. A crítica aos usos diferenciados da rede aparece como coerente aos dois posicionamentos que eles marcam como diferenciados entre os dois sexos. Segundo esses jovens, o uso que as meninas fazem da internet – que é muito pouco frequente – reforça sua participação no mundo doméstico e fundamentalmente local. Em oposição, os meninos utilizam a rede como uma forma de ampliar seu universo de referência e suas redes sociais, ou seja, de se projetar no mundo.

O padrão de ocupação laboral e as possibilidades de obter um emprego também são diferentes para os dois sexos. Mas fundamentalmente é diferente a valoração que se dá a essas várias atividades. Christian, que já acabou a escola e não tem emprego fixo, para além de alguns bicos ocasionais no bairro, e cuja namorada é aprendiz de costureira, me explica a diferença da seguinte forma:

Elas podem se engajar em atividades produtivas mais domésticas, como a confecção de vestimenta, produção de alimentos para o consumo local ou pequenas lojas de comestíveis. Essas atividades não são igualmente valorizadas quando exercidas por homens. As atividades destinadas a eles, como o comércio de alimentos ou cartões de telefone nas estradas, são altamente sacrificadas e de poucos ingressos, e são realizadas de forma esporádica, com a finalidade de dar conta de gastos mínimos de subsistência, mas nunca entendidas como formas de desenvolvimento pessoal. Por exemplo, Margaret, a namorada de Eric, finalizou a escola junto com ele, nesse momento se encontra trabalhando como aprendiz de costureira numa escola de confecções de roupas tradicionais no mesmo bairro. Ela não é remunerada pelo seu trabalho, mas não precisa pagar taxas pela educação técnica que está recebendo. Depois de três anos, poderá abrir sua própria loja de confecções...

(Diário de campo, Lagos, novembro 2007)

A forma como esses jovens explicam as diferenças entre homens e mulheres se refere muito mais a diferenças biológicas, e a um lugar preestabelecido para as mulheres dentro da sociedade, do que a explicações acadêmicas. Em definitivo, seria

a própria constituição biológica do feminino, através da capacidade de procriar e de dar filhos ao marido – nas palavras de Roland – o que permitiria a elas achar com maior facilidade um espaço social como mulheres adultas do que para os homens jovens. Em oposição a esse caminho biológico que as mulheres percorrem, os jovens colocam o caminho para transitar até o status de adulto no âmbito público e social, a partir da aquisição de elementos de prestígio social, como um emprego com reconhecimento, uma boa posição econômica e em especial a possibilidade de se converter em provedores de uma família. Contudo, os caminhos para aceder a esses “requisitos” e se transformar em homens de respeito são estruturalmente vedados a eles (como vimos no capítulo 5), devido à posição social que eles ocupam. Assim, a vantagem comparativa, gerada a partir das diferenças entre os papéis de gênero, seria o que faria com que as mulheres – em oposição aos homens – não estivessem tão interessadas na procura de projetos de vida alternativos, como representa para os jovens a migração. Enquanto – sempre desde a visão destes jovens – as mulheres podem esperar pelo homem que venha a sustentar o lar, eles não possuem os meios econômicos para oferecer o que elas esperam, e não parecem ter condições de consegui-lo.

Novamente, o relato desses jovens parece muito mais uma idealização da situação das mulheres, colada a uma descrição dos padrões tradicionais de gênero, do que uma aproximação sociológica à situação delas. Mas a partir de outros trabalhos podemos pensar como os padrões tradicionais de respeito pela honra feminina são subvertidos. Novas formas de relacionamento envolvendo esses valores de virtude feminina se desenvolvem no contexto urbano permitindo uma maior liberdade às mulheres no que se refere a seus posicionamentos quanto ao comportamento sexual. Mas elas também geram formas muito complexas de vulnerabilidade social e marginalização. Analisando as mudanças das práticas sexuais em jovens, homens e mulheres, no contexto urbano pós-colonial em Cabo Verde, dos Anjos (2005) mostra com clareza como a quebra dos padrões de valores tradicionais patriarcais, em que a virtude da mulher tem um papel central, modifica e subverte as possibilidades de ação das mulheres enquanto sujeitos, mas ao mesmo tempo as coloca numa armadilha da qual não conseguem sair.

Um conjunto de papéis que reduz a mulher à condição de objeto (nomeadamente de conquista) começa a ser subvertido por

mulheres que têm mais acesso à escolarização e estão sob efeitos de uma mídia de fabricação de necessidades que só podem ser atingidas por meio de uma exploração mais instrumental da sexualidade. (...) Na medida em que entre as jovens “decaídas” os cabo-verdianos tendem a não distinguir entre as *pixinguinhas* e as prostitutas, o que se alarga é o número de meninas excluídas do mercado matrimonial, porque estigmatizadas pelo comportamento sexual socialmente construído como desviante. São classificadas de *pixinguinhas* todas as meninas nas quais se percebe um início de carreira desviante quanto ao comportamento sexual. E o agente de rotulação estigmatizante é o rapaz da mesma faixa de idade que exclui essas meninas do rol daquelas com as quais ele poderia ter um compromisso efetivo (dos Anjos, 2005: 167).

Vemos então que, por um lado, o comportamento das mulheres não é necessariamente tão passivo como é descrito pelos homens; por outro lado, nem esse comportamento passivo nem outras modalidades de relacionamento com os homens levam necessariamente a uma situação de privilégio. As identidades de gênero desses jovens, construídas pelos jovens implicados a partir da oposição às mulheres, podem ser olhadas desde uma perspectiva mais ampla. Assim, as variáveis de gênero, geração e classe se interpenetram e determinam uma posição social marginalizada, tanto para homens quanto para mulheres. Muito mais do que uma oposição, encontramos papéis complementares.

Mas a identidade desses jovens não pode ser referida somente em função de elementos negativos, por oposição ou negação do lugar que eles não conseguem ocupar, ou em oposição às mulheres. Se a sociedade projeta sobre eles uma imagem pouco valorizada, que é referida em seus discursos sobre a situação com que se confrontam, eles também são capazes de enunciar seu lugar de forma positiva, com um destino a conquistar pela frente. Algumas características com que eles se identificam, ou que identificam como próprias, são enunciadas como as posses mais importantes: *coragem, fé, dinamismo, flexibilidade* e, fundamentalmente, vontade de *se dar bem no mundo*.

Esses são elementos que caracterizam aos homens e não as mulheres. Elas não estariam em condições, já não, de resistirem a viagem, mas sequer a notícia do planejamento ou realização dessas aventuras por parte dos homens que os rodeiam, sejam filhos, namorados ou irmãos. Assim, as aventuras são coletivizadas no grupo de pares, deixando por fora o lado feminino nas famílias e nas redes de amizade, até as

namoradas. Os projetos são forjados no grupo, entre amigos na mesma situação comum, as expectativas desses projetos são em muitos casos às de responder às exigências familiares e sociais dadas para um jovem de sucesso. Porém, em todos os papéis esperados para as mulheres, mães, namoradas, irmãs, elas não são consideradas como interlocutores apropriados para esse tipo de aventuras pelo próprio fato de serem mulheres.

Pilar: não tinhas namorada em Lagos?

Simon: tinha, mas separei

Pilar: brigaram?

Simon: sim, antes de eu sair

Pilar: por que?

Simon: porque eu não podia continuar uma relação, não era possível se eu estava fora do país.

Simon: assim, eu não queria noivar ela...

Pilar: e ela ficou brava porque você ia embora? Qual era o Nome dela?

Simon: Priscilla, ela não queria terminar, queria esperar, mas eu não quis e disse não, não sei quantos anos posso viver lá, talvez para sempre

Pilar: não seria legal deixar ela esperando, mas ela deve ter ficado triste

Simon: não, ela não pode, eu não sei se vou voltar, entende?

Pilar: entendo. ela estudava?

Simon: não, mas as vezes sim, ela finalizou o secundário e agora, eu acho, que deve estar na universidade.

(Simon, março de 2006. Texto original em espanhol)

O marco de referência onde os projetos migratórios se criam, socializam e levam à prática se refere a essas visões positivas do que os jovens podem fazer. Não é a família, mas o grupo de pares onde o planejamento projeto migratório nos moldes dele é realizado. São geralmente jovens da mesma idade que compartilham uma série de interesses comuns e uma visão de futuro própria em que a migração é percebida como uma das poucas ou a única alternativa de transformação naqueles que eles mesmos desejam ser. Outros espaços de identificação e de produção de imagens positivas de si mesmos que esse jovens manejam são muito reduzidos.

Richard é o único dos meninos com quem conversei que está cursando universidade, na faculdade de economia, e que não casualmente é o único que manifestou expressamente não querer migrar na atualidade – “talvez trabalhar no exterior mais tarde, continuar os estudos, ou inclusive fazer pesquisa no exterior”. Contudo, ele não parece nada satisfeito com sua situação atual, me mostra as faturas de água desse mês que não conseguiu pagar, me explica que esse é um dos problemas fundamentais de morar em Lagos. Pouco depois, ele mesmo iria mostrar as faturas para a câmera, explicando a Simon que nada tinha mudado em casa.

(Diário de campo, Lagos, novembro 2007)

Mas, na Nigéria, assim como em outros países da África Ocidental, a educação universitária não necessariamente representa um caminho para a ascensão social. Ou no mínimo, não para as expectativas de ascensão que esses jovens têm. Se, como vimos no capítulo anterior, a educação de segundo grau mais do que abrir as portas, gera uma série de frustrações a partir de expectativas não cumpridas; no caso dos estudos universitários também podemos falar de situações semelhantes para toda a região.

Os jovens formados não podem esperar achar um emprego no setor formal: o setor público tem estado sob ajustes estruturais por décadas com severas limitações na contratação de pessoal, e o setor industrial tem perdido empregos desde metade dos anos de 1980 (Fall, 1997). Como Donal Cruise O'Brien salienta: "Os estudantes frequentemente se comparam com as gerações precedentes, aquelas que podiam contar com um emprego no governo com sua formação universitária, e tendem a se enxergar com uma geração abandonada (Riccio, 2005: 103)¹⁰⁴.

Masculinidade não é um termo unívoco. Diferentes noções de masculinidade podem se referir simultaneamente ou sequencialmente à mesma pessoa. Esses significados dependem da pessoa que os está enunciando, daquela que é referida e dos diferentes contextos. Na prática, as pessoas operam com uma série de significados, próximos e familiares, mas não exatos, que envolvem uma multiplicidade de domínios, identidades, comportamentos e até objetos (Cornwall e Lindisfarne, 1994). No caso dos jovens com que estamos trabalhando, as referências à masculinidade, que justificam ou dão marco para a criação dos projetos migratórios que estamos analisando, alternam entre aspectos negativos e positivos.

O gênero, enquanto construção de categorias sociais agrupa esses jovens por afinidade onde não somente os conhecimentos específicos para realizar esse tipo de aventuras, mas muitos outros conhecimentos referidos a esses projetos migratórios, informações sobre "o mundo em geral" são compartilhados. Muito além, nesses grupos, entrecortados por gênero e idade, se constroem os projetos específicos de vida, locais e no exterior. As categorias de gênero são necessárias para entender o

¹⁰⁴ Educated Young people cannot hope to find employment in the formal sector: the public sector has been under structural adjustment for decades with severe constraints on hiring, and the industrial sector had been shedding labour since the mid 1980s (Fall, 1997). As Donal Cruise O'Brien remarks: "Students often compare themselves with preceding generations those who could count on a government job with their degree, and they tend to see themselves as an abandoned generation." (Cruise O'Brien, 2003)

fenômeno migratório, mas também para entender o modo como esses jovens organizam suas vidas cotidianamente, a partir das estruturas domésticas, divisão das tarefas de produção e reprodução de recursos, espaços de reconhecimento social diferenciado. A posição social desses jovens os coloca numa situação de subalternidade, na qual a alternativa de migrar sob risco de perder suas vidas aparece como atraente, até como a única alternativa. Enquanto “homens”, espera-se que esses jovens sejam capazes de construir seu próprio futuro, gerando as condições econômicas que permitam sustentar uma família. Existe também certa exigência de bem-estar econômico e de redistribuição de bens que garanta um lugar na sociedade, fortemente vinculado ao capital econômico e social que a pessoa possui. É nos caminhos para a construção de um espaço social próprio que esses jovens não acham possibilidades de transitar. Eles olham para si mesmos como estando na mais desvantajosa das situações.

6.3 Infância e Juventude: conceitos locais e padrões regionais

A partir das descrições realizadas anteriormente da visão de futuro desses jovens e da posição que ocupam dentro da comunidade, podemos dizer que resulta impossível separar as variáveis da idade e o momento do ciclo de vida em que eles se encontram das variáveis anteriores – classe e gênero. Em outras palavras, não se espera o mesmo de um menino que de um jovem ou um homem adulto, assim como são diferentes as expectativas em relação a uma mulher e um homem, adultos, crianças ou idosos. As etapas do ciclo de vida e o gênero determinam também uma série de comportamentos esperados e um tipo de relacionamento específico nos diferentes encontros de categorias.

Porém, como a antropologia e a história social já nos ensinaram, as formas em que cada sociedade significa essas diferentes etapas variam para cada cultura e período histórico. Philippe Ariès (1981) trabalhou sobre as grandes mudanças surgidas na concepção de família e criança na Europa entre os séculos XV e XX a partir da análise da iconografia, apresentando a concepção atual de infância como um desenvolvimento próprio dos séculos XIX e XX.

A partir do século XVII uma mudança considerável alterou o estado de coisas que acabo de analisar. Podemos compreendê-la

a partir de duas abordagens distintas. A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e à qual se dá o nome de *escolarização*.

Essa separação – e essa camada à razão – das crianças deve ser interpretada como uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado. Mas ela não teria sido realmente possível sem a cumplicidade sentimental das famílias, e esta é a segunda abordagem do fenômeno que eu gostaria de sublinhar (Ariès, 1981: 11).

Assim como os sentimentos projetados sobre as crianças, as expectativas, obrigações e direitos que correspondem a cada fase do ciclo e as condutas apropriadas para as pessoas pertencentes à mesma geração e ao se vincular com os mais novos e os mais velhos também mudam. Mas essas concepções, tanto no que toca à idade quanto ao gênero, são dinâmicas e mudam junto com os contextos sociais, históricos e econômicos, ao mesmo tempo em que podem ser utilizadas e reelaboradas pelos sujeitos de diferentes formas.

6.3.1 O respeito pelos mais velhos

Uma constante tanto das minhas observações nos diferentes locais, urbanos e rurais, na África Ocidental, dos relatos dos jovens entrevistados quanto dos de outras pessoas entrevistadas é a referência ao respeito e à disciplina como um valor positivo dentro do qual as novas gerações de africanos são educadas. O respeito aos mais velhos assume diversas formas nos diferentes contextos e através das distâncias geracionais. Podem envolver desde o cuidado e a realização de tarefas domésticas para os idosos que não podem se ocupar delas, até os castigos físicos às crianças na escola, como método disciplinar e pedagógico. A variedade de desenvolvimentos que essas ideias podem fazer com que resulte inútil estabelecer um posicionamento ético em relação a esses valores fora das situações concretas onde são aplicados. Contudo, essas diferenças não nos impedem de reconhecer a associação entre essas ideias de

disciplina e respeito, as “*tradições africanas*”¹⁰⁵ e as concepções de ciclo de vida; fundamentalmente no que se refere à infância, em que a realização de atividades domésticas, tanto dentro do núcleo familiar quanto em outros âmbitos como o escolar, é compreendida como parte dessa atitude de respeito.

Nas situações mais variadas, em Buenos Aires, nos relatos de Michelle e Gugga, explicando como funcionam as coisas na sua terra, como se aprende o respeito e se incorporam os valores certos, não sem certa ambiguidade, me contaram várias histórias de irmãos mais velhos e mais novos se batendo como brincadeira. Dentro da escola em que trabalhava como voluntária, em Kumasi, todos os professores – em oposição aos voluntários – acreditavam no castigo físico e defendiam seu uso não somente como parte de sua tarefa, mas como sendo vinculado diretamente às tradições africanas. Assim, sob risco de generalizar, podemos falar de uma estrutura social altamente hierarquizada em função de elementos como a idade, o sexo e a posição econômica dos sujeitos em regiões rurais e centros urbanos da África Ocidental, de diferentes formas. Essa estrutura hierárquica viria a recolher elementos que são comuns a uma “tradição” africana, mas não podem ser identificados de forma direta com nenhum dos referentes etnográficos clássicos relativos ao tema.

Entendida como um dos componentes tradicionais da sociedade africana, muitas etnografias atuais trabalham sobre essa ideia de respeito intergeracional que toma diferentes características específicas para os vários momentos do ciclo de vida (Van der Geest, 2004; Alber, 2004). Essas etnografias mostram também como os comportamentos esperados nas diferentes gerações também se modificam em função dos diferentes contextos e períodos históricos. E também indicam que esses papéis, muitas vezes concebidos como prescritivos, nem sempre conseguem impor-se de forma absoluta, havendo sempre espaço para conflitos e negociações.

O trabalho de Van der Geest, que vincula suas observações etnográficas com o trabalho de Fortes entre os Ashanti na região central de Gana, demonstra como esses valores, longe de se manifestarem em condutas preestabelecidas, se comportam de forma dinâmica, não somente a partir de dinâmicas históricas, mas também na medida em que os mais jovens vão atravessando diferentes etapas do ciclo de vida,

¹⁰⁵ A expressão “*tradições africanas*” é tomada dos discursos dos diferentes sujeitos da pesquisa e não a partir de um referente teórico específico.

mostrando importantes diferenças entre a infância e a adolescência. Fortes, no texto clássico sobre os sistemas de parentesco africanos *African systems of kinship and marriage* (Radcliff, Brown e Forde apud Van der Geest, 2004) se refere à importância do relacionamento entre netos e avós para a cultura Ashanti, de maior extensão no território de Gana. Mas, como aponta a autora (2004), esses trabalhos se voltam em especial à relação entre avós e netos pequenos – crianças e não adolescentes ou jovens. Ao trabalhar numa pequena aldeia Kwahu, no sul de Gana, habitada na maior parte por comerciantes e pequenos agricultores, a autora traz uma perspectiva crítica dessa ideia. Ela parte da noção de performance de respeito e obediência para analisar o tipo de relacionamento estabelecido entre netos mais velhos e pessoas de idade. Entre eles encontra mais componentes de crítica social interna, em comportamentos e falas que nem sempre são carentes de contradições.

A nova geração precisa de outros tipos de conhecimento para sobreviver e ter sucesso na vida: educação escolar, conhecimento sobre como contatar a pessoa certa para conseguir um emprego ou um visto pra viajar ao exterior. Os avós têm pouco em comum com seus netos mais velhos, e o intercâmbio de informações decresce. A reciprocidade se torna redundante e a performance de respeito começa a diminuir¹⁰⁶ (Van der Geest, 2004: 57).

O respeito aos idosos, baseado na sabedoria e na experiência, é um discurso arraigado em todas as gerações e manifestado por pessoas em diferentes etapas do ciclo de vida. Mas na medida em que as gerações crescem e os tempos vão mudando, as demonstrações de respeito vão ficando mais restritas ao discurso, sendo que os momentos de convívio e troca de experiências, informações e bens são menos frequentes e bem menos significativos para os jovens.

6.3.2 Responsabilidades domésticas

A separação entre o mundo da infância como uma etapa diferenciada e especial do ciclo de vida – associada ao desenvolvimento integral, o aprendizado e o jogo – e o mundo dos adultos – vinculado ao trabalho e às responsabilidades

¹⁰⁶ The new generation needs other types of knowledge to survive and become successful in life: school education, knowledge of how to contact the right person to acquire a job or a visa to go abroad. Grandparents have little in common with their grown-up grandchildren and exchange of information decreases. Reciprocity becomes redundant and dwindles to the performance of respect.

relacionadas à infância no contexto ocidental– está muito longe e em forte contradição com as ideias de infância expressadas pelas pessoas com quem convivi nos três países da África Ocidental por que transitei. Tanto entre educadores e padres como entre as próprias crianças e jovens educados em âmbitos formais e não curriculares, o processo educativo se dá no contexto doméstico, escolar e laboral, de forma integrada ao mundo dos adultos.

Para as crianças, o trabalho é visto como um comportamento apropriado à idade. Isto não é meramente relacionado à necessidade do trabalho infantil para a produção doméstica ou para ensinar às crianças as habilidades requeridas para a subsistência quando adultos. É um processo de enculturação dentro de seus papéis na economia doméstica e na comunidade como um todo. A compreensão de suas responsabilidades na produção de comida e do cultivo familiar e de seu papel no trabalho produtivo para assegurar a subsistência familiar é central. Contudo, como a economia doméstica inclui a persecução de recursos pessoais, isto também envolve um sentimento de autoconfiança¹⁰⁷ (Hashim, 2007: 914).

Essas responsabilidades domésticas ou laborais vão mudando na medida em que as crianças crescem, se convertendo em adolescentes e depois em adultos. Assim, as atividades esperadas para cada indivíduo vão se transformando com o crescimento do sujeito e sua incorporação paulatina no mundo adulto.

Desde uma tenra idade as crianças são encorajadas e se espera que contribuam com a manutenção do lar. Desde a idade de quatro ou cinco anos elas ajudam com tarefas como cuidar de seus irmãos, guardar os cultivos e levar recados. Entre os sete e os treze, elas gradualmente começam a se engajar em quase todas as atividades que os adultos realizam, mesmo que num sentido mais limitado, em termos de tempo e capacidade. Para a idade de catorze, estão desenvolvendo todas as tarefas esperadas para um adulto do seu gênero¹⁰⁸ (Hashim, 2007:

¹⁰⁷ Work is thus seen as age-appropriate behaviour for children. This is not merely related to the necessity of children's labour for domestic production, nor for teaching children the skills required to secure their livelihoods as adults. It is a process of enculturation into their roles in the domestic economy and wider community. Central to this is the understanding of their responsibilities in the production of the households' food and cash crops, and their roles in the reproductive labour necessary to secure the household's subsistence. However, because the domestic economy includes the pursuit of private endeavours, it also involves a sense of self-reliance.

¹⁰⁸ From a very young age children are encouraged and expected to contribute to the household's subsistence. From the age of four or five they are helping with tasks such as caring for their siblings, guarding crops and running errands. Between seven and thirteen, they gradually begin engaging in almost all the tasks that adults carry out, although in a

As tarefas domésticas e de cuidado pessoal não muito dificilmente se estendem a outros âmbitos em que os mais novos tomam conta das responsabilidades dos adultos com a maior naturalidade. Assim ocorre com a provisão de água, no caso do trecho do diário de campo citado abaixo e no caso de parentes velhos fora da unidade doméstica ou na escola. Essas responsabilidades vão se modificando e aumentando à medida que as crianças e jovens crescem, mas junto com essas responsabilidades crescem a autonomia e a autoridade que gradativamente vão assumindo, relativas sempre a seus lugares de gênero.

Já tarde, caindo a noite, regressei a Ejura depois de ter passado alguns dias em Kumasi. Ao sair não tinha água no meu tanque, e nesse horário não seria possível consegui-la. Os administradores da bomba mais próxima – aproximadamente um quilômetro do meu quarto, no caminho ao centro da aldeia –, que recebem 200 cedis (o equivalente a 0,02 dólares) por galão de 20 litros, já teriam trancado a bomba; e nesse horário os meninos que habitualmente carregam água para mim estariam jantando e se preparando para dormir e acordar cedo no outro dia, com tempo de realizar as tarefas domésticas, higiene pessoal e alimentação antes de ir para a escola, que começa às oito em ponto.

Depois de um longo dia de sol e poeira, fiquei muito feliz ao chegar em casa e achar o tanque de 100 litros, que fica na área de serviço do quarto (aberta a todos), cheio e perfeitamente tapado. Sem muitos questionamentos, enchi o balde pequeno, peguei a lâmpada de querosene e fui tomar meu banho.

No outro dia, com a luz do sol comecei a pesquisa para saber quem tinha enchido o tanque.

A tarefa de carregar água desde a bomba ou pipa mais próxima até a casa é aceita de forma universal em todos os lugares que visitei como uma tarefa das crianças da casa. No meu caso (e já que eu não conseguia nem levantar o galão, muito menos andar com ele), minha água era carregada em equipe pelas quatro filhas mais velhas – de 13 anos aproximadamente – do dono do compound, mas quando elas estavam ocupadas, um grupo de três meninos, que moravam um pouco mais longe e que tinham virado meus amigos, fazia o serviço para mim. Para encher o tanque de 100 litros eu pagava 11.000 cedis (1,1 dólar), dos quais 1.000 eram para pagar a taxa do uso da bomba, e os outros 10.000 a serem repartidos entre os trabalhadores, segundo o critério deles.

Na minha ausência as meninas tinham carregado água para mim, e eu tentei entregar à mais velha o dinheiro correspondente. Mas, para minha surpresa, ela não quis aceitar. Explicou-me que os pais não a deixavam aceitar o dinheiro, já que carregar água para mim não seria mais do que uma extensão do trabalho doméstico, mais uma obrigação das crianças e não um trabalho a ser remunerado. Depois de várias negativas de pegar o dinheiro, decidi que seria melhor falar com os pais e não criar problemas para a menina.

more limited sense in terms both of time and capability. By the age of fourteen they are carrying out all those tasks that adults of their gender are expected to do.

Já que a mãe somente falava twi, decidi pedir ajuda ao meu vizinho, para traduzir, e tentei explicar que eu fazia questão de que as meninas tivessem alguma retribuição pelo duro trabalho, chegando ao ponto de dizer que, se não aceitassem, eu não iria mais pedir para elas pegarem água.

(Diário de campo, Ejura, agosto 2007)

A partir dos 13 e 14 anos, as obrigações pessoais envolvem não somente a participação nas tarefas domésticas, mas também a obtenção de recursos de subsistência e a geração das condições para o desenvolvimento pessoal, através da incorporação de conhecimentos técnicos, a continuidade no sistema escolar (que envolve o pagamento de taxas) ou o deslocamento em lugares que ofereçam maiores oportunidades. Na mudança do meio rural para o meio urbano, as tradições de cada região cultural e de cada grupo étnico se reconfiguram, incorporando elementos novos, salientando outros que no contexto anterior não eram percebidos como significativos, mas que, no contraste com outras realidades, começam a ser utilizados como sinais diacríticos. Diferentes tradições culturais adotam diferentes formas de organização social, tanto no que se refere a gênero quanto a hierarquias etárias. Contudo, tomando como perspectiva os referentes etnográficos anteriormente citados, podemos nos aproximar um pouco da experiência desses jovens urbanos para compreender como os projetos migratórios se integram desde muito cedo aos projetos de vida. Partir das noções de infância construídas no contexto desses sujeitos permite abordar suas experiências migratórias regionais e intercontinentais sem necessidade de qualificá-las como “precoces” ou entendê-las como contrapostas aos ideais esperados para o período da infância, como a etiqueta de “migrações infantis” pode sugerir.

A partir de uma pesquisa realizada na região do Alto Volta, no norte de Gana, Hashim analisa os movimentos de menores incorporando a ideia de responsabilidades das crianças e jovens nas tarefas domésticas e produtivas desde a primeira infância e suas mudanças à medida que as crianças crescem. Relacionando oportunidades de trabalho e oportunidades de educação formal e técnica, a autora mostra como, entre os 10 e os 14 anos, a decisão da partida é tomada dentro do núcleo familiar, mas com uma forte incidência dos jovens; e, passados os 14 anos, ela é fundamentalmente procurada pelos jovens, de ambos os sexos, em diferentes situações. As cifras de migração infantil são bastante altas, 15% das crianças da aldeia encontravam-se nesse momento fora das unidades familiares de origem, e a metade

dos grupos domésticos pesquisados (96 no total) informaram ter alguma criança fora do núcleo.

O estudo mostrou que as crianças entrevistadas tinham se deslocado tanto para não-parentes quanto para parentes, e esses movimentos poderiam ser o resultado do pedido das próprias crianças, pelo estímulo dos pais ou como resultado de um requerimento da família acolhedora. Somente uma pequena minoria dessas crianças (três de setenta) disse não ter tido escolha no seu deslocamento¹⁰⁹ (Hashim; 2007: 913).

A integração das dinâmicas migratórias regionais e intercontinentais também é uma constante no que se refere às migrações de menores. Assim como encontramos migrações laborais e padrões de substituição da população do âmbito rural ao urbano e do urbano para fora da região¹¹⁰, entre adultos também encontramos migrações irregulares transcontinentais de menores desacompanhados e em situações de alto risco. Analisar de forma crítica a categoria preestabelecida de infância não significa desconhecer as situações de maior vulnerabilidade de um momento de desenvolvimento do sujeito, mas dar atenção para as formas em que essas ideias se constroem em contextos específicos. Assim, é necessário entender as consequências desses diferentes contextos, não somente o tráfico de crianças¹¹¹, mas também aqueles em que as crianças, jovens e eventualmente suas famílias passam por dificuldades econômicas, onde a migração representa uma das possibilidades para melhorar os recursos familiares.

¹⁰⁹ The study showed that the children interviewed were moving to non-relatives as well as to relatives, and that these movements could be as a result of a child's own request, at their parents' instigation or as the result of a request from the host family. Only a very small minority of children (three out of seventy) stated that they had no choice in their movement.

¹¹⁰ Esse tipo de dinâmicas demográficas foi analisado no capítulo 2.

¹¹¹ Muitas das pesquisas referidas ao tráfico de mulheres e crianças tendem a igualar todas as situações, colocando a ênfase nas situações mais graves de exploração que muitas pessoas ao redor do planeta sofrem. Nos contextos de origem desses fluxos, as motivações dos pais ou outros adultos para ceder as crianças ou mulheres jovens do grupo familiar são explicadas através da ignorância ou do descaso, generalizando essas explicações desde a China, América Central ou África Ocidental. Para um exemplo desse tipo de trabalhos, ver Silvia Scarpa, *Child trafficking: the worst face of the world*, 2005.

6.4 Migrações juvenis: conjugando a região e o mundo

Na literatura referida às migrações, os “menores” – crianças ou jovens – são considerados como um grupo de alta vulnerabilidade, e os fenômenos de deslocamento desse setor da população são geralmente associados ao tráfico, exploração sexual e trabalho doméstico entre outras formas de trabalho forçado (Riisoe, et al, 2004). Como foi dito anteriormente, relativizar a divisão dual entre menores e adultos na análise dos fenômenos migratórios não implica desconhecer as especificidades que tornam determinados setores da população mais vulneráveis ao risco de tráfico e exploração, mas colocar esses riscos no seu contexto.

Apesar de que a proporção de crianças traficadas parece pequena comparada com as crianças relocadas, o risco que o tráfico representa para é real. Crianças estão em risco por várias razões. De acordo com as crianças que encontramos, se tornar uma vítima do tráfico é puro azar; ao mesmo tempo, parece claro que problemas sociais ou econômicos, falta de oportunidades percebidas, ignorância, juventude e falta de educação fazem uma criança mais vulnerável ao tráfico. É possível dizer que o sistema de circulação e patrocínio, quando funciona corretamente, trabalha como um sistema de cuidados e supervisão, e, portanto, tem um efeito preventivo sobre o tráfico; contudo, esse sistema depende de uma rede social viável, deixar a criança sem tal rede a põe em um risco muito maior de ser traficada. Mais do que isso, nós achamos evidência de que o sistema pode ser – e de fato é em aumento – abusado¹¹² (Riisoe, et al., 2004: 7).

O conceito de migração infantil se constrói da perspectiva do direito internacional de colocar dentro de um mesmo grupo todos os migrantes abaixo de 18 anos de idade. Mas olhar para os números de menores desacompanhados migrantes na Europa permite repensar a divisão entre migrações infantis e migrações de adultos muito além dos casos apresentados na África Ocidental. Numa pesquisa sobre

¹¹² Although the proportion of trafficked children seems small relative to relocated children, the risk that trafficking poses to children is real. Children are at risk for various reasons. According to the children we met, becoming victim of trafficking is pure bad luck; all the same it is clear that social or economic problems, lack of perceived opportunities, ignorance, youth, and lack of education makes a child more vulnerable to trafficking. Arguably, the systems of fosterage and sponsorship, when working properly, function as systems of caretaking and supervision and thereby have a preventive effect on trafficking; however, these systems depend on viable social networks, leaving a child without such network puts a child at greater risk of being trafficked. Moreover, we found evidence that these systems can be – and increasingly are – abused.

menores desacompanhados desenvolvida no limite entre a Bélgica e a Inglaterra, Derluyn e Broekaert (2005) descobriram que 10% dos migrantes indocumentados presos no porto da Bélgica tentando atravessar o canal eram menores, 90% entre 15 e 18 anos, estando 3% entre nove e 13 anos. Do total, somente 6% provêm da África. A maioria desses jovens disse ter como principal motivação para empreender a viagem a procura de melhores condições de vida, pessoais ou referidas ao envio de dinheiro para suas famílias no local de origem, e a possibilidade de migrar como a única alternativa possível para a construção desses projetos de vida.

Se olharmos algumas características demográficas do grupo de menores desacompanhados, veremos que a maioria dos menores são homens (837, 94,4%), somente 31% de mulheres (3,6%) têm sido interceptadas. Mais do 90 por cento estão entre as idades de 15 a 18 anos: 147 (16,4%) têm 15, 234 (26,1%) têm 16 anos, 344 (38,3 %) têm 17 anos, e 99 (11%) têm 18 anos; 30 (3,3%) dos menores desacompanhados têm entre 9 e 13 anos de idade, e 44 (4,9%) têm 14 anos¹¹³ (Derluyn e Broedaert, 2005: 38).

Se a separação entre menores e adultos é utilizada no planejamento de políticas e na forma como os migrantes irregulares são tratados nos locais de destino, os dados de campo não permitem separar as categorias de análise da mesma forma. Um dos problemas que encontramos ao tentar separar esse tipo de fenômenos é que os conceitos locais para definir infância, juventude e maturidade, e as ideias associadas a elas, fundamentalmente em relação a obrigações, direitos e necessidades específicas de cada etapa do ciclo de vida são muito diferentes entre os locais de destino e o local de origem. As características desses momentos do ciclo de vida fazem com que os fenômenos migratórios não possam ser divididos em duas categorias, menores/adultos. As etapas de vida pelas quais transitam esses jovens se desenvolvem em formas muito mais complexas e interconectadas.

Contextualizando os processos migratórios nas reflexões anteriores sobre responsabilidades sociais e ciclo de vida, a divisão entre menores e maiores de 18

¹¹³ If we look at some demographic characteristics of the group unaccompanied minors, we see that most minors are male (837, 94,4%), only 31% females (3,6%) have been intercepted. More than 90 per cent are between ages 15 and 18.: 147 (16,4%) are 15 years old, 234 (26,1%) are 16 years old, 344 (38,3 %) are 17 years old, and 99 (11%) are 18 years old; 30 (3,3%) unaccompanied minors are between 9 and 13 years of age, and 44 (4,9%) are 14 years old (Derluyn and Broedaert, 2005: 38).

anos na África Ocidental pode não ser de muita utilidade analítica quando analisamos o fenômeno de polizones e naufragos desde a perspectiva do local de origem. A mobilidade inscrita na trajetória dessas pessoas começa muito cedo, seja dentro do núcleo familiar, seja de forma independente. Desde muito jovens, crianças de ambos os sexos assumem responsabilidades pessoais e familiares, integrando-se às tarefas domésticas e negociando, com pares e adultos, decisões referidas a educação, emprego e moradia que geralmente envolvem o deslocamento (Hashim, 2007). Os jovens com quem trabalhamos levam aos 18 ou 20 anos um percurso de vida em que essas decisões já foram tomadas em várias oportunidades. Em muitos dos casos dos jovens entrevistados, que planejam migrar e veem nos navios a forma mais direta de concretizar seus planos, encontramos histórias de vida e trajetórias migratórias que não estão necessariamente vinculadas às distinções entre maioridade e menoridade. São fenômenos associados a um momento específico do ciclo de vida, a juventude, uma juventude construída em um contexto muito particular, em que as responsabilidades individuais e a procura de recursos para o desenvolvimento pessoal não estão determinadas por definições jurídicas relativas à idade.

6.4.1 Viagens clandestinas de avião, inexperiência e tentativas de migrar

Se, como vimos no caso trabalhado por Hashim, crianças e jovens participam, dentro do núcleo familiar, de decisões relativas a educação, emprego e obtenção de recursos que se vinculam ao deslocamento, dentro ou fora das redes familiares, nem sempre a migração de menores se produz em um contexto familiar. Com migrantes de mais idade, e no que se refere aos deslocamentos fora da região, a maioria dos deslocamentos, seja no caso das viagens clandestinas de navio ou em outro tipo de travessia intercontinental que envolva maior risco, o planejamento e realização se gesta entre amigos e grupos de pares, e não dentro das redes familiares.

O mais célebre desses casos (analisado no capítulo 5), pelo desenvolvimento dramático da viagem, é o de dois jovens que morreram tentando chegar como polizones no trem de pouso do avião de Conakry a Bruxelas. Eles levavam, junto com os documentos que permitiram identificá-los, uma carta para as autoridades migratórias explicando os motivos da viagem e pedindo a possibilidade de permanecer na Europa (Ferguson, 2002). Mas outros casos do mesmo tipo têm sido

registrados, por exemplo, em Gana, como o de dois meninos de 12 e 14 anos (Cowell, 2002), e outro na Guiné, de meninos com 14 e 15 anos (Duval, 1999).

Se as histórias de polizones – em barcos ou aviões – e o alto número de mortes que elas envolvem se mostram chocantes, a presença de adolescentes, até crianças, nessas aventuras é ainda mais difícil de assimilar. As histórias pessoais e coletivas que levam jovens de 14 anos a tomar tais decisões não podem ser compreendidas se fixarmos um corte radical entre crianças e adultos, tomando a divisão de 18 anos, estabelecida nos códigos internacionais. Os casos desses jovens permitem entender como as formas em que esses sujeitos são socializados e vivenciam suas etapas de vida não necessariamente correspondem às categorias onde são colocados.

Os meninos que congelaram até a morte a 40.000 pés. Seus corpos em decomposição estavam trancados juntos no espaço acima da roda de um Jet. Este teria voado entre a África Ocidental e Bruxelas durante oito dias antes de serem descobertos. Entre suas patéticas posses foram identificados cartões que revelavam seus nomes como Yaguine Koita e Fode Tounkara. Mas para as pessoas de Guiné eles serão sempre conhecidos como os Mártires da África...

The Independent (London, England) | Date: September 1st, 1999 | Author: **Alex Duval Smith** | Copyright 1999 The Independent - London. Provided by ProQuest LLC.

Três noites por semana, uma enorme figura branca trona no céu sobre o povoado de casas precárias de Yimabaya. O metal enferrujado treme e reverbera pela força dos motores do Jet. Então, o Sabena, voo para Bruxelas, fecha suas rodas e vai.

Yaguine Koita, 15, e Fode Toundara, 14, tinham olhado a decolagem muitas vezes. Na paisagem monocromática que eles habitam nos subúrbios da capital de Guiné, Conakry, não existia muito mais para levantar o espírito, especialmente durante a interminável estação de chuvas de julho e agosto.

Os jovens eram guineanos pobres – adolescentes comuns em um país da África Ocidental onde 80% dos homens adultos não têm empregos fixos e a vasta maioria das pessoas não pode ler ou escrever. Em uma área do tamanho da Grã Bretanha com um dos subsolos mais ricos em minerais do mundo, 40% da população sobrevive com menos de 65 piniques por dia.

“Todo mundo em Guiné quer sair, porque não tem nada aqui” disse Youssouf, um colega de aula de Yaguine. “Mas eu nunca tinha ouvido sobre os planos – em todo caso, não sérios – de Yaguine nem que sua mãe vivia na França desde que seus pais se separaram alguns anos atrás”. Mas a partida de Yaguine e Fode, no Avião de Sabena, na noite de 28 de julho, foi muito bem planejada, como pode ser esperado de dois jovens que nunca tinham visto nada além da Grande Conakry, deixados sozinhos a bordo de um avião. Eles poderiam não saber que,

escondidos no trem de pouso, iriam congelar até a morte ou morrer por falta de oxigênio assim que Yimabaya se perdesse de vista (...).

Na quarta-feira 28 de julho, vestidos com todas as roupas que conseguiram achar e calçando somente chinelos nos seus pés, Yaguine e Fode caminharam o extremo sul de Yimabaya e escalaram o muro que separa o povoado da pista. Nas roupas de Yaguine havia uma nota com três endereços europeus, sua mãe, perto de Paris, seu primo, também na capital francesa e um tio na Alemanha.

Foi um milagre que os meninos não foram amassados, depois da decolagem, pelas rodas ao guardar. Mas uma vez em voo, o esconderijo tornou-se rapidamente muito frio. Rapidamente, em meia hora de voo, a 10.000 metros, a temperatura teria caído entre menos 50 e menos 55 graus centígrados (...).

Mas da sua parte, Yaguine e Fode estavam mais preocupados com as suspeitas de seus amigos e familiares. Yaguine tinha pedido permissão a seu pai para visitar sua avó no outro lado de Conakry. Ele também tinha deixado uma carta na casa, achada dois dias depois da desapareição do menino, na qual dizia que tinha saído “com alguns brancos em um barco rumo à América”. Fode, que provinha de uma família numerosa, frequentemente ficava fora até tarde com seus amigos.

O pai de Yaguine, Limane Koita, primeiro suspeitou sobre o paradeiro de seu filho na quinta-feira. No dia seguinte, Koita foi à casa da avó e descobriu que Yaguine nunca tinha estado ali. Mais tarde, no mesmo dia, em uma pilha de roupas em casa, ele achou a carta de Yaguine.

“Eu passei os dois dias seguintes no porto, perguntando sobre o barco das pessoas brancas que Yaguine tinha descrito, que, se supunha, ia para a América depois de parar na Espanha, França e Alemanha. Tornou-se claro que esse barco nunca existiu”, disse Koita, sentado em sua casa, ainda atordoado pelos acontecimentos do mês passado, sua fé em Deus severamente sacudida.

O corpo em decomposição de Yaguine foi achado perto do de Fode, todavia alojado no fundo da ala direita do compartimento das rodas do avião no Aeroporto de Bruxelas no dia 5 de Agosto – oito dias depois de que os dois jovens foram vistos em Conakry pela última vez e depois de que o avião fez mais três viagens de ida e volta à África. Um técnico de terra em Bruxelas informou sobre um mau cheiro e levantou o alarme.

No texto acima, podemos ver alguns dos elementos mencionados. A liberdade de movimentos dos jovens, sem que essa necessariamente implique o desprendimento das redes familiares. A presença do projeto migratório, vinculado às condições em que esses jovens vivem, e fortemente espalhada entre os jovens em geral, mesmo que não necessariamente inclua a intenção real ou o planejamento direto de um projeto migratório, na fala do colega de escola de Yaguine. A vinculação entre os projetos migratórios familiares, parentes e conhecidos no exterior e a criação do projeto migratório individual, mesmo que aqueles não estejam diretamente

vinculados à preparação deste, são sempre uma fonte de motivação e de conhecimento do lugar a que se pretende ir, e da forma como o projeto migratório se desenvolve.

6.4.2 Etapas do ciclo de vida à luz das experiências migratórias

Assim nas etnografias citadas anteriormente para o caso de Gana como no relato jornalístico dos dois jovens que viajaram como polizones de avião desde Guiné e como muitos outros jovens da cidade de Lagos, a grande maioria dos meninos com quem tive oportunidade de conversar em Apapa mora longe de suas famílias de origem, seja porque eles migraram desde outras cidades ou do meio rural para Lagos, seja porque se deslocaram dentro da cidade. Isso não necessariamente deve ser visto como “traumático”, na medida em que a saída de casa e a procura de recursos econômicos e de oportunidades de desenvolvimento são entendidas como parte dos processos de socialização ao assumir as responsabilidades próprias de cada indivíduo. Como muitos outros, esses jovens têm como referências o grupo de pares e as redes sociais vinculadas ao bairro. Apesar disso, em muitos casos os vínculos referidos como próximos não envolvem coabitação ou contatos cotidianos, sequer frequentes.

A falta de cotidianidade nos contatos com os familiares permite entender a forma como as travessias são planejadas entre os jovens entrevistados. Para eles, as tarefas domésticas, a obtenção de recursos para a subsistência e a troca de alegrias e angústias cotidianas geralmente se realizam com as pessoas geograficamente mais próximas, nem sempre com algum grau de parentesco. Como vimos, essa aparente liberdade ou relaxamento dos laços familiares não implica necessariamente sua desagregação ou negação, nem dos afetos relacionados, mas reflete diretamente a possibilidade de planejar e levar à prática esse tipo de travessias, mesmo mais de uma vez.

Ao trabalhar com migrantes africanos na América do Sul, encontramos uma alta incidência de jovens que ainda não haviam alcançado a maioridade quando empreenderam a travessia de ultramar. Isso, como vimos, tem diferentes consequências no momento de viabilizar a permanência e regularizar a situação no país. Encontramos diferenças nas concepções sobre infância, autonomia pessoal e responsabilidade entre as sociedades de origem e as sociedades de destino. Enquanto

no local de chegada a idade cronológica determina diferentes status jurídicos (Derluyn e Broekaert, 2005), nas sociedades de origem o processo gradativo de aquisição de responsabilidades e autonomia pessoal, baseado na resposta às expectativas sociais, coloca muitos desses jovens em situação de migrar, como uma escolha dentro do projeto de vida. Pareceria mais fácil acreditar numa continuidade entre os fenômenos migratórios dos dois lados da divisão menores/adultos, a partir dos 13 ou 14 anos.

Tanto no que se refere aos dados sobre migrações infantis na África Ocidental, que mostram um número muito alto de menores migrando de forma independente ao resto do grupo familiar próximo, quanto no que se refere aos jovens entrevistados especificamente para a pesquisa, as migrações intrarregionais e intercontinentais de adolescentes e jovens não parecem uma exceção ou uma anomalia, mas demonstram uma continuidade com outras etapas da vida. Falar em migrações de jovens desacompanhados não necessariamente significa que essas pessoas estejam isoladas ou alienadas de suas redes familiares e outras redes sociais. Pelo contrário, na maioria dos casos os percursos migratórios começam dentro de redes familiares extensas, e vinculam projetos familiares, laborais e educativos. Essa forma particular de inscrição em redes sociais enquadra os papéis pessoais de modo muito prescritivo, mas, em alguns casos, deixa ao indivíduo uma ampla liberdade de circulação social e geográfica.

A mobilidade infantil ou juvenil é difícil de entender a partir dos esquemas que tiram absolutamente qualquer possibilidade de agenciamento pessoal na realização dos deslocamentos, mesmo que esses nem sempre se resolvam com êxito. Ora é enxergada dentro de rígidas estruturas tradicionais de circulação familiar, ora associada ao tráfico, trabalho escravo e exploração sexual, a dissociação entre adultos e crianças migrantes é produto de uma separação ocidental entre duas categorias que em outras culturas são entendidas como graduais. No próximo capítulo vou analisar a forma em que as travessias clandestinas em navios se planejam dentro do grupo de pares e os significados outorgados a ela. Para isso resulta importante resgatar as perspectivas que incorporam a visão dos jovens migrantes, suas motivações e suas possibilidades de agenciamento, sem desconsiderar o contexto e as duras condições em que eles se desenvolvem.

Simon: Quer saber por que eu fiz isso???

Pilar: Eu sei o que você me contou, que entraram na parte exterior do barco, tratando de sair de Lagos, e que estiveram um tempo fora, e depois outro tempo fora, e logo numa balsa.

Simon: Mas você quer a verdade de por que eu fiz??? Por que eu deixei meu país??? Eu não estava sofrendo na Nigéria, a única razão pela qual eu fiz isso é porque meus amigos fizeram a mesma coisa. E alguns sobreviveram. E eu queria tentar também. Eu esperava ir a um país melhor na Europa, e me encontro aqui. Então eu disse para mim mesmo, não está tão mal, e fiquei.

Eu estava na universidade quando saí, minha mãe não sabia. Eu estava no primeiro ano de medicina e não disse para ninguém quando saí. Porque eu queria fazer dinheiro rápido, eu não sou paciente e agora me encontro num país pobre, é triste para mim.

Pilar: Posso imaginar...

Simon: Eu deveria ter ficado na Nigéria e continuar com meus estudos, agora se eu voltar preciso fazer os testes e começar tudo de novo. Mas já não dá mais. Porque eu me mudei para outro país, isso é bom.

Pilar: Porque você não pode voltar para a Nigéria? É por causa do dinheiro ou por outras razões?

Simon: Por muitas razões, eu não quero voltar, eu perdi meu curso. Não posso voltar e começar a fazer testes e toda essa merda... Eu tenho que ficar aqui e encarar o desafio, você entende o que eu digo?

(Simon, setembro de 2006. Texto original em inglês)

Essa explicação, me foi dada por Simon, numa conversa através do *msn*. Ela resume um pouco o lugar que esses jovens dão à travessia de barco e ao projeto migratório em suas vidas, mostrando alguns dos elementos trabalhados nos capítulos anteriores: a construção da viagem dentro do grupo de pares, o conhecimento dos riscos que ela implica, o fato de se excluírem as mulheres desse tipo de projeto e a avaliação dupla do destino alcançado, não sendo o lugar esperado por se tratar de um país pobre, mas ao mesmo tempo, apresentando um desafio. Mas o trecho citado introduz um elemento que é fundamental para compreender a experiência desses jovens. Trata-se de um movimento que não tem volta. Uma vez superada a travessia, e instalado em um país estrangeiro, é impossível voltar à situação de partida. Mesmo que, olhada em perspectiva, ela não seja avaliada como tão negativa quanto antes, o novo status atingido ao ter feito com êxito a travessia coloca esses jovens em uma posição social que não pode ser simplesmente revertida.

Conversamos um pouco com Daisy sobre as pessoas que vão para o exterior e querem voltar. Daisy me diz que para voltar é necessário dinheiro. “Todas as famílias estão esperando que a pessoa volte com alguma coisa para ajudar, começar um negócio ou fazer alguma coisa. Os que estão aqui não sabem como é lá, pensam que tudo é fácil, mas lá você tem que batalhar [struggle a lot].” Ele me diz que as pessoas que estão no exterior têm vergonha de voltar sem nada. Então

não voltam, ou voltam, mas não procuram sua família, não dizem que estão aqui.

(Diário de Campo, Ejura, agosto de 2007)

As expectativas colocadas sobre o projeto migratório dentro do grupo de relacionamento mais direto – os jovens entre os quais é planejada a travessia – e, de forma mais geral, da sociedade, colocam ao migrante o compromisso de responder a elas¹¹⁴. Ao não responder, eles confrontam-se com o julgamento oposto: já não são mais heróis, mas embusteiros.

O discurso senegalês emergente da cultura popular e das construções subjetivas feitas pelos parentes, amigos e vizinhos está repleto de celebrações dos migrantes como símbolos da sociedade contemporânea. Os migrantes são celebrados por sua solidariedade e os esforços que realizam pelo bem-estar de suas famílias, apesar de estarem longe do lar. Por outro lado, mesmo se menos frequentemente, os migrantes são também percebidos como *modou modou*, como pessoas capazes de enganar e que ficam ricas somente de uma forma fraudulenta¹¹⁵ (Riccio, 2005: 99).

A crescente importância da figura do migrante, seja como herói no marco da comunidade, seja como protagonista do processo de desenvolvimento nacional nos discursos dos governos de estado pós-coloniais da África Ocidental¹¹⁶, tem sido também analisada por outros autores, vinculada à lealdade familiar e à pátria com o envio de remessas (Mazzucato, 2005).

Anteriormente me referi à viagem transcontinental como um processo que

¹¹⁴ No capítulo 3, ao analisar as dinâmicas migratórias transnacionais, me referi ao uso das novas tecnologias de comunicação e às formas diversas como se reflete na vida dos migrantes e suas redes sociais de origem. Ao aproximar o cotidiano das pessoas em locais geográficos diferentes, torna o respaldo afetivo maior, diminuindo a distância do migrante com seu lugar de origem e tornando mais efetiva sua participação na tomada de decisões familiares. Simultaneamente aumenta as pressões desde o local de origem para o envio de recursos econômicos que outorguem viabilidade a esses projetos.

¹¹⁵ Senegalese discourse emerging from popular culture and from the subjective constructions made by kin, friends and neighbours is replete with the celebration of migrants as symbols of contemporary society. Migrants are celebrated for their solidarity and the efforts they undertake for the well being of their families despite being far from home. On the other hand, even if less often, migrants are also perceived as *modou modou*, as people able to trick who become rich only in a fraudulent manner

¹¹⁶ Esse papel protagônico do migrante como peça fundamental da engrenagem do desenvolvimento nacional não é exclusivo da região da África Ocidental, mas se vê em muitos países caracterizados por dinâmicas imigratórias. Para o caso das Filipinas, ver Parreñas, 2002, *The Care Crisis in the Philippines: Children and Transnational Families in the New Global Economy*. Para o caso do Haiti, ver Glick Schiller e Fouron, 1997, 'Laços de Sangue': os fundamentos raciais do Estado-nação transnacional.

deveria ser contextualizado em dinâmicas demográficas mais amplas e como parte de trajetórias mais longas, em que os sujeitos podem migrar do meio rural aos centros urbanos e/ou entre grandes centros urbanos da região. Também foram apresentados casos em que as viagens clandestinas em navio tinham sido utilizadas em várias oportunidades, alcançando, algumas vezes, destinos na Europa ou dentro da África Ocidental. Mesmo assim, vou propor que esses casos específicos de travessias transoceânicas que tiveram como destino a América Latina – e apesar da continuidade do processo migratório estar sempre implícita nos depoimentos de seus protagonistas – marcam duas etapas de vida. Proponho que a travessia, em seus diferentes momentos (preparação, realização e integração numa nova sociedade ou retorno ao local de origem), funciona como um ritual de passagem da juventude à idade adulta. A partir dela esses jovens tentam construir um papel e um espaço social – em função das variáveis estruturais que analisamos no capítulo anterior e das expectativas deles e de seu entorno – para se colocar, enquanto homens adultos, em sociedades onde os papéis de gênero e as obrigações, direitos e privilégios assinados a cada etapa do ciclo de vida estão bem estabelecidos.

CAPÍTULO 7

A travessia dividindo duas etapas de vida

Durante os vinte e quatro dias que transcorreram entre o momento da saída dos oito jovens do porto de Abidjan, na Costa do Marfim, até o dia em que chegaram às praias de Soro, um pequeno povoado na costa oriental da Venezuela, muitas coisas aconteceram. Contar todas essas experiências a quem não passou por elas, seja às pessoas no governo, à imprensa ou a um grupo de pesquisadores não muito experientes, não resulta uma tarefa fácil. Os duros momentos que eles viveram dentro do barco de bandeira turca, a angústia de não saber se conseguiriam sobreviver e os episódios de tensão com a tripulação e o capitão da mesma nacionalidade, fazem com que alguns fragmentos da travessia fiquem obscurecidos.

Passou a primeira noite... eu tinha um relógio, passou a segunda noite, e a terceira noite, e a quarta noite, verdade... Uma pessoa gritava, chamou a atenção das pessoas do barco, do capitão, e aí nos descobriram... essa pessoa saiu, e nós... eu estava abaixo, ouvindo o que ele estava perguntando... depois os marinheiros começaram a revistar o barco, descobriram outro e outro e descobriram um de nós que sabia onde eu estava escondido, eles [a tripulação do barco] me disse que sáisse, que iam fechar o barco e colocar [produtos] químicos que se não sáisse ia morrer. Ai eu saí, e quando subimos no barco encontramos os outros oito.

Antes que nós sáíssemos, já tinham descoberto três; com esses três ele já tinha feito planos, levá-los para algum país. Mas quando nós saímos, viu que éramos mais, que éramos oito, eu acho que isso incomodou um pouco o capitão. Aí mudou de ideia, o que ele disse, disse para nós que trabalhássemos no barco, que quem trabalhasse e cooperasse, ia ter comida e salário até chegar onde vamos...

(Leonard, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

A partir de diferentes relatos de polizones que chegaram à América Latina e dos jovens que tentaram sem sucesso sair pelo mesmo procedimento, assim como dos relatos de imprensa e mesmo graças ao fato de existir um protocolo de segurança sobre como impedir o ingresso de polizones nos barcos (IMO, 2005), podemos pensar que a revista dos navios, antes ou depois da partida, é uma prática rotineira em Lagos ou em outros portos com características similares. Se os passageiros clandestinos são achados depois de o barco zarpar, quando este não pode mais retornar ao porto, a decisão sobre o que fazer com eles fica a cargo do capitão, que, como a experiência tem demonstrado, nem sempre se ajusta aos acordos internacionais sobre os procedimentos a serem realizados nesses casos.

Neste caso em particular, os polizones permaneceram durante duas semanas aproximadamente trabalhando em diferentes atividades, integrados à tripulação. Todos os entrevistados descrevem as condições de trabalho como muito duras e mais exigentes do que as dos outros trabalhadores. Recebiam uma comida diferente, dormiam todos juntos em um quarto, trabalhavam mais horas do que o resto e realizavam os trabalhos mais pesados e perigosos.

O trabalho estava dividido. Eu e ele [Cliff] com outro estávamos encarregados de sacar as conchas do barco, que estava podre, para pintá-lo de novo. Era nosso trabalho. Samuel, sua tarefa era ajudar o engenheiro mecânico, lá embaixo, nos fundos... e quem mais... Sebastian estava com o cozinheiro, ajudando o cozinheiro. Franz estava na enfermagem. Joseph, que é latoeiro, com o latoeiro do barco...

(Leonard, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

As versões sobre o trato recebido depois de serem achados pela tripulação também apresentam diferenças. Enquanto alguns relatos se referem a uma relação bastante fluida com o capitão, que os aconselhava e consultava sobre o lugar aonde gostariam de chegar, descrevendo este vínculo como o de amizade; outros depoimentos falavam sobre a carga de trabalho em excesso que lhes era atribuída, e sobre o perigo de vida que este representava. O período que passaram dentro do barco é descrito de diferentes formas, indo da amizade e capacidade de negociação até a violência extrema, chegando ao sequestro dos documentos e às ameaças de morte constantes. As informações referentes à identificação do barco e o nome do capitão são manejadas com particular cuidado por todos, não sendo nunca mencionadas no relato público. A vontade do capitão de não deixar nenhum sinal do barco nem das pessoas responsáveis pelo que estava acontecendo é apresentada pelos narradores como uma prova do caráter criminoso da conduta do capitão. A isso se associa também o porte de armas de diferentes tipos e ao uso de drogas. A situação é descrita da seguinte forma por Leonard:

Depois de uns dias, eu [Leonard] acho que ele se reuniu com o comandante e com algumas pessoas do barco e disse... nos chamou uma manhã, todos os oito, antes de começar a trabalhar e disse que ia fabricar uma plataforma para nós. Que com essa plataforma as pessoas na Espanha e Portugal navegavam até a América do Sul nos tempos de Cristóvão Colombo.

Eu imaginei... quando você vai fabricar uma plataforma... que era uma coisa bem segura, com salva-vidas, água, água, comida, coisas para sobreviver...

Ele sentou-se para cima no último andar do barco. Nós olhávamos os marinheiros saindo com os machados, outros saíam com espingardas, madeiras, ele mesmo tinha uma arma carregada... ele falava muito tranquilamente,

tranquilo assim.. vou falar em inglês, porque eu nunca vou me esquecer dessas palavras que ele disse, isso foi à noite, depois que ele pirou [se chifló]:

– I want you people to know that today is today, anyone who don't want to go down should be dead. You people should understand, if you go down and the rest don't want to go down, everybody should be dead.

O que significa:

– Hoje é hoje, vocês têm que descer seja ou que for, tem uma coisa a mais que vocês precisam entender. Se baixa um e o resto não quer descer, todo mundo morre. Se descem sete e um não quer descer, todo mundo vai morrer. Então tem que se entender entre vocês e descem os oito ou morrem os oito.

– Quem vai descer primeiro?

Disse, estava sentado com tudo pronto. Eu perguntei:

– Mas, não tem as coisas de salvação, não tem salva-vidas?

– Não

Eu perguntei por quê, e ele me disse:

– Porque esses cauchos têm o nome do barco e o número de registro do barco, isso é uma evidência.

Ele estava falando assim, clarinho... alguma coisa de remédios, comida, nada, porque todas essas coisas levam a grife do barco.

– Vocês vão descer ou não...? Eu estou esperando vocês falarem...

(Leonard, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

O período de tempo que permaneceram na balsa também não é facilmente narrado. A parte do relato de Sebastian, na recepção da pensão no centro de Caracas, onde trabalha e vive, que foi referido no capítulo 1, as abordagens dos momentos vividos durante o tempo à deriva nunca surgiram de forma espontânea, por explícito pedido nosso. As referências ao tempo em que estiveram na balsa se dividem entre a força de vontade que lhes permitira sobreviver por sete dias no mar e a impossibilidade de manejar seu próprio destino em função das condições em que se encontravam, não restando mais recursos do que pedir a Deus para salvá-los.

Uma noite, que eu nunca vou me esquecer, ainda não consigo esquecer, e quando eu me lembro dá vontade de chorar. Porque uma noite, às duas da manhã, duas ou três da manhã, tinha uma chuva forte, e a balsa ia, ia, e Leonard gritou “acorda, acorda” e todos nós começamos a remar...

(Sebastian, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

A possibilidade de superação dos medos e dificuldades de cada um, assim como do desânimo, muitas vezes frisado como o pior inimigo para enfrentar os dias à deriva, é explicada pela capacidade de trabalhar em equipe. Joseph, por exemplo, lembra como o maior de seus medos os tubarões que podiam ser vistos perto da balsa no horário da tarde. Explica que cada vez que alguém começava a perder os ânimos ou a pensar que não sobreviveriam, os outros mantinham a moral, dizendo para essa

pessoa que não poderia morrer, já que isso chamaria a atenção dos tubarões e faria com que todos morressem. A responsabilidade coletiva é muitas vezes apontada como aquilo que faz a diferença para a sobrevivência, mesmo que situações de tensão e enfrentamento entre aqueles com personalidades mais fortes dentro do grupo também sejam mencionadas.

No terceiro dia, já começamos a sentir que alguma coisa andava mal, tinha barulho dentro dos barris, barulho de água. O ferro desgrudou, com a força do mar, tudo ia de lado, saindo de baixo da plataforma, quedamos sobre a madeira, e a madeira ia para baixo, não flutua. Quarto dia... quinto... seis... Estávamos conscientes de que estávamos morrendo aos poucos, sem água, sem comida, chuva à noite, sol na manhã e na tarde frio. Os dentes soavam, os dedos estavam congelados. Já estávamos vendo que não... mas ninguém queria dizer para seu irmão que não tinha forças...

(Cliff, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

James lembra como se protegiam do sol e como resultava muito mais difícil se proteger do frio, além da chuva que batia continuamente sobre as feridas que o sol produzia na pele. Explica que cada dia que passava, o nível da balsa ia descendo, já que a água entrava nos tanques furados. Com certa ironia, ele comenta que conseguiram sobreviver somente porque estavam tão magros que não pesavam sobre a balsa. Os relatos se entrecortam com a descrição das diferentes estratégias utilizadas para lograr a sobrevivência. Dormir durante o dia e trabalhar para estar acordado durante a noite, quando as ondas são maiores e é preciso dominar a balsa para cortá-las.

Eu me sentia muito triste, muito triste. Muito triste, mas muito otimista, eu sempre falava... Olha, se vamos morrer, Deus não vai nos deixar passar dessa noite. Antes da noite a gente tinha que morrer. Mas se deixava que passássemos a noite, já estávamos acostumados. Agora, tem que trabalhar, quando chega a onda, corta a onda, para que passe de lado. Porque se passa por cima... Mas depois a gente cansou, começamos a dormir, não tinha comida e o pouco de água que nós tínhamos... Vamos morrer, porque sem água e sem comida, estamos mortos. No dia com sol tinha que dormir e à noite precisava acordar, porque à noite a água é mais perigosa.

(Cliff, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

Não brigar entre eles, se organizar respeitando a autoridade daqueles que sabem mais sobre o mar e são mais velhos, mas fundamentalmente se apoiar uns nos outros para não perder as forças e a vontade de sobreviver. Joseph explica que rezavam o tempo todo, pedindo a Deus que os ajudasse a sobreviver, mas que ao mesmo tempo lembrava-se de seu pai, que sempre dizia que Deus faz sua parte, mas

que todos os dias é necessário ajudar-se a si mesmo.

Samuel, Samuel o mais novinho de todos, ele trabalhou bastante, ele tem feito bastante. Agora não sabemos onde ele está, se está na Venezuela, onde está. Ele foi, eu me lembro, foi ele quem trouxe a ideia, no sétimo dia. Que agora, bom, agora falamos com Deus... Cultura africana... então, os que têm peças de dinheiro, os que têm colares, todos os que têm alguma coisa, coisas de valor, vamos dar por mar, isso foi e no dia seguinte recebemos ajuda.

(Leonard, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

Assim, apesar dessas diferentes estratégias mencionadas por cada um deles, todos os relatos finalizavam na mesma situação. Ao final da última noite, após atravessar uma forte tormenta e quando ninguém tinha mais força nem vontade de resistir, foi Deus quem empurrou a balsa até a costa, onde foram vistos por uma embarcação de pescadores de Irapa.

Meu pai sempre falava para mim, que a fome perdoa nada mais que sete dias. Depois do sétimo dia, já se começa a morrer. Bom, como chegou o sétimo dia, vamos morrer... O sétimo dia então começou a chegar. O céu ficou preto, como às seis da tarde. Esse é o dia da morte. Todo preto, preto, nós não víamos nada. Aí a balsa começou a se mexer para cima e para baixo. Eu disse “bom, agora cada um tem que orar na sua língua, a da família”. A ideia de colocar dinheiro na água foi de James. Colocar dinheiro na água, porque no meu país, quando tu queres cruzar um rio grande, as pessoas têm que deixar coisas. Essa noite foi a mais longa.

(Cliff, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

Falamos anteriormente sobre os usos dados às diferentes narrativas da travessia. Talvez resulte mais fácil entender as formas em que essas experiências determinam um status concreto na sociedade do que pensar nas formas em que elas mudam e determinam a perspectiva que os sujeitos têm do caminho que estão percorrendo. Como vimos, a travessia transoceânica em suas etapas pode ser narrada com diferentes usos, que determinam o lugar e a forma de enunciação. Ela não é contada da mesma forma aos agentes do estado, que detrás do balcão vão determinar a possibilidade e as características da permanência dos estrangeiros no território, e ao grupo de amigos, à imprensa ou quando utilizada para criações artísticas. Em geral, o período de tempo transcorrido em alto mar é o menos frisado nas histórias de naufragos e polizones, mesmo que seja – ou talvez por isso – o que desperta maior curiosidade. Tentarei aqui entender a travessia como um período de liminaridade, na medida em que representa uma separação do mundo social e negação dos princípios que regulam esse mundo. Os períodos liminares característicos dos fenômenos de passagem marcam as cesuras entre um estado social prévio e o estado seguinte, ao

que só é possível chegar sem atravessar instâncias específicas que demarcam e significam essa passagem. O período de liminaridade expõe os sujeitos que os atravessam e às vezes a comunidade inteira aos perigos próprios da desordem e do caos, que caracterizam a antiestrutura (Turner, 1974).

7.1 Ritos de passagem em sociedades complexas

Todas as sociedades têm formas de marcar a passagem entre as diferentes posições sociais, relativas a momentos do ciclo de vida, ocupação ou status religioso. Esses ritos podem ser compreendidos dentro das grandes classificações que Van Gennep (1978) realiza no seu trabalho clássico *Os ritos de passagem*. Em primeiro lugar, ele define o rito como um momento diferenciado, com um espaço independente do mundo social, tanto do cotidiano quanto do âmbito do sagrado (Da Matta, 1978). Compreendendo o ciclo de vida como a passagem sucessiva de uma etapa a outra, com diferentes significações sociais.

A vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra e de uma ocupação a outra. Nos lugares em que as idades são separadas, e também as ocupações, essa passagem é acompanhada por atos especiais. (...) É o próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber, nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte (Van Gennep, 1978: 26/7).

Seguindo a sequência observada por Van Gennep para a estruturação dos ritos de passagem em três fases, vou analisar a travessia transocêânica empreendida pelos jovens entrevistados como um momento que separa duas etapas de vida. “*O esquema completo dos ritos de passagem admite em teoria ritos preliminares (separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação)*” (Van Gennep, 1978: 31). Dependendo do tipo de passagem, social ou cósmico, que o/os indivíduo(s) estejam atravessando, cada uma dessas fases pode estar mais desenvolvida ou adquirir maior importância.

Na antropologia clássica existe uma série de trabalhos etnográficos sobre ritos pelos quais adolescentes, fundamentalmente de sexo masculino, passam para se

converterem em homens. Diferentes tipos de rituais de iniciação para os meninos têm sido descritos na antropologia clássica. Evans Pritchard, na obra *Os Nuer* (1978), analisa esses rituais como instituições que demarcam conjuntos etários, estudando sua integração e funções dentro da estrutura social e política segmentária desse povo, a partir de uma análise estrutural funcionalista. Nesse sentido, os ritos de passagem funcionariam como diferenciadores de papéis sociais e seriam indispensáveis para a manutenção da “ordem social” (Pina Cabral, 2000).

Para o tipo de antropologia realizado hoje – que aborda grupos com diferentes pertencimentos, fazendo parte de sociedades diversificadas, altamente hierarquizadas econômica e socialmente, e integrados a densas redes de comunicação locais e globais – não é possível estabelecer, de forma tão clara, esses processos de trânsito entre categorias sociais, nem significados homogêneos para esses ritos dentro de uma cultura delimitada. Contudo, mesmo que não possam ser estudados como sistemas de valores fechados ou como expressões de uma cultura homogênea, os ritos de passagem ainda conservam seu valor como transmissores dos princípios de classificação operados dentro da comunidade, que muitas vezes não são explicitados de forma verbal, mas estão presentes na hora de tomar determinado tipo de decisões (Pina Cabral, 2000).

A ideia de rito de passagem pode nos ajudar a compreender alguns dos significados que a travessia tem para os jovens que a planejam e executam. Entendendo-a como um processo através do qual esses jovens procuram se converter em adultos, podemos ver condensada no ato pontual de embarcar de forma clandestina a maioria dos valores analisados nos capítulos anteriores em relação às representações de masculinidade e maioridade, e fundamentalmente de um dos elementos também trabalhados ao longo da tese: a forte presença da ideia da migração como um caminho para a obtenção e potenciação de capitais econômicos e humanos e a aquisição de experiências de vida.

7.1.1 Projetos individuais ou coletivos?

Parte importante da literatura acadêmica voltada às migrações as concebe como projetos coletivos, tentando entender o lugar do migrante dentro das redes familiares e sociais no que toca ao envio de remessas. Esses exemplos podem ser compreendidos dentro do que Salt e Stein (apud Herman, 2006) caracterizaram de

forma metafórica como a “migração como negócio familiar”. O autor chama a atenção sobre a ideia de que a migração enquanto negócio familiar tem de certo modo apagado ou ocultado a importância das redes transnacionais na hora de construir o trajeto migratório pessoal. A metáfora do negócio familiar também coloca uma ênfase particular na procura de réditos econômicos, deixando de lado outros aspectos da migração, como o acúmulo de experiências, a continuidade na educação, etc. Esse é o caso, por exemplo, de algum integrante da família que é escolhido ou se coloca como tendo possibilidades de estudar no exterior, permitindo o acúmulo de capital simbólico e educativo e aumentando as possibilidades de ingresso no mercado laboral no retorno ao país. Esse tipo de experiências tem sido estudado no caso de estudantes de intercâmbio no Brasil, em que os jovens chegam ao país com um forte respaldo familiar.

Mungoi (2007), no seu trabalho com estudantes africanos de convênio em Porto Alegre, nos apresenta três dimensões de intervenção da família nas trajetórias migratórias e educativas em relação à vinculação entre projetos familiares e individuais. Na primeira, a família, fundamentalmente os pais, ocupa um papel ativo na concepção desse projeto, motivando os filhos à saída tanto quanto ao retorno ao país de origem. Na segunda, as redes familiares, já envolvidas em projetos migratórios, laborais ou educativos, são a rede que viabiliza e sustenta o sujeito no planejamento e realização dos trajetos. Na última, é o sujeito que toma a iniciativa na rede familiar, envolvendo a família, geralmente de orientação, ampliando os horizontes do projeto migratório. Assim, esses projetos não podem ser pensados de forma isolada das dinâmicas familiares e sociais concretas. No caso desses jovens, os laços familiares e de amizade se mantêm não com base nas remessas que os que estão no exterior enviam à família de origem. Ao contrário, na maioria dos casos, são eles que dependem do dinheiro de suas famílias para a permanência no Brasil. Contudo, isso não significa que os projetos pessoais e familiares vão necessariamente coincidir ou se manter sem mudanças com o decorrer do tempo e a permanência no estrangeiro (Mungoi, 2007).

Outros casos de migração em que uma pessoa vai ao exterior como parte de um projeto familiar, seja para começar a cadeia migratória, seja como uma estratégia para acumular capital econômico e gerar investimentos no local de origem, foram registrados por mim em Gana e Togo. Contudo, o entendimento de um projeto

migratório como coletivo ou individual pode variar bastante, dependendo das perspectivas daqueles que estão viajando e de quem fica em casa, tal como foi analisado em relação aos discursos sobre migração no começo do capítulo. Assim, o envio de um integrante da família ao exterior não necessariamente se reflete no envio de remessas, podendo existir outras formas de participação familiar ou da comunidade na experiência migratória do sujeito.

Muitas vezes ao tentar entrevistar pessoas com familiares no exterior, encontrei muitas dificuldades para obter descrições mais detalhadas das atividades dos que estão fora. Em alguns casos, essa dificuldade pode ter sido originada pelos constrangimentos próprios da situação de pesquisa. Mas mesmo em casos onde outros temas de conversa fluíam sem dificuldades, esse aparecia como um tópico do qual resultava difícil conversar.

Em suma, todas as informações que tenho são que o marido da senhora está na Alemanha faz dois anos. Estuda, trabalha e manda dinheiro para a família. A senhora não trabalha, fica em casa cuidando do filho que tem sete anos. O menino vai numa escola privada no mesmo bairro. Ela diz que ele liga com bastante frequência, que é ele que liga, mas não consigo saber qual é essa frequência. Antes de viajar ele dirigia um trator em Ejura, mas agora não sabe que tipo de trabalho ele faz, nem também o que estuda.

Pergunto se ela gostaria de ir com ele, me diz que sim, que lá é melhor do que cá, mas não consegue explicitar por quê – como sucedeu em outras entrevistas. Pergunto pelos documentos e o dinheiro necessários, mas ela não tem muita ideia dos procedimentos necessários, o máximo que consegue dizer é que se precisa de uma carta de convite.

(...)

Seguimos andando, com Daisy e Tom, seu filho de mau humor. Alguns metros depois a senhora nos grita que voltemos. Diz que a vizinha também tem um filho no exterior, que deveríamos falar com ela. Voltamos e ela nos leva até a casa da vizinha, nos apresentando.

A senhora é corpulenta, mais velha e vestida na forma tradicional das mulheres africanas lavando roupas com três ou quatro baldes e bacias de metal. Um dos netos, de seis anos aproximadamente, ao redor, brinca. Daisy e eu nos sentamos em um banco comprido e mais ou menos se repete o mesmo procedimento. Daisy me apresenta, eu pergunto, e ela traduz. Esta senhora, mais velha, não sabe nada de inglês. Me diz – mediante tradução – que sua filha mais velha esta na África do Sul faz sete anos. Trabalha como cabeleireira, trançando cabelos; “está bem, consegue dinheiro e está tentando guardar um pouco para voltar”. Não consigo entender se manda dinheiro para casa, mas diz que liga bastante seguido, mais ou menos uma vez por semana.

Pergunto se a filha tem planos de voltar, me diz que sim, que quando alguém vai para um país estrangeiro, não é possível ficar lá a vida toda, que em algum momento é necessário voltar.

(Diário de Campo, Ejura, agosto de 2007)

Em muitas das entrevistas realizadas por mim com mulheres que tinham familiares no exterior, maridos, irmãos e até filhas, foi possível observar um afastamento importante no que se refere ao cotidiano destes, as atividades realizadas, emprego e estudos; mesmo assim, essas pessoas são consideradas como parte integrante da família e as decisões familiares são também tomadas em função das opiniões delas. A relação entre individual e coletivo não necessariamente deve ser entendida como uma oposição. Como vimos ao analisar o artigo das mulheres profissionais Igbo, o apelo à responsabilidade familiar pode ser perfeitamente compatível com as formas de desenvolvimento pessoal. Da mesma maneira, o coletivo não necessariamente deve ser associado ao âmbito familiar, e, como veremos, no caso desses jovens a comunidade que respalda a consecução dos projetos migratórios e que espera uma retribuição das pessoas que conseguiram se estabelecer no exterior é o grupo de pares.

A vinculação com as redes familiares e de amizade, uma vez chegados à sociedade de destino, variam. Em nenhum dos casos dos migrantes entrevistados no Uruguai – local onde o trabalho etnográfico se desenvolveu em diferentes momentos – havia envio de dinheiro em forma de remessas para a família ou outras pessoas no local de origem. Uma tarde, me encontro com Simon no centro da cidade, em Montevideu, aonde havia ido para acompanhar o andamento de sua documentação e aproveitou para entregar alguns currículos em hotéis.

Perguntado sobre se estava em contato com sua família, ele me diz que ultimamente não tem ligado para lá, porque sempre que liga, as pessoas começam a pedir dinheiro. Ele se sente pressionado, e eles não entendem as situações pelas quais estão passando aqui. As coisas não são como na Europa, “mesmo na Europa, as coisas não são fáceis, mas quem está lá, na África, não sabe, acha que para nós é tudo fácil, que andamos em grandes carros”.

(Diário de campo, Montevideu, fevereiro 2007)

As formas em que o desenvolvimento tecnológico tem influenciado na popularização dos meios de comunicação entre lugares distantes do planeta têm sido analisadas a partir do trabalho de Yatera et al (2007) no capítulo 3. Contudo, nas projeções que esses jovens fazem sobre seu futuro, a possibilidade do retorno em longo prazo, com uma boa posição econômica e com o objetivo de ajudar no desenvolvimento dos integrantes mais novos da família e resolver os problemas da saúde dos mais velhos está sempre presente. Compreender o que tem de pessoal, familiar e/ou coletivo nesses projetos implica uma análise das condições onde esses

projetos são construídos. O lugar social onde esses jovens se colocam e a forma como entendem suas responsabilidades com o meio, família, amigos e comunidade englobante, assim como as responsabilidades para com o seu próprio destino que já analisamos, tem uma importância fundamental. No caso dos jovens que embarcam como polizones, a caracterização como projetos coletivos ou individuais não pode se estabelecer em função da participação da família na criação ou nos passos para realizá-los. Pelo contrário, na grande maioria dos casos, as referências familiares, com exceção dos irmãos homens, jovens ou adultos, ficam absolutamente por fora dos planejamentos. Mesmo depois de chegar em América Latina (neste caso em Uruguai) os vínculos com a família variam muito. Isso fica claro com as diferentes atitudes das mães dos dois jovens que visitei em Lagos, que levam dois anos morando em Uruguai.

A mãe de Simon vem me visitar no hotel, eu pedi para os meninos me levarem lá, mas eles dizem que é muito longe e muito difícil, e que lá não teria as condições necessárias para assistir à filmagem do filho. Marcamos para nos encontrar no hotel no outro dia no horário da tarde.

A mãe era uma senhora muito mais jovem do que esperava, vestida com roupas tradicionais, bastante novas, porém não das mais caras. Os meninos se encontraram na metade do caminho e vieram junto com ela. Todos falam a ela com respeito e a estimulam a se comunicar comigo. Ela parece bastante tímida, me entende quando eu falo em inglês, mas pede para os meninos traduzirem para mim quando ela fala. Contudo, ela fundamentalmente escuta e deixa os mais jovens interatuar comigo. Tento também falar com Daisy, a namorada de Christian, mas ela também parece bastante tímida.

Eu conto para ela algumas coisas de Simon, saliento o fato de que eles estão bem e têm emprego e falo da namorada que eu conheci, e do muito que ele me falou dela.

Assistimos ao vídeo, e a senhora sorri muitas das vezes que ele manda recados em inglês e ioruba, quando apresenta a namorada e quando os dois, Marcus e Simon, me apresentam.

Os meninos já assistiram ao vídeo uma vez, mas ainda assim assistem com o mesmo interesse.

Contudo, eles parecem estar muito mais a par dos acontecimentos na vida de Simon do que ela. Pedem para explicar coisas do emprego dele e de Marcus, conhecem o nome da cidade onde moram, etc.

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

O contrário acontece com a mãe de Marcus, que mora também em Apapa e que os meninos insistem em ir visitar. Ela é uma senhora aberta e expansiva, corpulenta e um pouco mais velha que a mãe de Simon.

Nos recebe no estúdio fotográfico onde trabalha. É uma habitação muito bem

arrumada. Paredes brancas, quadros de fotografia nas paredes, carpete azul no chão. A porta-janela é de vidro e tem cortinas que regulam o ingresso de luz. Na parede oposta encontra-se o set, pintado com uma paisagem e com cortinas de veludo, uma cadeira de madeira trabalhada, muito bonita. Entramos com alguns dos meninos – todos sem sapatos – e conversamos sobre muitas coisas. A senhora passa o celular para um deles ligar para Marcus, e falamos com os dois. Eu insisto para que eles falem, mas todos eles acham que eu devo falar com os dois. Com o pouco de reflexividade que me resta, consigo me afastar da situação e começo a enxergar tudo como uma cena surrealista.

É difícil entender o que está acontecendo. De um lado, me parece que o fato de ligar e me fazer falar com eles é uma forma de me presentear, uma atitude generosa, me dar a oportunidade de falar com meus amigos, da mesma forma em que eu estou indo lá levar notícias deles. Por outro lado, o cruzamento de filmagens, relatos, ligações telefônicas, fotografias, parece amalgamar e fazer a ponte entre situações fortemente unidas e dinâmicas desde o aspecto afetivo e ao mesmo tempo distanciadas e estáticas desde a perspectiva da mobilidade dessas pessoas.

(Diário de campo, Lagos, novembro de 2007)

No caso dos jovens que embarcam como polizones, a caracterização como projetos coletivos ou individuais não pode se estabelecer em função da participação da família na criação ou nos passos para realizá-los. Pelo contrário, na grande maioria dos casos, as referências familiares, com exceção dos irmãos homens, jovens ou adultos, ficam absolutamente por fora dos planejamentos. Seja entendido como apoio econômico ou respaldo social para a obtenção dos conhecimentos para a travessia clandestina ou documentos necessários para a viagem em outras condições, o grupo de pares, em Lagos ou no exterior, é o referente fundamental no planejamento da viagem. Mas isso não necessariamente implica que o projeto migratório possa ser considerado coletivo. Analisando as trajetórias de migrantes de Senegal na Europa, Riccio, encontra, conjuntamente com elementos familiares ou coletivos, uma tendência a individualização desses projetos.

Considerando o argumento de que as ambições pessoais só podem ser realizadas através do grupo (família, aldeia, irmandade), eu agregaria que, mesmo que certamente dominante, essa tendência coexiste com uma orientação para alcançar autonomia do grupo. O importante reconhecimento de uma interdependência (reciprocidade, ajuda mútua, solidariedade) se sobrepõe com o desejo pessoal de independência que muitas vezes pode inclusive estar em conflito¹¹⁷ (Riccio, 2005: 116/117).

¹¹⁷ Considering the argument that personal ambitions can be realized only through the group (family, village, brotherhood), I would add that, although certainly dominant, this

Esses projetos têm um alto componente de individualismo. Apesar de ser construídas e viabilizadas de forma grupal, a procura pelas oportunidades de uma vida melhor que caracterizam essas aventuras tem um caráter claramente individual, assim como o fato de assumir os riscos da aventura e a administração dos futuros ganhos. A possibilidade de se estabelecer como provedor familiar é muitas vezes apontada como o elemento que motiva ou motivou a viagem. Essas referências estão orientadas essencialmente pelas responsabilidades dos filhos homens com a mãe e as irmãs mais novas, mas não são necessariamente os elementos que determinam as escolhas concretas desses jovens, antes de partir ou no local de destino.

7.1.2 Aspectos individuais e sociais da passagem

Mas pensar os percursos migratórios desses jovens como projetos individuais fica muito longe de implicar que eles estão por fora dos significados sociais outorgados à migração. Mesmo que, ao avaliar essas aventuras desde o lugar de destino um observador desavisado possa ver esses viajantes como fora dos registros mais ou menos aceitos pelo coletivo – é difícil imaginar alguém que esteja disposto a arriscar sua vida nas condições em que esses jovens o fazem, tentarei mostrar que no contexto do qual eles partem, a possibilidade de viajar está diretamente associada aos riscos que eles correm nessas viagens.

Proponho entender as travessias clandestinas em navios de carga como projetos que envolvem dimensões individuais e coletivas. Na medida em que a viagem define a passagem de um espaço social – geográfico e do ciclo da vida – a outro, representa ações individuais fortemente enquadradas em contextos sociais. Esses contextos definem os papéis de gênero e idade, assim como o tipo de projetos vinculados aos diferentes espaços sociais. Olhar as travessias como rituais de passagem nos permite observar seu duplo papel. É um evento individual na medida em que coloca o sujeito fora do mundo social e coletivo, dando lugar para a subjetividade e os processos individualizantes. É coletivo na medida em que condensa as simbologias outorgadas pela sociedade a essas passagens.

tendency coexists with an orientation towards a achieving autonomy from the group. The important recognition of inter-dependence (reciprocity, mutual aid, solidarity) overlaps with a personal desire for independence which may sometimes even conflict (Riccio, 2005: 116/7)

Os ritos de passagem foram recorrentemente interpretados a partir dos anos 1960, sobretudo por Victor Turner. Podem-se definir duas tendências interpretativas típicas dessa fase. A primeira discute os ritos de passagem como uma resposta adaptativa obrigatória, quando os indivíduos são obrigados a mudar de posição dentro de um sistema. Deste ângulo, os ritos seriam celebrações sociais secundárias, com a função de apagar os conflitos gerados pela transição da adolescência à maturidade, de uma passagem postulada inevitável, difícil, problemática e conflituosa em qualquer sociedade humana. Nessa perspectiva, o foco é sempre nos jovens e naquilo que é percebido como uma arriscada e conflituosa transição dentro da sociedade. (...) A segunda tendência interpretativa revela uma mudança de foco do plano individual para o coletivo. A par de uma impressionante e detalhada etnografia, sua novidade consiste, precisamente, em tomar o simbolismo dos ritos de passagem como uma dramatização de valores, axiomas, conflitos e contradições sociais. Trata-se de mostrar que o ponto de vista deslocado, salientado na liminaridade, não configurava situações, processos ou papéis meramente pecaminosos, patológicos e criminosos, mas que era inerente à própria sociedade humana (Da Matta, 2000: 11/12).

A emigração, enquanto caminho para mudar as condições de vida, acumular capital econômico, melhorar as perspectivas profissionais através de possibilidades educativas, adquirir experiências de vida e manejo de outras línguas, é um valor presente em todos os cenários africanos por onde passei. Assim, o projeto migratório faz parte dos projetos de vida daqueles que migram tanto quanto daqueles que por diferentes motivos decidem simplesmente ficar em casa. Vimos acima que as formas em que esses processos se coletivizam podem ser muitas. Quando essas ideias se materializam no planejamento das aventuras concretas desses jovens, as representações coletivas se transformam em realidades que colocam o indivíduo e suas intenções subjetivas no centro desses projetos. São, portanto, projetos individualizantes. Como veremos na continuação, ao definir suas experiências, os jovens migrantes se colocam como indivíduos frente a seu destino, tendo um papel protagônico em suas próprias histórias.

O que caracteriza a fase liminar dos ritos de passagem é a experiência da individualidade vivida não como privacidade ou relaxamento de certas regras (pois o neófito está sempre sujeito a inúmeras regras), mas como um período intenso de isolamento e de autonomia do grupo. Mas, o que temos aqui é a experiência com a individualização como um estado, não como uma condição central da condição humana (Da Matta, 2000:

17).

Um dos elementos dessa experiência individualizante é a possibilidade de relativizar a sociedade de pertença a partir da experiência de isolamento provocada pela fase de liminaridade. Como veremos, é essa procura pela individualização dos sujeitos, a partir da criação de um espaço social próprio dentro de uma estrutura social determinada o que vai empurrar esses jovens a esse tipo particular de migrações. Essa mesma procura de individualização na sociedade de destino é a que vai confrontar os jovens com diferentes definições de si mesmos através de categorias jurídicas preestabelecidas e de classificações próprias, elaboradas dentro dos referentes que orientam o processo migratório nos códigos próprios, como pode ser o conceito de aventureiro. Ao trabalhar a *agregação* desses sujeitos ao novo espaço social, não somente como adultos, mas agora como migrantes ou refugiados, as tensões entre as categorias abrangentes e em certa forma modeladoras da experiência a partir de estatutos jurídicos e as definições que colocam a ênfase na singularidade do sujeito apresentam essa mesma tensão entre experiências coletivizadoras e individualizantes.

7.2 Liminaridade e perigo

A liminaridade enquanto “antiestrutura” coloca os sujeitos fora das classificações cognitivas fundadas na lógica social; está caracterizada por uma situação de impureza e de segredo.

Impureza na medida em que não pode ser incluída em nenhuma das categorias estabelecidas para compreender a situação, como é apontado pela ideia de “polizón”. O segredo e a invisibilidade têm direta relação com as características de como a viagem é planejada, segredada para os familiares, invisível para a sociedade, local e global. Os elementos que caracterizam o período liminar podem ser analisados dentro da estrutura ritual e caracterizados a partir das funções e das simbologias outorgadas a esses ritos. Este, por sua vez, pode ser analisado sociologicamente a partir das regularidades estruturais em que as diferentes sociedades organizam as passagens de um estado ao outro, como propõe van Gennep. Mas, segundo Pina Cabral (2000), o conceito de liminaridade também pode ser extraído do marco pontual dos rituais de passagem e estendido ao conceito de marginalidade,

representando a antiestrutura, ou o evento em relação à estrutura.

Os caminhos pelos quais esses jovens vão chegando à decisão de abordar os barcos como clandestinos é um processo longo, em que outros procedimentos migratórios regulares vão sendo descartados. A impossibilidade de empreender outro tipo de viagens tem direta vinculação com os elementos analisados nos capítulos anteriores, relativos à situação estrutural desses jovens, na cidade, nas relações de gênero e no momento do ciclo de vida por que estão passando. Nesse sentido, a liminaridade nos remete, de forma dupla, tanto ao período transcorrido em alto-mar quanto à situação que coloca esses jovens frente à possibilidade de migrar.

7.2.1 A preparação da viagem

Até agora trabalhamos com a ideia de jovens localizados no seu contexto social e familiar, tentando entender as vinculações entre a situação particular desses jovens urbanos com as estruturas sociais e como estas desembocam na construção de projetos migratórios específicos. Mas se a possibilidade de migrar pode ser vista como uma alternativa válida aos problemas que eles identificam em sua situação pontual, essa perspectiva não esgota todos os elementos que envolvem a realização desses projetos migratórios, seja optando pela alternativa dos navios, seja tentando outros caminhos. Geralmente, o planejamento dessas travessias inclui etapas anteriores de obtenção de conhecimentos e descarte ou esgotamento de outras opções. Dessa forma, vemos que, apesar da ampla difusão da ideia das migrações como um projeto válido de ascensão social, o planejamento e a decisão de realizar de fato esse projeto não são necessariamente tão difundidos e envolvem âmbitos específicos de preparação que colocam alguns, e não todos, dentro dessa situação de preparação da viagem. Muito mais do que uma fase, falo em situação, já que, como veremos, essa preparação pode levar um tempo indefinido, e a participação de diversas pessoas da comunidade ou no exterior pode variar.

Para muitos desses jovens, a preparação da viagem é um projeto que leva muitos e muitos anos. A saída clandestina em navio não é uma escolha, mas a única chance de consecução de seus projetos. Na medida em que não possuem redes ou contatos com pessoas no exterior que lhes ofereçam ajuda real para a migração, as possibilidades de manejar as formas e os destinos da viagem são menores.

Segundo a análise de Herman (2006), para migrantes da África Ocidental o elemento que em maior grau determinaria a possibilidade de escolha do destino e do percurso da viagem seria o fato de possuir ou não a documentação apropriada para a migração, ou o ingresso temporário no país. Mas a ajuda para a obtenção dessa documentação, assim como do dinheiro para as passagens, é fortemente determinada pela presença de alguém no exterior que facilite a tramitação e forneça os recursos financeiros necessários. Para os jovens entrevistados em Lagos, organizar informações e recursos para começar um percurso migratório não é simples, e mesmo que todas as possibilidades migratórias sejam consideradas, muitas vezes a impossibilidade de acessar outras alternativas é o que determina a “escolha” por caminhos informais como embarcar de forma clandestina.

Antes de qualquer outro tipo de obstáculos, o primeiro problema com que esses jovens se confrontam é o das fontes de informação em relação aos requisitos formais, a diagramação dos percursos e a toda uma série de elementos concretos ou gerais sobre como realizar a viagem. As fontes mais diretas que eles manejam são, por um lado, os relatos de outros migrantes no exterior ou retornados. Em geral esses relatos aportam informações gerais sobre a escolha de diferentes destinos, as dificuldades que podem ser encontradas durante o percurso ou no local de destino e sobre as vantagens e desvantagens associadas à migração. Como vimos anteriormente, uma forte expectativa é projetada sobre esses migrantes, e seus relatos tendem a ser influenciados pela necessidade de corresponder a essas expectativas (Sayad, 1998). Do outro lado, a segunda das fontes de informação utilizadas é a internet, onde diferentes sítios oficiais, organizações e páginas pessoais oferecem informações sobre o tema.

Entre os jovens entrevistados, assim como na grande maioria das famílias que visitei, praticamente ninguém tinha computador em casa. O acesso à internet se realiza através de cyber-cafés, que não são difíceis de achar em diferentes pontos da cidade. Apesar das dificuldades para acessar outros serviços, e da não muita popularidade da televisão, o acesso à internet nas cidades é altamente difundido. Não é necessário andar muito para encontrar um ponto de internet, pois eles estão disponíveis em quase todos os pontos de comércio dos diferentes bairros. Em termos relativos à economia local, o uso desse serviço não é barato. O preço varia em função dos diferentes locais, do tipo de máquinas e da velocidade de conexão, a média está

em torno de um dólar por hora, o que equivale a uma refeição completa –incluindo a carne – em qualquer banca de rua, os locais mais habituais para alimentação. Mas para entender essa equivalência é necessário levar em consideração que os gastos com alimentação representam para essas pessoas a maior parte do orçamento; assim, gastar em uma hora de internet o que pode significar uma refeição completa é um investimento que reveste a importância que esses jovens outorgam às fontes de informação e ao planejamento da emigração.

A obtenção da documentação também coloca dificuldades não somente referentes aos vistos do país a que se pretende chegar e daqueles que se vão atravessar, mas, em primeiro lugar, aos documentos requeridos para a saída do próprio país, a saber, a carteira de identidade (dentro da região) e o passaporte para as migrações internacionais. A obtenção do passaporte exige um trâmite longo e com altos custos econômicos, e uma série de requisitos, como referências pessoais e profissionais, carta de apresentação explicitando os motivos pelos quais se solicita o passaporte, assim como registros e o balanço de contas bancárias. Além das taxas que devem ser pagas e dos custos da obtenção daqueles requisitos, a aquisição do passaporte pode precisar de “gestores” não oficiais que viabilizem a tramitação, impedindo que o expediente se perca em altas pilhas de solicitações.

Esses requisitos são descritos pelos jovens como fora de seu alcance. Roland foi o único dos entrevistados que disse ter um passaporte. Segundo ele mesmo, obteve ajuda de um tio com a documentação e o dinheiro, mas ainda assim parecia muito difícil obter o visto para qualquer país da Europa, ou mesmo para algum país de América Latina, incluído Uruguai, que era o seu objetivo no momento de ser entrevistado, em função da presença de seus amigos lá.

Os vistos apresentam algumas outras complexidades; por exemplo, a necessidade de cartas de convite de alguém no país que emite o documento. Esses requisitos se multiplicam na medida em que, para cada aeroporto da Europa no percurso, a maioria dos viajantes africanos deve apresentar vistos de trânsito. Cada um desses vistos requer o pagamento de taxas, assim como a obtenção de outros documentos e certidões. As limitações às migrações não se devem unicamente ao reforço dos controles de fronteiras ou da presença dos imigrantes ilegais no território do país, mas fundamentalmente às formas em que os fluxos migratórios são administrados. Os caminhos para percorrer a migração dentro dos âmbitos regulares

são montados em uma realidade absolutamente distante da realidade desses jovens, material e simbolicamente, já que em muitos casos pode resultar ainda mais fácil a obtenção do dinheiro para a compra das passagens do que o cumprimento dos requisitos formais para a migração. Isso não significa que nenhum desses jovens venha a conseguir a documentação e possa realizar as viagens inserido de forma mais ou menos regular dentro dos caminhos migratórios formais, como vimos para o caso da rede de migrantes de Mali em Buenos Aires.

Na dificuldade ou impossibilidade de obter os recursos econômicos e os insumos legais para migrar de forma regular, esses jovens apontam para outro tipo de percursos, onde seus conhecimentos e redes sociais podem ser potenciados. A maioria dos jovens nos barcos, de ambos os lados do oceano referiram a algum conhecido com contatos no porto, que os ajudara a entrar. Referiram também à segurança que deve ser sorteada e aos perigos de se deixar pegar pela polícia, que iria pedir bastante dinheiro para não lhes prender e colocar na prisão. No que refere à conhecimentos específicos para subir nos barcos, mesmo que eles referem a uma série de coisas que é necessário saber, no decorrer da conversa, esses tais conhecimentos não são muito explicados.

Dois elementos são sempre mencionados, um é o fato de saber onde e como se colocar dentro do barco e quantas pessoas podem ir nesse lugar, dependendo do tamanho do espaço entre o motor e a quilha. Esses são conhecimentos fundamentais já que mal calculado, pode levar a morte de algum dos polizones. A equipagem recomendada consiste em algumas sacolas de água, chocolate ou bolachinhas, bem embrulhadas e um martelo. O martelo é fundamental, já que é utilizado para chamar a atenção da tripulação do barco, batendo no ferro, e serem recolhidos para dentro do barco.

As pessoas que trabalhavam aí, essas pessoas levaram a gente... Depois pagamos e entramos no barco, e aí eu pensei... tem que sair. Entramos no barco pela intermediação dessas pessoas que estavam aí. Eles nos levaram sem que o capitão do barco soubesse. Bom.. eles me disseram que a viagem duravam pouco, que era pra conseguir leite e todas essas coisas, água. Água e leite, e chocolate para ter mais força. Mas era mentira, mentira, porque aí dentro fazia calor. Graças a deus que estava na janela, senão teríamos morto. E então estava todo preto, escuro. Nós olhávamos mais ou menos o sol, tudo água e não tinha mais terra.

(Cliff, Caracas, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

Outros elementos que são mencionados referem ao fato de ir acompanhado,

de ter sorte ou bom tino para escolher o barco e escolher os colegas para a aventura. Por último, resistência, coragem e fé, são apontadas como características individuais fundamentais empreender e sobreviver às travessias. Assim a pesar da ênfase que eles fazem nos conhecimentos necessários para iniciar a aventura, ao aprofundar nas entrevistas vemos que esses conhecimentos não são elementos técnicos ou códigos específicos, e apontam muito mais para as formas de socialização e o ingresso as redes que de amizade das pessoas que estão envolvidas no planejamento dessas aventuras. Pareceria então que esses conhecimentos específicos aos que esses jovens referem, poderiam ser caracterizados desde outra perspectiva como uma atitude diferencial, especificamente orientada à realização desses projetos migratórios, que por outro lado são específicos de suas redes de socialização, que como veremos, valorizam particularmente essas atitudes pessoais.

7.2.2 Caminhos regulares vs. alternativas informais

A emigração por caminhos regulares é praticamente negada a esses jovens. Visto desde a economia local, o valor da passagem de avião é praticamente inacessível. Mas para além das dificuldades práticas de juntar o dinheiro necessário, outros problemas colocam esses jovens muito longe dos caminhos regulares da migração. O acesso aos meios de comunicação e informação a que nos referíamos anteriormente, provendo uma janela a outras realidades que eles procuram conhecer, não oferece do mesmo modo o conhecimento dos procedimentos para cumprir os requisitos formais, muito além dos materiais aos quais já aludi. Ao falarem dos conhecimentos necessários para a travessia, todos os que foram questionados também disseram conhecer os riscos a que se expõem com ela. Na avaliação que eles realizam dos custos e benefícios, o risco não parece demasiado alto, e a possibilidade da morte está sempre associada à fé em si mesmo e em Deus. A opção por meios não regulares, portanto irregulares, ilegais e clandestinos, e as formas como esses jovens desenvolvem seus projetos migratórios, como, por exemplo, por meio de navios, não é vista por eles como uma transgressão da norma, mas como a norma em si mesma.

Pergunto a Christian se ele conhece outros países da África. Ele me responde que sim, África do Sul, Senegal e quase Espanha. Eu pergunto o que significa quase, ele chama o amigo, os dois sempre estão juntos, e começam a me contar a história. Eles também fizeram uma travessia de barco. Saíram do porto num barco que ia à Espanha. Conseguiram ingressar e partir. Foram encontrados pela tripulação e denunciados às autoridades da Marinha ao chegar ao

primeiro porto. Ficaram dentro do barco por mais de três meses, presos, sem poder sair e recebendo comida e água todo dia através do porto. Durante esse tempo não sabiam se conseguiriam ficar na Espanha ou teriam de voltar para a Nigéria. A resolução das autoridades espanholas foi de que deviam retornar, e eles foram enviados de avião para a África do Sul. Lá foram entregues à polícia e permaneceram por algum tempo na prisão, de onde foram enviados para o Senegal, onde também ficaram presos, até serem deportados à Nigéria. Assim, apesar da longa travessia que levou aproximadamente nove meses, eles voltaram para casa. Ao serem perguntados se voltariam a tentar, ambos hesitam um pouco, mas parecem dizer que sim.

(Diário de campo, Lagos, novembro 2007)

Como vimos, as migrações são uma ideia presente em muitos âmbitos e momentos diferentes e cotidianos na vida das pessoas em zonas rurais e urbanas da África Ocidental. A possibilidade de migrar está presente em toda a sociedade como uma alternativa para melhorar as condições de vida próprias e familiares. Mas dizer que a migração é um elemento sempre presente não significa dizer que os meios para migrar, particularmente fora da região, estejam ao alcance daquelas pessoas que pretendem fazê-lo. Pelo contrário, tanto para os jovens com quem trabalhei como para muitas outras pessoas que também projetam um futuro melhor no exterior, a organização das condições para viajar pode levar vários anos, até mais de dez, e em muitos casos o projeto migratório persiste mesmo depois de tentativas frustradas, em que foi impossibilitada a partida ou que acabaram com o retorno ao lugar de origem.

“Cada ato migratório altera o contexto social em que as decisões migratórias subsequentes são feitas, geralmente em formas que tornam movimentos adicionais mais prováveis” (Massey, 1993: 451). Mudanças culturais podem ter lugar à medida que mais e mais pessoas começam a tomar parte na mobilidade internacional. O significado do ato de migrar pode mudar aos olhos da comunidade de origem, por exemplo, de uma simples decisão financeira até um rito de passagem para os homens jovens. As alterações podem também ser de natureza econômica, como quando a distribuição de renda no país de origem muda como resultado de remessas enviadas por trabalhadores migrantes. Isso pode induzir mais indivíduos ou grupos familiares a considerar a migração como uma opção para melhorar a situação¹¹⁸ (Massey, 1993) (Herman, 2006:

¹¹⁸ “Each act of migration alters the social context within which subsequent migration decisions are made, typically in ways that make additional movement more likely” (Massey, 1993: 451). Cultural changes may take place as more and more people start to partake in international mobility. The meaning of the act of migration may change in the eyes of the community of origin, for example from simply a financial decision to a rite of passage for young men. The alterations may also be of an economic nature, as when the distribution of income in the country of origin changes as a result of remittances sent back

197).

Para os jovens entrevistados, a possibilidade de viajar de barco não está separada de outros caminhos que possibilitem a migração. Na grande maioria dos casos, a alternativa de viajar clandestinamente é uma das possibilidades manejadas, às vezes a mais certa, apesar do alto grau de incerteza que ela traz implícita. Isso não significa que no contexto em que essas travessias se realizam elas não adquiram significados específicos para os jovens que arriscam suas vidas neles.

Ao analisar a dicotomia entre migrações legais e ilegais no local de chegada (no capítulo 4), tentei mostrar como os migrantes transitam entre as duas de forma muito mais fluida e menos controlada do que pretendem os órgãos administrativos do estado. Compreender as formas em que as pessoas transitam pelos caminhos administrativos no local de origem gera o mesmo tipo de situações, na medida em que a maneira como é obtida a documentação para os vistos ocorre em diferentes graus de regularidade, a ponto de alguns deles não representarem sequer documentos que existam no local de origem. Muitos desses jovens veem os caminhos da migração regular como intransitáveis na medida em que estão totalmente fora da sua realidade. Nesse sentido, o controle que a sociedade englobante exerce sobre a mobilidade dessas pessoas remete diretamente ao conceito de *ghetto* que foi trabalhado anteriormente.

7.2.3 Risco como elemento constitutivo

Vemos surgir então uma nova concepção de liminaridade que não a identifica exclusivamente com os processos de transição, mas abrange também as formas de conceber os fenômenos marginais ou mesmo antiestruturais. Turner pretende, assim, explicar fenômenos recorrentes na atribuição simbólica de características de marginalidade. Tendo identificado uma “condição liminar” – ao mesmo tempo dentro e fora do tempo, dentro e fora da estrutura social –, Turner generaliza esta noção, retirando-a do contexto específico dos rituais de passagem (Pina Cabral, 2000: 871).

Contrariamente à percepção que eu tinha ao abordar o tema desde o local de destino, os dados sobre as migrações africanas e a diáspora nigeriana em particular demonstram que os polízonos não são os únicos a empreender viagens com destinos

by labour migrants. This may induce more individuals or households to consider migration as an option for bettering their situation (Massey, 1993).

desconhecidos nem a arriscar suas vidas na procura de uma vida melhor. Outras travessias por terra oferecem tantos riscos quanto o abordar de forma clandestina em um barco. Muitas mulheres da Nigéria ou outras regiões da África Ocidental atravessam caminhos e situações muito difíceis na tentativa de chegar à Europa. As rotas que elas percorrem, às vezes atravessando o Mediterrâneo, outras vezes por terra, através do Leste Europeu, através do Oriente Médio, também oferecem altos riscos (Carling, 2006).

Por outro lado, o fato de afrontar altos riscos com a finalidade de chegar a um novo lugar, mais ou menos determinado também, não é uma condição exclusiva da população da África Ocidental, nem própria da juventude ou dos meninos jovens. Trabalhando com migrantes irregulares provenientes de diferentes regiões, na Holanda, Liempt e Doomernik (2006) analisam uma série de trajetórias e histórias de vida através das quais podemos observar que essas pessoas percebem sua condição de migrantes indocumentados e, como tais, sabem que devem afrontar determinado tipo de riscos para atingir seu objetivo. Esses riscos são assumidos, e diferentes estratégias são utilizadas para tentar minimizá-los, como a utilização de redes sociais que controlem os “agentes do tráfico” (*the smugglers*) ou o cruzamento de informações. Apesar de que, visto desde os portos de chegada, o fenômeno dos polizones aparece como uma série de eventos inesperados e únicos, ele não pode ser visto como desconectado de outras realidades que levam as pessoas a migrar em condições similares ou piores às que descreveremos para as travessias nos barcos.

Entendendo o risco como uma parte constitutiva dos projetos migratórios, não somente para os casos dos polizones, mas para a grande maioria dos percursos migratórios que esses jovens manejam, é possível repensar a liminaridade, já não como um período dentro da estrutura do ritual de passagem, mas como um elemento antiestrutural constante, ou como foi proposto anteriormente, como as formas invisibilizadas da pós-modernidade caracterizada pela comunicação liberdade de movimento, a desterritorialização e a redução das variáveis de tempo e distância.

Na experiência dos jovens que decidem empreender o projeto migratório, se condensam essas duas concepções. Na medida em que a transformação de uma posição social em outra é representada pela viagem em sua experiência concreta, de atravessar o oceano, condensa os elementos da liminaridade colocada como parte do

ritual de passagem: perigo, segredo, impureza e fundamentalmente estar fora das estruturas sociais, enquanto antiestrutura. A travessia, olhada da perspectiva mais ampla, ao longo de todo o processo de preparação, vincula os elementos de marginalidade, que analisamos nos dois capítulos anteriores. A partir dessa dupla concepção de liminaridade/marginalidade, Pina Cabral analisa a possibilidade de recriar a estrutura a partir dos aspectos transformativos da situação liminar entendida como uma antiestrutura presente em todas as formas de marginalidade. Assim, no caso dos jovens que realizam as travessias, vemos como esses projetos migratórios são construídos praticamente em oposição às estruturas sociais que lhes são dadas, recriando um lugar social específico, tanto na sociedade de origem quanto na de destino, a partir das projeções outorgadas ao processo migratório, dos papéis de gênero preestabelecidos e das diferentes leituras de respeito e prestígio, com que esses jovens se identificam, do social e as que eles constroem no interior do grupo de pares. Dentro dessa reelaboração das estruturas que determinam seu lugar social, o risco e sua contrapartida, a coragem de enfrentá-lo, representam um elemento fundamental sobre o qual se baseia uma identidade (e conseqüentemente um espaço social determinado) própria. Dessa forma, se as travessias de barco representam um risco, uma forma de se colocar em perigo, a situação estrutural de marginalidade significa um risco maior, na medida em que perpetua essa mesma marginalidade. Foi dessa forma que Roland resumiu para mim a necessidade que ele, assim como outros jovens, tem de tentar a saída, mesmo tendo conhecimento das dificuldades a que esta os expõe.

A gente não tem alternativa, tem que sair. Se não sair, também não via achar nada pra fazer aqui. Viajar é perigoso, mas mais perigoso é não correr perigo. Quem não quiser tomar o risco, arrisca perder tudo, do jeito que a gente vive aqui, já perdeu.

(Roland, Lagos, novembro 2007. Depoimento original em inglês)

A frase de Roland, que dá título a tese, “*perigoso é não correr perigo*”, reflete essa dupla condição de risco à qual esses jovens se vêm confrontados na situação em que se encontram. Ora se arrisca a vida, na consecução dos projetos migratórios e projetos de vida associados; ora se arriscam todos esses projetos, na impossibilidade de desenhar outras estratégias migratórias.

7.3 Experiências de vida e reconfiguração de

destinos

Toda passagem envolve, na sua última fase a *agregação*; a incorporação às estruturas sociais dentro desde uma nova posição ou lugar na estrutura social. A agregação pode ser considerada um retorno ao contexto de partida em outra posição, mas também pode ser lida como um nascimento dentre desse novo espaço. O sujeito nasce como um outro em função dessa passagem, mas a mudança radical que o deslocamento gera aumenta a sensação de descontinuidade que o processo de passagem envolve. Frases como “*eu nasci de novo*”, “*agora eu sou uruguaio*” “*minha vida começou novamente quando eu cheguei, eu sou como um recém nascido*” são comumente ouvidas em depoimentos dos polízonos em diferentes contextos. Também para o grupo de jovens de Venezuela, como vemos claramente no depoimento de Cliff.

Eu estava entre a vida e a morte. As decisões para viver, como o capitão disse, estava em nossas mãos. Bom, temos que trabalhar agora para que a vida continue. Mas, para mim, nós já estávamos mortos. Aqui eu sou como uma pessoa que nasceu no dia 24 de janeiro de 2001. Outra vida que eu preciso começar. Porque nós já estávamos mortos, se não tivessem estado aí as três pessoas que puxaram a balsa até terra, ninguém ia sair da balsa, ninguém ia sair dessa balsa....

(Cliff, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

Para o caso dos migrantes, a passagem envolve não somente um novo status, mas também um novo local. Se da perspectiva do local de origem, a saída do local oferece a possibilidade de se colocar como homens adultos, a inserção na nova sociedade lhes outorga o status de estrangeiro, como o qual os sujeitos lidam de diferentes formas. Anteriormente, nos capítulos 3 e 4 analisei as formas como esses jovens avaliam sua experiência e as diferentes categorias jurídicas através das quais a sociedade receptora processa a integração desses jovens. Porém, como veremos a continuação, o processo pelo qual os migrantes se apropriam dessas categorias, envolve uma releitura crítica e criativas, tanto das situações pelas quais atravessam, quanto das categorias pré-estabelecidas as quais eles se confrontam.

A forma como cada uma dessas pessoas lida com as experiências anteriores, e com as perspectivas para a nova vida, são diferentes, dependendo do contexto de integração a que chegam, mas também das atitudes de cada um e de como percebem o passado e projetam o futuro. A construção desses projetos não necessariamente

inclui morar em grandes cidades; em muitos casos a tranquilidade – paz – de centros urbanos de menor escala é valorada, e apontada como o elemento que faz a diferença. A oferta de emprego também não é um elemento que necessariamente determina o local de escolha para moradia, apesar de poder ser uma grande influência. A adesão aos valores de trabalho e sacrifício como via para o êxito pessoal e integração na nova sociedade, que é muitas vezes expressada pela maioria desses jovens, nem sempre é uma constante nas práticas cotidianas de todos eles.

7.3.1 *Survivors*, aventureiros e refugiados

Entender a travessia em moldes que sejam compreensíveis para a população local permite a esta colocar esses jovens dentro do campo de possibilidades e do imaginário dessas pessoas. Do outro lado, essas definições também precisam se ajustar às formas em que eles mesmos possam se identificar e ver sua experiência narrada em termos apropriados à suas visões. A travessia, em todas suas fases, desde as iniciais que correspondem às trocas de informação sobre o tema, até sua realização, com sucesso ou não, pode ser entendida como um procedimento que confere atributos de prestígio. O fato de se lançar à aventura embarcando de forma clandestina em barcos de carga não é meramente utilitário, ele não representa simplesmente uma forma alternativa de deslocamento a outras realidades mais promissoras, mas envolve uma série de atributos altamente valorizados por esses jovens, como o valor de correr riscos, a fé num futuro melhor, a ousadia e a confiança na própria resistência.

As travessias de barco que esses jovens realizam podem ser compreendidas dentro dos moldes da categoria “*aventura*” que Sarró (2008) propõe a partir dos escritos de Simmel, mas ela não se esgota na sua utilidade explicativa. Para o autor a aventura não é somente uma categoria analítica, mas também uma das formas que os indivíduos utilizam para qualificar uma série de experiências determinadas. Aventura é também a palavra utilizada por muitos jovens ao longo de toda a África para caracterizar seus trajetos migratórios transcontinentais.

“Aventura” é, como se acaba de ver, um conceito utilizado pelos próprios africanos para descrever sua própria experiência migratória (...) desde a ótica da ação, a iniciativa e o risco, e não desde a vitimização, o trauma ou a desesperação

economicista¹¹⁹ (Sarro, 2008).

Ela tem um caráter claramente externo à continuidade da vida cotidiana; por se ratar de um pedaço extraído da vida, tem um início e um fim claramente delimitados. Assim a travessia transoceânica deve ser analisada desde essa dupla perspectiva. Por um lado, o que ela representa de aventura, no sentido de estar fora do cotidiano, de ser única e separada do desenvolvimento normal da vida. Por outro, como marco de um longo processo de preparação individual e coletivo, que envolve logros e fracassos, e que em muitos casos pode concentrar ao redor desse projeto a totalidade das energias vitais de uma pessoa. Os fenômenos migratórios devem ser entendidos dentro das dinâmicas demográficas, dos sistemas econômicos, políticos e burocráticos, mas também é necessário prestar atenção às formas em que tanto a sociedade receptora quanto os protagonistas dos deslocamentos significam e avaliam esses fenômenos. Não é possível entender a situação de origem desses fluxos migratórios sem entender como essas sociedades são marcadas pela ideia constante da emigração.

Para além das situações de risco de que cada um desses jovens compartilha com os demais, vimos que o processo de integração na nova sociedade impõe a passagem por uma série de instâncias administrativas e sociais burocráticas nas quais o solicitante aprende a modelar seu discurso em função das exigências burocráticas. Em alguns casos, os jovens entrevistados contrapõem essa necessidade de modelar o discurso à individualidade e singularidade da trajetória pessoal. Assim, muitos colocam a figura do aventureiro em oposição à do refugiado. A contraposição dessas duas figuras é clara; enquanto uma delas aponta para a necessidade de proteção e fuga de situações de risco, a outra põe em relevo a decisão e agência individual. O aventureiro, além de uma pessoa de valor, é alguém que escolhe a saída e envolve uma série de representações associadas a um estilo de vida particular.

As formas em que a experiência migratória é narrada, sempre em relação a um interlocutor e a uma situação concreta, combinam todos os elementos, da possibilidade individual de manejar o próprio destino e empreender a aventura à procura de mais e melhores oportunidades até diferentes formas de violência social,

¹¹⁹ 'Aventura' es, como se acaba de ver, un concepto utilizado por los propios africanos para describir su experiencia migratoria. En segundo lugar, porque es un ángulo que convida a ver la migración desde la óptica de la acción, la iniciativa y el riesgo, y no desde el victimismo, el trauma o la desesperación economicista.

econômica e política pelas quais essas pessoas passam no local de origem. De perseguições concretas até a impossibilidade de desenvolver as habilidades pessoais num ambiente de segurança e estímulo. A ênfase dada em cada narrativa aos diferentes termos dessa relação varia, não somente a partir das condições de partida, mas fundamentalmente da situação na qual ela está sendo desenvolvida. Assim, é possível entender uma maior importância dada aos elementos de aventura nos relatos que esses jovens fazem para mim (uma mulher jovem interessada nas trajetórias migratórias), em oposição aos que realizam para os serviços de assistência.

Como outros migrantes, Abul identifica sua experiência com a do aventureiro, como a de muitos outros jovens da sua região que procuram no exterior a ampliação das oportunidades. Essa figura do viajante é apresentada positivamente, vinculada ao sacrifício do afastamento da família para a obtenção de um capital econômico que possa ser revertido em remessas. Outra das formas positivas às quais se vincula essa figura do aventureiro ou viajante é o oferecimento de um bom futuro para os filhos, que combina as oportunidades dos países de residência aos valores altamente apreciados das tradições, formas de vida e educação *africanas*¹²⁰.

Para esses meninos aventureiros, as dificuldades em longo prazo aparecem claramente no caso dos quatro náufragos nigerianos que hoje moram na cidade que alberga o principal balneário do país, com projeção internacional, onde a principal fonte de emprego é a construção. A própria importância dessa atividade faz com que seja muito fiscalizada. Sem documentação em dia, praticamente não é possível obter emprego. Para esses jovens, a construção civil não somente é uma fonte de trabalho acessível, mas é também uma opção razoável, na medida em que o salário é proporcional ao esforço físico que exige e permite realizar horas extras à vontade. Contudo, na medida em que esses jovens se integraram à sociedade, ampliando suas redes e se estabelecendo de forma mais permanente, conseguiram trazer da Nigéria, através de seus familiares, documentos de escolaridade e outros papéis que lhes permitiram obter outro tipo de empregos ou continuar estudando. Sua principal

¹²⁰ Abul, como outros migrantes, utiliza o adjetivo "africano" para contrapor uma série de elementos que considera próprios de sua cultura e valora positivamente. Entre esses elementos aparece o respeito aos mais velhos, a valorização das raízes e tradições, o apego à família e à língua mãe. Esses valores africanos são utilizados como grande categoria de contraposição à nova sociedade, que logo é matizada chamando a atenção sobre diferenças nacionais e étnicas próprias em relação a outras regiões da África.

expectativa ainda continuava a ser a obtenção dos documentos que lhes permitiriam a saída do Uruguai e o ingresso em outros países de forma legal. Como eles me explicaram no início, após a identidade temporária viria a permanente e, junto com ela, poderiam tramitar um documento equivalente ao passaporte, emitido pela direção de migrações. Além de lhes outorgar um dos direitos mais valorizados por esses jovens, a livre circulação, esse documento lhes permitiria ingressar em empregos como a pescaria em embarcações, a marinha mercante e o trabalho com turismo em cruzeiros.

Contradizendo suas esperanças, quase dois anos depois de terem chegado ao Uruguai e um ano depois de terem obtido a identidade temporária, cuja validade expirou, as perspectivas dos jovens africanos de melhorar sua situação jurídica não somente não se verificaram, mas retrocederam muito. Eles foram colocados numa situação de fragilidade que praticamente os está empurrando à ilegalidade. Uma vez vencida a validade do documento de identidade provisório, todas as facilidades obtidas para a realização do primeiro documento sumiram, e as exigências impostas a eles se tornaram exatamente as mesmas que as impostas aos outros estrangeiros, entre as quais o contrato de trabalho, com uma declaração de ingresso e comprovantes de registro na seguridade social, atestado de residência e certidão de antecedentes penais, do Uruguai e do país de origem. Se com maior o menor dificuldade podiam obter os três primeiros documentos, o certificado de bons antecedentes da Nigéria era praticamente impossível de se conseguir em tempo hábil. Nesse sentido, mesmo que não se configurem razões para que os jovens sejam compreendidos na categoria de refugiados, enfrentam situações que os aproximam dela, como a impossibilidade de retorno ao país de origem ou as dificuldades para comprovar de forma jurídica sua identidade. Assim, o que para os agentes oficiais representa um vazio legal que não encontram muitos recursos jurídicos para preencher, além do apelo à vontade política, para os jovens protagonistas representa quase uma armadilha. Encontram-se numa situação que de fato eles mesmos construíram, mas da que não podem sair sozinhos. Tal como estão apresentadas as coisas, esses jovens não contam com a proteção jurídica, nem do seu próprio estado, que não conseguem acessar, nem do estado receptor, a cujas exigências não podem responder. Tampouco podem apelar para a comunidade internacional, para a qual não contam com os requisitos necessários.

7.3.2 “Nadie es refugiado porque quiere”

Para os migrantes originários da África Ocidental na América Latina, a obtenção do status de refúgio vai muito além de um reconhecimento jurídico e envolve uma série de elementos simbólicos muito importantes. Assim o entende Leonard, ao explicar como enxerga o processo de regularização da sua permanência na Venezuela.

Tudo não pode se basear num papel, um ser humano não pode se basear num papel. A um ser humano lhe faz falta muito mais do que papéis. O conhecimento, por exemplo, eu acho que isso já é bastante. E muitas pessoas são testemunhas de que se a esses oito jovens que estão cá, se eles têm apoio de verdade, se eles têm o apoio que eles estão pedindo, eles têm muito para dar.

(Leonard, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol).

Mesmo as trajetórias fortemente vinculadas à política, que dão um marco de maior legitimidade à categoria de refúgio, são questionadas nos seus efeitos estigmatizantes. Esse é o caso de Cliff, que, depois de quatro anos na Venezuela, explica que já se “cansou” de ser um refugiado. Ele acredita que o refúgio, ou a categoria de refugiado, deve ser temporária.

Você não pode ser um refugiado a vida toda. Nós chegamos aqui faz cinco anos, recebemos ajuda da Venezuela... Estamos aqui, trabalhamos duro... Em Irapa, em Soro, todos nos conhecem por nossos esforços. Mas a gente não pode ficar para sempre assim. Eu estou começando o processo para a nacionalização. Sendo um refugiado, a gente é sempre diferente, parece que está sempre pedindo ajuda, não tem direito a ter as coisas, como os outros venezuelanos. Agora eu quero ser venezuelano.

(Cliff, dezembro de 2005. Depoimento original em espanhol)

Assim, a categoria de refúgio projeta para todas essas pessoas uma forma particular de ambiguidade. Na medida em que ela reconhece um lugar social específico e viabiliza a permanência no país, é aceita e procurada. Na medida em que projeta os estigmas de pobreza e violência do lugar de origem e coloca o sujeito num lugar passivo em oposição à imagem que eles têm de si mesmos como agentes de seu próprio destino, é rejeitada.

Existe mais um elemento muito significativo na relação desses jovens com a categoria de refúgio que está diretamente ligado à proposta de Inhetveen (2006) sobre a forma como os próprios refugiados utilizam sua etiqueta e se vinculam com os agentes e instituições. Enquanto refugiados ou não, todos esses jovens têm conhecimento da categoria de refúgio como parte de um sistema internacional que

envolve uma legislação, uma ordem administrativa, uma série de instituições e, portanto, um orçamento destinado à manutenção dessa estrutura e aos programas de ajuda aos refugiados. No extremo dessa contraposição encontram-se algumas acusações de corrupção ou de mau manejo do dinheiro destinado aos programas. Mas, na maioria dos casos, os comentários não vão tão longe e sim refletem a desconformidade com o tipo de tratamento recebido de pessoas cujo suposto trabalho é facilitar e não atrasar o processo de integração à nova sociedade.

Por outro lado, os jovens também estão conscientes das diferenças locais desse sistema internacional de proteção. Anteriormente fiz alusão a um tipo particular de ocupação do mundo com referências sociais, fundamentalmente familiares, espalhadas em todo o planeta. Esse tipo de referências inclui o conhecimento sobre as situações de refugiados em outros locais. Em especial no caso dos jovens provenientes da Costa do Marfim, a comparação entre os serviços de assistência é diretamente vinculada a uma concepção particular do refugiado como sujeito de direitos. Integrados em boa medida à sociedade venezuelana, alguns deles casados ou com filhos, esses jovens falam de uma série de direitos aos quais eles, e suas famílias, teriam acesso se se encontrassem em países desenvolvidos como Canadá ou França. Esses direitos estão vinculados aos serviços sociais do estado de bem-estar. Planos de saúde, acesso à medicação e fundamentalmente atendimento e educação para as crianças são apontados como benefícios aos quais teriam direito automático pelo fato de serem refugiados lá.

Como vimos anteriormente, a concessão da condição de refugiado está diretamente vinculada aos riscos que o solicitante estava correndo no lugar de origem, sejam causados por atividades políticas ou perseguições de diferente tipo. Até certo ponto o fato de se ser um refugiado pode conferir uma maior legitimidade à permanência no país do que a condição de migrante, diretamente associada às dificuldades econômicas ou à perspectiva de melhoras nesse sentido. Ao mesmo tempo, o reconhecimento dessas situações faz com que a imagem social da pessoa se associe à realidade de violência em que se encontrava, determinando um papel social específico que talvez ela não queira carregar para sempre. Se, como vimos, os conceitos de refúgio e cidadania estão associados a categorias de raça e classe, nas quais essas pessoas posicionam-se nas classificações inferiores, é facilmente compreensível que o status de refugiado as faça carregar ainda mais um estigma que

não lhes permite se integrar na sociedade no papel de sujeitos autônomos. Assim, é compreensível a renúncia de alguns desses migrantes à solicitação do refúgio.

7.4 A apropriação crítica das categorias

Migrantes e refugiados de origem africana carregam uma etiqueta com um importante peso social, em função das categorias jurídicas em que se enquadram, sempre relativas à condição de estrangeiro, à cor da pele e outros marcadores físicos (como a *hexis* corporal) ou a língua, vinculadas ao fato de serem homens jovens. Esse peso é colocado tanto pela sociedade em geral, pelas organizações que lidam com o assunto e por seus próprios portadores.

Em sua pesquisa sobre refugiados na Europa, Inhetveen (2006) mostra como essa etiqueta é manejada pelos próprios refugiados, em seus aspectos positivos e negativos. Há uma grande e inevitável diferença, no que concerne aos significados e formas como a categoria de refugiado é utilizada por seus portadores, entre a realidade pesquisada por essa autora e a das pessoas com quem eu trabalhei. Contudo, eles apresentam um elemento chave em comum, que é o conhecimento do refugiado enquanto figura da legislação internacional e das políticas da comunidade internacional que oferecem assistência a eles. Uma série de direitos, benefícios e obrigações é reconhecida e exigida por esses sujeitos a partir da aceitação ou negação da condição de refugiados. Nesse aspecto, a situação não parece muito diferente na América Latina.

A concessão do refúgio implica uma das possibilidades, em muitos casos a mais direta, de obter a residência permanente no país de chegada. Mas também representa o acesso aos diferentes âmbitos do estado, benefícios sociais, educação e saúde. Nesse sentido, podemos dizer que o refúgio é uma forma de adquirir um tipo particular de cidadania no local de chegada. A partir disso, é possível estabelecer um paralelo com o conceito de cidadania proposto pela antropóloga Aihwa Ong (2003), trabalhando com refugiados do Camboja nos Estados Unidos. A autora se aproxima de elementos não explícitos, fundamentalmente referidos a categorias raciais e econômicas, sobre as quais se baseia a cidadania. Em um nível implícito, os parâmetros de cidadania nesse país estariam estreitamente vinculados ao ideário de uma nação constituída sobre os valores da raça branca, da origem anglo-saxã e da

masculinidade. Para os estrangeiros, migrantes ou refugiados, a cidadania significa muito mais que possuir papéis de residência ou ter garantida legalmente a estadia no país; significa também acessar de forma legítima a participação pública. Essa cidadania abarca uma esfera muito mais ampla de direitos, como o acesso aos serviços de bem-estar social, a participação política, respeito, prestígio e ganhos econômicos, assim como a aceitação de diversos estilos de vida. Em muitos casos, essas não são reivindicações individuais, mas envolvem dimensões coletivas, frequentemente de caráter étnico. Assim, a cidadania não se define unicamente por critérios legais, e sim por uma série de elementos não oficiais vinculados a questões de raça e origem fortemente imbricadas na constituição de um “*etos nacional*” (Ong, 2003).

Na descrição coletiva da viagem, que tentei construir a partir dos diferentes relatos realizados pelo grupo de oito naufragos que saíram da Costa do Marfim tentei resumir alguns dos fatos que condensam a travessia nas diferentes etapas e os sentimentos envolvidos nela. Esses são relatos, como em outros casos, elaborados com um bom distanciamento do ocorrido, quatro anos antes. Particularmente nos dois casos em que os polizones foram lançados ao mar, ficando à deriva em situações extremas, mas também nos outros, em que o deslocamento foi realizado dentro do barco de porto a porto, o fato de terem resistido e sobrevivido a tais situações deixa profundas marcas na vida dessas pessoas. Quando não são lançadas ao mar, a experiência de permanecer em média duas semanas, dias e noites, com frio, fome, na escuridão e em meio a tormentas é extrema o suficiente para que avaliem suas vivências de forma particular. A autodefinição de *survivors*, que muitos dos jovens utilizam, mostra claramente o valor que dão a essa experiência. A percepção de uma resistência particular, associada ao fato de serem escolhidos, acompanhados ou nunca abandonados por Deus nessas travessias, é frequentemente utilizada em músicas compostas por eles, apelidos, ou definições de si mesmos em perfis em diferentes páginas da internet.

Considerações finais

Morando no mundo transnacional

Os percursos migratórios apresentados aqui fazem parte de complexas dinâmicas migratórias que unem os dois lados do oceano Atlântico ao sul. Este trabalho se enquadra em uma tradição mais extensa de pensadores que já pensaram o oceano Atlântico como um espaço de comunicação alternativo. Trabalhos como os de Manuela Carneiro da Cunha (1985) e Paul Gilroy (2001) mostram um longo processo histórico no qual foi conformado um espaço de mobilidade da população negra, originária ou descendente de africanos, que pode ser caracterizado como uma diáspora negra.

Os dois autores coincidem em ampliar para além do continente e levar a uma escala transoceânica a ideia do deslocamento como estratégia de inclusão social. Ambos apresentam exemplos de como a mobilidade humana, mesmo nas suas condições de violência mais extrema como foi o caso do comércio de escravos, não pode ser compreendida unicamente pela dominação. É necessário levar em consideração a capacidade dos sujeitos de definir seu destino e de aproveitar a situação de escravidão, valorizando elementos simbólicos e identitários a partir de conhecimentos adquiridos, capitalizando uma experiência de escravidão para construir novas identidades de formas individuais e coletivas (da Cunha, 1985).

Mas se as ideias de ocupação multilocalizada e de diáspora dão o contexto à experiência de nossos informantes e permitem entender de forma conjunta e complementar situações de migração forçada e opções migratórias, elas não podem responder ou falar mais alto que as percepções de nossos próprios sujeitos em relação à sua experiência migratória. Como são entendidos os riscos e os lucros de se empreender semelhante aventura? Como avaliam as situações pelas quais passaram? Se, tal como vimos anteriormente, a opção por sair do continente é um evento dentro de uma trajetória migratória mais extensa, será que os riscos corridos por eles durante a travessia não são também vistos como um elemento a mais dessa trajetória? De fato, tentei mostrar que o risco é um elemento integrado a todos os outros no planejamento das travessias. Não sendo exclusivo do tipo de travessias que analisamos, é constitutivo dessas aventuras e determina diretamente as formas como

elas são avaliadas, sendo um componente fundamental da função demarcadora de duas etapas que outorgamos a essas aventuras.

Mesmo que o deslocamento seja uma ideia muito presente, e que as condições e riscos em que ele pode ser realizado sejam bem conhecidos, a travessia é descrita por todos como um momento diferente ou especial. Sair sem conhecer ao certo o destino, se esconder no navio apelando a redes informais ou aos conhecimentos adquiridos trabalhando no porto não são decisões que aparecem como eventos corriqueiros, mas como alternativas possíveis de enfrentar certo tipo de situações. Os motivos que levam estas pessoas a iniciar seus deslocamentos foram analisados dentro de concepções particulares de risco e aventura e de expectativas em relação a seus projetos de vida. Esses projetos são construídos no seio de uma rede social e de um contexto histórico específico em que a migração é vista como uma das alternativas com maior possibilidade de êxito, apesar dos importantes riscos que ela supõe. Entender o deslocamento como um evento a mais e como parte constitutiva desses projetos de vida significa observar o fenômeno migratório dentro de seu contexto histórico. Para isso, é necessário se voltar sobre os elementos apresentados acima que mostram a África como um continente marcado pelas dinâmicas migratórias. Neste sentido, muitos autores trabalham esses fluxos migratórios locais e regionais como uma estratégia de inclusão social, melhoria das condições materiais e mesmo acúmulo de capital cultural e social (Bilger e Kraler, 2005).

Ao trabalhar com as dinâmicas migratórias regionais no contexto da África Ocidental, vimos que o atravessar fronteiras e a mobilidade são eventos frequentes, e que muitos desses jovens possuem, antes da viagem, uma intensa história de migrações regionais. Contudo, por suas características, a travessia transoceânica representa um evento diferenciado no conjunto das trajetórias de deslocamento, não somente pelos elementos desenvolvidos acima, mas também pelo fato de se tratar de uma viagem de longa distância, que envolve um importante deslocamento social e cultural, tendo uma particularidade fundamental: quando a travessia é realizada com êxito, trata-se de uma viagem somente de ida, em que o retorno só é planejado como outra etapa do ciclo de vida. Tanto para aqueles que contam com uma trajetória prévia de migrações, quanto para quem a aventura transatlântica é a primeira das saídas do país ou da região, ela é determinante na medida em que representa o início de um percurso migratório diferente, de mais longo alcance. Entender a travessia

como elemento que delimita essas duas etapas de vida é uma forma de dividir o trajeto migratório sem olhar de forma estática para essas etapas, mas estabelecer um demarcador que não se sobreponha às dinâmicas regionais.

De um lado temos esses jovens com muitas dificuldades para encontrar um espaço social que os satisfaça. Do outro, temos uma tendência da população a migrar e uma familiaridade com o trânsito entre fronteiras e com a mobilidade constituindo uma estratégia de longa data. As múltiplas fronteiras, acumuladas ao longo da história da região durante os diferentes regimes políticos, não se substituem nem se anulam, mas entram em concorrência e embaçam-se umas às outras. Essas fronteiras étnicas, linguísticas, nacionais e geográficas geram uma miríade de pertencimentos e identidades que coloca esses jovens em situações nas quais o deslocamento e a mobilidade não são infrequentes. Nesse contexto, empreender a travessia representa uma forma de construir as condições para o futuro melhor que esses jovens acreditam merecer. A travessia se apresenta como um evento dentro do percurso migratório, mas é também vivida como um momento único, pois os riscos e a indeterminação são altíssimos, e a saída do continente é vista como o passo definitivo em direção a uma vida melhor.

Como vimos, os jovens que planejam as travessias como passageiros clandestinos nos navios conhecem, mesmo de forma teórica, os riscos a que se expõem. No local de origem, têm acesso a várias histórias de êxitos e fracassos dessas travessias, que são avaliadas de diferentes formas. A chegada à América do Sul não é considerada como um êxito no mesmo grau que a chegada à Europa ou à América do Norte. Da mesma forma, ser barrado nas diferentes etapas – no porto antes de ingressar no barco, descoberto dentro dele e devolvido à terra firme, deportado ou retornando dentro do mesmo barco para qualquer país da África – são fracassos que não se comparam às histórias de amigos desaparecidos dos quais nunca se teve notícias depois da partida e que se presumem mortos. Certamente o conhecimento dessas situações a partir de histórias entre jovens da mesma rede social não é o mesmo tipo de conhecimento vivencial que adquirem os jovens que já se encontraram sozinhos no meio do oceano.

Sem pretensões de esgotar o tema, tentei ao longo da tese aprofundar alguns pontos desses percursos, com dois objetivos. Por um lado, entender os significados desses deslocamentos para seus protagonistas, através dos diferentes momentos por

que passam, desde a preparação da viagem até as diferentes etapas de integração na sociedade de destino, que sempre envolve as possibilidades de um futuro deslocamento. Por outro lado, tentei analisar algumas das coisas que o fenômeno dos polizones e náufragos têm a nos dizer sobre o mundo em que vivemos e, em uma escala mais próxima, sobre as sociedades receptoras e como elas processam sua identidade e suas fronteiras a partir dos processos de definição dos pertencentes a ela e dos “estrangeiros”. Essas definições foram abordadas a partir dos âmbitos jurídico e racial e de outras categorias sociais aplicadas a eles. No local de destino os migrantes definem e avaliam sua experiência a partir de categorias como escolha, acaso, acidente, destino ou determinação em função de diferentes situações, às vezes das dificuldades concretas com que estão se defrontando, às vezes em relação a planejamentos de mais longo prazo. Certamente as situações vividas na nova sociedade distam muito daquelas imaginadas no local de origem, construídas a partir dos meios de comunicação, dos relatos de outros migrantes e das fortes expectativas que os jovens colocam na possibilidade de migrar. O fato de chegarem a um local não previsto, do qual em muitos casos nunca tinham ouvido falar, tem relação direta com a distância entre o esperado e o que eles acham no local de destino. Por outro lado, é difícil dizer se essas expectativas seriam cumpridas na chegada àqueles destinos mais frequentemente mencionados pelos jovens como esperados, ou locais considerados bons para viver.

Colocando em conjunto esses dois elementos, as experiências passadas durante a travessia e a proximidade da morte com a mudança de perspectiva que o deslocamento envolvido no processo migratório necessariamente traz consigo, reelaborando as ideias anteriormente construídas sobre o local de origem e as projeções realizadas sobre os locais de destino, percebemos uma mudança nas formas em que o projeto migratório e o projeto de vida – que, como vimos, não podem ser isolados um do outro – são reelaborados.

Foram analisadas: as categorias jurídicas com base nas quais essas pessoas regularizam sua situação no local de origem e a partir das quais acessam diferentes âmbitos sociais e legitimam sua permanência; e uma determinada posição social que tem fortes implicações tanto no cotidiano quanto nas possibilidades que os diferentes estatutos jurídicos e a documentação associada oferecem para a continuidade do processo migratório, através da obtenção de um passaporte de alguma nacionalidade

ou dos planos de reunificação familiar do ACNUR. Mas as formas como esses novos projetos se configuram parecem muito mais reflexivas, avaliando a situação atual, as vivências passadas e os riscos em uma perspectiva muito diferente. Os relatos dos jovens de Apapa, colocando-se no lugar de quem não tem nada a perder, contrastam com as formas em que os polizones, uma vez no local de destino, avaliam com bastante precisão as possibilidades de migrar novamente, a partir das considerações sobre o lugar mais apropriado, os caminhos, documentação e dinheiro necessários.

Todo e qualquer processo de deslocamento tem em si mesmo uma forma de reconfigurar as identidades individuais e coletivas. Desde uma perspectiva antropológica, as identidades são construídas em identificação com os pares e em oposição aos outros, de forma dinâmica e sempre em processo. A migração, como outros processos de deslocamento social e espacial, provoca uma mudança no entorno e nas pessoas que nele se encontram e conseqüentemente uma mudança nas formas de entender quem são o nós e os outros em oposição ao qual vai ser construída essa identidade. Para polizones e migrantes, essa situação envolve um alto grau de complexidade na medida em que chegam de uma realidade radicalmente distinta.

Poderíamos nos arriscar a dizer que, após a travessia e passado certo tempo no processo de integração nas novas sociedades, a experiência de vida leva esses jovens a reconhecer que os processos migratórios em que se engajam, como os de muitos outros migrantes, carregam perdas de coisas que até então não eram consideradas relevantes, assim como sucessos, muito mais trabalhosos, não na base da fé, da sorte ou do risco, mas do trabalho duro e da construção constante. Uma vez “no mundo”, partindo das formas de percebê-lo e de se colocar nele, esses “transmigrantes”, como foram definidos no capítulo dois, constroem seus percursos muito mais conscientes dos riscos envolvidos nessa mobilidade tão desejada.

Referências bibliográficas

- ABIODUN, Olu, Josephine (1974) "Urban Growth and Problems in Metropolitan Lagos". In: *Urban Studies*. 11 (3), pp. 341-347.
- ACNUR (1996) *Protocolo sobre el Estatuto de los Refugiados*. <http://www.unhchr.ch/spanish/html/menu3/b/ocefsp.htm> acessado em 12 de janeiro de 2009.
- (2002) *Refugiados em cifras*. <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/1652.pdf>. acessado em 9 de fevereiro de 2009.
- (2003 a) *Protegiendo a los refugiados. Preguntas y respuestas*. Ginebra: ed. ACNUR.
- (2003 b) *Las migraciones mixtas y su relación con los éxodos de refugiados, Incluyendo la repatriación de las personas que no requieren de Protección Internacional, así como la facilitación del retorno en su dimensión mundial*. <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/2251.pdf> acessado em 9 de fevereiro de 2009.
- (2006) *Salvamento en el mar. Guía de referencia sobre los principios y prácticas aplicables a migrantes y refugiados*. <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/4495.pdf>. acessado em 8 de fevereiro de 2009.
- ACTIS, Walter (2002) "Extranjería, nacionalidad, ciudadanía". In: *Exclusión Social y Diversidad Cultural*. Donosita: Tercera prensa. pp. 25-40.
- ADEPOJU, Aderanti. (2002) "Fostering Free Movement of Persons in West Africa: achievements, constraints, and prospects for international migration". In: *International Migration*. 40 (2).
- (2005 a) *Migration in West Africa*. Global Commission on International Migration. GCIM. <http://www.gcim.org/attachements/RS8.pdf>. acessado em 8 de fevereiro de 2009.
- (2005 b) "Review of Research and Data on Human Trafficking in sub-Saharan Africa". In: *International Migration*. Vol. 43 (½), pp. 75-98.
- (2006) "Changing Configurations of Migration in Africa". In: *Migration Information Source*. Washington: Migration Policy Institute. <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=251>. acessado em 8 de fevereiro de 2009.
- AFRICA POPULATION DYNAMICS. (2001) *Africa's rate of growth is the*

highest in the world. <http://www.overpopulation.org/Africa.html>.
acessado em 8 de fevereiro de 2009.

AKOKPARI, John. (1998) "The State, Refugees and Migration in Sub-Saharan Africa". In: *International Migration*. 36 (2), pp. 211-34.

ALBER, Erdmute (2004) "Grandparents as foster-parents: transformations in foster relations between grandparents and grandchildren in Northern Benin". In: *Africa*. 74 (1), pp. 28-45.

ALTHABE, Gérard (1999) "La construcción del extranjero en los intercambios cotidianos". In: *Antropología del presente*. Buenos Aires: Edicial. pp. 155-164.

AMIN, Samir (2000) "África hoje - na visão de Samir Amin". In: *Comunicação & política*. VII (2), pp. 163-177.

AMOS, Alcione (1999) "Afro-Brasileiros no Togo: A historia da família Olympo, 1882-1945". In: *Afro-Ásia*, 23, pp. 173-194.

ANARFI, John et al. (2003) *Migration from and to Ghana: A Background Paper*. Working Paper C4. Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty, University of Sussex, Brighton, U.K

APPADURAI, Ajurn (1994) "Disjunção e diferença na economia cultural global". In: *Cultura global*. Petrópolis: Vozes. pp. 311-328.

ARIES, Philippe (1981) *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ASANTE, Molefi Kete (2000) *Afrocentricity: Toward a New Understanding of African Thought in this Millennium*.
<http://www.asante.net/articles/Liverpool-Address.html> acessado em 21 de janeiro de 2009.

ASSIS, Gláucia (2007) "Mulheres migrantes do passado e do presente". In: *Estudos Feministas*. 15 (3), pp. 745-772.

AZEVEDO, Thales de (1966) *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BARLEY, Nigel (2005) *El antropólogo inocente*. Barcelona: Anagrama.

BARNETT, Laura (2002) "Global governance and the evolution of the international refugee regime". In: *New issues in refugee research*. Working paper No. 54. <http://www.unhcr.org>. acessado em 21 de janeiro de 2009.

BEAH, Ishmael (2007) *Muito Longe de Casa*. Campinas: Ediouro.

- BHABHA, Homi (2005) *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BILGER e KRALER (2005) "Introduction: African migrations. Historical perspectives and contemporary dynamics". In: *Stichproben. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien*. 8 (5), pp. 5-21.
- BLACK, Richard; et alt. (2003) *Migration, return and small enterprise development in Ghana: a route out of poverty?* Sussex Migration Working Paper no. 9. Sussex Centre for Migration Research. <http://www.sussex.ac.uk/migration/documents/mwp9.pdf>, acessado em 21 de janeiro de 2009.
- BLACK, Richard. 2004. "Migration and Pro-Poor Policy in África". *Development Research Centre on Migration, Globalization and Poverty* Sussex Migration Working Paper C6. Sussex Centre for Migration Research. http://www.migrationdrc.org/publications/working_papers/WP-C6.pdf. acessado em 21 de janeiro de 2009.
- BLANCO, Pablo (2007) "Contingencia, catástrofe y subjetividad en los polizones africanos que arriban a la Argentina". In: *Revista escuela de historia Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Salta*. 6:1 (6), pp. 181-193.
- BRINKHOFF, Thomas. (2007) *The Principal Agglomerations of the World*. <http://www.citypopulation.de/index.html>. acessado em 16 de Janeiro de 2009.
- BUMP, Micah. (2006) "Ghana: Searching for Opportunities at Home and Abroad?" *Migration Information Source*. Washington: Migration Policy Institute. <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=381>. acessado em 12 de janeiro de 2009.
- CAMPBELL, Elizabeth (2005) "Formalizing the informal economy: Somali refugee and migrant trade networks in Nairobi". In: *Global Migration Perspectives*, GCIM 47.
- CAMPS, Victòria (1998) "Evolución y características de los Derechos Humanos". In: *Los fundamentos de los derechos Humanos desde la filosofía y el derecho*. Madrid: EDAI. pp.18-22.
- CARLING, Jørgen (2002) *Cape Verde: Towards the End of Emigration?*. Migration Information Source. Washington: Migration Policy Institute. <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=68> acessado em 13 de março de 2009.

- (2005) *Trafficking in Women from Nigeria to Europe*. Migration Information Source. Washington: Migration Policy Institute.
<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=318>
 acessado em 13 de março de 2009.
- (2006) *Migration, Human Smuggling and Trafficking from Nigeria to Europe*. Geneva: International Organisation for Migration (IOM).
http://www.prio.no/sptrans/1326102309/file48438_carling_2006_migration_human_smuggling_and_trafficking_from_nigeria_to_europe.pdf
 acesado em 13 de março de 2009.
- (2007) "Unauthorized Migration from Africa to Spain". In:
International Migration. 45 (4), pp. 3-37.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (1984) *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CEPAL (2000) *La migración internacional y el desarrollo en las Américas Simposio sobre migración internacional en las Américas*. Costa Rica: Ed. CEPAL.
- CEPAL. (2006) *Migración internacional, derechos humanos y desarrollo en América Latina y el Caribe. Síntesis y conclusiones*. Montevideo: CEPAL.
- CEPARE. (CEPAL a) *Casos aceptados según nacionalidad*.
www.acnur.org/biblioteca/pdf/3217.pdf. acessado em 12 de fevereiro de 2009.
- CEPARE. (2006 b) *Casos denegados según nacionalidad*.
www.acnur.org/biblioteca/pdf/4202.pdf. acessado em 12 de fevereiro de 2009.
- CITY MAJORS (2006 a) *The largest cities in the world by land area, population and density*
http://www.citymayors.com/statistics/urban_2006_1.html. acessado em 16 de janeiro de 2009.
- CITY MAJORS. (2006 b) *The world's fastest growing cities and urban areas from 2006 to 2020*.
http://www.citymayors.com/statistics/urban_growth1.html acessado em 16 de janeiro de 2009.
- CLIFFORD, James (1999) *Itinerarios Transculturales*. Barcelona: Gedisa.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John. (2001). "Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o estado pós-colonial". In: *Horizontes Antropológicos*. 15 pp. 57-106.

- CORNWALLE, Andrea; LINDISFARNE, Nancy. (1994) "Dislocating masculinity: gender, power and anthropology". In: *Dislocating Anthropology. Comparative Ethnographies*. London: Routledge. pp. 11-47.
- COWELL, Alan. (2002) *2 Ghanaian Boys Die as Flight Sotwaways*. The New York Times 6 de dezembro de 2002 <http://www.nytimes.com/> acessado em 14 de outubro de 2008.
- DA COSTA E SILVA, Alberto (1994) "O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX". In: *Estudos Avançados*. 8 (21). pp. 21-49
- DA CUNHA, Guilherme (1996) "Reflexiones sobre el derecho humanitário y la práctica actual del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados". In: *Estudios Básicos de Derechos Humanos V*. San José de Costa Rica: IIDH. pp. 173-203.
- DA MATTA, Roberto (1978) "Apresentação". In: *Os ritos de passagem*. Petropolis: Vozes. pp. 11-24.
- (2000) "Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade". In: *Mana* 6 (1), pp. 7-29.
- DA SILVA, Kelly Cristiane. (2007) "O poder do campo e o seu campo de poder". In: *Entre saias justas e jogos de cintura*. EDUNISC: Santa Cruz do Sul. pp. 230-253.
- DE CERTEAU, Michel (2002) *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- DE HAAS, Hein (2005) "International migration, remittance and development: myths and fact". In: *Global Migration Perspectives GCIM* 30.
- DELGADO RUIZ, Manuel (2003) "¿Quién puede ser "inmigrante" en la ciudad?" In: *Exclusión Social y Diversidad Cultural*. Donosita: Tercera prensa. pp. 9-24.
- DERLUYN, Ilse; BROEKAERT, Eric. (2005). "On the Way to a better Future: Belgium as Transit Country for Trafficking and Smuggling of Unaccompanied Minors". In: *International Migration*. 43 (3), pp. 31-56.
- DEVELOPMENT RESEARCH CENTRE ON MIGRATION, GLOBALIZATION AND POVERTY. (DRCMGP) (2004) *Migration in West Africa*. Summary of key findings.
http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/main/site/published_docs/studies_and_reports/WMR2008/Ro_WMR08.pdf
- DOMENECH, Eduardo E (2003) "El multiculturalismo en argentina: Ausencias, ambigüedades y acusaciones". In: *Estudios*. 14, pp. 33-47.

- DOMENECH, Eduardo E (2007) "Migraciones contemporáneas y pluralismo cultural en la Argentina: el discurso oficial y las prácticas escolares". *Cartografias da imigração: Interculturalidade e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRGS Editora. pp. 19-45.
- DOS ANJOS, José Carlos. (2000) "Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem". In: *Horizontes Antropológicos*. 6 (14), pp. 177-204.
- (2005) "Sexualidade juvenil de classes populares em Cabo Verde: os caminhos para a prostituição de jovens urbanas pobres". In: *Estudos Feministas*. 13 (1), pp. 163-177.
- DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. (2004) *O mundo dos bens. Para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ
- DRUMTRA, Jeff (2003) *West Africa's Refugee Crisis Spills Across Many Borders*. Migration Information Source. Washington: Migration Policy Institute.
<http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?ID=148>.
acessado em 21 de março de 2009.
- DUVAL, Alex (1999) *Three evenings a week* The independent 1 de setembro de 1999. www.independent.co.uk acessado em 14 outubro de 2008.
- EHRENREICH, Bárbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (2002) "Introduction". In: *Global Woman. Nannies, maids, and sex Workers in the new economy*. New York: Owl Book. pp. 1-14.
- EKANEM, EE (2005) "Sexual Behaviour, HIV-Related Knowledge and Condom Use by Intra-City Commercial Bus Drivers and Motor Park Attendants in Lagos, Nigeria" In: *African Journal of Reproductive Health*. 9 (1), pp. 78-87.
- ETCHEVERRY, Daniel (2007) "A documentação de estrangeiros no Brasil: seus caminhos e significados". In: *Cartografias da imigração: Interculturalidade e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRGS Editora. pp. 119-138.
- (2008) *Migraciones y pobreza: las dificultades de esa ecuación*. Trabajo presentado en le IX Congreso Argentino de Antropología Social "Fronteras de la Antropología". Posadas, Misiones Argentina del 5 al 8 de agosto de 2008.
- EVANS PRITCHARD, E (1978) *Os Nuer*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- FANON, Franz (2008) *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: UFJF

- FERGUSON, James (2002) "Of mimicry and Membership: Africans and the 'New World Society'". In: *Cultural Anthropology, Journal of the society for cultural anthropology*. 17 (4), pp. 551-571.
- FILGUEIRA, Carlos (1988) "Introducción". *Uruguay y la Emigración de los 70*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.
- FONSECA, Claudia (1999) "Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação". In: *Revista Brasileira de Educação*. 10, pp. 58-78.
- FORTES, M e EVANS-PRITCHARD, EE. (1940) *African Political Systems*. Oxford: University Press.
- FRIEDMAN, Jonathan (1999) "Ser no mundo: Globalização e localização". In: *Cultura global nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, pp. 329-348
- FRY, Peter (2005) *A persistência da raça. Ensaio antropológico sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GANDOULOU, Justin-Daniel (1984) *Entre Paris et Bacongo*. Paris: Centre George Pompidou.
- GEERTZ, Clifford (1989) *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós.
- (1991) *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa.
- (2001) *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GESCHIERE, Peter; CEUPPENS, Bambi (2005) "Autochthony: Local or Global? New Modes in the Struggle over Citizenship and Belonging in Africa and Europe". In: *Annual Review of Anthropology*. 34, pp. 385-407.
- GILROY, Paul. (2001) *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- GLICK SCHILLER, N e G. FOURON (1997) "'Laços de Sangue': os fundamentos raciais do Estado-nação transnacional". *Revista crítica de Ciências Sociais* 48. pp. 33-66.
- GROS ESPIELL, Héctor (1996) "Análisis jurídico comparativo de las legislaciones sobre asilo en América Latina y los instrumentos internacionales y regionales". In: *Estudios Básicos de Derechos Humanos V*. San José de Costa Rica: IIDH. pp. 205-225.
- GUARNIZO, Luis Eduardo (1998) "The Location of Transnationalism". In: *Transnationalism From Below*. New Brunswick: Transaction Publishers.

- HALL, Stuart (2005) *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- (2006) *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- HAM, Anthony (2006) *West Africa (Multi Country Guide)*. Lonely Plant Publication.
- HANNERZ, Ulf. (1999) "Entrevista: Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia Urbana e Globalização". In: *Mana* 5 (1), pp. 149-155
- HASHIM, Iman (2007) "Independent Child Migration and Education in Ghana" In: *Development and Change* 38. (5), pp. 911-931.
- HERMAN, Emma (2006) "Migration as a Family Business: The Role of Personal Networks in the Mobility Phase of Migration". In: *International Migration* 44 (4), pp. 191-230
- HORST, Cindy (2004) "Money and mobility: transnational livelihood strategies of the Somai diaspora". In: *Global Migration Perspectives GCIM* 9.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell (2002) "Love and Gold". In: *Global Woman. Nannies, maids, and sex Workers in the new economy*. New York: Owl Book. pp. 15-30.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO (INDEC). (2001) *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001*. <http://www.indec.mecon.ar>. acessado em 16 de janeiro de 2009.
- IBRAHIM, Maggie. 2005. "The Securitization of Migration: A Racial Discourse" *International Migration*. Vol. 43 (5).
- INHETVEEN, Katharina. 2006. "'Because we are refugees': utilizing a legal label". In: *New issues on refugee research*. Research paper No. 130. www.unhcr.org. acessado em 16 de janeiro de 2009.
- INTERNATIONAL MIGRATION ORGANIZATION (IMO). 2005. "Costs and Benefits of Migration". http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/main/site/published_docs/books/wmr_sec02.pdf. acessado em 16 de janeiro de 2009.
- (2007) "Guidelines on the allocation of responsibilities to seek the successful resolution of stowaway cases". <http://www.unhcr.org/refworld/publisher,IMO,,,3ae6b31db,0.html>
<http://www.unhcr.org/refworld/publisher,IMO,,,3ae6b31db,0.html>

- JARDIM, Denise (2000) "Diáspora, viagens e alteridades: as experiências familiares dos palestinos no extremo-sul do Brasil. *Horizontes Antropológicos*. 6 (14), pp. 39-69.
- (2007) "Apresentação". In: *Cartografias da imigração: Interculturalidade e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRGS Editora. pp. 9-18.
- KIVISTO, Peter (2003) "Social spaces, transnational immigrant communities, and the politics of incorporation". In: *Ethnicities*. 3(1), pp. 5-28.
- KI-ZERBO, Joseph (2006) *Para quando a África? Entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas.
- KONSEIGA, Adama (2005) "New Patterns of Migration in West Africa". In: *Stichproben. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien*. 8 (5), pp. 23-46.
- LAW, Robin (2002) "A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66". In: *Afro-Ásia*. 27, pp. 41-77
- LEVITT and SORENSEN (2004) "The transnational turn in migration studies". *Global Migration Perspectives*. GCIM 6.
- LIEMPT, Ilse Van; DOOMERNIK, Jeroen (2006) "Migrant's Agency in the smuggling process: the perspectives of smuggled migrants in the Netherlands". In: *International Migration*. 44 (4), pp. 165-190.
- LOBO, Andrea (2006) *Tão longe, tão perto. Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista, Cabo Verde*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília.
- LOPEZ, Laura (2005) *¿Hay alguna persona en este hogar que sea afrodescendiente? Negociações e disputas políticas em torno das classificações étnicas na Argentina*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MADUAGWU, Samuel. *Development of Education. Past, Present and Future*. http://subsite.icu.ac.jp/iers/download/maduagwu_31008.pdf acessado em 21 de janeiro de 2009.
- MAFFIA, Marta (2003) "Una contribución a la construcción del mapa de la diáspora caboverdiana. El caso argentino". In: *Memoria & Sociedad*. 15, pp. 239-253.
- (2004) "La emergencia de una identidad diaspórica entre los caboverdianos de Argentina". In: *Global Migration Perspectives*. No. 13.

- MALINOWSKI, Bronislaw (2001) *Los Argonautas del Pacífico occidental*. Barcelona: Ediciones Península.
- MANZANOS, César (2005) "Trayectorias migratorias de la población procedente de Latinoamérica en Europa: vivencias y percepciones". Comunicação VI RAM, Montevideo.
- MARCUS, George (1995) "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography" In: *Annual Review of Anthropology*. 24, pp. 95-117.
- MARIE, Jean-Bernard (1996) "Los mecanismos de protección de los Derechos Humanos de las Naciones Unidas". In: *Estudios Básicos de Derechos Humanos V*. San José de Costa Rica: IIDH. pp. 151-169.
- MARTINEZ PIZARRO, Jorge (2003) *El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género*. Série Población y Desarrollo, 44, CELADE, UNFPA: Santiago de Chile.
- MAZZUCATO, Valentina (2005) "Ghanaian migrants' double engagement: a transnational view of development and integration policies". In: *Global Migration Perspectives*. GCIM 48.
- MBEMBE, Achille (2001) "As formas africanas de Auto-Inscrição". In: *Estudos Afro-Asiáticos*. 23 (1), pp. 171-209
- MEAD, Margaret (1997) *Sexo y temperamento*. Barcelona: Altaya.
- MEZIEOBI, Dan I (2006) "Population Education as an Essential Focus of Social Studies Education Instruction in Nigeria". In: *Journal of Educational for professional growths (JEPG)*. Nsukka: Association of Educationists for Professional Growth in Nigeria. pp. 226-234.
- MITCHELL, Clyde J (1956) *The Kalela Dance. Aspects of social relationships among urban Africans in Northern Rhodesia*. Manchester University Press.
- MOORE, Henrietta (1997) "Understanding sex and gender". In: *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge. pp. 813-830.
- MUNGOI, Dulce (2006) "O mito atlântico": relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas. *Relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- (2007) "Alteridades e fluxos migratórios no "Atlântico negro":

- estudantes africanos no Sul do Brasil". In: *Cartografias da imigração: Interculturalidade e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, pp. 189-215.
- NWAObI, Godwin Chukwudum (2003) *Solving the poverty crisis in nigeria: an Applied general equilibrium approach*. EconWPA
<http://129.3.20.41/eps/comp/papers/0312/0312003.pdf>, acessado em 16 de janeiro de 2007.
- NGOENHA, Elias Severino (1993) *Das independências às liberdades. Filosofia africana*. Maputo: Edições Paulistas-Africa.
- ONG, Aihwa (1999) *Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality*. Berkeley: University of California Press.
- (2003) *Buda is Hiding. Refugees, citizenship, the New America*. Berkeley: Universtiy of California Press.
- ONU (2006) *Department of Economic and Social Affairs, Population Division*. www.unpopulation.org. acessado em 16 de janeiro de 2009.
- ORTNER, Sherry (1994) "Theory in anthropology since the sixties". In: *Culture/Power/History: a reader in contemporary social theory*. Edited by Dirks, Eley and Ortner. Princeton: Princeton Univ. Press. pp. 372-411
- OSO, Laura (2004) *Españolas em París*. Barcelona: Bellaterra.
- PANAPRESS (2008) *Cerca de 10 mil Nigerianos morrem por causa de emigração clandestina*
<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por016443&dte=08/08/2008>. Acessado em 8 de agosto de 2008.
- PARREÑAS, Rachel Salazar (2002) "The care Crisis in the Philippines: Children and Transnational Families in the New global Economy". In: *Global Woman. Nannies, maids, and sex Workers in the new economy*. New York: Owl Book. pp. 39-54.
- PEIRANO, Mariza (1992) *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Ed. da UnB.
- PELLEGRINO, Adela (1994). *La propensión migratoria de los jóvenes uruguayos*. INJU – CEPAL – OIM: Montevideo.
- PELLEGRINO, Adela; VIGORITO, Andrea (2003). "La emigración uruguaya durante la crisis de 2002" In: *Serie Documentos de Trabajo*. Instituto de Economía, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de la República.
- PELÚCIO, Larissa (2006) "No salto": Trilhas e percalços de uma etnografia

- entre travestis que se prostituem". In: *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/EDUnisc.
- PETERS, Roberta (2007) "Imigrantes palestinos e as relações sociais e virtuais: comentários sobre família, tradição e identidade étnica". In: *Cartografias da imigração: Interculturalidade e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRGS Editora. pp. 163-188.
- PINA CABRAL, João (2000) "A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições". In: *Análise Social*. XXXIV (153), pp. 865-892.
- PRIES, Ludger (2001) "The Disruption of social and Geographic Space, Mexican-US Migration and the Emergence of Transnational Social Spaces". In: *International Sociology*. 16 (1), pp. 55-74.
- PRINZ, Vanessa (2005) "'Imagine migration' – the migration process and its destination Europe in the eyes of Tanzanian students". In: *Stichproben. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien*. 8 (5), pp. 119-140.
- PUPAVAC, Vanessa (2006) "Refugees in the 'sick role': stereotyping refugees and eroding refugee rights". In: *New issues in refugee research*. Research paper No. 128.
- REYNOLDS, Rachel R (2006) "Professional Nigerian Women, Household Economy, and Immigration Decisions". In: *International Migration Vol. 44* (5), pp. 167-188.
- RIBEIRO, Gustavo Lins (2000) *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Brasília: EDUNB.
- (2004) "Cultura, Direitos Humanos e poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico". In: *Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos. Diálogos Interdisciplinares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. pp. 29-51.
- RICCIO, Bruno (2005) "Talkin' about migration – some ethnographic notes on the ambivalent representation of migrants in contemporary Senegal". In: *Stichproben. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien*. 8 (5), pp. 99-118.
- RIISOEN, Kari et al. (2004) "Travel to Uncertainty. A study of child relocation in Burkina Faso, Ghana and Mali". In: *Research Program on Trafficking and Child Labour*. Fafo Report-440.
- SAID, Edward (2003) "As representações do Colonizado: os interlocutores da Antropologia". In: *Reflexões sobre o Exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 114-136.

- (2004) *Orientalismo*. Barcelona: Debolsillo.
- SANTOS, Acácio (2008) "AIDS e migração internacional na África do Oeste: um estudo sobre as sociedades da região Moronou da Costa do Marfim". Comunicação apresentada na 26 RBA, Porto Seguro BA, Brasil.
- SARGENT, Carolyn; LARCHANCHE-KIM, Stephanie; YATERA, Samba (2007) "Migração e telecomunicações: tecnologias e famílias transnacionais na França e África Ocidental" In: *Cadernos Pagu*. 29, pp. 257-284.
- SARRO, Ramón (2008) "La aventura como categoría cultural. Apuntes simmelianos sobre la emigración subsahariana" Comunicação pessoal.
- SAYAD, Abdelmalek (1991) "Uma pobreza 'exótica': a imigração argelina na França" In: *Revista brasileira de ciências sociais*. 6 (17), pp. 84-107
- (1998) *A imigração*. São Paulo: EDUSP.
- SCARPA, Silvia (2005) "Child trafficking: the worst face of the world". In: *Global Migrations Perspectives*. GCIM 40.
- SERVICIO ECUMÊNICO PARA LA DIGNIDAD HUMANA (SEDHU). (2005) *Refugiados em Uruguay*. Montevideo: SEDHU
- SCOTT, Joan (1990) "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*. 16 (2), pp. 5-22.
- SEBASTIÁN, Luis de (2006) *África, pecado de Europa*. Madrid: Editorial Trotta.
- SOUSA SANTOS; Boaventura (2004) "The critic of lazy reason: against the waste of experience". *The Modern World-System in the Longue Durée*. London: Paradigm Publishers. pp. 157-197
- TAKS, Javier (2006) "Migraciones internacionales em Uruguay: de pueblo transplantado a diáspora vinculada". In: *THEOMAI*. 14, pp. 139-156.
- TORPEY, John (2003) *A invenção do Passaporte. Vigilância, Cidadania e o Estado*. Lisboa: Temas e debates.
- TURNER, Victor (1974) *O processo ritual : estrutura e antiestrutura*. Petropolis: Vozes.
- URIARTE, Pilar (2007 a) "¿Los de afuera son de palo? Música e identidades nacionais em contextos translocais". In: *Mundos em movimento. Ensaios sobre migrações*. Santa Maria: UFSM, pp. 385-410.
- (2007 b) "Migrações entre a Costa do Marfim e a Venezuela: local, global e transnacional através da perspectiva etnográfica". In: *Cartografias da imigração: Interculturalidade e Políticas Públicas*. Porto

Alegre: UFRGS Editora, pp. 217-263.

VAN DER GEEST, S (2004) "Grandparents and grandchildren in Kwahu, Ghana: the performance of respect". In: *África*, 74 (1), pp. 47-61.

VAN GENNEP, Arnold (1978) *Os ritos de passagem*. Petropolis: Vozes.

VIANNA, Hermano (1987) *O Baile Funk Carioca: festas e estilos de vida metropolitanos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WACQUANT, Loïc (2004) "Que é gueto? Construindo um conceito sociológico". In: *Revista Sociologia e Política*. 23, pp. 155-164.